





## SUMÁRIO

<b>6.4 Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico.....</b>	<b>6 - 7</b>
<b>6.4.1 Introdução.....</b>	<b>6 - 7</b>
<b>6.4.2 Metodologia.....</b>	<b>6 - 11</b>
6.4.2.1 <i>Levantamento Bibliográfico e de Dados Secundários.....</i>	6 - 15
6.4.2.2 <i>Levantamento de Dados Primários obtidos das Entrevistas com Informantes Qualificados.....</i>	6 - 16
<b>6.4.3 Caracterização da População.....</b>	<b>6 - 22</b>
6.4.3.1 <i>Região Sul do Brasil.....</i>	6 - 22
6.4.3.1.1 <i>Mesorregião Centro-Sul Paranaense.....</i>	6 - 26
6.4.3.1.2 <i>Mesorregião Sudoeste Paranaense.....</i>	6 - 38
6.4.3.1.3 <i>Mesorregião Oeste Catarinense.....</i>	6 - 42
6.4.3.1.4 <i>Mesorregião Noroeste Rio Grandense.....</i>	6 - 54
6.4.3.1.5 <i>Mesorregião Nordeste Rio Grandense.....</i>	6 - 62
6.4.3.1.6 <i>Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.....</i>	6 - 66
6.4.3.2 <i>Caracterização Populacional da AID.....</i>	6 - 73
6.4.3.2.1 <i>Pato Branco.....</i>	6 - 73
6.4.3.2.2 <i>Coronel Vivida.....</i>	6 - 74
6.4.3.2.3 <i>Saudade do Iguazu.....</i>	6 - 74
6.4.3.2.4 <i>Xanxerê.....</i>	6 - 75
6.4.3.2.5 <i>Bom Jesus.....</i>	6 - 75
6.4.3.2.6 <i>Erechim.....</i>	6 - 75
6.4.3.2.7 <i>São Domingos do Sul.....</i>	6 - 76
6.4.3.2.8 <i>Vista Alegre do Prata.....</i>	6 - 77
6.4.3.2.9 <i>Cotiporã.....</i>	6 - 77
6.4.3.2.10 <i>Montenegro.....</i>	6 - 77
6.4.3.2.11 <i>São José do Sul.....</i>	6 - 78
6.4.3.2.12 <i>Água Santa.....</i>	6 - 78
6.4.3.2.13 <i>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....</i>	6 - 81
6.4.3.3 <i>A População da AID e a atração de novos moradores.....</i>	6 - 83
6.4.3.4 <i>Configuração dos pólos regionais.....</i>	6 - 83
<b>6.4.4 Infraestrutura, Serviços Públicos e Vulnerabilidade.....</b>	<b>6 - 89</b>

6.4.4.1	<i>Saúde</i> .....	6 - 89
6.4.4.1.1	A qualidade da assistência à saúde: o IDSUS .....	6 - 89
6.4.4.1.2	Capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde.....	6 - 92
6.4.4.1.3	Profissionais e equipes de saúde.....	6 - 111
6.4.4.1.4	Mortalidade Infantil .....	6 - 127
6.4.4.1.5	Principais doenças e causas de mortalidade .....	6 - 130
6.4.4.1.6	Incidência de Endemias e Epidemias nas áreas de influência do empreendimento.....	6 - 139
6.4.4.2	<i>Educação</i> .....	6 - 142
6.4.4.2.1	Qualidade da Educação na Região Sul.....	6 - 142
6.4.4.2.2	Condições do Ensino na AID.....	6 - 159
6.4.4.3	<i>Saneamento</i> .....	6 - 165
6.4.4.3.1	O Saneamento Básico na Região Sul.....	6 - 165
6.4.4.3.2	Saneamento básico na AID .....	6 - 166
6.4.4.4	<i>Transporte</i> .....	6 - 184
6.4.4.4.1	Estrutura de Transportes da Região Sul.....	6 - 184
6.4.4.4.2	Ferrovias na Região Sul.....	6 - 199
6.4.4.4.3	Condições de Transporte e Estrutura Viária da AID.....	6 - 209
6.4.4.5	<i>Segurança Pública</i> .....	6 - 211
6.4.4.5.1	Segurança Pública na AID.....	6 - 211
6.4.4.5.2	Caracterização da infraestrutura e dos serviços de segurança pública na AID.....	6 - 212
6.4.4.5.3	Criminalidade nos municípios.....	6 - 214
6.4.4.6	<i>Energia Elétrica</i> .....	6 - 223
6.4.4.6.1	Caracterização do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Sul.....	6 - 223
6.4.4.6.2	Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul.....	6 - 224
6.4.4.6.3	Sistema elétrico em Santa Catarina.....	6 - 225
6.4.4.6.4	Sistema Elétrico do Paraná.....	6 - 226
6.4.4.6.5	Empresas que atuam na distribuição de energia elétrica nos municípios da AID.....	6 - 227
6.4.4.6.6	Disponibilidade de energia elétrica na AID.....	6 - 228
6.4.4.7	<i>Comunicação e Informação</i> .....	6 - 239
6.4.4.7.1	Serviços de Comunicação e Informação na Região Sul.....	6 - 239

6.4.4.7.2	Telefonia fixa.....	6 - 240
6.4.4.7.3	Telefonia móvel.....	6 - 241
6.4.4.7.4	Internet.....	6 - 243
6.4.4.7.5	Rádiodifusão e Mídia Impressa.....	6 - 244
<b>6.4.5</b>	<b>Organização Social.....</b>	<b>6 - 247</b>
<b>6.4.6</b>	<b>Aspectos Econômicos (AID).....</b>	<b>6 - 256</b>
6.4.6.1	<i>O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da AID.....</i>	6 - 256
6.4.6.1.1	Saudade do Iguaçu.....	6 - 258
6.4.6.1.2	Pato Branco.....	6 - 262
6.4.6.1.3	Coronel Vivida.....	6 - 265
6.4.6.1.4	Bom Jesus.....	6 - 269
6.4.6.1.5	Xanxerê.....	6 - 272
6.4.6.1.6	Água Santa.....	6 - 274
6.4.6.1.7	Vista Alegre do Prata.....	6 - 278
6.4.6.1.8	São José do Sul.....	6 - 280
6.4.6.1.9	São Domingos do Sul.....	6 - 282
6.4.6.1.10	Montenegro.....	6 - 285
6.4.6.1.11	Erechim.....	6 - 288
6.4.6.1.12	Cotiporã.....	6 - 292
<b>6.4.7</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo (AID).....</b>	<b>6 - 297</b>
6.4.7.1	<i>Estado do Paraná.....</i>	6 - 299
6.4.7.2	<i>Estado de Santa Catarina.....</i>	6 - 303
6.4.7.3	<i>Estado do Rio Grande do Sul.....</i>	6 - 306
<b>6.4.8</b>	<b>Resultados das Entrevistas.....</b>	<b>6 - 318</b>
6.4.8.1	<i>Percepção dos Entrevistados da AID.....</i>	6 - 321
6.4.8.2	<i>Percepção dos Gestores Públicos.....</i>	6 - 327
6.4.8.3	<i>Sugestões de municípios para realização de audiência pública.....</i>	6 - 330
<b>6.4.9</b>	<b>Populações Tradicionais.....</b>	<b>6 - 330</b>
6.4.9.1	<i>Os Kaingang na bacia do rio Chapecó .....</i>	6 - 332
6.4.9.2	<i>Terra Indígena Toldo Imbu.....</i>	6 - 339
6.4.9.3	<i>Os Kaingang na bacia do rio Irani.....</i>	6 - 339
6.4.9.4	<i>Terra Indígena Toldo Pinhal.....</i>	6 - 341
6.4.9.5	<i>Terras Indígenas no Rio Grande do Sul.....</i>	6 - 342
6.4.9.6	<i>Outras comunidades tradicionais.....</i>	6 - 344

<b>6.4.10 Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico.....</b>	<b>6 - 344</b>
6.4.10.1 <i>Levantamento do Patrimônio Cultural.....</i>	6 - 346
6.4.10.1.1 Contextualização paisagística.....	6 - 346
6.4.10.1.2 Contextualização arqueológica.....	6 - 366
6.4.10.1.3 Contextualização Pré-Histórica.....	6 - 393
6.4.10.1.4 Contextualização Antropológica.....	6 - 399
6.4.10.1.5 Contextualização Histórica.....	6 - 414
6.4.10.2 <i>Levantamento em Campo: prospecção não interventiva.....</i>	6 - 477
6.4.10.2.1 Metodologia de Investigação.....	6 - 477
6.4.10.2.2 Trabalho de Laboratório.....	6 - 482
6.4.10.2.3 Trabalho de Campo.....	6 - 490
6.4.10.3 <i>Avaliação do Impacto Ambiental e Diagnostico Arqueológico.....</i>	6 - 509
6.4.10.3.1 Diagnóstico arqueológico a partir dos dados secundários.....	6 - 509
6.4.10.3.2 Diagnóstico arqueológico a partir dos dados primários.....	6 - 510
6.4.10.3.3 Diagnóstico.....	6 - 517
6.4.10.3.4 Medidas preventivas.....	6 - 523
<b>6.5 Unidades de Conservação.....</b>	<b>6 - 525</b>
<b>6.6 ANEXOS.....</b>	<b>6 - 527</b>

## **6 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ALTERNATIVA SELECIONADA**





---

## DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ALTERNATIVA SELECIONADA

### *6.4 Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico*

#### **6.4.1 Introdução**

Os estudos do meio socioeconômico procuram atender as orientações contidas no Termo de Referência disponibilizado pelo IBAMA, o qual estabelece o conteúdo necessário para a elaboração do diagnóstico e avaliação dos possíveis impactos que podem ser decorrentes da implantação do empreendimento.

O diagnóstico desenvolvido incorpora as variáveis relevantes aos temas abordados, importantes para traçar o perfil socioeconômico de comunidades, municípios e regiões servindo para subsidiar a análise de impactos e a definição de medidas propostas com o objetivo de mitigar efeitos não desejados e potencializar os benefícios resultantes do empreendimento.

A implantação de empreendimentos energéticos, indutores do desenvolvimento econômico, influenciam áreas que não se restringem ao local de implantação, abrangendo dimensões maiores, atingindo, algumas vezes, regiões e diferentes estados. Não somente os atributos da região atingida determinam a natureza e a intensidade dos impactos, como também, cada fase do empreendimento – planejamento, construção e operação – implicam variações significativas, especialmente com relação aos fatores de temporalidade e localização. Portanto, o presente estudo leva em consideração as características das áreas de influência, procurando identificar vulnerabilidades e potencialidades que podem ser influenciadas por ações do empreendimento em cada etapa de sua execução.

O diagnóstico do meio socioeconômico tem como base de sustentação as informações e documentos consolidados e ofertados por instituições federais,

estaduais ou municipais devidamente credenciadas, além de informações bibliográficas e dados secundários disponibilizados em fontes oficiais de estatística.

Serão consideradas todas as temáticas definidas no Termo de Referência, assim como será mantida a estrutura proposta. As metodologias adotadas nas análises de cada uma das temáticas deverão estar de acordo com as normas específicas e com as práticas científicas consagradas e devem ser explicitadas e justificadas nos capítulos correspondentes.

No item “Caracterização da população” será elaborado, inicialmente, um breve histórico do processo de ocupação humana, com seus reflexos sobre o povoamento e formatação do território de suas áreas de influência, tanto indireta – AII, com direta – AID.

Os municípios serão caracterizados a partir distribuição geográfica da sua população, nos meios urbano e rural. Serão descritos os fluxos migratórios que possibilitaram a atual configuração populacional.

Será apresentado e analisado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM dos municípios da AID.

A configuração dos pólos regionais e a estrutura da rede urbana e regional serão descritas, de maneira introdutória neste primeiro item e desenvolvidas ao longo do texto, destacando a hierarquia das cidades, distritos, vilas e povoados, levando em consideração a infraestrutura e os serviços disponíveis.

Constará neste item o mapeamento das comunidades existentes na área de estudo, localizando-as geograficamente. Suas características serão descritas de forma qualitativa, a fim de possibilitar a leitura deste mapa.

No item “Saúde” será caracterizada a infraestrutura e os serviços disponíveis na AID, com destaque para a capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde, número de leitos e sua vinculação ao SUS ou rede privada, número de profissionais tipos de especialização, bem como equipes de saúde atuantes. O atendimento à saúde na AID será qualificado com base no novo indicador do Ministério da Saúde, o Índice de Desempenho do SUS- IDSUS.

Neste item também serão apresentadas e analisadas as vulnerabilidades do sistema de saúde da AID, os principais riscos e doenças e a incidência de endemias. Encerra-se este item com a avaliação da suficiência do atendimento em saúde, diante das demandas atuais e futuras com o cenário de implantação do empreendimento.

No item “Educação” serão identificados e caracterizados, através de série histórica, os estabelecimentos de ensino existentes, o número de matrículas realizadas e de docentes na AID. Também serão analisadas, a partir das informações obtidas em campo, a infraestrutura das escolas, a qualidade de ensino disponível e a importância destes estabelecimentos na vida da comunidade.

A seção seguinte, o item “Saneamento” tratará da caracterização do sistema de saneamento básicos na AID, avaliando as condições do abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. As percepções da comunidade sobre este tema serão discutidas à luz dos dados secundários apresentados. Os projetos relacionados ao saneamento na AID serão apresentados.

No item “Transporte” será caracterizada a estrutura viária e ferroviária da AID, bem como serão apresentadas as percepções da comunidade relativas aos serviços de transporte existentes na região. A avaliação sobre a situação dos acessos viários em função do empreendimento será realizada no prognóstico deste estudo.

Será caracterizada a infraestrutura e os serviços de segurança pública existentes nos municípios da AID no item “Segurança Pública”. Também serão analisados os principais crimes ocorridos na AID. Os dados secundários serão contrapostos às informações obtidas em campo para identificar as vulnerabilidades atuais do sistema de segurança pública.

O suprimento e consumo de energia elétrica na AID, com a caracterização dos consumidores por setor econômico será discutido no item “Energia Elétrica”. Serão apresentadas neste item as percepções da comunidade acerca das condições do acesso à energia elétrica na AID.

No item “Comunicação e informação” serão caracterizadas as redes de comunicação e informação, através da apresentação dos principais veículos, da situação da telefonia fixa, de uso público e da telefonia móvel, bem como do número de acessos à internet na AID.

No item “Organização social” serão identificados os grupos de interesse, instituições governamentais, setores empresariais e organizações da sociedade civil da AID, passíveis de interação com o empreendimento.

O perfil econômico dos municípios da AID será analisado no item “Aspectos econômicos”, através do levantamento do PIB dos municípios da caracterização das principais atividades econômicas nos setores primário, secundário e terciário e da estrutura de trabalho e renda, levando em consideração a população economicamente ativa e a taxa de população desocupada.

No item “Uso e ocupação do solo” será caracterizada a estrutura fundiária da AID, através de dados estatísticos, demonstrados em séries históricas. Analisar-se-á os principais usos do solo, em termos de atividades econômicas desenvolvidas e ocupação humana, bem como as condições da paisagem.

Serão identificadas as áreas de valor histórico, cultural e paisagístico no item “Patrimônio histórico, cultural e artístico”. Serão apresentados os bens materiais classificados como patrimônio histórico, os principais atrativos naturais e culturais da AID.

Encerrando este relatório tem-se o item “Percepções sobre a implantação do empreendimento”, onde serão abordadas as opiniões, expectativas e receios dos entrevistados em relação à implantação da LT 525 kV Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita.

### 6.4.2 Metodologia

Para a realização da análise socioeconômica foram definidas as áreas de estudo. Inicialmente foram identificados os municípios atravessados pela LT 525 kV Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita, conforme se verifica na listagem abaixo:

ESTADO	MUNICÍPIOS
Paraná	Rio Bonito do Iguaçu
	Saudade do Iguaçu
	Chopinzinho
	Honório Serpa
	Coronel Vivida
	Clevelândia
Santa Catarina	Abelardo Luz
	Bom Jesus
	Ouro Verde
	Xanxerê
	Faxinal dos Guedes
	Xavantina
	Arvoredo
	Seara
	Paial
	Itá
Rio Grande do Sul	Barra do Rio Azul
	Aratiba
	Erechim
	Getúlio Vargas
	Florianópolis
	Sertão
	Tapejara
	Vila Lângaro
	Água Santa
	Ciríaco

ESTADO	MUNICÍPIOS
	Gentil
	Santo Antônio do Palma
	São Domingos do Sul
	Casca
	Paráí
	Nova Araçá
	Nova Bassano
	Vista Alegre do Prata
	Fagundes Varela
	Cotiporã
	Santa Teresa
	Monte Belo do Sul
	Garibaldi
	Barão
	Carlos Barbosa
	São Pedro da Serra
	Salvador do Sul
	São José do Sul
	Pareci Novo
	Montenegro
Capela de Santana	
Nova Santa Rita	

Em seguida, tratou-se de definir as áreas de influência do empreendimento. As áreas de influência de um empreendimento são consideradas pela Resolução N°. 001/86 do CONAMA como espaços geográficos direta ou indiretamente afetadas pelo impacto do projeto. A definição das áreas de influência é uma tarefa complexa, em virtude da dificuldade de se delimitar com precisão impactos e pressões sofridas por um empreendimento. Daí a importância de se identificar as especificidades locais, a abrangência e o núcleo dos principais problemas.

Dentre os conceitos clássicos com os quais os estudos de impacto ambiental têm trabalhado a equipe técnica optou por utilizar os conceitos de Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (All) e Área de Abrangência Regional (AAR).

O conceito de AAR engloba os estados a serem atendidos/ beneficiados e onde os investimentos/empreendimentos demandantes possam aumentar a antropização da região. Justifica-se a utilização do conceito de AAR uma vez que o empreendimento em questão possui impactos regionais com disseminação de efeitos que ultrapassam a definição de All. O conceito de AAR tem sido utilizado em estudos de impacto ambiental, no que se refere ao meio socioeconômico, possibilitando que sejam verificados os efeitos cumulativos do projeto em relação aos projetos já existentes ou em estudo na região. A AAR deste estudo ficou definida como englobando os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No estado paranaense, fazem parte da All, seis municípios, no estado catarinense serão oito municípios e o Rio Grande do Sul será o estado com o maior número de municípios, 31 no total para essa área de influência.

Contudo, optou-se pelo recorte territorial de mesorregião e microrregiões geográficas. Segundo o IBGE, estes recortes visam traduzir as diferenças na organização do território nacional quanto às questões sociais e políticas, oferecendo condições de agregação de informações do âmbito dos municípios para unidades maiores. O recorte das mesorregiões também permite a recomposição das séries históricas (uma exigência do termo de referência para a realização destes estudos), uma vez que os limites permanecem praticamente inalterados, a despeito da emancipação dos municípios.

Ressalta-se também que a definição de mesorregiões e microrregiões é consagrada nos estudos socioeconômicos, com destaque para a região sul, que possui um rico referencial bibliográfico fundamentado neste recorte territorial, o qual foi extremamente importante para embasar as análises deste estudo de impacto ambiental.

Para efeitos deste estudo consideraremos All:

- a) Mesorregião Centro Sul Paranaense e suas respectivas microrregiões de Guarapuava e Palmas;
- b) Mesorregião Sudoeste Paranaense e a Microrregião de Pato Branco;
- c) Mesorregião Oeste Catarinense e as microrregiões de Concórdia e Xanxerê;
- d) Mesorregião do Noroeste Rio Grandense e as microrregiões de Erechim e Passo Fundo;
- e) Mesorregião do Nordeste Rio Grandense e as microrregiões de Guaporé e Caxias do Sul;
- f) Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e as microrregiões de Montenegro e Porto Alegre.

A Área de Influência Direta – AID – tem sido definida como o território onde as condições econômicas e sócio-culturais e as características físicas e ambientais sofrem impactos de maneira primária, havendo uma relação direta de causa e efeito. Para a realização de análise com grau de detalhamento maior foram identificados como AID os municípios que abrigarão os canteiros e subcanteiros que serão utilizados para a implantação do empreendimento, as comunidades/localidades atravessadas pela LT e municípios que por ventura tenham sua sede administrativa inserida em até 2 km com relação ao traçado da LT.

Segue a lista dos municípios da AID:

<b>PR</b>	1	Coronel Vivida
	2	Pato Branco
<b>SC</b>	3	Xanxerê
	4	Bom Jesus
<b>RS</b>	5	Água Santa
	6	São Domingos do Sul
	7	Vista Alegre do Prata
	10	Cotiporã
	11	São José do Sul
	12	Montenegro
	13	Erechim



---

Para que sejam oportunamente levantadas as informações que subsidiarão a elaboração das diversas análises temáticas, têm-se como base metodológica de ação duas grandes vertentes:

#### *6.4.2.1 Levantamento Bibliográfico e de Dados Secundários*

O levantamento bibliográfico constituiu-se na fase inicial dos trabalhos, quando foram compilados os documentos e dados disponíveis sobre a região, o empreendimento e os diversos temas a serem considerados. Essa atividade foi desenvolvida através de procura nas várias fontes de informação, desde os arquivos do empreendedor até bibliotecas de instituições públicas e privadas, além da busca pela internet.

Em seguida, voltou-se para a identificação de documentos através de contatos com informantes qualificados, entre eles os funcionários públicos e de órgãos de pesquisa e técnicos que trabalham na região.

Entre os documentos consultados encontram-se aqueles elaborados pelas equipes técnicas dos órgãos vinculados às administrações municipais, estadual e federal; pesquisas, monografias e teses desenvolvidas por centros acadêmicos e universidades. Foram examinados estudos ou avaliações disponíveis sobre a área, desde os documentos mais antigos, que fornecem informações sobre a história de ocupação da área, até os estudos mais recentes.

Foram pesquisados os dados divulgados pelo IBGE através dos Censos Demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD e das Contagens Populacionais. Estes dados, quando da execução das pesquisas, serão objeto de avaliação, tendo em vista a importância do uso de informações atualizadas. Bancos de dados com estatísticas do SUS, da ANATEL e da ANEEL também subsidiaram as análises realizadas neste estudo.

As informações secundárias fundamentaram, junto com os resultados das pesquisas de campo, o desenvolvimento dos diagnósticos e proposições.

#### *6.4.2.2 Levantamento de Dados Primários obtidos das Entrevistas com Informantes Qualificados*

As entrevistas com lideranças e informantes qualificados, que envolveram pesquisas em campo, têm como objetivo fundamental e enriquecer a análise de dados secundários a ser apresentada nos diversos estudos temáticos que integram este documento. Foram conduzidas com base em um roteiro de entrevistas previamente estruturado contemplando questões gerais inseridas para todos os entrevistados e questões específicas sobre o tema pesquisado

Foram entrevistadas autoridades estaduais e municipais, representantes de instituições públicas e privadas e das entidades ambientalistas. Também contatadas lideranças comunitárias.

Nesses contatos, procurou-se conhecer a visão dos entrevistados sobre a inserção do empreendimento na região, a história de ocupação e as tendências de expansão ou transformações da área de estudo em termos socioeconômicos e culturais. Nos contatos com os representantes e lideranças da área de entorno, além desses aspectos foram avaliadas as características dos serviços oferecidos aos residentes, suas demandas e as formas de associativismo.

A seguir são apresentados os roteiros das entrevistas:

**ROTEIRO INSTITUCIONAL- GESTORES PÚBLICOS, LIDERANÇAS E ASSOCIAÇÕES**

Instituição:															
Informante:															
Município/UF:					Localidade/Bairro:										
Coordenadas:															
Imagens:															
<b>Economia:</b> Pólos Industriais, Educacionais, Comerciais e de Serviços (turismo, outros):															
Quais tem sido as maiores possibilidades de trabalho (assalariado ou autônomo/formal ou informal) tanto para homens, como mulheres e jovens?															
Características do município/região:															
					<input type="checkbox"/> assentamentos										
<input type="checkbox"/> povoados					<input type="checkbox"/> propriedades rurais										
<input type="checkbox"/> vilas					<input type="checkbox"/> Outros:										
<input type="checkbox"/> núcleos urbanos					_____										
Quantos moradores?															
Utiliza infraestrutura de outras localidades? Onde e quais?															
<b>Saúde:</b> Hospitais regionais:															
Postos:															
Nº de atend./mês:					Capacidade de atend./mês:										
Principais endemias e epidemias dos últimos anos:															
Qualidade/deficiências:															
<b>Educação:</b> Há escola? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não															
Variáveis	Municipais					Estaduais					Federais				
	P	F	M	T	S	P	F	M	T	S	P	F	M	T	S

Nº estabelecimentos																	
Nº alunos																	
Nº vagas disponíveis																	
Nº docentes																	
<b>P:</b> Pré-escolar; <b>F:</b> fundamental; <b>M:</b> Médio; <b>T:</b> Técnico; <b>S:</b> Superior.																	
Aspectos qualitativos (deficiências/qualidades/infraestrutura):																	
<b>Segurança Pública</b>																	
Nº de Viaturas						Efetivo						Nº atendimento/mês					
Qualidade (deficiências):																	
Maiores ocorrências:																	
<b>Transporte:</b> coletivo, táxi, outros:																	
Qualidade (deficiências):																	
<b>Lazer:</b> atividades mais comuns, infraestrutura, esportes (qualidade/deficiências):																	
<b>Saneamento:</b> (projetos em andamento):																	
Água encanada:																	
Esgotamento (fossa, rede regeral):																	
Tratamento de esgoto:																	
Drenagem urbana e rural																	
Coleta lixo?																	
Coleta Seletiva?																	
Destino lixo (aterro):																	

Vias de Acesso (iluminação, calçamento, sinalização, outros):	
Meios de comunicação (rádio, tv, internet, jornal):	
Organização Social (associações, cooperativas):	Participação?
Há problemas gerados por pressão migratória (influência de atividades econômicas?):	
Alterações recentes no processo de ocupação? Processo de favelização?	
Conflitos sociais (funditários, assentamentos):	
Comunidades tradicionais?	
Existência ou não de programas de educação ambiental formais.	
Como tem sido a cobertura do sistema de energia elétrica para a população residente?	
Como o poder público se coloca diante do empreendimento? Quais as expectativas?	

**Roteiro de Entrevista: Linha de Transmissão 525 kW**

Coordenadas

(pontos/GPS): \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Imagens: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Localidade/Bairro: \_\_\_\_\_

<b>Perfil do Entrevistado</b>	
Nome (opcional):	Idade:
Endereço:	Ocupação:
Trabalha: na Localidade ( ) em Outra ( ) Qual?	
Reside no meio: ( ) Rural ( ) Urbano	
Escolaridade: ( ) ensino fundamental ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio superior incompleto ( ) superior Outro:	
Quantas pessoas residem na casa?	
Quantas em idade escolar?	Frequentam escola?
Outro curso?	
Quantas contribuem com a renda?	
Renda Familiar: ( ) até 1 salário mínimo (sm) ( ) de 1 a 3 sm	( ) de 3 a 5 sm ( ) Acima de 5 sm
Qual é a principal fonte de renda?	
Tem conhecimento da implantação de uma Linha de Transmissão na região? Como ficou sabendo?	
Acha que o empreendimento trará algum prejuízo? Qual(is)?	
Acha que o empreendimento trará algum benefício? Qual(is)?	

<b>Perfil do Entrevistado</b>				
<b>SERVIÇOS</b>	<b>PÉSSIMO</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>ÓTIMO</b>
EDUCAÇÃO				
ENERGIA ELÉTRICA				
SAÚDE				
SANEAMENTO				
SEGURANÇA				
INFRAESTRUTURA (iluminação, calçamento, transporte, coleta lixo, esgoto, água encanada, outros)				

OBS. \_\_\_\_\_

Utiliza serviços de outra localidade/Município? ( ) SIM ( ) NÃO

Por que?

De onde?

Qual(is) serviços?

Deficiência(s) na

localidade: \_\_\_\_\_

OBS. \_\_\_\_\_

### 6.4.3 Caracterização da População

#### 6.4.3.1 Região Sul do Brasil

A região sul é a menor das macrorregiões do Brasil, formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua área terrestre é de 576.409,6 km<sup>2</sup> e limita-se ao sul com o Uruguai, a oeste com a Argentina e o Paraguai, a noroeste e ao norte com os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, a leste com o Oceano Atlântico, conforme apresentado na Figura 6.4.1 a seguir.



Figura 6.4.1: Região Sul do Brasil

Definida como Área de Abrangência Regional (AAR) neste estudo esta região tem como importante diferencial, em relação às demais regiões do país, a forma como foi colonizada. Enquanto nas regiões nordeste e sudeste efetuou-se a ocupação humana nos séculos XVI e XVII, o povoamento da região Sul ocorreu, de maneira definitiva, principalmente na segunda metade do século XIX e XX.



---

Antes disso, no século XVII, as bandeiras paulistas proporcionaram a fixação humana no litoral de Santa Catarina e Paraná. Os bandeirantes atacavam as missões dos jesuítas para aprisionar os índios; estes se interessaram pelo comércio de gado. Fundaram-se, assim, as primeiras vilas no litoral.

Em 1680, Portugal estende seus domínios até o Rio Prata, onde fundou a Colônia do Sacramento. No litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram fundados alguns fortes militares, que deram origem a pequenos povoados e, posteriormente, as cidades de Castro (Paraná), Lages (Santa Catarina) e Vacaria (Rio Grande do Sul).

Somente no século XVIII o governo português começou a colonizar a região litorânea, introduzindo colonos açorianos, que se estabeleceram em colônias agrícolas, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contudo, os açorianos eram pescadores e não lavradores, além de terem sido colocados em regiões com solos arenosos difíceis de serem cultivados. Em Florianópolis observa-se hoje a influência açoriana, especialmente nos distritos de Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa (SCHNEEBERGER e FARAGO, 2003).

No século XIX, para garantir a posse do sul do Brasil, Portugal doava terras a militares. Surgiram, dessa forma, grandes latifúndios, transformados em propriedades pastoris. O charque (carne de boi seca e salgada) passou a ser exportado para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O povoamento definitivo de toda região sul se dá graças à colonização europeia, à cultura do café e às frentes pioneiras. No período de 1820-1830 são organizadas as primeiras colônias, sendo que foram os alemães que iniciaram a corrente de imigração, estabelecendo-se em São Leopoldo, próximo à Porto Alegre. O café teve um papel preponderante na ocupação do norte do Paraná, em virtude das suas características fisiográficas.

Verifica-se, contudo, que a ocupação realizada através da colonização europeia, com destaque para os colonos alemães e italianos, não foi semelhante para todos os estados do Sul. As condições do relevo e vegetação das áreas

ocupadas propiciaram o desenvolvimento de colônias com atividades econômicas distintas.

De acordo com Schneeberger e Farago (2003), a colonização europeia do Sul introduziu a pequena atividade agrícola explorada pelas famílias. A divisão dessas propriedades por meio da herança possibilitou o deslocamento de muitos indivíduos para novas regiões. Inicia-se, dessa forma, a expansão das áreas cultivadas e das propriedades. Nestas glebas de terra desenvolveram-se principalmente as policulturas utilizando a mão de obra familiar. Culturas com característica de clima subtropical, como o trigo e a uva tinham como destino o abastecimento do mercado local.

No século XX foram abertas novas frentes de povoamento na porção ocidental dos Estados do Paraná e Santa Catarina, através da estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul. Por volta de 1930, a procura de terras para a cultura do café trouxe para o norte do Paraná paulistas, mineiros e nordestinos.

No curso dos anos 70, diversifica-se a base produtiva da região sul, através da modernização da produção e pela grande expansão de culturas, com destaque para a produção de soja. A consolidação da base produtiva gera o esvaziamento de extensas áreas rurais e direciona o fluxo migratório para diversos centros urbanos, proporcionando a estruturação do sistema urbano da região Sul, com nítidas áreas de concentração (MOURA e KLEINKE, 1999).

Na Tabela 6.4 1 é possível verificar os dados referentes à população dos estados e das respectivas capitais da região Sul do Brasil:

TABELA 6.4 1: POPULAÇÃO DOS ESTADOS E CAPITAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL- 2010

LOCALIDADE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO		
		2000	2010	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2011
Paraná	52,4	9563458	10266737	10512349
Curitiba	435,27	1587315	1751907	1764541
Santa Catarina	65,29	5356360	6178603	6317054
Florianópolis	627,24	342315	421240	427298
Rio Grande do Sul	39,79	10187842	10693929	10733030
Porto Alegre	2837,52	1360590	1409351	1413094
Região Sul	47,59	25110348	27022098	27562433

Fonte: IBGE, 2012

De acordo com a publicação do IBGE “Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil”, no que se refere ao volume de deslocamentos, a região sul apresentou características diferenciadas entre seus estados.

O Paraná, tradicionalmente expulsor de população, mostrou-se uma região de rotatividade migratória. São Paulo e Santa Catarina apresentam as maiores contribuições de imigrantes para o Paraná. O Rio Grande do Sul caracterizou-se como área de baixa evasão, sendo os estados de sua própria região receptores de seus migrantes. Santa Catarina foi classificado por este estudo como área de baixa absorção, tendo como principais espaços de origem de seus imigrantes o Rio Grande do Sul e Paraná (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011).

Se no início do século XX as imigrações para o Rio Grande do Sul eram de longa distância, tem predominado na década de 2000 migrações de curta distância. Houve uma diminuição da participação da população italiana e alemã e um aumento na participação de imigrantes uruguaios e argentinos. Da mesma forma, já há algumas décadas tem aumento o contingente de imigrantes interestaduais oriundos

do Paraná e Santa Catarina. Observa-se também entre os estados vizinhos da região sul o fenômeno da “migração de retorno”: uma parte das pessoas que emigram, ao retornarem ao estado trazem família formada por naturais do estado para onde migraram. A migração de retorno foi especialmente importante com relação aos estados da região norte e centro oeste, principalmente em razão do fracasso das políticas de colonização (JARDIM e BARCELLOS, 2012).

O balanço demográfico entre imigração e emigração no crescimento da população do Rio Grande do Sul vem diminuindo desde a década de 1970. Com isto, a população do estado tende a aproximar-se de uma relativa estabilidade. De fato, o censo de 2000 revelou uma nova tendência para o Rio Grande do Sul: de estado “expulsor” passa a ser “receptor” da população (JARDIM e BARCELLOS, 2012).

#### 6.4.3.1.1 Mesorregião Centro-Sul Paranaense

A mesorregião Centro-Sul Paranaense é uma das dez mesorregiões do Paraná, formada pelas seguintes microrregiões e municípios, conforme apresentado no Quadro 6.4.1, a seguir:

QUADRO 6.4.1: MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

MESORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Guarapuava	Foz do Jordão
	Campina do Simão
	Candói
	Cantagalo
	Espigão Alto do Iguaçu
	Goioxim
	Guarapuava
	Inácio Martins
	Laranjeira do Sul
	Marquinho
	Nova Laranjeiras
	Pinhão
	Porto Barreiro
	Quedas do Iguaçu
	Reserva do Iguaçu
	Rio Bonito do Iguaçu
	Turvo
	Virmond
Palmas	Clevelândia
	Coronel Domingos Soares
	Honório Serpa
	Mangueirinha
	Palmas
Pitanga	Boa Ventura de São Roque
	Laranjal
	Mato Rico
	Palmital
	Pitanga
	Santa Maria do Oeste



Figura 6.4.2: Mesorregião Centro-Sul Paranaense

A história da mesorregião Centro-Sul Paranaense remonta ao século XVII, atravessando os ciclos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. De uma maneira geral, o desenvolvimento dessa região sempre esteve associado à exploração de algum recurso da natureza. Por se caracterizar como uma sociedade campeira (tradicional, patriarcal e latifundiária) e por não ter disponível de maneira satisfatória vias de comunicação, um entrave à sua integração viária às áreas mais dinâmicas do estado, foi freada a ocupação regional em larga escala, tendo se mantido escassa sua população (IPARDES, 2004a).

Em 1970 a região Centro-Sul Paranaense abrigava cerca de 338 mil habitantes, constituindo-se uma das áreas menos populosas do estado, apresentando a maior parte da população residindo no meio rural. Entre 1970 e 1980, essa região experimentou uma alta taxa de crescimento populacional. Porém, nas décadas seguintes, ocorreram perdas demográficas no meio rural e, mesmo que tivesse sido observado ritmos expressivos de crescimento populacional nas áreas urbanas, o conjunto da mesorregião experimentou taxas declinantes.

Dessa forma, o peso populacional da região, em relação ao total do estado, permaneceu baixo e estável nas três últimas décadas do século XX. Já em 2000, o Centro-Sul abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural no Paraná (IPARDES, 2004a).

Abaixo, na Tabela 6.4 2, é possível se verificar os dados referentes à população da mesorregião Centro-sul Paranaense e das microrregiões de Guarapuava e Palmas:

TABELA 6.4 2: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE E DAS MICRORREGIÕES DE GUARAPUAVA E PALMAS- 2010

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
Mesorregião Centro-Sul Paranaense	453.821	21,1
Microrregião de Guarapuava	378086	24,6
Microrregião de Palmas	90369	17,2

Fonte: IBGE, 2012.

O meio rural da mesorregião Centro- Sul Paranaense vem experimentando saldos negativos elevados, especialmente nas últimas décadas do século XX. Também têm se mantido negativos os ganhos populacionais das áreas urbanas, ao se computar o saldo e a taxa líquida da mesorregião (IPARDES, 2004).

Embora a mesorregião receba fluxos imigratórios, vindos, sobretudo, de outras áreas do Estado do Paraná, são bastante volumosas suas perdas populacionais, o que acaba por provocar um saldo negativos nas trocas da população. Na Tabela 6.4 3, abaixo, podemos evidenciar o que tem ocorrido:





TABELA 6.4 3: POPULAÇÃO TOTAL, GRAU DE URBANIZAÇÃO, TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO MÉSORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ- 1970-2000

Messorregião	População 2000	Grau de urbanização 2000	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)									Distribuição da população em 2000 (%)		
			População total			População urbana			População rural			Total	Urbana	Rural
			1970 1980	1980 1991	1991 2000	1970 1980	1980 1991	1991 2000	1970 1980	1980 1991	1991 2000			
Noroeste	641.084	77,3	-2,51	-1,17	-0,25	3,60	1,85	1,29	-5,91	-5,22	-4,20	6,7	6,4	8,2
Centro-Occidental	346648	72,6	-2,34	-0,68	-1,24	5,42	3,01	0,71	-5,35	-4,36	-5,07	3,6	3,2	5,4
Norte Central	1.829.068	88,4	-0,28	0,93	1,24	4,74	2,99	2,18	-5,58	-4,67	-4,00	19,1	20,8	11,9
Norte Pioneiro	548.190	75,1	-2,09	-0,26	-0,15	2,65	2,53	1,61	-4,91	-3,71	-4,11	5,7	5,3	7,7
Centro-Oriental	623.356	81,2	2,90	1,35	1,46	4,64	3,15	2,54	0,70	-2,32	-2,21	6,5	6,5	6,6
Oeste	1.138.582	81,6	2,47	0,51	1,28	12,48	3,78	2,77	-2,33	-4,47	-3,51	11,9	11,9	11,8
Sudoeste	472.626	59,9	1,56	-0,78	-0,13	7,61	2,78	2,57	-0,33	-3,03	-3,16	4,9	3,6	10,7
Centro-Sul	533.317	60,9	2,97	0,93	0,69	8,39	2,63	3,36	0,55	-0,40	-2,42	5,6	4,2	11,7
Sudeste	377.274	53,6	1,23	1,30	0,89	4,34	2,73	3,09	-0,26	0,31	-1,17	3,9	2,6	9,9
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	90,6	4,95	2,84	3,13	6,74	3,18	3,28	-1,96	0,44	1,82	31,9	35,5	16,2
PARANÁ	9.563.458	81,4	0,97	0,93	1,40	5,97	3,01	2,59	-3,32	-3,03	-2,61	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPARDES, 2004.



---

Observa-se que nos anos de 1970 e 1980 a taxa média geométrica de crescimento anual (2,97%) foi positiva, tendo se reduzido ao longo das décadas subsequentes, chegando a 0,69% nos período entre 1991 e 2000. Houve um aumento na população urbana no período entre 1991 e 2000 (3,36%) se compararmos com o período entre 1980 e 1991(2,63%). Contudo, se nos remetermos ao período entre 1970 e 1980 observamos uma queda brusca nesta taxa, de 8,39% chega a 3,36%. A queda na taxa média de crescimento geométrico da população rural no período entre 1991 e 2000 (-2,42%) caiu em relação aos períodos anteriores.

Na Tabela 6.4 4, a seguir, verifica-se os valores relativos ao processo migratório nas mesorregiões do Paraná:



TABELA 6.4 4: IMIGRANTES, EMIGRANTES E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMESORREGIONAIS (INTRA-ESTADUAIS) E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ- 1995/2000

Messorregião	Imigrantes			Emigrantes			Trocas líquidas		
	Intermesor-regionais	Interestaduais	Total	Intermesor-regionais	Interestaduais	Total	Intermesor-regionais	Interestaduais	Total
Noroeste	23.045	23.239	46.284	35.692	33.009	68.701	-12.647	-9.770	-22.417
Centro-Ocidental	13.661	7437	21098	33168	20.000	53.168	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	60.726	69.279	130.006	52.892	59.528	112.419	7.835	9.751	17.586
Norte Pioneiro	15.058	19713	34771	24.820	24014	48.834	-9.762	-4.301	-14.063
Centro-Oriental	22.261	10313	32.573	24906	9.263	34.168	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	33.562	35.710	69.272	50646	52.469	103.116	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	10.656	13698	24.355	27.245	32655	59.900	-16.589	-18.956	-35.545
Centro-Sul	20.218	8.490	28.708	31.934	16.681	48.615	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	10.134	5.078	15.212	18792	8.084	26.876	-8.658	-3.006	-11.664
Metrop. de Curitiba	133.124	104.356	237.480	42.353	66952	109.306	90.771	37.404	128.175
PARANÁ	342.447	297.311	639.759	342.447	322655	665.103	0	-25.344	-25.344

Fonte: IPARDES, 2004.



---

Observa-se intensa mobilidade populacional nas espacialidades da região, envolvendo trocas intermunicipais no interior da própria mesorregião, entre mesorregiões distintas, bem como interestaduais, o que se constitui um forte elemento do padrão demográfico das localidades (IPARDES, 2004).

É importante se destacar que a mesorregião Centro-Sul Paranaense se destaca no estado por apresentar grande número de assentamentos rurais, que vêm, gradativamente, se instalando neste território. Esse afluxo de população rural, embora não tem sido suficiente para contrabalançar os efeitos das mudanças estruturais da base produtiva regional, que tem poupado mão de obra agrícola, interfere diretamente nas áreas urbanas próximas (IPARDES, 2004).

Nos anos 90 os municípios da mesorregião registraram expressivos decréscimos da população rural em contraposição aos elevados incrementos urbanos. De acordo com o relatório do IPARDES, é bem possível que grande parte do crescimento dos centros urbanos da região decorra do êxodo rural dos entornos e dos efeitos dos assentamentos rurais sobre as imediações (IPARDES, 2004).

6.4.3.1.2 Mesorregião Sudoeste Paranaense



Figura 6.4.3: Mesorregião Sudoeste Paranaense.

Esta mesorregião é formada pelas seguintes microrregiões e municípios, conforme apresentado no Quadro 6.4.2, a seguir.

QUADRO 6.4.2: MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Capanema	Ampére Bela Vista da Caroba Capanema Pérola d'Oeste Planalto Pranchita Realeza Santa Izabel do Oeste
Francisco Beltrão	Barracão Boa Esperança do Iguaçu Bom Jesus do Sul Cruzeiro do Iguaçu



MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Dois Vizinhos Enéas Marques Flor da Serra do Sul Francisco Beltrão Manfrinópolis Marmeleiro Nova Esperança do Sudoeste Nova Prata do Iguaçu Pinhal de São Bento Renascença Salgado Filho Salto do Lontra Santo Antônio do Sudoeste São Jorge d'Oeste Verê
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul Chopinzinho Coronel Vivida Itapejara d'Oeste Mariópolis Pato Branco São João Saudade do Iguaçu Sulina Vitorino

Mondardo e Backes (2008) afirmam que a dinâmica migratória da mesorregião Sudoeste Paranaense foi decisiva na sua formação territorial, somado ao processo de urbanização dessa região. Um fator preponderante, para a evolução dos contingentes populacionais, neste contexto, têm sido as migrações internas, que vêm funcionando como mola propulsora do processo de interiorização e alargamento da fronteira rural. Tais movimentos são resultado do processo de

urbanização e da expansão capitalista no território brasileiro e seus reflexos na economia e sociedade desta mesorregião.

Abaixo, temos a Tabela 6.4 5 com os dados sobre a população da mesorregião Sudoeste Paranaense e microrregião de Pato Branco:

TABELA 6.4 5: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE E DA MICRORREGIÃO DE PATO BRANCO

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
Mesorregião Sudoeste Paranaense	587.496	40,92
Microrregião de Pato Branco	159424	39,7

Fonte: IPARDES, 2012.

Tem se observado a tendência de perdas populacionais no Sudoeste Paranaense, embora essa região receba fluxos imigratórios, de natureza tanto intra como interestadual, conforme pode-se observar na Tabela 6.4.5, logo acima.

Segundo dados do IBGE, Pato Branco e Francisco Beltrão têm apresentado altos índices de emigração. Destaca-se que os emigrantes se deslocam tanto para morar em outros municípios da própria mesorregião, como em outras regiões, geralmente por motivos de estudo e trabalho (MONDARDO e BACKES, 2008).

Em relação ao ano de 1995, observa-se que em 2000 acentuou-se a migração no Sudoeste do Paraná e Francisco Beltrão, bem como na maioria dos municípios. O município de Pato Branco atinge um número de emigrantes de 4032 e Francisco Beltrão, 3094, como apresentado nas figuras 6.4.4 e 6.4.5, a seguir:

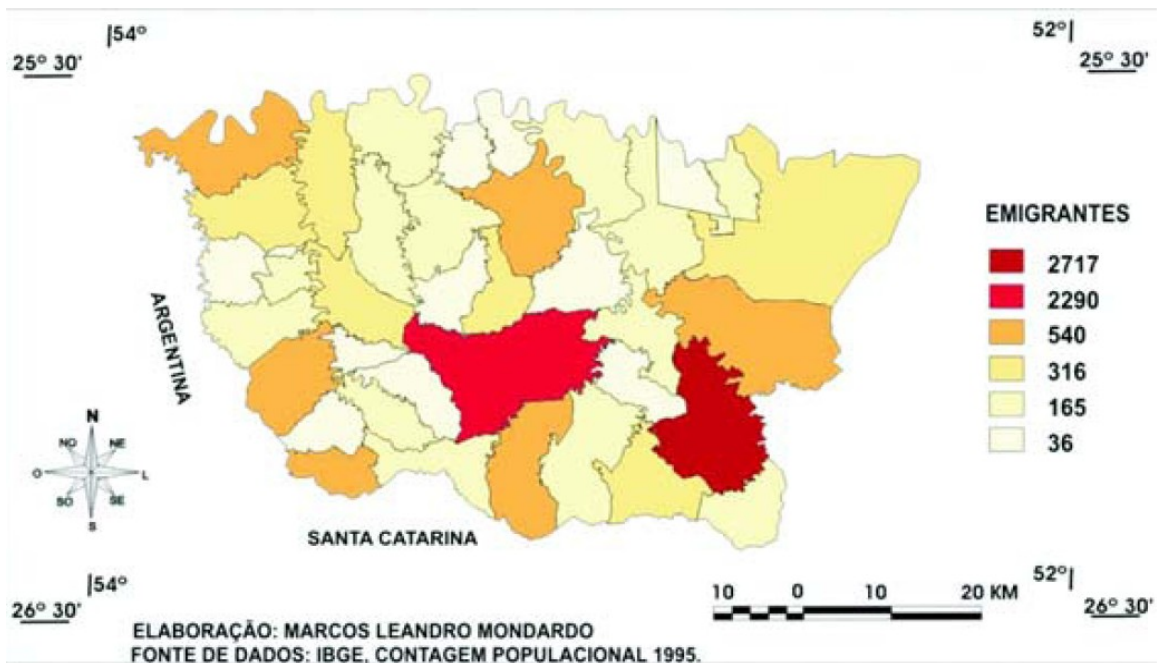


Figura 6.4.4: Migração no Sudoeste Paranaense , 1995.

Fonte: MONDARDO e BACKES, 2008.

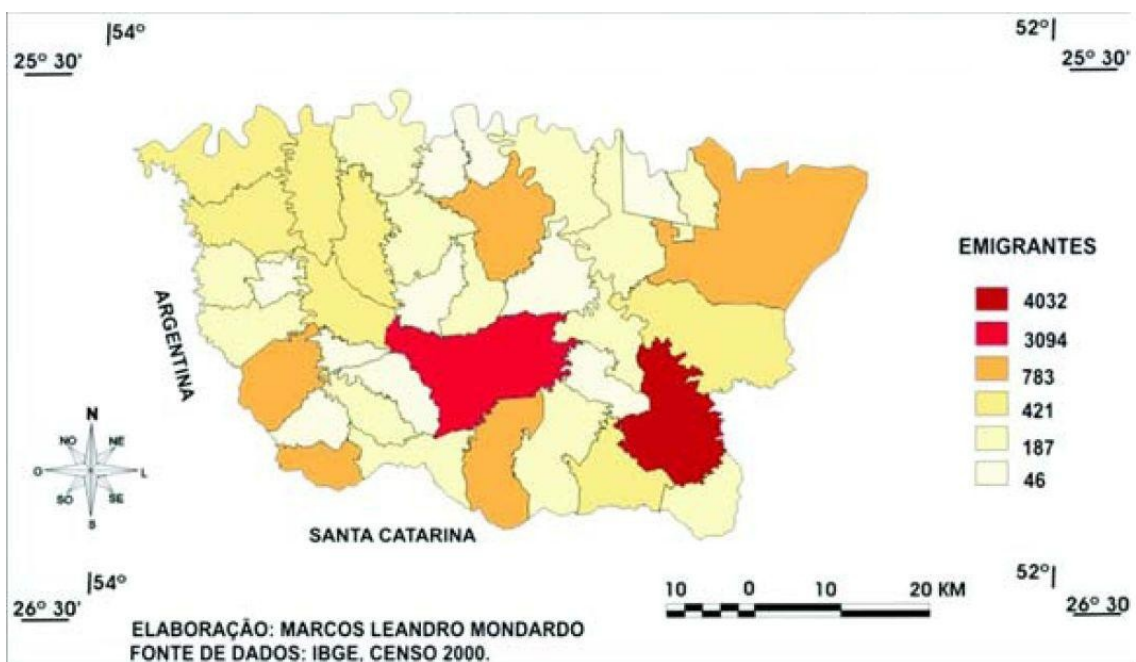


Figura 6.4.5: Migração no Sudoeste Paranaense, 2000.

Fonte: MONDARDO e BACKES, 2008.

Uma das características importantes do processo migratório nesta mesorregião está associada às tendências de expansão da urbanização do Estado do Paraná. A singularidade deste estado se refere à rapidez e intensidade deste processo (MONDARDO e BACKES, 2008).

#### 6.4.3.1.3 Mesorregião Oeste Catarinense

Pode-se verificar a localização da mesorregião Oeste Catarinense na Figura 6.4.6:

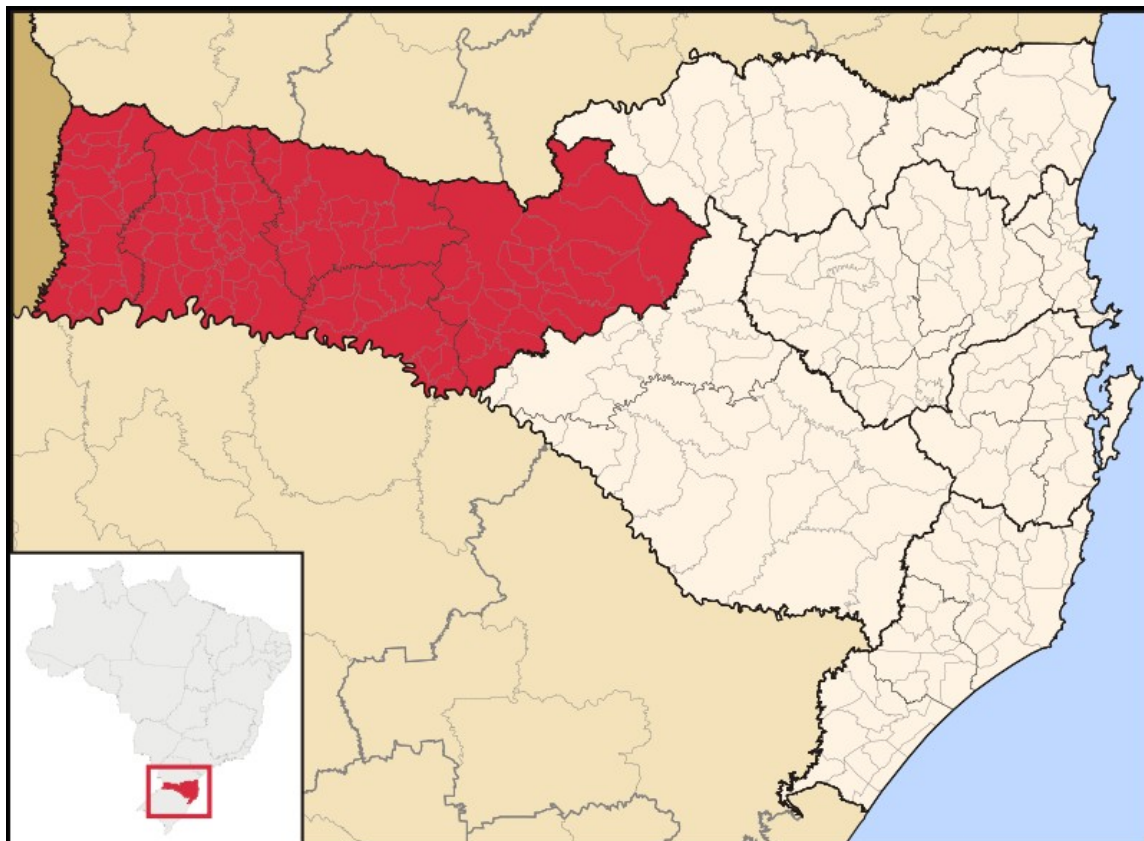


Figura 6.4.6: Mesorregião Oeste Catarinense.

A mesorregião Oeste Catarinense é formada pelas seguintes microrregiões e municípios, conforme apresentado no Quadro 6.4.3, a seguir.

QUADRO 6.4.3: MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Chapecó	Águas de Chapecó Águas Frias Bom Jesus do Oeste Caibi Campo Erê Caxambu do Sul Chapecó Cordilheira Alta Coronel Freitas Cunha Porã Cunhataí Flor do Sertão Formosa do Sul Guatambu Iraceminha Irati Jardinópolis Maravilha Modelo Nova Erechim Nova Itaberaba Novo Horizonte Palmitos Pinhalzinho Planalto Alegre Quilombo Saltinho Santa Terezinha do Progresso Santiago do Sul São Bernardino São Carlos São Lourenço do Oeste São Miguel da Boa Vista

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Saudades Serra Alta Sul Brasil Tigrinhos União do Oeste
Concórdia	Alto Bela Vista Arabutã Arvoredo Concórdia Ipira Ipumirim Irani Itá Lindóia do Sul Paial Peritiba Piratuba Presidente Castelo Branco Seara Xavantina
Joaçaba	Água Doce Arroio Trinta Caçador Calmon Capinzal Catanduvas Erval Velho Fraiburgo Herval d'Oeste Ibiam Ibicaré Iomerê Jaborá

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Joaçaba Lacerdópolis Lebon Régis Luzerna Macieira Matos Costa Ouro Pinheiro Preto Rio das Antas Salto Veloso Tangará Treze Tílias Vargem Bonita Videira
São Miguel do Oeste	Anchieta Bandeirante Barra Bonita Belmonte Descanso Dionísio Cerqueira Guaraciaba Guarujá do Sul Iporã do Oeste Itapiranga Mondaí Palma Sola Paraíso Princesa Riqueza Romelândia Santa Helena São João do Oeste São José do Cedro

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	São Miguel do Oeste Tunápolis
Xanxerê	Abelardo Luz Bom Jesus Coronel Martins Entre Rios Faxinal dos Guedes Galvão Ipuaçú Jupiaá Lajeado Grande Marema Ouro Verde Passos Maia Ponte Serrada São Domingos Vargeão Xanxerê Xaxim

Nas duas primeiras décadas do século XX a mesorregião do Oeste Catarinense era considerada praticamente despovoada, uma vez que as autoridades não consideravam a presença de indígenas e caboclos. Como medida para “povoar” essa região o governo estadual, então, começou a distribuir glebas de terras. Os beneficiados pelas concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar terras. Vieram, então, muitos colonos do Rio Grande do Sul, geralmente descendentes de italianos e alemães (PAIM, 2006).

Segundo Rammé (2012), apenas no século XX a Mesorregião Oeste Catarinense se integrou à dinâmica econômica extra-regional. As atividades econômicas eram parcialmente integradas e a região tinha uma função de passagens de pessoas e produção. Fatores como disputa territorial com a Argentina



e a Guerra do Contestado, bem como a disputa territorial com o Estado do Paraná, contribuíram para o atraso desta integração regional (RAMMÉ, 2012).

Na década de 1940 foram difundidas na região a policultura, com a produção de milho, batata, feijão e mandioca. Contudo a inexistência de vias e a distância dos mercados consumidores, bem como a carência de circulação de moeda tornou-se um grande problema para os produtores (RAMMÉ, 2012).

A partir da segunda metade do século XX inaugura-se o modelo agroindustrial no Oeste Catarinense e a indústria alimentícia passa a organizar o território.

Na década de 1960, em decorrência da mecanização no campo, inicia-se um processo de êxodo rural rumo às áreas urbanas, especialmente aquelas que possuíam indústrias (PAIM, 2006).

Analisando-se a variação populacional total dos municípios que conformam essa mesorregião no período entre 1991 e 2010, observa-se que apenas três municípios variaram negativamente entre -67% e -35%, uma retração considerada fortíssima: São Miguel da Boa Vista, São Bernadino e Santa Terezinha do Progresso. Uma análise geral da mesorregião demonstra que 56,78% dos municípios tiveram perda populacional no período estudado. (RAMMÉ, 2012).

Os municípios que tiveram acréscimo populacional de 0,1% até 35% representam 38,14% e estão mais difundidos nas microrregiões de Xanxerê, Concórdia e Joaçaba. Já aqueles que variaram entre 35,01% até 80% representam apenas 8,47% e são representados por 10 municípios, destacando-se os pólos regionais como Chapecó e Caçador. O expressivo aumento populacional nos municípios de população reduzida pode ser vinculado à instalação de empreendimentos econômicos de maior porte, os quais atraem sazonalmente as populações do entorno (RAMMÉ, 2012).

Segundo as análises de Rammé (2012), as microrregiões de Xanxerê e São Miguel do Oeste não apresentaram variações populacionais positivas expressivas.

Na Tabela 6.4 6, observa-se os dados referentes à população da Mesorregião Oeste Catarinense, Microrregiões de Concórdia e Xanxerê.

TABELA 6.4 6: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE, MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA, MICRORREGIÃO DE XANXERÊ - 2010

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/ KM <sup>2</sup> )
Mesorregião Oeste Catarinense	1200532	42,6
Microrregião de Concórdia	141. 810	45
Microrregião de Xanxerê	152465	32

Fonte: IBGE, 2010.

O Oeste Catarinense apresentou elevados índices de crescimento populacional somente até a década de 1970. Nas décadas seguintes ocorre uma diminuição paulatina, sendo que, em 2000, a participação dessa região em relação à população do Estado de Santa Catarina atinge 20,93%. Os dados demográficos demonstram que essa diminuição é fruto de movimentos migratórios em direção a novas áreas (ALVES e MATTEI, 2006).

A mesorregião Oeste Catarinense apresenta uma dinâmica demográfica inferior a do Estado de Santa Catarina. Entre os anos de 2000 e 2004, o crescimento demográfico foi da ordem de 3,08%, tendo havido uma evasão populacional de 28.026 habitantes no decorrer destes anos.

Os dez municípios mais populosos da mesorregião centralizam cerca de 70% dos fluxos migratórios destinados a essa região. Observa-se importante concentração populacional na cidade de Chapecó, que além de reunir cerca de 15%

---

da população mesorregional recebeu cerca de 50% do fluxo que se dirigiu a cidades do Oeste Catarinense (ALVES e MATTEI, 2006).

Alves e Mattei (2006) dividem o movimento demográfico na mesorregião Oeste Catarinense em três grupos formado pelos seguinte municípios:

1. **Chapecó, Caçador, Videira e Joaçaba:** apresentam crescimento populacional positivo e fluxo populacional positivo. Porém, vale ressaltar que o dinamismo demográfico dessa região não tem conseguido atrair nem 1/4 do fluxo de migrantes da mesorregião.
2. **Xanxerê e Concórdia:** apresentam fluxos de movimento migratório negativo, porém com um crescimento populacional positivo.
3. **Dionísio Cerqueira, Palmitos, Maravilha, São Lourenço D'Oeste, São Miguel D'Oeste:** vêm sofrendo diminuição bruta de sua população, através de taxas negativas de migração e decréscimo populacional. Com exceção de São Miguel D'Oeste, todos os outros municípios apresentam pequeno porte populacional.

A Figura 6.4.7 a seguir permite uma visualização espacial do movimento demográfico no Oeste de Santa Catarina.



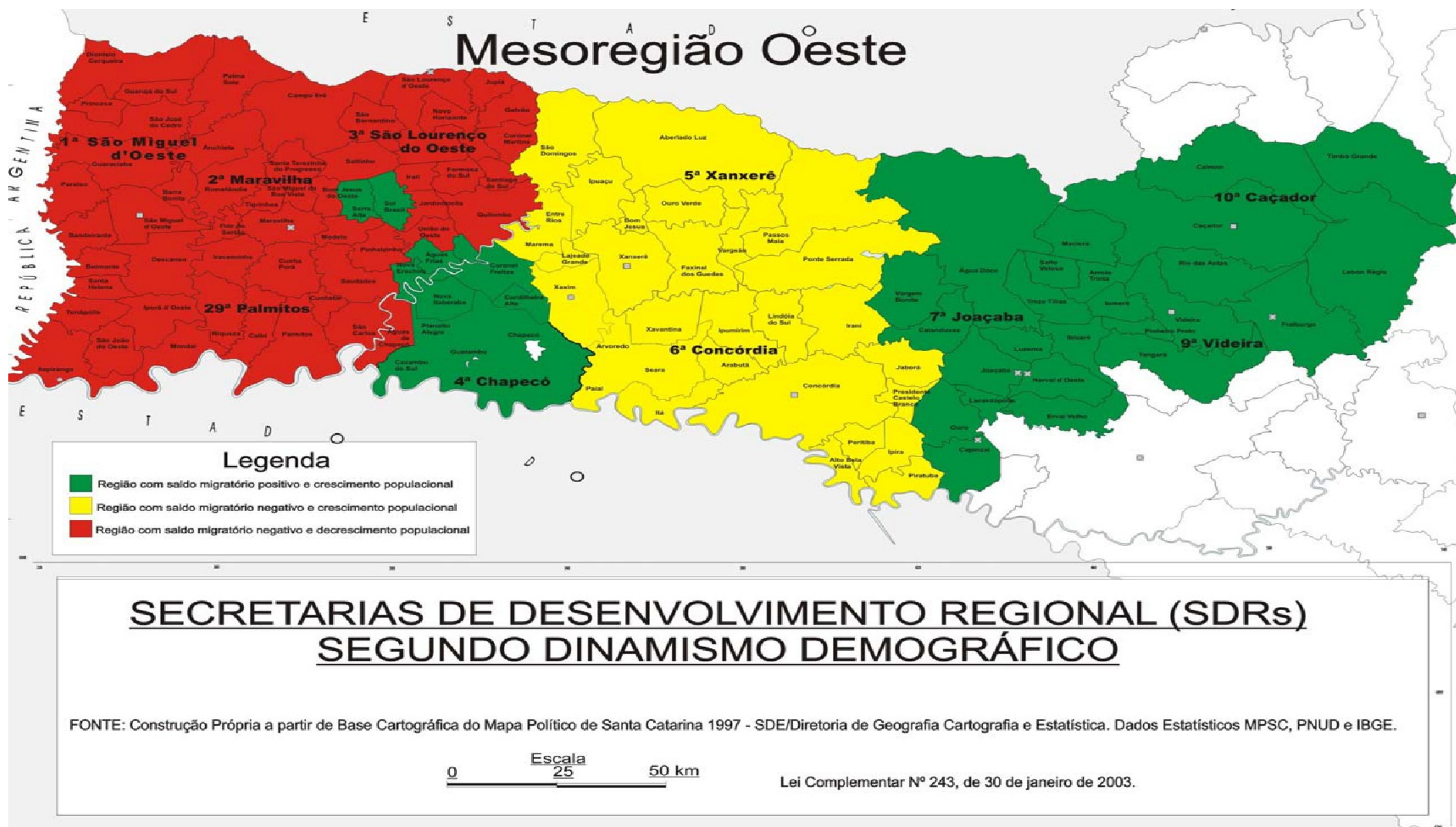


Figura 6.4.7: Migração na mesoregião Oeste Catarinense



---

Observa-se neste mapa que o dinamismo demográfico está relacionado à distribuição espacial da população, assim, o êxodo se torna mais intenso conforme se desloca para o oeste. Já ao Leste a situação demográfica fica mais atenuada. As regiões que se configuram como áreas de destino dos fluxos populacionais estão localizadas ao leste (ALVES e MATTEI, 2006).

Alves e Mattei (2006) ressaltam o papel das transformações na relação entre as agroindústrias catarinenses e os estabelecimentos agrícolas familiares como principal fator de expulsão de contingentes populacionais da mesorregião Oeste de Santa Catarina. Essa região, segundo os autores, vem apresentando um processo de contínua concentração produtiva nos estabelecimentos de maior porte, tendo como principal resultado a atual mobilidade da região. Assim, os municípios com características tipicamente agrícolas apresentam elevadas taxas de emigração e aqueles com maior grau de urbanização se constituem como destino dos fluxos.

6.4.3.1.4 Mesorregião Noroeste Rio Grandense

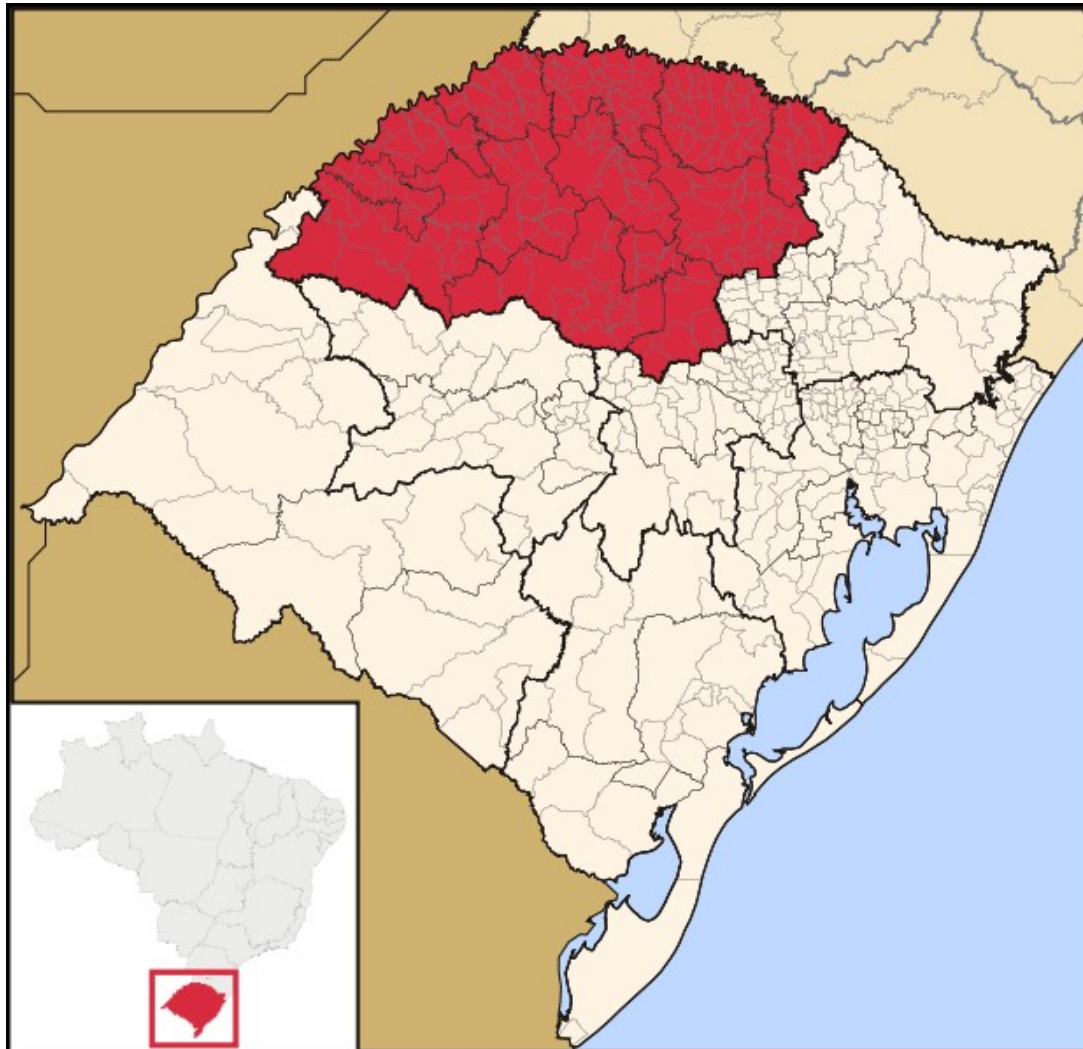


Figura 6.4.8: Mesorregião Noroeste Rio Grandense.

No Quadro 6.4.4 a seguir observa-se as microrregiões e municípios que forma a mesorregião Noroeste Rio Grandense:



QUADRO 6.4.4: MESORREGIÃO NOROESTE RIO GRANDENSE

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Carazinho	Almirante Tamandaré do Sul Barra Funda Boa Vista das Missões Carazinho Cerro Grande Chapada Coqueiros do Sul Jaboticaba Lajeado do Bugre Nova Boa Vista Novo Barreiro Palmeira das Missões Pinhal Sagrada Família Santo Antônio do Planalto São José das Missões São Pedro das Missões Sarandi
Cerro Largo	Caibaté Campina das Missões Cerro Largo Guarani das Missões Mato Queimado Porto Xavier Roque Gonzales Salvador das Missões São Paulo das Missões São Pedro do Butiá Sete de Setembro
Cruz Alta	Alto Alegre Boa Vista do Cadeado Boa Vista do Ingra

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Campos Borges Cruz Alta Espumoso Fortaleza dos Valos Ibirubá Jacuizinho Jóia Quinze de Novembro Saldanha Marinho Salto do Jacuí Santa Bárbara do Sul
Erechim	Aratiba Áurea Barão de Cotegipe Barra do Rio Azul Benjamin Constant do Sul Campinas do Sul Carlos Gomes Centenário Cruzaltense Entre Rios do Sul Erebangó Erechim Erval Grande Estação Faxinalzinho Floriano Peixoto Gaurama Getúlio Vargas Ipiranga do Sul Itatiba do Sul Jacutinga Marcelino Ramos

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Mariano Moro Paulo Bento Ponte Preta Quatro Irmãos São Valentim Severiano de Almeida Três Arroios Viadutos
Frederico Westphalen	Alpestre Ametista do Sul Caiçara Constantina Cristal do Sul Dois Irmãos das Missões Engenho Velho Ervál Seco Frederico Westphalen Gramado dos Loureiros Iraí Liberato Salzano Nonoai Novo Tiradentes Novo Xingu Palmitinho Pinheirinho do Vale Planalto Rio dos Índios Rodeio Bonito Rondinha Seberi Taquaruçu do Sul Três Palmeiras Trindade do Sul

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Vicente Dutra Vista Alegre
Ijuí	Ajuricaba Alegria Augusto Pestana Bozano Chiapetta Condor Coronel Barros Coronel Bicaco Ijuí Inhacorá Nova Ramada Panambi Pejuçara Santo Augusto São Valério do Sul
Não-Me-Toque	Água Santa Camargo Casca Caseiros Charrua Ciríaco Coxilha David Canabarro Ernestina Gentil Ibiraiaras Marau Mato Castelhano Muliterno Nicolau Vergueiro Passo Fundo

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Pontão Ronda Alta Santa Cecília do Sul Santo Antônio do Palma São Domingos do Sul Sertão Tapejara Vanini Vila Lângaro Vila Maria
Saranduva	Barracão Cacique Doble Ibiaçá Machadinho Maximiliano de Almeida Paim Filho Sananduva Santo Expedito do Sul São João da Urtiga São José do Ouro Tupanci do Sul
Santa Rosa	Alecrim Cândido Godói Independência Novo Machado Porto Lucena Porto Mauá Porto Vera Cruz Santa Rosa Santo Cristo São José do Inhacorá Três de Maio Tucunduva

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Tuparendi
Santo Ângelo	Bossoroca Catuípe Dezesseis de Novembro Entre-Ijuís Eugênio de Castro Giruá Pirapó Rolador Santo Ângelo Santo Antônio das Missões São Luiz Gonzaga São Miguel das Missões São Nicolau Senador Salgado Filho Ubiretama Vitória das Missões
Soledade	Barra do Guarita Boa Vista do Buricá Bom Progresso Braga Campo Novo Crissiumal Derrubadas Doutor Maurício Cardoso Esperança do Sul Horizontina Humaitá Miraguaí Nova Candelária Redentora São Martinho Sede Nova

---

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Tenente Portela Tiradentes do Sul Três Passos Vista Gaúcha

O Noroeste Rio Grandense foi a última região do Estado do Rio Grande do Sul a ter suas terras ocupadas. Possui elevada densidade demográfica, que é atribuída às atividades no meio rural, que contribuíram à formação de grandes contingentes populacionais e à existência de numerosos povoados.

Uma parcela significativa da população reside na área rural dessa região. Em 1970, somente os municípios de Ijuí e Santa Rosa possuíam uma população urbana superior à rural. Contudo, em 1996, onze municípios apresentavam-se com a população urbana maior que a rural. Nestes pólos regionais as atividades extra-agricultura, especialmente aquelas ligadas ao setor industrial, mostram-se relevantes (MANTELLI, 2006).

A população dos municípios cuja base econômica é a agropecuária está dispersa no meio rural. Praticamente todas as cidades que se formaram e prosperaram pela criação de núcleos coloniais possuem pequenas dimensões. Há vários pequenos centros anesta região, densamente povoados (MANTELLI, 2006).

A ocupação da mesorregião Noroeste Rio-grandense foi economicamente viabilizada pela pequena propriedade.

Na Tabela 6.4 7 observa-se dados referentes à população da Mesorregião Noroeste Rio Grandense e microrregiões de Erechim e Passo Fundo:

TABELA 6.4 7: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO NOROESTE RIO-GRANDENSE, MICROREGIÃO DE ERECHIM E PASSO FUNDO- 2010.

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
Mesorregião Noroeste Rio-grandense	1946445	30,3
Microrregião de Erechim	211653	38,2
Microrregião de Passo Fundo	327703	45,3

Fonte: IBGE, 2012.

#### 6.4.3.1.5 Mesorregião Nordeste Rio Grandense



Figura 6.4.9: Mesorregião Nordeste Rio-grandense



A mesorregião Nordeste Rio Grandense é formada pelas seguintes microrregiões e municípios, conforme apresentado no Quadro 6.4.5 a seguir:

QUADRO 6.4.5: MESORREGIÃO NORDESTE RIO GRANDENSE.

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
<b>Caxias do Sul</b>	Antônio Prado Bento Gonçalves Boa Vista do Sul Carlos Barbosa Caxias do Sul Coronel Pilar Cotiporã Fagundes Varela Farroupilha Flores da Cunha Garibaldi Monte Belo do Sul Nova Pádua Nova Roma do Sul Santa Tereza São Marcos Veranópolis Vila Flores
<b>Guaporé</b>	André da Rocha Anta Gorda Arvorezinha Dois Lajeados Guabiju Guaporé Ilópolis Itapuca Montauri Nova Alvorada

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Nova Araçá Nova Bassano Nova Prata Paraí Protásio Alves Putinga São Jorge São Valentim do Sul Serafina Corrêa União da Serra Vista Alegre do Prata
<b>Vacaria</b>	Bom Jesus Cambará do Sul Campestre da Serra Capão Bonito do Sul Esmeralda Ipê Jaquirana Lagoa Vermelha Monte Alegre dos Campos Muitos Capões Pinhal da Serra São Francisco de Paula São José dos Ausentes Vacaria

Segundo Alves e Silveira (2008), a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em duas etapas, a primeira ocorreu na mesorregião Sul, caracterizando-se pela implantação da grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, desenvolvimento da pecuária e baixa densidade demográfica. Já a ocupação das mesorregiões Norte e Nordeste caracterizou-se pela pequena

---

propriedade, policultura e densidade demográfica mais elevada, o que resultou na proximidade dos municípios.

A mesorregião Nordeste do estado é considerada mais desenvolvida que a mesorregião sul, uma vez que esta última tem como base econômica a pecuária, atividade econômica pouco dinâmica e de pequeno potencial para criação de empregos diretos e indiretos.

No início do século, com as políticas imigratórias e o desenvolvimento dos centros urbanos a mesorregião Nordeste passou a deter o maior contingente populacional. A partir da década de 1950, com a modernização da agricultura e o avanço das lavouras de soja e trigo houve uma queda na população total, devido à expansão das lavouras e à aglutinação das propriedades rurais. Houve, portanto, um elevado êxodo rural e a falência de milhares de pequenos agricultores dessa região, ao passo que cresceram as médias e grandes propriedades (ALVES e SILVEIRA, 2008).

Na mesorregião Nordeste observa-se um modelo mais aglomerado de assentamentos rurais, resultando em uma alta densidade demográfica. As redes urbanas nesta região tem se constituído por vários centros urbanos situados perto uns dos outros (ALVES e SILVEIRA, 2008).

De acordo com Alves e Silveira (2008), a mesorregião Nordeste baseia-se em pequenas propriedades rurais, com uma agricultura diversificada e voltada para a subsistência. Esta aglomeração de pequenas propriedades policultoras atraiu o crescimento industrial. Nesta região a urbanização foi na maior parte do período concomitante a um processo rápido crescimento industrial, gerando oportunidades de emprego para os migrantes oriundos das zonas rurais.

A seguir, na Tabela 6.4 8 observa-se os dados referentes à população da mesorregião Nordeste Rio-grandense e microrregiões de Guaporé e Caxias do Sul:

TABELA 6.4 8: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO NORDESTE RIO GRANDENSE, MICRORREGIÃO DE GUAPORÉ, CAXIAS DO SUL

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
Mesorregião Nordeste Rio Grandense	1054203	39,21
Microrregião de Guaporé	127249	35,8
Microrregião de Caxias do Sul	769617	153

Fonte: IBGE, 2012.

#### 6.4.3.1.6 Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

Na Figura 6.4.10, abaixo, observa-se a localização da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre no estado:

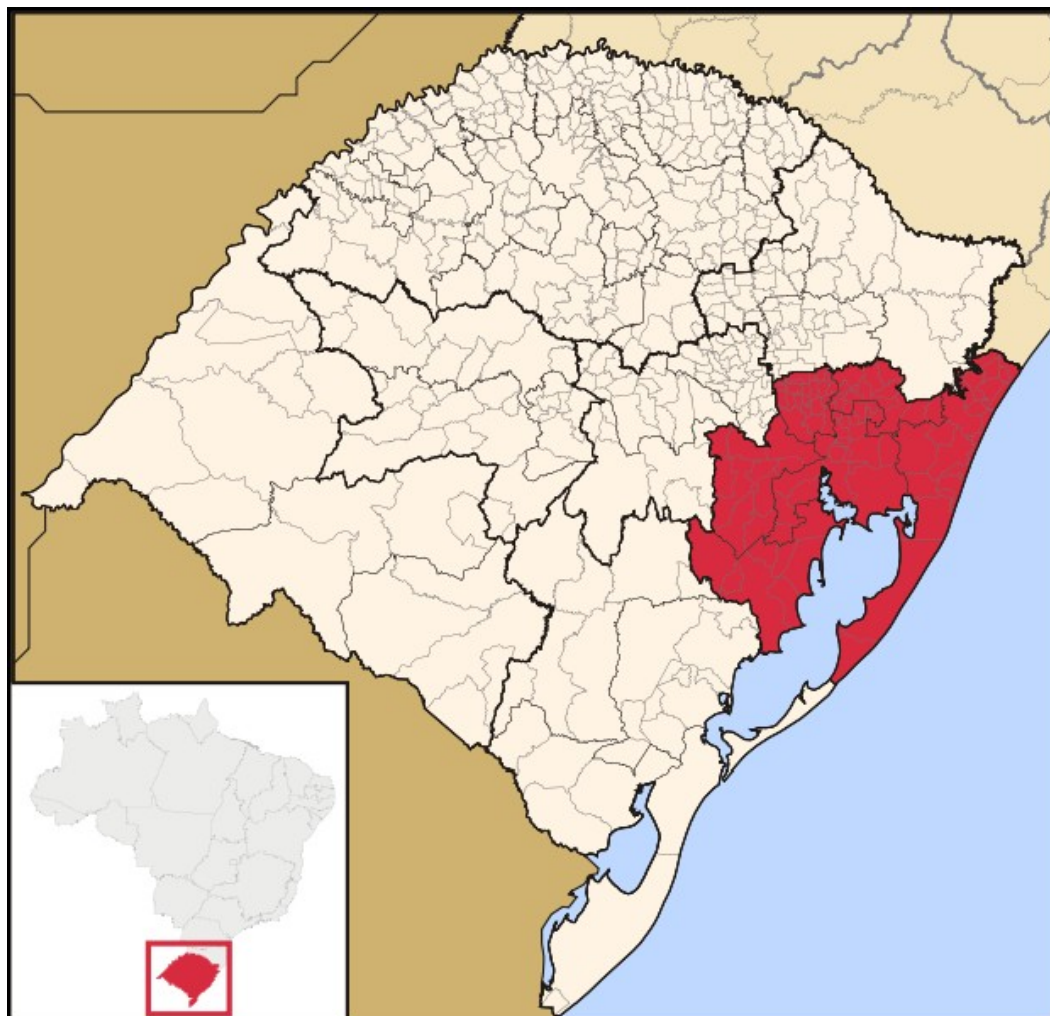


Figura 6.4.10: Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é formada pelas seguinte microrregiões e municípios (Quadro 6.4.6):

QUADRO 6.4.6: MESORREGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Camaquã	Arambaré Barra do Ribeiro Camaquã Cerro Grande do Sul Chувиска Dom Feliciano Sentinela do Sul Tapes
Gramado-Canela	Canela Dois Irmãos Gramado Igrejinha Ivoti Lindolfo Collor Morro Reuter Nova Petrópolis Picada Café Presidente Lucena Riozinho Rolante Santa Maria do Herval Taquara Três Coroas
Montenegro	Ito Feliz Barão Bom Princípio Brochier Capela de Santana Feliz Harmonia Linha Nova Maratá

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Montenegro Pareci Novo Poço das Antas Portão Salvador do Sul São José do Hortêncio São José do Sul São Pedro da Serra São Sebastião do Caí São Vendelino Tupandi Vale Real
Osório	Arroio do Sal Balneário Pinhal Capão da Canoa Capivari do Sul Caraá Cidreira Dom Pedro de Alcântara Imbé Itati Mampituba Maquiné Morrinhos do Sul Mostardas Osório Palmares do Sul Santo Antônio da Patrulha Tavares Terra de Areia Torres Tramandaí Três Cachoeiras

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
	Três Forquilhas Xangri-lá
Porto Alegre	Alvorada Araricá Cachoeirinha Campo Bom Canoas Eldorado do Sul Estância Velha Esteio Glorinha Gravataí Guaíba Mariana Pimentel Nova Hartz Nova Santa Rita Novo Hamburgo Parobé Porto Alegre São Leopoldo Sapiranga Sapucaia do Sul Sertão Santana Viamão
São Jerônimo	Arroio dos Ratos Barão do Triunfo Butiá Charqueadas General Câmara Minas do Leão São Jerônimo Triunfo Vale Verde



---

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre foi criada em 1973, com 14 municípios. Foi sendo ampliada ao longo do tempo e atualmente agrega 32 municípios, resultado do crescimento demográfico decorrente principalmente das migrações, da interligação das malhas urbanas e de sucessivas emancipações. É a região mais densa do estado e concentra 37% da população. Nove entre os 18 municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100.000 habitantes estão na região Metropolitana.

Sua formação original se deu a partir da cidade de Porto Alegre e de São Leopoldo. Em torno dessas se formou um conjunto de cidades pequenas e médias, sendo que várias delas assumiram tamanho e importância significativos na região Metropolitana (MAMMARELLA, 2012).

A região Metropolitana de Porto Alegre constitui-se em pólo de atração no estado. Se antes essa característica era restrita a Porto Alegre e cidades mais populosas, agora se verifica um fluxo de migração em direção à cidades da periferia e entorno da região. Isto tem se dado em virtude da atração por terras mais baratas e pelas facilidades de emprego em áreas de expansão econômica (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Destacam-se na região Metropolitana de Porto Alegre importantes complexos industriais, tais como o III Pólo Petroquímico (Triunfo), A Refinaria Alberto Pasqualini (Canoas), a General Motors (Gravataí), o complexo produtivo do setor coureiro-calçadista (Novo Hamburgo, São Leopoldo, Taquara e todos os municípios de seu entorno).

Na Tabela 6.4 9 constam os dados referentes à população da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e microrregião de Porto Alegre:

TABELA 6.4 9: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E MICRORREGIÃO DE PORTO ALEGRE

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre	4740463	408,76
Microrregião de Montenegro	200652	94,4
Microrregião de Porto Alegre	3628055	665,2

Fonte: IBGE, 2012

Segundo os dados do Censo de 2010, a Região Metropolitana de Porto Alegre apresenta um grande peso na constituição da população do Estado do Rio Grande do Sul.

Além de Porto Alegre, outros municípios da mesorregião tiveram crescimento expressivo: Gravatá, São Leopoldo, Canoas, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha (JARDIM e BARCELLOS, 2011). Contudo, na última década houve uma estabilização com relação à participação da região na população do Estado do Rio Grande do Sul em 34% (KLEIN, MASSUQUETTI, SPRICIGO, 2010).

Nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre tem se observado a redução da intensidade do crescimento demográfico, destacando-se Arroio dos Ratos, Campo Bom, Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e São Leopoldo. Por outro lado, o entorno desses municípios tem aumentado, o que demonstra que a população expulsa é atraída para os municípios limítrofes (KLEIN, MASSUQUETTI, SPRICIGO, 2010).

A partir dos dados relativos ao período de 2001-2007, observa-se que Gravataí é o município da Região Metropolitana de Porto Alegre que se encontra em primeiro lugar com maior fluxo de migrantes. Alvorada e Viamão também são bastante representativos neste quesito. Tal fato se explica em parte pela instalação

---

do complexo industrial da General Motors. Já Sapucaia do Sul é o município que apresenta uma das maiores perdas populacionais (KLEIN, MASSUQUETTI, SPRICIGO, 2010).

#### 6.4.3.2 Caracterização Populacional da AID

##### 6.4.3.2.1 Pato Branco

Nas primeiras décadas do século XX ocorre uma crise pela fragmentação das pequenas propriedades no Rio Grande Sul, gerando um excedente populacional agrícola.

Desloca-se, então, para o sudoeste do Paraná, região onde se localiza Pato Branco, um fluxo populacional gaúcho, constituído por indivíduos de origem italiana e alemã, formando pequenas propriedades de agricultura familiar (MONDARDO e BACKES, 2008).

Estas primeiras famílias, vindas do Rio Grande do Sul, estabeleceram-se na Fazenda São Francisco Sales, hoje parte dos municípios de Mariópolis e Clevelândia.

Em 1928, o governo do Paraná criou a Colônia Bom Retiro, para acolher os insatisfeitos que não aceitaram morar nas terras Contestadas, que passaram a ser de Santa Catarina.

Entre 1940 e 1950 a Colônia Bom Retiro e seu povoado Vila Nova começou a se desenvolver graças a grandes projetos do governo federal visando o desenvolvimento da região. Destaca-se a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943, para coordenar o assentamento de migrantes oriundos na maioria, do Rio Grande do Sul, na Gleba Missões, que ocupava quase toda a área do sudoeste, do rio Santana até a fronteira com a Argentina.

A mudança dos nomes Bom Retiro e Vila Nova para Pato Branco, foi espontânea, sendo oficialmente em 14 de novembro de 1951, pela mesma lei que criou o município (PORTAL PATO BRANCO, 2012).

#### 6.4.3.2.2 Coronel Vivida

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, o aglomerado urbano que deu origem ao município surgiu em função do entroncamento de caminhos rurais. Era constituído basicamente por pequenas casas de comércio e prestação de serviços que buscavam fornecer apoio ao meio rural e a o fluxo rodoviário existente. Italianos que desembarcaram em Porto Alegre em 1888 teriam sido os primeiros moradores da região. Posteriormente, estes teriam fixado residência em Coronel Vivida, na comunidade de Jacutinga.

O município foi criado em 1954.

#### 6.4.3.2.3 Saudade do Iguaçu

Em 1954 iniciou-se a ocupação da localidade de Saudade do Iguaçu, com a chegada da Companhia Brasileira de Viação e Comércio BRAVIACO S.A. No ano seguinte começaram a chegar os primeiros moradores, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inicialmente, para plantar feijão e criar suínos para sua própria subsistência.

O município foi criado em 1992, através do desmembramento de Chopinzinho

#### 6.4.3.2.4 Xanxerê

Em 1917 o município de Chapecó ficou dividido em 5 distritos, dentre os quais, Xanxerê.

Em 1919 a sede de Chapecó é transferida para Xanxerê.

A vila de Xanxerê cresce devido ao extrativismo de madeira e os seus habitantes começam um longo processo de emancipação.

Em 1953 foi criado o município de Xanxerê, desmembrado de Chapecó.

Hoje, Xanxerê é o município-sede da Associação dos Municípios do Alto Irani, composta por 17 municípios. Segundo o IBGE é uma das cidades pólo de Santa Catarina (IBGE, 2012).

#### 6.4.3.2.5 Bom Jesus

As primeiras famílias que chegaram em Bom Jesus vieram como aventureiros.

Em 1957 Bom Jesus foi elevado à categoria de distrito. Deste período até 1970 predominou neste município a extração de madeira.

Nos anos subsequentes acelerou-se a colonização e o desenvolvimento local, motivado principalmente pela agropecuária (IBGE, 2012).

#### 6.4.3.2.6 Erechim

O município de Erechim foi criado com sede na povoação de Boa Vista do Erechim, território desmembrado de Passo Fundo, em 1918. No Censo de 1920, o município se compunha dos distritos de Boa Vista do Erechim (sede), Erechim (ex-Povoado Erechim), Marcelino Ramos, Erebangó e Barro (IBGE, 2012).

Inicialmente chamado de Paiol Grande e depois, sucessivamente, de Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José Bonifácio e, finalmente, Erechim. Este município surgiu à margem da estrada de ferro ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo.

Colonizado basicamente por imigrantes de origem polonesa, italiana e alemã, o povoado formou-se em 1908 à margem e arredores da estrada de ferro. Foi neste ano que 36 pioneiros, entre imigrantes europeus e outros, vieram pela estrada de ferro e habitaram o lugar, que logo tornou-se um Distrito de Passo Fundo.

Em 1938, o Município passou a chamar-se José Bonifácio. Com esse nome, constou no Censo de 1940 com 12 distritos. Sofreu diversas reformulações administrativas e modificações toponímicas e perdeu território para o município de Marcelino Ramos. Pela Lei n.º 720 de 29 de dezembro do mesmo ano, voltou a denominar-se Erechim, chegando ao Censo de 1950 com 11 distritos: Erechim, Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Carlos Gomes, Gaurama, Herval Grande Nova Itália, Paulo Bento, Quatro Irmãos e São Valentim.

No Censo de 1960 aparece sem os distritos de Aratiba, Áurea, Carlos Gomes, Gaurama, Herval Grande e São Valentim, desmembrados para formarem novos municípios, e acrescido dos de Capo-Erê, Itatiba, Mariano Môro e Tres Arroios, resultantes de nova reformulação administrativa.

Em 1968, foi criado o distrito de Jaguaretê.

Com o crescimento de Erechim e cidades próximas foi criada a microrregião de Erechim, reunindo, além do município outras trinta cidades.

#### 6.4.3.2.7 São Domingos do Sul

Por volta do ano de 1894 chegam na região em que hoje é São Domingos do Sul os primeiros imigrantes, famílias alemãs e polonesas. Mais tarde chegam famílias de italianos procedentes da região de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha, Caxias do Sul, Veranópolis e Antônio Prado. A região povou-se lentamente, embora as terras fossem muito férteis, ricas em pinheiros e madeira-de-lei.

As terras foram loteadas pela empresa Bertazzo, que as vendia em forma de lotes urbanos rurais, as colônias. As primeiras famílias viviam precariamente.

---

Por volta de 1910 foi construído o primeiro moinho de milho, que serviu toda região e contribuiu para o crescimento do povoado. Em 1925 é criado o distrito de São Domingos subordinado ao município de Guaporé, passando em 1944 a se denominar Quatipi.

Em 1987 é elevado à categoria de município com a denominação de São Domingos do Sul, desmembrando-se de Casca (IBGE, 2012).

#### 6.4.3.2.8 Vista Alegre do Prata

Por volta de 1884 vieram para as terras que hoje configuram o município de Vista Alegre do Prata famílias de italianos. Já estabelecidos, plantaram milho, batata, feijão. Mais tarde, fizeram um pequeno parreiral para produzir vinho.

Alguns anos mais tarde chega a corrente imigratória polonesa.

Em 1924 é criado o distrito de Vista Alegre. Em 1933, este distrito figura no município de Prata, alcançando em 1988, o status de município.

#### 6.4.3.2.9 Cotiporã

A ocupação de Cotiporã tem suas origens por volta de 1885, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes italianos. Posteriormente, os seus descendentes iniciaram um pequeno núcleo ao qual deram o nome de Monte Vêneto, em homenagem a região de Vêneto na Itália, de onde eram procedentes.

Tornou-se distrito do município de Alfredo Chaves em 1911, emancipando-se como município em 1982 (IBGE, 2012).

#### 6.4.3.2.10 Montenegro

A célula da qual constituiu-se o município de Montenegro foi a Fazenda de Montenegro, criada a partir uma concessão de sesmaria, em 1758. O seu povoamento foi feito, inicialmente, com açorianos, paulistas e catarinenses.

Por volta de 1832, chegaram ao território franceses, deixando aí uma enorme descendência, dando origem ao Arroio dos Franceses.

Outro núcleo populacional surgido neste período foi o “Passo de Tristão”. Mais tarde vieram suíços, holandeses, franceses, italianos e poloneses.

Em 1863 foi aberto o Passo das Laranjeiras, no mesmo local do Passo do Tristão. Em 1870 demarcaram-se as terras nas colônias Conde d’Eu e Princesa Isabel. Chegaram os alemães e a freguesia criada em 1867 foi elevada à categoria de Vila: São João de Montenegro.

Foi criado em 1867 o distrito de Montenegro e o município, com o nome de São João de Montenegro. A criação do distrito-sede foi confirmada em 1892. em 1938 seu topônimo é reduzido para Montenegro (IBGE, 2012).

#### 6.4.3.2.11 São José do Sul

Inicialmente chamada de Dom Diogo, São José do Sul nasceu e se desenvolveu aproximadamente a partir do ano de 1850, quando os primeiros colonos, imigrantes alemães, ali se estabeleceram.

O primeiro nome desta localidade foi Gauerec, devido ao grande número de colonos residentes com o sobrenome Gauer. Só depois passou a se chamar Dom Diogo.

Em 1985 é criado o distrito Dom Diogo, subordinado ao município de Salvador do Sul. É elevado à categoria de município com o nome de São José do Sul em 1996, desmembrando-se de Salvador do Sul, Montenegro e Maratá.

#### 6.4.3.2.12 Água Santa

Por volta de 1920 vieram para a localidade que hoje se configura Água Santa imigrantes italianos, oriundos das regiões de Antônio Prado, Veranópolis, Garibaldi. Forma-se, assim, o primeiro núcleo de moradores.



A população de Água Santa é basicamente composta por descendentes de origem italiana, o que acarreta na presença de costumes, hábitos e tradições que remontam à Itália.

Água Santa passou a ser distrito em 1933. Em 1965 houve a primeira tentativa de emancipação. Porém, só em 1987 realizou-se um plebiscito que resultou na maioria de votos a favor da emancipação. Por fim, em 1987 foi criado o município de Água Santa (PREFEITURA DE ÁGUA SANTA, 2012).

A seguir, observa-se a Tabela 6.4 10 com os dados da população dos municípios da AID:

TABELA 6.4 10: POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AID.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO EM 2010			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/ km <sup>2</sup> )
	URBANA	RURAL	TOTAL	
Pato Branco	68091	4279	72370	134,24
Coronel Vivida	15445	6304	21749	31,78
Saudade do Iguazu	2503	2525	5028	33,06
Xanxerê	39143	4985	44128	116,8
Bom Jesus	1495	1031	2526	39,75
São Domingos do Sul	1748	1178	2926	37,06
Vista Alegre do Prata	463	1106	1569	13,15
Cotiporã	2048	1869	3917	22,72
Montenegro	53629	5786	59415	140,13
São José do Sul	720	1362	2082	59,03
Água Santa	1447	2275	3722	12,76
Erechim	90552	5535	96087	223,11

Fonte: Censo Demográfico 2010- IBGE

Percebe-se, através da tabela 6.4.10 que os seguintes municípios da AID possuem população predominantemente rural, observando as seguintes proporções:

Em Saudade do Iguaçu a população está bem dividida, cerca de 50% encontra-se na área rural e cerca de 50% na área urbana.

Em Vista Alegre do Prata, cerca de 70,5 % da população vive em área rural.

Em São José do Sul, cerca de 65,4% da população vive em área rural.

Cerca de 61,12% da população de Água Santa reside em área rural.

Já a população dos outros 8 municípios da AID está localizada em área urbana.

Destaca-se que o levantamento socioeconômico que caracterizará detalhadamente as propriedades atingidas, deverá apresentar a totalidade das propriedades perpassadas pela linha. Contudo, destaca-se que este cadastro deverá estar finalizado já na etapa de obtenção da Licença de Instalação do empreendimento, quando todas as interferências estarão quantificadas.

Com o objetivo de verificar a existência, ao longo do traçado e nas áreas próximas a ele, de povoados, vilas, comunidades ribeirinhas, núcleos urbanos e outras formas de assentamento populacional, analisaram-se imagens e outras fontes como sites oficiais dos municípios. A partir da identificação das localidades existentes ao longo da LT, elegeu-se uma amostra para aprofundamento das questões socioeconômicas locais. As localidades visitadas situa-se dentro de uma distância de dois quilômetros com relação ao traçado da linha e realizaram-se entrevistas e observação de campo para identificar o perfil socioeconômico dessa população. O mapa amostral das comunidades identifica os locais visitados bem como os núcleos urbanos existentes ao longo do traçado da LT, o que possibilitou avaliar os impactos ocasionados à essa população, pois a amostra representa as características socioeconômicas presentes nas diversas regiões atingidas pelo empreendimento.

Com relação a impactos cumulativos com outras LT's, cabe destacar que o cadastro socioeconômico deverá avaliar as implicações geradas à cada propriedade

a partir de suas especificidades, isto é, caso a caso, o que possibilita reduzir as implicações negativas. Nesses casos, cabe lembrar que os usos impeditivos já foram reduzidos em função da restrição ocasionada pela incidência da LT existente. Cabe salientar que as situações restritivas serão específicas (silvicultura, cana de açúcar, benfeitorias), em detrimento de atividades agropecuárias que poderão ter continuidade ou até mesmo substituir as atividades anteriores.

A pesquisa de campo identificou que proprietários já atingidos pela LT existente não se mostraram contrários a possibilidade de serem atingidos pela futura LT, desde que sejam garantidas suas atuais condições socioeconômicas. Atendendo a essas condições, os impactos cumulativos ocasionados às propriedades deverão ser significativamente reduzidos e revertidos de forma positiva pela compensação financeira, à medida que seus proprietários podem reinvestir os recursos recebidos.

#### 6.4.3.2.13 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990 com o objetivo de oferecer um contraponto ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB) que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2012).

O IDH pretende, dessa forma, medir de maneira geral e sintética o desenvolvimento humano a partir de três pilares saúde, educação e renda. É um índice referência, tendo sido utilizado pelo governo federal e administrações regionais, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

A seguir são apresentados os IDH-M dos municípios da AID:

TABELA 6.4 11: IDH DOS MUNICÍPIOS DA AID-2000

MUNICÍPIO	ESTADO	IDH-M
Pato Branco	PR	0,85

MUNICÍPIO	ESTADO	IDH-M
Montenegro	RS	0,83
Erechim	RS	0,83
Cotiporã	RS	0,82
Xanxerê	SC	0,81
São Domingos do Sul	RS	0,81
São José do Sul	RS	0,81
Vista Alegre do Prata	RS	0,81
Água Santa	RS	0,8
Coronel Vivida	PR	0,78
Saudade do Iguaçu	PR	0,78
Bom Jesus	SC	0,73

Fonte: PNUD, 2012.

Observa-se que 75% dos municípios que fazem parte da AID apresentam IDHM elevado, igual ou acima de 0,8. O restante dos municípios da AID apresentam IDHM médio, igual ou acima de 0,7. Destaca-se, inclusive, que o município de Pato Branco apresenta o 3º índice mais elevado do Paraná e o 36º do Brasil.

O Rio Grande do Sul e seus municípios melhoraram suas posições em relação ao desenvolvimento humano. Já no Estado do Paraná, embora encontremos municípios com IDHM médio, como os elencados neste estudo, verifica-se a maioria das cidades com o menor IDHM da região sul (PNUD, 2012).

Todavia, os estados da região sul, de acordo com o PNUD (2012), possuem elevados IDH, destacando-se no ranking nacional. Santa Catarina possui IDH 0,84 (segundo lugar), Rio Grande do Sul: 0,832 (quinto lugar) Paraná, 0,82 (sexto lugar).

#### 6.4.3.3 A População da AID e a atração de novos moradores

Em nenhum dos municípios da AID observou-se a existência de alguma empresa ou outra situação específica que promovesse a atração massiva de pessoas. Pode-se dizer que Montenegro atrai pessoas em busca de trabalho, mas esse fato não proporciona a chegada de grandes contingentes no local.

Não consideramos ser necessário elaborar estimativas de crescimento populacional na AID, sabendo que o perfil das comunidades visitadas não apresenta tendências de crescimento. Pelo contrário, tem se observado que os jovens têm migrado para as cidades. Dessa forma, não haverá impacto significativo que implique na descontinuidade de atividades nas comunidades ou cidades.

O empreendimento trará oportunidades de trabalho, será estimulada a vinda de pessoas de fora para trabalhar na LT, principalmente nos canteiros de obras, que se instalarão em cidades com maior infraestrutura. 70% virão com a empreiteira e 30% serão contratados na região de influência do empreendimento.

Contudo, os trabalhadores estarão "distribuídos" em trechos da obra e a sua alocação será temporária, podendo ocorrer que algumas pessoas permaneçam nessas cidades. Nesse sentido, haverá impacto, porém, a forma como se dará esse impacto não deverá alterar significativamente a estrutura populacional dos municípios, ao ponto de ser necessário avaliá-la de forma minuciosa, com projeções populacionais.

#### 6.4.3.4 Configuração dos pólos regionais

Falar em hierarquia urbana é falar das influências exercidas pelas cidades sobre determinada região ou território. Os equipamentos de uma cidade, o parque industrial, os serviços, a infraestrutura existente, dentre outros, determinam a sua área de influência, ou seja, a região a ser polarizada. Dessa forma, é possível construir um sistema hierarquizado, no qual as cidades menores encontram-se subordinadas às maiores.

O estudo das redes urbanas tem sido um tema desenvolvido pelo IBGE com o objetivo de fornecer subsídios ao planejamento estatal e prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais e dos padrões espaciais que delas emergem (IBGE, 2008).

De acordo com o IBGE (2008), para a definição dos centros da rede urbana, através da abrangência de sua polarização e da sua hierarquização, busca-se identificar a oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade.

Sendo assim, os lugares adquirem maior ou menos nível de centralidade em decorrência das funções que realizam; é a demanda de bens e serviços por parte da população que, conforme a frequência que se realiza, torna os lugares distintos entre si. A operacionalização das pesquisas do IBGE, então, se deu com base na definição de um rol de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais, oferecendo condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros (MOURA e WERNECK, 2001).

Segundo a metodologia do IBGE (2008), a hierarquia dos centros urbanos foi estabelecida em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis:

### **1. Metr pole**

- a) Grande metrópole nacional- São Paulo
- b) Metr pole nacional- Rio de Janeiro e Brasília
- c) Metr pole- Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre

### **2. Capital Regional**

Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Têm  rea de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por um grande número de municípios.

---

**Grupos de capitais regionais:**

- a) Capitais Regional A- constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos (número de vezes em que, no questionário de pesquisa, o centro foi mencionado como destino).
- b) Capital Regional B- constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.
- c) Capital Regional C- constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

**3. Capital sub-regional**

Integram esse nível 169 centros com atividades de gestão menos complexa. Têm áreas de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Estão subdivididos nos seguintes grupos:

- a) Centro Sub-regional A - constituído por 85 cidades com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.
- b) Centro Sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

**4. Centro de zona**

Nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:

- a) Centro de zona A - 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.

- b) Centro de zona B- 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

### **5. Centro local**

Constitui-se das demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Na Figura 6.4.11 a seguir, observa-se a região de influência das cidades na rede urbana do Brasil:



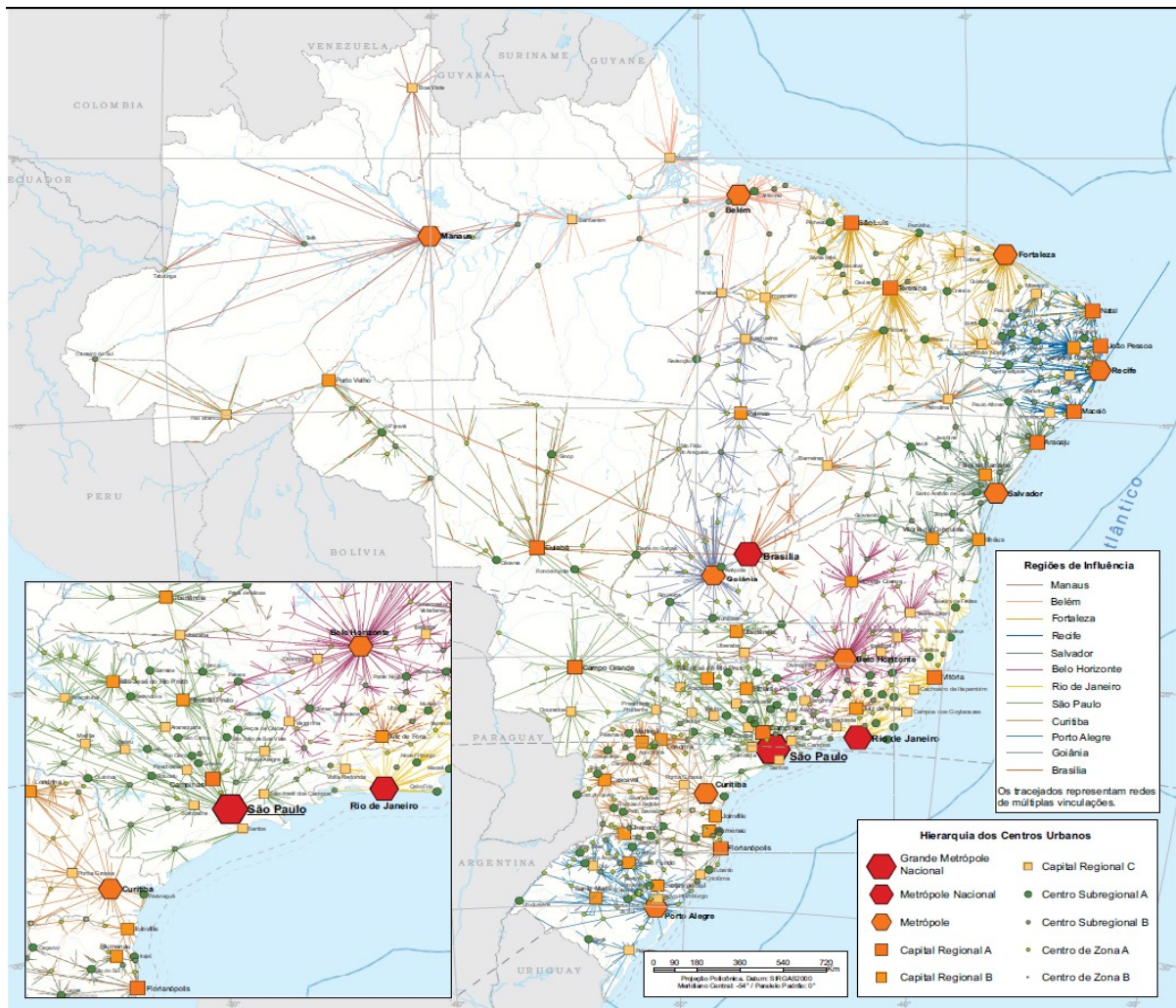


Figura 6.4.11: Regiões de influência do Brasil-2007

Fonte: IBGE, 2008

De acordo com o IBGE (2008), a distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual. O centro-sul do país conta com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e su-regionais, com grande articulação entre si. Já as regiões norte e nordeste apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos.

A análise da abrangência da polarização, segundo Moura e Werneck (2001), revela os altos níveis de centralidade de Porto Alegre e Curitiba na região sul. Curitiba, além de polarizar toda a rede urbana paranaense, transcende sua

polarização para o Estado de Santa Catarina, inserindo em sua rede as áreas de abrangência das principais centralidades catarinenses. Já Florianópolis consolida sua influência interna no Estado de Santa Catarina, enquanto Porto Alegre comanda a rede de cidades do Rio Grande do Sul, penetrando Santa Catarina na área de Chapecó. No quadro 6.4.1-7 observa-se os níveis hierárquicos dos centros urbanos na Região Sul:

TABELA 6.4 12: NÍVEIS HIERÁRQUICO DOS CENTROS URBANOS NA REGIÃO SUL

REDE	ABRANGÊNCIA	NÍVEL HIERÁRQUICO	MUNICÍPIOS
Curitiba	Estado do Paraná e Santa Catarina (compartilhando a área de Florianópolis com Porto Alegre)	Capital Regional A	Florianópolis
		Capital Regional B	Cascavel, Londrina, Maringá, Blumenau, Chapecó e Joinville
		Capital Regional C	Ponta Grossa e Criciúma
		Centro Sub- Regional A	Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí, Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages e Tubarão
		Centro Sub- Regional	Ivaiporã, Santo Antônio da Platina, Cianorte, União da Vitória, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Aranaguá, Videira, Balneário Camboriú, Mafra
Porto Alegre	Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dividindo a área de Florianópolis com Curitiba	Capital Regional A	Florianópolis
		Capital Regional B	Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria
		Capital Regional C	Ijuí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Pelotas, Rio Grande, Criciúma
		Centro Sub- Regional A	Bento Gonçalves, Erechim, Santo Ângelo, Bagé, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Uruguaiana, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages, Tubarão
		Centro Sub- Regional B	Carazinho, Frederico, Wesphalen, Cruz Alta, Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Aranaguá

Fonte: IBGE, 2008.

---

Nos demais itens deste estudo serão apresentadas as formas de estruturação da rede das cidades nas áreas de influência, mediante a infraestrutura e serviços disponíveis nas cidades que se configuram como pólo.

#### **6.4.4 Infraestrutura, Serviços Públicos e Vulnerabilidade**

##### **6.4.4.1 Saúde**

###### **6.4.4.1.1 A qualidade da assistência à saúde: o IDSUS**

No que se refere à qualidade de assistência à saúde, a região Sul, em relação às outras macrorregiões do Brasil, tem sido uma das melhores avaliadas. Contudo, como apontam diversos estudos, esta região do país não se exime de enormes disparidades e desigualdades sociais, o que pode ser constatado nas análises que enfocam, por exemplo as meso e microrregiões (IPARDES, 2004; ILHA, ALVES, SARAIVA, 2012).

O Índice de Desempenho do Serviço Único de Saúde (IDSUS), novo índice criado em 2012 pelo Ministério da Saúde para analisar a qualidade do atendimento público em saúde, classifica a Região Sul com a maior pontuação, 6,12, acima dos índices das demais regiões e do índice nacional, que é 5,47. O IDSUS avalia com pontuação de 0 a 10 municípios, regiões, estados e o país, medindo a eficiência do sistema. São considerados para tal análise três índices: o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE), de Condições de Saúde (ICS) e de Estrutura do Sistema de Saúde do Município (IESSM).

A seguir (Figura 6.4.12), observa-se o mapa do Brasil com os IDSUS por macrorregião:

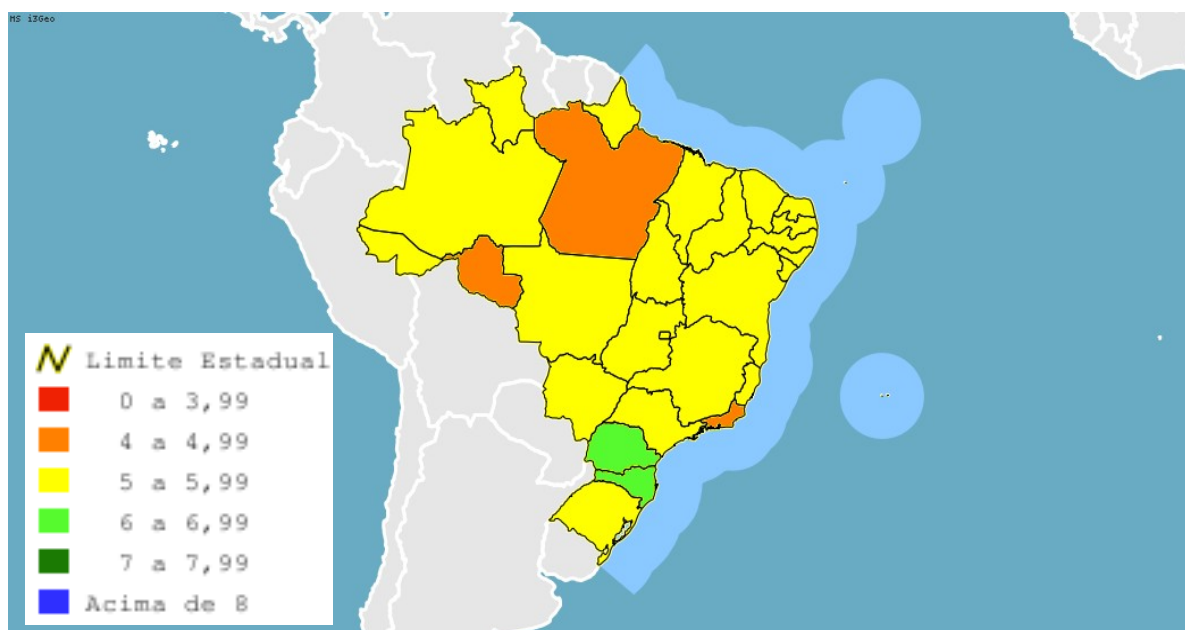


Figura 6.4.12: IDSUS das macrorregiões

Fonte: Ministério da Saúde, 2012

Pode-se verificar (Figura 6.4.12) que o IDSUS da maioria dos estados brasileiros fica entre 5 e 5,99, mesma faixa em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul. Já no Paraná e em Santa Catarina, temos os IDSUS mais elevados do país, entre 6 e 6,99. Os Estados de Rondônia, Pará e Rio de Janeiro apresentam os piores índices, ficando na faixa de 4 e 4,99.

A seguir (Tabela 6.4 13) pode-se observar como os municípios da AID são classificados em relação ao IDSUS:

TABELA 6.4 13: IDSUS NOS MUNICÍPIOS DA AID

LOCALIDADE	IDSUS
Paraná	0,00
Pato Branco	7,02
Coronel Vivida	6,98
Saudade do Iguaçu	7,23
Santa Catarina	0,00
Xanxerê	6,00
Bom Jesus	7,35
Rio Grande do Sul	0,00
São Domingos do Sul	6,73
Erechim	6,30
Vista Alegre do Prata	6,39
Cotiporã	6,90
Montenegro	3,86
São José do Sul	5,94
Água Santa	6,53

Fonte: Ministério da Saúde, 2012.

Bom Jesus lidera os demais municípios da Tabela 6.4 13, apresentando um IDSUS de 7,35, acima da média do Estado de Santa Catarina e é logo seguido por Saudade do Iguaçu, com 7,23 e por Pato Branco, com 7,02. Já Montenegro fica em último lugar neste ranking, com o IDSUS de 3,86, bem abaixo da média do Rio Grande do Sul.

#### 6.4.4.1.2 Capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde

A infraestrutura de saúde é aqui analisada através dos estabelecimentos de saúde presentes nos municípios, assim como o tipo de serviço e leitos disponibilizados à população, além da cobertura proporcionada através do Programa de Saúde da Família (PSF), mediante o atendimento por equipes de multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam no sentido de prevenir, recuperar e manter a saúde dos moradores residentes em determinada área geográfica delimitada.

De maneira a auxiliar essas informações, foram coletados dados nos municípios que compõem a AID, assim como informações recentes, disponibilizadas através do DATASUS, IBGE e Ministério da Saúde, com o intuito de confrontar estes dados para se obter um perfil da saúde nas regiões de interesse.

No que se refere à capacidade instalada de estabelecimentos de saúde nos estados da Região Sul, observa-se que o Paraná tem se mantido à frente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, não é possível se analisar os números de maneira isolada sem incorrer em distorções, uma vez que fatores como, tamanho da população, inserção regional, características e especificidades socioeconômicas são variáveis muito importantes a serem consideradas. Dessa forma, optou-se por fazer uma análise da série histórica envolvendo os anos de 2005, 2010 e 2012, considerando o recorte temporal para se avaliar a evolução dessa rede de unidades assistenciais nos municípios.

Nas Tabelas 6.4 14 a 6.4 16 a seguir, observa-se a capacidade instalada de estabelecimentos de saúde nos anos de 2005, 2010 e 2012:

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 14: CAPACIDADE INSTALADA DE UNIDADES ASSISTENCIAIS POR TIPO NOS MUNICÍPIOS-2005

LOCALIDADE	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE	CLÍNICA ESPECIALIZADA/ AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	CONSULTÓRIO ISOLADO	COOPERATIVA	FARMÁCIA MEDIC EXCEPCIONAL E PROG FARMÁCIA POPULAR	HOSPITAL GERAL	POLICLÍNICA	POSTO DE SAÚDE	PRONTO SOCORRO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	*TOTAL GERAL
Paraná	0	1487	1276	5252	3	23	458	339	952	29	0	0	11248
Pato Branco	0	13	30	143	1	1	2	1	7	1	0	19	219
Coronel Vivida	0	1	0	0	0	0	2	0	13	0	0	1	18
Saudade do Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4
<b>Santa Catarina</b>	<b>0</b>	<b>1311</b>	<b>825</b>	<b>3120</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>205</b>	<b>203</b>	<b>416</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>635</b>	<b>6948</b>
Xanxerê	6	0	22	92	0	0	2	6	4	0	0	6	140
Bom Jesus	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0</b>	<b>1418</b>	<b>607</b>	<b>897</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>336</b>	<b>145</b>	<b>942</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5722</b>
São Domingos do Sul	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3
Vista Alegre do Prata	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cotiporã	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	4

LOCALIDADE	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE	CLINICA ESPECIALIZADA/ AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	CONSULTÓRIO ISOLADO	COOPERATIVA	FARMÁCIA MEDIC EXCEPCIONAL E PROG FARMÁCIA POPULAR	HOSPITAL GERAL	POLICLÍNICA	POSTO DE SAÚDE	PRONTO SOCORRO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	*TOTAL GERAL
Montenegro	0	3	0	9	0	0	2	1	2	0	0	10	28
São José do Sul	0	1	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	5
Água Santa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Erechim	0	0	17	4	4	0	1	2	1	7	0	9	48

Fonte: DATASUS, 2012.

\*Não foi possível contemplar nas tabelas todas as modalidades de estabelecimentos de saúde, uma vez que algumas variavam muito de município para município. Logo, o total geral apresentado nestas tabelas não se refere necessariamente à soma das variáveis apresentadas, mas ao total apresentado pelo DATASUS.



## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 15: CAPACIDADE INSTALADA DE UNIDADES ASSISTENCIAIS POR TIPO NOS MUNICÍPIOS-2010

LOCALIDADE	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	CONSULTÓRIO ISOLADO	COOPERATIVA	FARMÁCIA MÉDICA EXCEPCIONAL E PROG FARMÁCIA POPULAR	HOSPITAL GERAL	POLICLÍNICA	POSTO DE SAÚDE	PRONTO SOCORRO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	*TOTAL GERAL
Paraná	92	1501	2189	10518	9	42	449	473	957	22	125	1445	18132
Pato Branco	2	14	69	222	2	6	2	1	7	1	0	28	356
Coronel Vivida	1	1	2	14	0	1	1	1	15	0	0	5	
Saudade do Iguaçu	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
<b>Santa Catarina</b>	<b>73</b>	<b>1321</b>	<b>1763</b>	<b>6075</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>203</b>	<b>177</b>	<b>400</b>	<b>16</b>	<b>317</b>	<b>907</b>	<b>11533</b>
Xanxerê	1	10	23	91	0	0	1	5	3	0	2	10	149
Bom Jesus		1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>150</b>	<b>1609</b>	<b>2047</b>	<b>9141</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>322</b>	<b>192</b>	<b>941</b>	<b>28</b>	<b>344</b>	<b>1611</b>	<b>16700</b>
São Domingos do Sul	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	4

LOCALIDADE	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	CONSULTÓRIO ISOLADO	COOPERATIVA	FARMÁCIA MÉDICA EXCEPCIONAL E PROG FARMÁCIA POPULAR	HOSPITAL GERAL	POLICLÍNICA	POSTO DE SAÚDE	PRONTO SOCORRO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNÓSE E TERAPIA	*TOTAL GERAL
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Cotiporã	0	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6
Montenegro	1	8	24	79	0	0	2	1	1	0	0	6	125
São José do Sul	0	1	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	6
Água Santa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Erechim	2	19	27	198	0	1	2	1	7	0	1	14	274

Fonte: DATASUS, 2012.

\*Não foi possível contemplar nas tabelas todas as modalidades de estabelecimentos de saúde, uma vez que algumas variavam muito de município para município. Logo, o total geral apresentado nestas tabelas não se refere necessariamente à soma das variáveis apresentadas, mas ao total apresentado pelo DATASUS.

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 16: CAPACIDADE INSTALADA DE UNIDADES ASSISTENCIAIS POR TIPO NOS MUNICÍPIOS- 2012

Localidade	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	*Total Geral
Paraná	92	1501	2189	10518	9	42	449	473	957	22	125	1445	18132
Pato Branco	2	14	69	222	2	6	2	1	7	1	0	28	356
Coronel Vivida	1	1	2	14	0	1	1	1	15	0	0	5	50
Saudade do Iguaçu	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Santa Catarina	73	1321	1763	6075	4	29	203	177	400	16	317	907	11533
Xanxerê	1	10	23	91	0	0	1	5	3	0	2	10	149
Bom Jesus	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>150</b>	<b>1609</b>	<b>2047</b>	<b>9141</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>322</b>	<b>192</b>	<b>941</b>	<b>28</b>	<b>344</b>	<b>1611</b>	<b>16700</b>
São Domingos do Sul	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	4
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Localidade	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Saúde/Unidade de Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	*Total Geral
Cotiporã	0	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6
Montenegro	1	8	24	79	0	0	2	1	1	0	0	6	125
São José do Sul	0	1	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	6
Água Santa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Erechim	2	16	31	219	0	0	2	1	7	1	0	19	302

Fonte: DATASUS, 2012.

\*Não foi possível contemplar nas tabelas todas as modalidades de estabelecimentos de saúde, uma vez que algumas variavam muito de município para município. Logo, o total geral apresentado nestas tabelas não se refere necessariamente à soma das variáveis apresentadas, mas ao total apresentado pelo DATASUS.

No Estado do Paraná verifica-se que houve um significativo aumento de estabelecimentos de saúde entre 2005 e 2012: de 11.248 chegou-se ao número de 19.390, ou seja, houve um acréscimo de 8.142 (72,3%) .

Segundo dados do IPARDES a mesorregião Centro-Sul ocupava a sexta posição do estado em relação ao número de unidades prestadoras de serviços e a oitava em número de hospitais. A distribuição da oferta da rede ambulatorial na mesorregião concentrava-se principalmente entre os municípios mais populosos, com destaque para o município de Guarapuava, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do sul, Pitanga e Pinhão. Juntas, essas cidades somavam mais de 50% da rede regional (IPARDES, 2004).

Também observa-se um aumento no número de estabelecimentos de saúde de Pato Branco, de um total de 219, alcançou-se o número de 357 estabelecimentos. Houve, portanto, um aumento de 138 estabelecimentos (63%). Contudo, se observarmos no banco de dados do SUS, verifica-se que essa quantidade elevada é resultado do aumento do números de estabelecimentos privados (em 2005 eram 190 e em 2012 passaram a 324). É possível se constatar que os estabelecimentos públicos, em Pato Branco, que em 2005 eram 26, em 2012 passaram a 28.

O número de consultórios isolados em Pato Branco aumentou significativamente em 2010, passando de 143 a 222, em 2012. Porém, em 2012, houve uma redução e tivemos o número de 170. Foi construído mais um hospital em 2012, então se em 2005 tínhamos 2 hospitais, em 2012 o número sobe para 3.

O número de farmácias de medicamento excepcional e populares, também sobe significativamente em Pato Branco, em 2005 era apenas 1 e em 2012, passam a 7.

O número de postos de saúde é reduzido de 7 para 6. Também é reduzido o número de Centros de Saúde/ Unidades Básicas de Saúde: de 13 em 2005, aumentam para 14 em 2010 e é reduzido em 2012, chegando a 10.

A área da saúde ocupa papel importante no contexto regional, Pato Branco destaca-se como pólo, nesta área, por fatores como o grande número de atendimento ambulatorial pela rede pública e por possuir um número expressivo de leitos hospitalares, entre outros, tendo se constituído no município o principal centro médico de especialidades e hospitalar da região.

O município de Pato Branco, que abrigará um dos três canteiros de obra, embora não possua hospital público ou filantrópico, possui estabelecimentos de saúde que atendem pelo sistema único de saúde, que contam com equipes médicas bem estruturadas. A população do município é atendida por três hospitais, entre estes, o Hospital São Lucas e a Policlínica Pato Branco, ambos recebem pacientes particulares, usuários de planos de saúde privados e pelo SUS.

Essas instituições apresentam em seu quadro médico, especialidades que incluem anestesiologia, angiologia, cirurgia vascular, cirurgia plástica, ginecologia/obstetrícia, oftalmologia, neurocirurgia, entre outras, sendo a Policlínica, referência em cirurgias cardíacas, transplantes cardíacos e renais, além de UTIs neonatal e pediátrica.

Segundo informações, os hospitais da região atendem, por mês, cerca de 30.000 pessoas, com capacidade de atendimento de até 35.000.

Dentre os municípios analisados, que receberão os canteiros de obra, Pato Branco é o que apresentou o maior número de estabelecimentos de saúde, cerca de 360, porém destes, 33 estabelecimentos prestam atendimento pelo SUS, ou seja, 9,2% dos estabelecimentos existentes no município são direcionados ao atendimento público de saúde, assim o município que conta com maior número de estabelecimentos públicos de saúde, é Erechim, RS, onde 12,8% dos estabelecimentos existentes são direcionados ao atendimento público de saúde.

De acordo com dados disponibilizados pelo site da prefeitura municipal, a partir de maio, do corrente ano, através de convênio, a prefeitura receberá, mensalmente, cerca de R\$ 310 mil para investimento na área da saúde, fator essencial ao município que poderá investir em determinados setores dos hospitais

---

privados, já que não conta com hospitais públicos ou filantrópicos, como é o caso da Policlínica Pato Branco, que mesmo não sendo pública ou filantrópica, atende mais de 50% de pacientes oriundos do sistema único de saúde. Mesmo com o convênio, os casos considerados de baixa complexidade, ainda serão atendidos pelo PAM (Pronto Atendimento Médico), mantido pela prefeitura municipal.

Além do investimento, a prefeitura ampliou seu quadro clínico, com a contratação de mais 18 médicos, juntamente à construção de mais duas unidades de saúde e a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento 24hs, que irá auxiliar o atendimento do SAMU.

Como a prefeitura investe na prevenção de doenças, registrou diminuição nos casos de internação, reduzindo, de 2009 para 2010, 1.100 casos, o que gerou uma economia aos cofres municipais de cerca de R\$ 176 mil.

Em Coronel Vivida percebe-se que houve um aumento nos tipos de estabelecimentos de saúde e, conseqüentemente, no seu número também. De um total de 18 estabelecimentos em 2005, chegamos em 2012 com 50 estabelecimentos, um aumento de quase 32 %.

Em 2010, já havia em Coronel Vivida um Centro de Atenção Psicossocial, 2 Clínicas Especializadas/ Ambulatório Especializado, 14 Consultórios isolados, 1 Farmácia de Medicamentos Excepcionais e Programa Farmácia Popular, 1 Policlínica. Em 2012 aumentarem o número dos Centros de Saúde/ Unidades Básicas de Saúde (de 1 Centro em 2005 para 2 em 2012); o número de consultórios isolados (que não tinham sido registrados em 2005 e em 2012 já eram 17); o número de Postos de Saúde, que alcançaram o número de 16 em 2012.

Coronel Vivida possui um único hospital, 19 estabelecimentos de saúde, entre estes, o Hospital São Roque, que apesar de ser privado, presta atendimento aos pacientes encaminhados através do sistema único de saúde, já que a Unidade de Pronto Atendimento da região está em fase de conclusão, fato este que dará mais suporte aos moradores.

Do total de leitos disponíveis no hospital de Coronel Vivida, cerca 79,3 % destes, estão destinados ao atendimento a pacientes do SUS. São atendidos, mensalmente, nos postos de saúde, de Coronel Vivida, cerca de 4.000 pacientes, e embora exista corpo clínico com especialidades variadas, casos mais complexos são direcionados para o município de Pato Branco, distante a cerca de 35 km e uma das referências com relação ao atendimento de saúde no estado paranaense.

Em Saudade do Iguçu percebe-se que houve um acréscimo no número de estabelecimentos de saúde entre os anos de 2005 e 2010. Foram criados 1 Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde e 1 Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado (filantrópico). Entre os anos de 2010 e 2012 o número e tipos de estabelecimentos se mantiveram os mesmos.

No Estado de Santa Catarina houve um aumento no número de estabelecimentos de saúde bastante significativo: de 6.948 em 2005 chegou-se ao número de 12.462 em 2012 (cerca de 79% a mais). O número de consultórios isolados aumentou significativamente (3120, em 2005, chegando a 6471, em 2012). Já o número de policlínicas caiu de 203, em 2005 para 170 em 2012, da mesma forma que o número de postos de saúde ( de 416, em 2005, para 371, em 2012, uma queda de quase 11%).

Em Xanxerê, de um total de 140 estabelecimentos de saúde em 2005, chega-se a um total de 162, em 2012, um aumento de quase 16%.

O município de Xanxerê, o qual abrigará um canteiro de obras, possui 17 estabelecimentos que atendem, embora, não exclusivamente, a pacientes do SUS, sendo um destes, o Hospital Regional São Paulo, atendendo de 120/200 pessoas por dia, onde, aproximadamente, dos 150 leitos existentes, 59 estão vinculados ao sistema único de saúde, ou seja, 39% dos leitos desse hospital, entre os quais, atendimentos na ortopediatria, cirurgia geral, UTI (adulto, neonatal e pediátrica), obstetrícia, entre outros.

No Estado do Rio Grande do Sul, observa-se um expressivo aumento no número de estabelecimentos de saúde entre os anos de 2005 e 2012: de 5722 (em



2005) chega-se a 18.946 em 2012, um aumento de 231%. O número de consultórios isolados foi uma das modalidades de estabelecimentos que teve um grande aumento, em 2005 eram 897 e em 2012, já alcançavam o número de 10.453 (aproximadamente 1165%).

Em São Domingos do Sul houve um aumento no número de estabelecimentos de saúde, de 3 (2005) passou para 8 (2012). O aumento relaciona-se à criação de novos consultórios isolados (não havia nenhum em 2005 e em 2012, já eram 3) e de postos de saúde (passaram de 1, em 2005, para 3 em 2012).

O município de São Domingos do Sul possui, segundo informações obtidas em campo, 1 unidade de saúde e um hospital, o Hospital Municipal de São Domingos (Figura 6.4.13 e Figura 6.4.14 , ao lado da Igreja Matriz, que possui em seu quadro clínico, um técnico de enfermagem, um enfermeiro, um técnico de radiologia, um cirurgião geral, um médico clínico geral, um farmacêutico/bioquímico, um médico anestesiológico, um pediatra e um ginecologista/obstetra. Neste corpo de profissionais apenas o técnico de enfermagem e o enfermeiro atendem mais de 40hs semanais, os outros profissionais, atuam em determinados turnos. Segundo informações, o hospital atende pequenos procedimentos, e, em casos mais graves, a prefeitura disponibiliza transporte do paciente até Marau ou Passo Fundo.



Figura 6.4.13: Hospital Municipal de São Domingos do Sul - RS.



Figura 6.4.14: Vista da cidade de São Domingos do Sul/RS, com hospital municipal ao fundo.

O Distrito de Santa Gema, ainda em São Domingos do Sul, conta com um Posto de Saúde para atendimento dos moradores dessa localidade.

Em Bom Jesus observa-se que houve um aumento no número de estabelecimentos de saúde: em 2005 totalizavam 8 e em 2012, 22. Este aumento deu-se especialmente no número de consultórios isolados, que inexistiam em 2005 e chegaram a 13 em 2012, ressalta-se que todos são privados.

Segundo dados obtidos através do DATASUS e informações obtidas em campo, os municípios de Água Santa (RS) e Bom Jesus (SC) são os únicos da AID que não possuem Posto de Saúde, embora tenham uma Unidade Básica de Saúde, e outros dois estabelecimentos de atendimento.

Bom Jesus conta com apenas uma Unidade de Saúde Básica e uma Secretaria de Saúde, não há Postos de Saúde, e conseqüentemente, por também não haver hospital, o município não possui leitos dessa natureza. Os casos de maior complexidade são encaminhados para o município de Xanxerê, para atendimento no Hospital Regional São Paulo, distante, a aproximadamente, 18 km do município. Em detrimento das poucas unidades de saúde existentes no município, o serviço, de acordo com informações obtidas em campo, foi classificado como deficitário, tanto pelos moradores das Linhas Tiradentes e Tavares, quanto da Linha São Lourenço, regiões estas, localizadas nas áreas rurais do município.

Em Vista Alegre do Prata temos apenas 1 Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde em 2005. Em 2012, os estabelecimentos de saúde desse município passam a ser 1 posto de saúde e 1 secretaria de saúde.

Vista Alegre do Prata conta apenas com um Posto de Saúde, onde há o atendimento de um pediatra e uma ginecologista, apenas uma vez por semana, e apesar de ser diagnosticado como de “boa qualidade” por algumas das pessoas entrevistadas, não possui laboratório para exames; os mesmos são encaminhados à Guaporé (RS) uma vez por semana.



Figura 6.4.15: Centro de Saúde em Vista Alegre do Prata-RS.

Observa-se em Cotiporã, em 2005, 4 estabelecimentos de saúde: 2 Unidades Básicas de Saúde, 1 posto de saúde, e 1 unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia. Já em 2012, temos um total de 6, tendo sido criadas 2 clínicas especializadas, mas extinguiu-se a unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia.

O município de Cotiporã (RS), apesar de ter Posto de Saúde e duas Unidades Básicas de Saúde, tem deficiência em especialidades médicas, com isso utiliza-se da infraestrutura de Veranópolis, ou ainda, a capital Porto Alegre ou Caxias do Sul.



Figura 6.4.16: Unidade Básica da Saúde da Família em Cotiporã-RS.

Em Montenegro é possível se verificar que houve um aumento no número de estabelecimentos de saúde no período entre 2005 e 2012, passando de 28 a 142. Novamente, observa-se que o número de consultórios isolados que causaram este impacto no total geral. Ressalta-se, ainda, que, dos 90 consultórios existentes em Montenegro em 2012, 88 eram privados.

Segundo informações obtidas em campo junto à Secretaria de Saúde do município, o mesmo possui 8 unidades de saúde, entre as 4 Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma é de Pronto Atendimento Municipal (PAM), além de Postos da Estratégia de Saúde da Família (ESF), e mais uma Unidade Móvel. Ainda, segundo a secretaria, o número de consultas médicas em atenção básica, foi de 81.819 atendimentos de 2010, para 90.028 atendimentos em 2011, um aumento de 10% no número de consultas realizadas.

O município ainda conta com um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), que atenderia 3.526 pacientes em 2011, caso não houvesse a falta de 594 pacientes.

Já o Laboratório do Sistema Municipal de Saúde (SMS) fez 15.911 exames em 2011, e a Farmácia SMS prestou suporte no atendimento médio de 400 pessoas/dia, no mesmo ano, e ainda está vinculada a programas e projetos ligados ao Ministério da Saúde (Programa DST/AIDS e Projeto NASCER), além do Projeto RESPIRAÇÃO, desenvolvido em parceria entre o Instituto Asma e a Prefeitura municipal, que juntamente ao acompanhamento clínico, fornece informações e medicamentos de forma gratuita para pacientes que sofrem de asma. O programa existe no município há seis anos e será ampliado em 25% este ano, disponibilizando, cerca de mais 400 consultas para crianças com idades entre zero e 11 anos. Atualmente são atendidos, em média, 1500 pacientes por ano, sendo que o município é o único no Brasil em que todos os remédios destinados ao tratamento da asma estão disponíveis de forma totalmente gratuita através do SUS. Segundo informações esse programa passará a atuar em conjunto com o Núcleo de

---

Prevenção de Doenças Transmissíveis em âmbito escolar, em conjunto às secretarias municipais de saúde e educação.

O município também conta com o Hospital Montenegro, estabelecimento voltado, principalmente, ao atendimento de pacientes do sistema único de saúde, embora situações de maior complexidade acabam sendo encaminhadas à capital, Porto Alegre.

Em São José do Sul, no ano de 2005, havia 5 estabelecimentos de saúde em 2012, 8. Foram criados neste período 1 posto de saúde, 1 secretaria de saúde e 1 consultório isolado.

Água Santa, em 2005, apresenta 1 unidade básica de saúde, já em 2012, 1 clínica especializada, 1 secretaria de saúde e 1 unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia.

Água Santa (RS), por não contar com uma infraestrutura tão completa quanto Coronel Vivida (PR), já que não possui um hospital, utiliza-se da estrutura do Hospital Santo Antônio em Tapejara. Os atendimentos mais graves são encaminhados para Passo Fundo (RS).

Erechim conta atualmente com 3 hospitais, o Hospital de Caridade, o Centro Hospitalar Santa Mônica e o Hospital Santa Teresinha. O Centro Hospitalar Santa Mônica é uma instituição particular, embora atenda pacientes encaminhados pelo SUS, porém apenas no caso de determinados exames.

Assim como o Centro Hospitalar Santa Mônica, o Hospital de Caridade de Erechim (Figura 6.4.17) é uma instituição de saúde privada, com cerca de 122 leitos, atende pacientes através de determinados convênios ou particular.

O Hospital Santa Teresinha integra a rede de hospitais credenciada ao Sistema Único de Saúde, sendo considerada uma instituição de referência regional, atendendo a mais de 31 municípios, tanto pelo SUS, quanto por convênio de saúde e particular. Dos 181 leitos, totais, existentes no Hospital Santa Teresinha, 145 são destinados a pacientes do sistema único de saúde, com isso a taxa de ocupação desses leitos, chega a pouco mais de 95% de ocupação.

Além das estruturas hospitalares, o município conta com 8 Unidades Básicas de Saúde, algumas destas com uma a três equipes do Estratégia Saúde da Família (caso das Unidades Básicas de Saúde Progresso e Aldo Arioli). Estas, são compostas, praticamente, pelo atendimento prestado por clínico geral, ginecologista/obstetra, atendimento odontológico, médico comunitário e enfermeiros.

Além das unidades de atendimento, tanto públicas, quanto privadas, a população conta com programas consolidados no município, entre os quais, o Programa Farmácia Popular, através do qual o Governo Federal, em parceria com as prefeituras, ampliou o acesso dos medicamentos considerados essenciais, beneficiando pessoas com dificuldades na aquisição destes em função do custo.



Figura 6.4.17: Hospital de Caridade de Erechim – RS.

Erechim também possui o Programa Municipal de DST/AIDS, visando a prevenção de novos casos, acompanhamento e tratamento dos pacientes contaminados pelo vírus. Implantado desde 1993 o programa conta com serviços de coleta e exame de Anti-HIV, atendimento de enfermagem, consultas médicas e dispensação de anti retrovirais, o que permite que a coleta de exames possa ser realizada nas várias Unidades Básicas de Saúde, espalhadas por todo o município.

Outro programa consolidado no município, é o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que reorganiza e integra as ações entre os diversos profissionais e os moradores das comunidades e o Programa de Saúde da Família

(PSF), visando estimular a implantação de um modelo onde as Unidades Básicas de Saúde, transformadas em Unidades de Saúde da Família, passam a resolver a maior parte dos problemas de saúde, promovendo a qualidade de vida e intervindo nos fatores que a colocam em risco, atuando em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS .

De uma maneira geral, houve um representativo aumento no número de estabelecimentos de saúde das áreas analisadas. No entanto, há que se considerar a criação de um grande número de estabelecimentos privados. Essa informação é muito importante se desejamos avaliar a universalização da assistência básica em saúde, uma vez que o aumento do número de estabelecimentos não necessariamente corresponde de maneira direta a um maior acesso da população aos serviços de promoção da saúde.

Outro indicador importante para se avaliar a qualidade da assistência dos serviços básicos de saúde é o número de leitos por mil habitantes de um município. De acordo com os parâmetros do Ministério da Saúde todos os municípios devem apresentar de 3 a 4 leitos convencionar a cada 1000 habitantes e 4 a 10 % do total de leitos devem ser de UTI. A seguir apresenta-se a Tabela 6.4 17 com os números para a AID:

TABELA 6.4 17: NÚMERO DE LEITOS POR MIL HABITANTES- 2009

LOCALIDADE	NÚMERO DE LEITOS DO SUS POR 1000 HABITANTES	NÚMERO DE LEITOS NÃO SUS POR 1000 HABITANTES	TOTAL DE LEITOS DE UTI	TOTAL DE LEITOS CONVENCIONAIS
Pato Branco	2,2	1,4	46	222
Coronel Vivida	2,1	0,6	0	60
Saudade do Iguaçu	0	0	0	0
Bom Jesus	0	0	0	0
Xanxerê	2,3	0,9	23	92
Passo Fundo	3,3	1,8	108	1049

LOCALIDADE	NÚMERO DE LEITOS DO SUS POR 1000 HABITANTES	NÚMERO DE LEITOS NÃO SUS POR 1000 HABITANTES	TOTAL DE LEITOS DE UTI	TOTAL DE LEITOS CONVENCIONAIS
São Domingos do Sul	7,4	0,7	0	25
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	0
Montenegro	2,1	0,3	16	245
São José do Sul	0	0	0	0
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	1,2	1,1	37	274

Fonte: DATASUS, 2012.

A Tabela 6.4 17 demonstra que os únicos municípios da AID que atendem às recomendações do Ministério da Saúde em relação ao número de leitos por 1000 habitantes são: Pato Branco (3,4) , Xanxerê (3,2),e São Domingos do Sul (8,1). Os estados onde estão sediados estes municípios (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não atendem aos parâmetros do Ministério da Saúde, sendo que, os municípios supracitados, inclusive, ultrapassam a média dos seus estados. Saudade do Iguaçu, Vista Alegre do Prata, Cotiporã, São José do Sul e Água Santa não possuem leitos em hospitais. Ressalta-se também que estes municípios também não possuem hospitais gerais, sendo necessário que a população recorra a outros municípios para ser atendida. Saudade do Iguaçu também não apresenta postos de saúde, o que torna ainda mais precário a assistência à população.

A previsão é que o número de leitos em Xanxerê passe de 115 para 220 nos próximos meses, com a ampliação do hospital, proporcionando maior capacidade de atendimento. O hospital é referência em urgência e emergência nos 17 municípios da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), além de referência em alta complexidade em cardiologia para 1,4 milhões de habitantes. As atividades realizadas no local estão relacionadas aos atendimentos básicos, além de média e



---

alta complexidade (estes dois nos níveis ambulatoriais e hospitalar), onde apenas o atendimento básico está relacionado à gestão municipal, as outras atividades estão vinculadas à gestão estadual.

#### 6.4.4.1.3 Profissionais e equipes de saúde

Para se avaliar o nível de qualidade do atendimento à saúde de uma população também é necessário se considerar o número de profissionais da saúde que atuam nos municípios. O Ministério da Saúde recomenda que para cada 1000 habitantes haja 1 médico. As Tabelas 6.4 18 e 6.4 19, abaixo, evidenciam os números para a AID:



## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 18: ROFISSIONAIS DA SAÚDE- 2009

Localidade	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Odontólogo	Psicólogo	Anestesista	Clínico Geral	Gineco/obstetra	Médico da família	Pediatra	Psiquiatra	Outras especialidades médicas
Paraná	1002	2513	5992	3083	969	683	5095	2147	964	5638	715	736	774	244	3988
Pato Branco	7	24	42	33	11	8	67	19	7	35	12	6	5	1	62
Coronel Vivida	1	5	9	4	1	2	8	1	6	5	-	2	-	-	1
Saudade do Iguaçu	1	1	2	1	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Santa Catarina	649	1421	3540	1489	481	337	4140	1214	514	3125	347	692	465	189	2369
Xanxerê	8	16	37	11	3	4	48	18	3	21	5	6	5	2	23
Bom Jesus	9	1	1	1	1	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-
Rio Grande do Sul	885	2335	7150	2173	561	980	4883	2056	1034	5850	1011	708	1084	614	5191
São Domingos do Sul	1	1	2	-	-	-	2	1	-	-	-	1	-	-	-

Localidade	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Odontólogo	Psicólogo	Anestesista	Clínico Geral	Gineco/obstetra	Médico da família	Pediatra	Psiquiatra	Outras especialidades médicas
Vista Alegre do Prata	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Cotiporã	1	-	4	-	1	-	2	-	-	-	-	2	-	-	1
Montenegro	5	14	41	14	2	5	36	9	5	24	6	2	8	3	35
São José do Sul	1	-	1	-	-	-	2	1	-	1	-	-	1	-	-
Água Santa	-	-	2	1	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Erechim	3	24	58	26	13	3	47	22	10	98	15	5	13	5	73

Fonte: DATASUS, 2012

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 19: PROFISSIONAIS DA SAÚDE-2012

Localidade	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Odontólogo	Psicólogo	Anestesista	Clínico Geral	Gineco/obstetra	Médico da família	Pediatra	Psiquiatra	Outras especialidades médicas
Paraná	1218	2993	6194	3627	1109	964	7035	2655	575	6240	680	837	1557	280	4453
Pato Branco	6	26	53	46	9	16	66	23	5	86	3	2	12	2	48
Coronel Vivida	2	6	5	6	1	5	11	3	1	5	-	4	6	-	1
Saudade do Iguaçu	-	2	1	2	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Santa Catarina	817	1759	3083	1909	584	560	4114	1731	331	153	413	763	981	217	2685
Xanxerê	10	20	38	16	2	4	52	18	3	28	6	9	8	1	24
Bom Jesus	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1
Rio Grande do Sul	1136	2587	7410	2981	748	1368	5319	2796	747	6945	1037	659	2234	654	5861
São Domingos do Sul	-	2	1	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	-	-

Localidade	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Odontólogo	Psicólogo	Anestesista	Clínico Geral	Gineco/obstetra	Médico da família	Pediatra	Psiquiatra	Outras especialidades médicas
Vista Alegre do Prata	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Cotiporã	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Montenegro	5	13	50	18	-	3	44	14	-	-	-	-	-	-	-
São José do Sul	-	-	1	-	-	-	2	1	-	1	-	1	-	-	-
Água Santa	1	1	1	1	-	1	3	1	-	-	-	-	1	-	-
*Erechim	6	36	87	40	13	8	53	46	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS, 2012. \*Não há dados para várias especialidades médicas em Erechim, em 2012.

Dos municípios que aparecem na tabela apenas o município de Cotiporã apresenta um número inferior de médicos por mil habitantes recomendado pelo Ministério da Saúde (0,8/ 1000 habitantes). Percebe-se, entretanto, que profissionais da saúde como, nutricionistas e fonoaudiólogos existem em menor número nos municípios da AID. Saudade do Iguaçu não possui nutricionistas e Água Santa não possui fonoaudiólogos.

Em Xanxerê, embora o quadro clínico seja composto por vários profissionais da área da saúde, algumas dificuldades são apontadas, entre as quais, falta de alguns médicos especialistas e os valores da tabela do SUS.

Segundo dados de 2009 (DATASUS), o município Bom Jesus contava com equipe médica e outros profissionais da área da saúde, totalizando, à época, 16 profissionais, entre os quais, médico da família, enfermeiro, cirurgião dentista, além de outros. Todos estes atendiam, exclusivamente pelo sistema único de saúde. De acordo com dados atuais, o município mantém o mesmo número de profissionais ligados a área da saúde, porém, com algumas alterações no quadro clínico, que agora não conta com o atendimento de especialidades como, Ginecologista/Obstetra, Fonoaudiólogo e Assistente Social. Em contrapartida, aumentou a assistência de mais um Enfermeiro e Agente de Saúde Pública, este último, até então, inexistente, além do incremento de mais dois Técnicos de Enfermagem.

A Saúde da Família funciona como uma estratégia de orientação do modelo assistencial nas unidades básicas de saúde regionais, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com a expansão, desde 1994, este programa atua como um modelo reorganizador de saúde nos municípios, impulsionando a melhoria na qualidade de vida dos que se utilizam desse benefício público.

A origem do Programa Saúde da Família remonta à criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em 1991, como parte do processo de reforma do setor da saúde, com intenção de aumentar a acessibilidade ao sistema de saúde e incrementar as ações de prevenção e promoção da saúde. Em 1994 o

Ministério da Saúde, lançou o PSF como política nacional de atenção básica, com caráter organizativo e substitutivo, fazendo frente ao modelo tradicional de assistência primária baseada em profissionais médicos especialistas focais.

Segundo os parâmetros do Ministério da Saúde, é necessário que para cada 400 habitantes haja 1 agente comunitário de saúde. A seguir será apresentada a Tabela 6.4 20, com a relação população/ agentes comunitários de saúde.

TABELA 6.4 20: RELAÇÃO POPULAÇÃO/ AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	NÚMERO DE AGENTES DE SAÚDE	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR AGENTE
<b>Paraná</b>	<b>10444526</b>	<b>13551</b>	<b>770,7</b>
Pato Branco	72370	74	977,9
Coronel Vivida	21749	45	483,3
Saudade do Iguazu	5028	14	359,1
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>11242</b>	<b>555,8</b>
Xanxerê	44128	79	558,5
Bom Jesus	2526	13	194,3
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10693929</b>	<b>9478</b>	<b>1128,3</b>
São Domingos do Sul	2926	8	365,75
Vista Alegre do Prata	1569	4	392,25
Cotiporã	3917	10	391,7
Montenegro	59415	25	2376,6
São José do Sul	2.082	8	260,25
Água Santa	3722	12	310,1
Erechim	96087	76	1264,3

Fonte: DATASUS, 2012

Através da Tabela 6.4 20 percebe-se que os municípios que atendem à recomendação do Ministério da Saúde com relação ao número de agentes comunitários por habitantes são Saudade do Iguazu (359,10 hab/agente), São



---

Domingos do Sul (365,75 hab/agente), Bom Jesus (194,30 hab/agente), Vista Alegre do Prata (362,25 hab/agente), Cotiporã (391,70 hab/agente), Água Santa (310,10 hab/agente).

A população de Pato Branco, além da estrutura hospitalar, conta com o atendimento de sete equipes do programa Estratégia Saúde da Família e mais quatro de saúde bucal, que levam atendimento aos bairros mais carentes da cidade. Em 2011, foram realizadas, aproximadamente, 81.850 visitas domiciliares. Serão implantadas mais duas equipes de Estratégia Saúde da Família, para atender o bairro Pinheirinho e Morumbi, que também será contemplado com uma equipe de saúde bucal. Visando auxiliar uma unidade de saúde municipal, será implantado no município, o Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), que apoiará as demais equipes de saúde existentes na cidade.

Atualmente, Pato Branco possui oito equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), compostas por médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem, auxiliares de saúde bucal e agentes de saúde, que atendem diversos bairros da região.

Segundo informações obtidas em campo, São Domingos do Sul possui uma equipe de saúde da família, composta por um clínico geral, um enfermeiro, um psicólogo e um agente de saúde, e de acordo com o levantamento realizado, não apresentou epidemias ou endemias que fossem relevantes ao local.

Na área da saúde, nos municípios localizados ao longo do traçado, os serviços oferecidos, são na sua maioria, feitos por agentes de saúde e técnicos de enfermagem, que atendem nos postos de saúde ou unidades básicas de saúde da família, encontrados nos distritos e localidades, já que profissionais mais qualificados não permanecem nestas unidades diariamente, atendendo, na sua maioria, em turnos. No caso de emergências, os moradores dos locais relataram que contam com o apoio logístico da prefeitura, a qual encaminha os pacientes até municípios mais próximos e com mais estrutura.

A Tabela 6.4 21, apresenta as localidades visitadas ao longo do traçado da LT e a ocorrência ou não de postos de saúde para atendimento desses moradores:

TABELA 6.4 21: POSTOS DE SAÚDE E LOCALIDADES VISITADAS AO LONGO DO TRAÇADO.

ESTADO	MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	ATENDIMENTO HOSPITALAR
PR	Chopinzinho	Vila Rural	-	Pato Branco
PR	Coronel Vivida	Linha Padre	-	Coronel Vivida/Pato Branco
PR	Civelândia	Vila São Luis	-	Pato Branco
SC	Paial	Linha Ponte Preta	-	Chapecó
SC	Itá	Linha Nova Santa Cruz	-	Chapecó
SC	Itá	Linha Felisberto	-	Chapecó
SC	Seara	Linha Ariranhazinha	-	Chapecó
SC	Seara	Distrito Nova Teutônia (Sagrado Coração) - aldeia toldo pinhal	Sim	Chapecó
SC	Seara	Barra do Saltinho	-	Chapecó
SC	Xanxerê	Linha Narciso	-	Xanxerê
SC	Xanxerê	Linha Sufiatti	-	Xanxerê
SC	Xanxerê	Linha São Sebastião	-	Xanxerê
SC	Xanxerê	Linha Invernada Grande	-	Xanxerê
SC	Xanxerê	Vila 1 Sadia	-	Xanxerê
SC	Bom Jesus	Linha Tiradentes	-	Xanxerê
SC	Bom Jesus	Linha Tavares	-	Xanxerê
SC	Bom Jesus	Linha São Lourenço	-	Xanxerê
SC	Abelardo Luz	Linha Nossa Senhora das Graças	-	Abelardo Luz/Xanxerê
SC	Abelardo Luz	Linha Canhadão	-	Abelardo Luz/Xanxerê
SC	Abelardo Luz	Linha Alegre do Marco	-	Abelardo Luz/Xanxerê
SC	Abelardo Luz	Linha Bom Sucesso	-	Abelardo Luz/Xanxerê
SC	Xavantina	Linha Tiradentes	-	Xanxerê
SC	Xavantina	Linha Alto Irani	-	Xanxerê
SC	Xavantina	Passo das Antas	-	Xanxerê

ESTADO	MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	ATENDIMENTO HOSPITALAR
SC	Xavantina	Passo do Sul	-	Xanxerê
RS	Água Santa	Faxinal	-	Passo Fundo
RS	Água Santa	Estrada Geral (interior)	-	Passo Fundo
RS	Getúlio Vargas	Rio Toldo	-	Passo Fundo
RS	Getúlio Vargas	Estrada Geral	-	Passo Fundo
RS	Getúlio Vargas	Distrito Souza Ramos	Sim	Passo Fundo
RS	Aratiba	Linha 15 de Novembro	-	Erechim
RS	Aratiba	Pio X	-	Erechim
RS	Aratiba	Linha Esperança Alta	Sim	Erechim
RS	Barra do Rio Azul	Poço Escuro	-	Erechim
RS	Barra do Rio Azul	Linha Sansel	-	Erechim
RS	Barra do Rio Azul	Linha Campo Alegre	-	Erechim
RS	Barra do Rio Azul	Povoado Pinhão	-	Erechim
RS	Barra do Rio Azul	Estrada Geral	-	Erechim
RS	Erechim	Montanha Alegre	-	Erechim
RS	Erechim	Km10 Dourado	-	Erechim
RS	Erechim	Km 10 Argenta	-	Erechim
RS	Erechim	Demoliner	-	Erechim
RS	Casca	Povoado Migliavacca	Sim	Passo Fundo
RS	Vista Alegre do Prata	Centro	Sim	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	Vista Alegre do Prata	Linha Bento Gonçalves	-	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	Vista Alegre do Prata	Linha General Ozório	-	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	Vista Alegre do Prata	Linha Senador Otaviano	-	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	Cotiporã	Centro	Sim	Veranópolis/Caxias do Sul
RS	Cotiporã	Nossa Senhora do Caravaggio	-	Veranópolis/Caxias do Sul

ESTADO	MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	ATENDIMENTO HOSPITALAR
RS	Cotiporã	Comunidade São Roque	-	Veranópolis/Caxias do Sul
RS	Fagundes Varela	Linha Conde de POA	-	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	Fagundes Varela	São Pedro	-	Veranópolis/Bento Gonçalves
RS	São Domingos do Sul	Centro	Sim	Marau/Passo Fundo
RS	São Domingos do Sul	Distrito de Santa Gema	Sim	Marau/Passo Fundo
RS	São Domingos do Sul	Linha 2	-	Marau/Passo Fundo
RS	São Domingos do Sul	Linha 3	-	Marau/Passo Fundo
RS	Carlos Barbosa	Cablens	-	Carlos Barbosa/Caxias do Sul
RS	Carlos Barbosa	Distrito Arco Verde	Sim	Carlos Barbosa/Caxias do Sul
RS	Carlos Barbosa	Santo Antônio de Castro	-	Carlos Barbosa/Caxias do Sul
RS	Barão	Arroio Canoas	-	Barão/Porto Alegre
RS	Capela de Santana	Estrada Paquete	-	Montenegro
RS	Montenegro	Volta do Anacleto	-	Montenegro
RS	Montenegro	Santos Reis	-	Montenegro
RS	Montenegro	Campo do Meio	-	Montenegro
RS	Garibaldi	São Gotardo	-	Garibaldi/Bento Gonçalves
RS	Garibaldi	Linha Camargo	-	Garibaldi/Bento Gonçalves
RS	Garibaldi	São Roque Figueira do Mel	-	Garibaldi/Bento Gonçalves
RS	Monte Belo do Sul	Pederneira – Baixa Santa Tereza	-	Bento Gonçalves
RS	Nova Santa Rita	Sanga Funda	-	Porto Alegre
RS	Nova Santa Rita	Porto Figueira	-	Porto Alegre
RS	Parei Novo	Morro Gaúcho	-	Montenegro

ESTADO	MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	ATENDIMENTO HOSPITALAR
RS	Pareci Novo	Coqueiral	-	Montenegro
RS	Salvador do Sul	Campestre Baixo	Sim	Salvador do Sul/Porto Alegre
RS	Salvador do Sul	Linha Comprida	-	Salvador do Sul/Porto Alegre
RS	São José do Sul	São José do Maratá	Sim	Salvador do Sul/Porto Alegre

Corroborando os dados apresentados anteriormente, observa-se que a grande maioria das comunidades visitadas nos três estados, não possui postos ou unidades básicas de saúde, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou a maior cobertura referente à presença desse tipo de estabelecimento. Das três comunidades visitadas no Paraná, nenhuma delas apresentou posto de saúde, enquanto, das 22 comunidades visitadas em Santa Catarina, apenas uma apresentou posto de saúde, que foi o Distrito de Nova Teutônia, em Seara (Figuras 6.4.18 e 6.4.19). Neste, atua equipe formada por dois dentistas, sendo que um, atende meio período, e o outro, o dia inteiro, além de um médico clínico geral, que permanece no posto, também em meio período. Todos estes profissionais prestam atendimento à comunidade, porém, apenas, uma vez por semana. O único profissional da saúde, que presta suporte, de segunda a sexta-feira, durante o funcionamento do posto, é um técnico de enfermagem. A enfermeira responsável pelo posto desse Distrito, orienta o andamento das atividades do Centro de Saúde Municipal, no centro de Seara, onde fica alocada.



Figura 6.4.18: Secretaria de Saúde e Posto de Saúde do Distrito de Nova Teotônio, em Seara – SC.



Figura 6.4.19: Secretaria de Saúde e Posto de Saúde do Distrito de Nova Teotônio, em Seara – SC.

No tocante aos serviços de saúde, de forma geral, estes acabam concentrando-se nos grandes centros urbanos, considerando que muitos dos municípios da AID são relativamente pequenos, com cerca de 2.000 a 5.000 habitantes. Nestes encontra-se o serviço básico de saúde, com consultas realizadas por clínicos gerais, dentistas, pediatras e ginecologistas, embora os atendimentos por estes profissionais seja, na grande maioria, em apenas alguns dias e horários da semana.

Uma equipe básica do Programa Saúde da Família é formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitário. Na concepção deste programa são previstas, como principais características: a promoção e proteção da saúde, equipes com composição mínima, participação comunitária, por meio de ações de educação em saúde, integração ao sistema de saúde local, entre outros (FILHO, 2007).

Geralmente os casos de menor complexidade são atendidos nas unidades básicas de saúde. No caso de ocorrências mais complexas, os pacientes passam por triagem e são direcionados à cidades com maior infraestrutura, o que muitas vezes acaba comprometendo os atendimentos aos pacientes residentes nos grandes centros urbanos, os quais acabam servindo de referência à saúde.

Como exemplo desse procedimento, é o município de São José do Sul (RS), com 3 Unidades Básicas de Saúde (Figura 6.4.20) com atendimento de ginecologista e pediatra em alguns turnos. Quando há casos mais complexos, os mesmos são direcionados à Montenegro ou Salvador do Sul.

Algumas cidades são referências estaduais, como o caso de Xanxerê e Chapecó em Santa Catarina, que atende pacientes vindos de Bom Jesus (SC) (Figura 6.4.21) e encaminhados ao Hospital Regional São Paulo de Xanxerê (Figura 6.4.22).



Figura 6.4.20: Unidade Básica de Saúde em São José do Sul (RS)



Figura 6.4.21: Unidade Básica de Saúde em Bom Jesus (SC)



Figura 6.4.22: Hospital São Paulo em Xanxerê (SC), um dos municípios com canteiro de obras.

Os serviços de saúde de alta e média complexidade são oferecidos, na área de influência do empreendimento, nos municípios de Xanxerê (SC), Pato Branco (PR) e Erechim (RS). Todos estes municípios abrigarão canteiros de obra e são referência no atendimento à saúde de muitas das comunidades atingidas pela implantação da linha de transmissão. Embora outros municípios, em alguns dos casos, também proporcionem suporte na área da saúde, como é o caso de Veranópolis (RS), Bento Gonçalves (RS), Caxias do Sul (RS) e Chapecó (SC), a falta de equipamentos, infraestrutura e profissionais especializados, acaba comprometendo e inchando o atendimento desses municípios maiores, que precisam oferecer um serviço de qualidade aos moradores locais e a outros, oriundos de municípios próximos, encaminhados pelas prefeituras, que para isso disponibilizam o transporte. Um exemplo do grande atendimento de pacientes em grandes centros urbanos de referência é Passo Fundo, no RS, que chega a atender mais de 300 municípios, além de prestar atendimento, inclusive, em alguns casos, de pacientes oriundos de outros estados, como Santa Catarina.



Figura 6.4.23: Setor Administrativo da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC.



Figura 6.4.24: Unidade Básica de Saúde em Xanxerê, atendimento 24hs



Um dos exemplos da importância dos centros de referência ao atendimento da saúde a municípios menores, é Montenegro (RS), que apesar de apresentar, além da estrutura básica, dois hospitais, utiliza-se da infraestrutura de Porto Alegre em casos mais específicos.

A seguir (Figura 6.4.25), imagens do Pronto Atendimento Municipal do município de Montenegro, que segundo dados da Secretaria da Saúde do município, registrou em 2010, 34.692 atendimentos, e 41.391 atendimentos no ano de 2011, um aumento de pouco mais de 19%, embora um aumento maior ainda tenha sido registrado na Unidade Básica de Saúde em Santos Reis (Figura 6.4.26), também em Montenegro, com um aumento de 122%, de 415 consultas registradas, em 2010, passou a 921 atendimentos em 2011.



Figura 6.4.25: Pronto Atendimento Municipal – PAM, no município de Montenegro (RS)



Figura 6.4.26: Unidade Básica de Saúde na Comunidade Santos Reis, em Montenegro (RS)

#### 6.4.4.1.4 Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é outro importante indicador para se avaliar a qualidade da assistência básica de saúde de um determinado território. A seguir observa-se a Tabela 6.4 22 com dados referentes às taxas de mortalidade infantil na AID:

TABELA 6.4 22: ÓBITOS INFANTIS POR MIL NASCIDOS VIVOS

LOCALIDADE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	200
<b>Paraná</b>	<b>16,8</b>	<b>16,5</b>	<b>15,5</b>	<b>14,5</b>	<b>14</b>	<b>13,2</b>	<b>13,1</b>
Pato Branco	10	23,7	16,7	15,5	18,7	18,1	9,9
Coronel Vivida	18,3	24,1	23,7	19,4	32,6	29,1	28,8
Saudade do Iguazu	35,7	0	0	10,4	14,9	28,2	11,5
<b>Santa Catarina</b>	<b>15,3</b>	<b>14,1</b>	<b>13,6</b>	<b>12,6</b>	<b>12,6</b>	<b>12,8</b>	<b>11,6</b>
Xanxerê	21,8	16,7	18	17,2	8	21,3	10,3
Bom Jesus	21,3	32,3	0	0	0	0	0
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>15,6</b>	<b>16</b>	<b>15,2</b>	<b>13,7</b>	<b>13,1</b>	<b>12,8</b>	<b>12,7</b>
São Domingos do Sul	0	0	0	0	32,3	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	41,7	0	0	0
Montenegro	13,5	13,3	6,5	11,2	8,9	9,9	18
São José do Sul	0	0	0	0	0	66,7	0
Água Santa	25	21,7	30,3	0	0	30,3	0
Erechim	19	12,8	19,7	9,8	17,1	16,7	15,4

Fonte: DATASUS, 2012.

Segundo as análises do IPARDES (2004), o Paraná tem reproduzido os padrões nacionais, no que se refere à tendência de declínio no conjunto do país. Entretanto, conforme já foi ressaltado, é preciso se levar em consideração as desigualdades sociais e espaciais que provocam situações diferenciadas entre regiões, estados e unidades territoriais menores.

Na mesorregião Centro-Sul, a maioria dos municípios registrou coeficientes de mortalidade infantil bem superiores ao do estado. Dentre os poucos municípios da região que evidenciaram níveis mais baixos de mortalidade infantil que os do estado destacam-se Mangueirinha, Coronel Domingos Soares e Honório Serpa.

Na mesorregião Sudoeste do Paraná as situações mais desfavoráveis, no que se refere aos coeficientes de mortalidade infantil encontram-se em Nova Esperança do Sudoeste e Santo Antônio do Sudoeste.

Em Santa Catarina percebe-se que houve redução nas taxas de mortalidade infantil entre 2002 e 2008, alcançando neste último ano o número de 11,6 óbitos a cada 1000 nascidos vivos.

Xanxerê, que se encontra na mesorregião do Oeste Catarinense apresenta taxas menores que a média estadual, 10,3 óbitos/ 1000 nascidos vivos.

No Rio Grande do Sul observamos, da mesma forma, o decréscimo da taxa de mortalidade infantil no estado, atingindo em 2008 o número de 12,7 óbitos/1000 nascidos vivos.

São Domingos do Sul possui registros apenas para o ano de 2006, apresentando a alta taxa de 32,3 óbitos/ 1000 nascidos vivos. Em 2009, São Domingos do Sul apresentou uma taxa ainda maior: 37,04/ 1000 nascidos vivos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTADÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2012). Destaca-se que São Domingos do Sul é apontado como um dos cem municípios do Rio Grande do Sul com menor índice de desenvolvimento socioeconômico.

Dados da Secretaria de Saúde de Erechim revelam que entre os anos de 2006 e 2011 a mortalidade infantil aumentou no município. Em 2010, 1.196 bebês nasceram em Erechim e 14 morreram antes de completar um ano de vida. O ano de 2011 teve 83 nascimentos a mais do que no ano anterior, totalizando 1.279 nascimentos, sendo que desses 22 foram a óbito, antes de completar um ano de vida.

De acordo com a Secretaria de Saúde as principais causas da mortalidade infantil em Erechim são decorrentes de bebês com má formação e prematuridade extrema. Entre os outros óbitos estão os casos onde tiveram intercorrências durante o pré natal .

Nenhuma das localidades apresentadas na tabela alcançou os níveis aceitáveis de mortalidade infantil da Organização Mundial da Saúde que é 10 óbitos infantis/ 1000 nascidos vivos.

Programas voltados à área da saúde, como o Mãe Pato-branquense e Estratégia Saúde da Família contribuem com a queda expressiva da mortalidade

infantil no município. Segundo dados da prefeitura, desde 2005, houve redução de aproximadamente 53% no número de óbitos infantis, passando de 15,45 para uma média de 7,30 óbitos a cada mil crianças natas pato-branquenses.

#### 6.4.4.1.5 Principais doenças e causas de mortalidade

##### Pato Branco

O município teve de 1990 a 2011, 179 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,7%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 10,8%.

Entre 2001 e 2010, houve 26 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 6 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 4 casos confirmados de leishmaniose, 16 notificações de dengue.

##### Coronel Vivida

Coronel Vivida teve de 1992 a 2011, 13 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,7%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 10,8%.

No município, entre 2001 e 2010, houve 11 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 2 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 5 casos confirmados de leishmaniose, 4 notificações de dengue.

##### Saudade do Iguaçu

Saudade do Iguaçu teve de 2002 a 2011, 7 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,7%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 10,8%.

No município, entre 2001 e 2010, houve 6 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 1 caso confirmado de malária, nenhum caso

---

confirmado de febre amarela, 5 casos confirmados de leishmaniose, nenhuma notificação de dengue.

#### Bom Jesus

Bom Jesus teve de 2004 a 2011, 3 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,8%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 6,9%. No município, entre 2001 e 2010, houve 2 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 1 caso confirmado de leishmaniose, 1 notificação de dengue.

#### Xanxerê

Xanxerê teve de 1996 a 2011, 108 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,8%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 6,9%. No município, entre 2001 e 2010, houve 13 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 3 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 3 casos confirmados de leishmaniose, 7 notificações de dengue.

#### Erechim

O município teve de 1993 a 2011, 286 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 42,3%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,2%.

Em Erechim, entre 2001 e 2010, houve 52 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, nenhum caso confirmado de leishmaniose, 52 notificações de dengue.

#### Cotiporã

Cotiporã teve de 2003 a 2011, 3 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 42,3%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,2%. No município, entre 2001 e 2010, não houve caso de doenças transmitidas por mosquitos.

#### Montenegro

Montenegro teve de 1989 a 2011, 287 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 42,3%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,2%.

No município, entre 2001 e 2010, houve 5 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 1 caso confirmado de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, nenhum caso confirmado de leishmaniose, 4 notificações de dengue.

#### São Domingos do Sul

São Domingos do Sul teve em 1998, 1 caso de AIDS diagnosticado. A proporção de mulheres infectadas foi de 42,3%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,2%. No município, entre 2001 e 2010, não houve caso de doenças transmitidas por mosquitos.

#### São José do Sul

São José do Sul teve de 2006 a 2011, 2 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 42,3%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,2%. No município, entre 2001 e 2010, não houve caso de doenças transmitidas por mosquitos.

#### Vista Alegre do Prata

O município não teve nenhum caso de AIDS diagnosticado até 2011. No município, entre 2001 e 2010, não houve caso de doenças transmitidas por mosquitos.

### Água Santa

Água Santa teve em 2008, 1 caso de AIDS diagnosticado. No município, entre 2001 e 2010, não houve caso de doenças transmitidas por mosquitos.

Nas regiões visitadas, durante o levantamento de campo, não foi observada incidência significativa relativa à ocorrência de doenças típicas ou epidemias sazonais, embora tenha sido citada a ocorrência de alguns casos relacionados à gripe H1N1. Nos trechos onde se localizam os municípios catarinenses de Bom Jesus e Xanxerê (que abrigará um dos canteiros de obra, em SC), houve relato de alguns casos da citada gripe, além de doenças controladas, como hipertensão e diabetes. A gripe H1N1 também foi citada no estado paranaense, nos municípios de Pato Branco e Coronel Vivida. Neste último houve incidência também de problemas respiratórios, como pneumonia, além de hipertensão e alguns tipos de câncer.

Segundo dados do Ministério da Saúde, os casos de dengue no sul do Brasil apresentaram uma queda significativa, de 29.260 casos entre janeiro e abril de 2011, para 3.079 casos no mesmo período em Santa Catarina, que registrou naquele ano, 14 mortes, enquanto que 1 morte foi registrada entre os mesmos meses em 2012.

A mesma queda foi registrada para os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul (de 103 casos para 84, e de 302 casos para 143, respectivamente), que não registraram nenhuma mortalidade em 2011 e 2012. Mas mesmo com queda significativa e nenhum registro de óbito, apenas o município de Pato Branco (um dos três municípios que abrigará o canteiro de obras), no Paraná, em levantamento de informações sobre a saúde, citou que estava livre desse tipo de ocorrência, provavelmente por ter apenas um caso confirmado, que acredita-se ter sido importado do Acre para a cidade.

O combate do mosquito *Aedes aegypti*, vem ao longo dos últimos 5 anos, principalmente, recebendo atenção e tratamento intensivo através de divulgação e interação entre municípios e o fornecimento de programas pelo Ministério da Saúde, como o Programa LIRAA (Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes*

aegypti), o qual identifica criadouros e permite o direcionamento das ações de controle para as áreas mais críticas.

Em municípios como Cotiporã, Vista Alegre do Prata e São Domingos do Sul, todos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os dados junto as Secretarias, não foi citado qualquer endemia ou epidemia, apenas casos de gripe comum e doenças crônicas, como hipertensão arterial e diabetes.

Em Montenegro, durante o levantamento das informações em campo, foi citado problemas com a doença de Raiva. Em maio, do corrente ano, morreram duas cabeças de gado de uma propriedade no interior do município. Até então, há pelo menos 20 anos, não havia sido registrada incidência dessa doença viral em bovinos. Em decorrência disso, animais foram vacinados, entre os quais, gatos e cachorros, considerados os principais vetores da doença no perímetro urbano, além dos bovinos inseridos em um raio de 20 km de onde foi encontrado o foco da doença. É importante frisar que o município enfrenta problemas relacionados a enchentes, que afetam um terço da população do município, sendo apontado na Secretaria de Saúde Municipal, a necessidade de mais profissionais de enfermagem e vigilância sanitária para promover o controle de doenças em períodos mais críticos.

Já em Saudade do Iguaçu, no Paraná, foi citado, além de problemas no sistema cardiovascular, também a incidência de atendimentos por feridos por animais peçonhentos, fato corroborado por acontecimento no mês de novembro de 2011. Nesse município, na reunião da Associação Intermunicipal de Saúde (ASSIMS), além de outros assuntos, tratou-se da conscientização sobre riscos relativos a animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões, taturanas, entre outros, além dos cuidados com relação aos pombos, aves que atuam como vetores de diversas doenças, entre elas, salmonelose, histoplasmose e meningite. Ao todo, fazem parte da ASSIMS, 20 municípios, entre os quais, 13 são do Paraná e os outros 7 de Santa Catarina. Dos municípios inseridos no traçado da linha e que



---

fazem parte da ASSIMS, estão, Chopinzinho, Coronel Vivida, e como já citado, Saudade do Iguaçu, todos do estado paranaense.

A seguir verifica-se a Tabela 6.4 23 com dados sobre as causas de mortalidade na AID:



TABELA 6.4 23: MORTALIDADE PROPORCIONAL (EM TODAS AS IDADES)

LOCALIDADE	DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS (%)	NEOPLASIAS (%)	DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO (%)	DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO (%)	AFEÇÕES PERÍODO PERINATAL (%)	CAUSAS EXTERNAS (%)	DEMAIS CAUSAS (%)
<b>Paraná</b>	<b>3,2</b>	<b>18,1</b>	<b>32,3</b>	<b>10,8</b>	<b>1,9</b>	<b>14,9</b>	<b>18,7</b>
Pato Branco	3,9	22	29,2	10,8	2,4	13,6	18,1
Coronel Vivida	1,9	17,4	35,5	9,7	2,6	12,3	20,6
Saudade do Iguaçu	8,3	20,8	16,7	29,2	-	8,3	16,7
<b>Santa Catarina</b>	<b>4,4</b>	<b>20,8</b>	<b>31,3</b>	<b>10,2</b>	<b>1,9</b>	<b>14,1</b>	<b>17,7</b>
Xanxerê	3,1	16,6	30,1	16,1	2,6	15	16,6
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>4,4</b>	<b>22,4</b>	<b>31,9</b>	<b>11,2</b>	<b>1,5</b>	<b>10,4</b>	<b>18,3</b>
Passo Fundo	4,7	18,8	26,9	15,1	1,8	11,9	20,7
São Domingos do Sul	-	12	40	16	-	8	24
Vista Alegre do	-	26,7	26,7	6,7	-	-	40

LOCALIDADE	DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS (%)	NEOPLASIAS (%)	DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO (%)	DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO (%)	AFECCÕES PERÍODO PERINATAL (%)	CAUSAS EXTERNAS (%)	DEMAIS CAUSAS (%)
Prata							
Cotiporã	3,8	-	26,9	7,7	-	-	15,4
Montenegro	6,6	18,8	30	15,5	1,6	7,7	19,7
São José do Sul	-	-	61,5	15,4	7,7	7,7	7,7
Água Santa	-	34,6	19,2	15,4	-	11,5	19,2

Fonte: DATASUS, 2012.

Analisando as causas de mortalidade na AID observa-se que há uma prevalência das mortes associadas a doenças do aparelho circulatório. Tal afirmação pode ser evidenciada ao verificarmos as taxas relativas às médias dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 32,3%, 31,1% e 31,9% respectivamente. O município de São José do Sul apresenta uma taxa elevada de mortes por doenças do aparelho circulatório: 61,5%, superando a média do Estado do Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, temos como causa de mortalidade as doenças do aparelho respiratório e as neoplasias (tumores). As taxas mais elevadas de mortes por neoplasias são encontradas no município de Vista Alegre do Prata (26,7%) e Água Santa (34,6%). As mortes por causas externas e demais causas aparecem em terceiro lugar, sendo que, as causas externas nos municípios da AID são inferiores à média dos estados dos quais estes fazem parte.

As taxas de mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias são maiores em Montenegro (6,6%).

As taxas de mortes causadas por afecções do período perinatal, comparativamente aos demais municípios e à média dos estados, são mais altas em Coronel Vivida (2,6%) e Xanxerê (2,6%).

#### 6.4.4.1.6 Incidência de Endemias e Epidemias nas áreas de influência do empreendimento

Assim como nos municípios da AID, a principal preocupação das autoridades de saúde e população está relacionada à incidência do vírus da gripe H1N1, e embora poucas secretarias durante o levantamento tenham relatado a incidência de tantos casos, dados do Ministério da Saúde registraram 95 mortes pela Gripe A nesse ano.

Segundo informações, no Paraná foram 14 mortes, em Santa Catarina, 52 e no Rio Grande do Sul, 29 mortes confirmadas. Em 2010, foram 27 vítimas em todo o país, longe do número de óbitos registrados em 2009, quando houve uma pandemia

da doença, registrando 2.060 óbitos. Em 2011 foram 113 casos de mortes referentes à doença.

A região sul é a que mais apresenta casos da gripe, com 1.415 doentes diagnosticados — os dados do Ministério da Saúde ainda computam 1.099 casos. O estado mais atingido pelo vírus é Santa Catarina, onde 635 pessoas foram infectadas e 52 morreram, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado. Desses mortos, 69,2% tinham entre 40 e 60 anos. Os outros tipos de gripe atingiram 1.228 pessoas e mataram 64 no mesmo período.

O estado paranaense também apresentou crescimento nos casos confirmados da doença, cerca de 53%, de 381 infectados para 588, já o Rio Grande do Sul, registrou, até o momento, 192 casos de H1N1.

Pela incidência do clima mais frio, a região Sul se caracteriza como área de maior concentração da doença, onde cerca de 62,7% dos casos de mortes foram registrados pelo Ministério da Saúde.

Embora a doença esteja em mais áreas de circulação, segundo o Ministério da Saúde, a mesma não constitui uma epidemia, já que os casos estão sendo monitorados e medidas básicas de higiene passadas através de diferentes mídias, além de intensa vacinação, nos meses de maio e junho, que imunizou 80% dos principais grupos de risco, em vários estados brasileiros. Em Santa Catarina, região com maior número de casos, inclusive, há uma equipe exclusiva, designada pelo Ministério para monitoração e controle da doença.

Embora a incidência da doença esteja concentrada nos estados da região sul, ela não se constitui como uma doença endêmica da região, afetando diversos estados brasileiros.

Assim como a H1N1, merecem atenção, embora não sejam doenças endêmicas, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS. Segundo o Ministério da Saúde, em 2010, foram notificados 34.218 casos de AIDS, onde o Rio Grande do Sul seria o Estado com mais casos confirmados.

Apesar de estratégias do Governo, em buscar garantir acesso e atendimento aos usuários do sistema público de saúde, através das secretarias para que as pessoas sejam atendidas o mais próximo de suas residências, com o intuito de desafogar os grandes centros urbanos, a falta de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados, ainda se constituem em um barreira ao bom funcionamento do sistema.

Há a necessidade de atualizar e modernizar os hospitais de pequeno porte, desafogando assim os grandes centros de atendimento, afinal todos estes estabelecimentos possuem papel fundamental nas localidades de atuação, pois a otimização dos hospitais menores contribuirá para a demanda diminuir nos maiores. Além disso, municípios do interior do país enfrentam dificuldades em atrair e fixar médicos especialistas. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), apenas 13% dos médicos cadastrados nessa base encontram-se em municípios com até 50 mil habitantes.

No tocante aos serviços de saúde e profissionais disponíveis, atualmente, os serviços se concentram nos centros urbanos que compõem, tanto a All, quanto a AID. No caso dos municípios pré-selecionados como canteiros de obra e subcanteiro, como Xanxerê, em SC, Pato Branco, no PR, Erechim e Montenegro, ambos no RS, o número de médicos disponíveis a cada 1.000 habitantes, segundo critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado baixo (menos de 2,5 médicos/1.000 hab.). Xanxerê possui 1,74 médicos/1.000 hab., Pato Branco, 2,27 médicos a cada 1.000 hab. e Erechim, cerca de 2,14 médicos para o atendimento de 1.000 habitantes. Apenas Montenegro, onde estará localizado o subcanteiro, apresenta níveis considerados aceitáveis pela OMS, segundo dados do CNES de 2011: 2,58 médicos a cada 1.000 hab.

Assim, segundo dados apresentados há uma carência, tanto de médicos quanto de infraestrutura de saúde nos municípios atravessados pelo corredor da LT, principalmente para o tratamento de casos mais complexos, exames mais apurados ou leitos de internação.

Conforme foi apontado, o clima da região, em determinadas épocas do ano propicia o aparecimento de doenças que necessitam de acompanhamento, e em alguns casos, inclusive, de internação, como o caso da Gripe A e dengue, esta última, em menor número.

Da mesma forma, existe a necessidade de controle e acompanhamento de casos relacionados à DSTs e AIDS, principalmente diante do número de colaboradores oriundos de outros Estados, já que esse tipo de atividade pode gerar aumento da prostituição nos municípios em decorrência do empreendimento. Sendo assim, observa-se a necessidade de maior infraestrutura e qualidade no atendimento, tanto dos moradores dessas regiões, quanto daqueles que permanecerão nestas localidades para a implantação da obra, a fim de não sobrecarregar o sistema público de saúde oferecido nesses municípios.

#### *6.4.4.2 Educação*

##### *6.4.4.2.1 Qualidade da Educação na Região Sul*

As análises sobre a qualidade do ensino em geral têm se baseado em duas importantes fontes: os dados colhidos pelo IBGE e o Censo Escolar de Educação Básica, do INEP. Ambos instrumentos baseiam-se nos indicadores: número de matrículas, docentes e número de escolas. Tais indicadores, acrescidos da avaliação de aspectos qualitativos e de variáveis como rendimento escolar, infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, dentre outros, têm sido a base para a avaliação da política de universalização da educação básica, das condições de aprendizagem e da qualidade do ensino no Brasil.

Observando os resultados do Censo Demográfico de 2010, avalia-se que, no quesito número de crianças e jovens de 4 a 17 anos matriculados e frequentando a escola, a região sul, com taxa de 90,2%, está abaixo das regiões sudeste (92,7%),



nordeste (92,2%), e da centro-oeste (90,3%), estando situada, inclusive, abaixo da média nacional (91,5%), conforme verificamos na Tabela 6.4 24 :

TABELA 6.4 24: CRIANÇAS E JOVENS DE 4 A 17 ANOS MATRICULADOS E FREQUENTANDO ESCOLAS-2010

REGIÃO	MATRICULADOS EM ESCOLAS (%)
Brasil	91,50
Norte	87,80
Nordeste	92,20
Sudeste	92,70
Sul	90,20
Centro-Oeste	90,30

Fonte: IBGE, 2012

Segundo a avaliação da UNESCO (2008), as desigualdades educacionais entre as regiões são evidentes em todas as etapas educacionais, sendo proporcionalmente menores no ensino fundamental, para o qual o acesso encontra-se próximo da universalização, e aprofundando-se as diferenças no ensino médio e superior. No que se refere à educação superior, a região sul supera ligeiramente o sudeste, que se encontra em melhor situação que o nordeste, norte e centro - oeste. A região norte apresenta a pior situação na educação infantil e a nordeste está em desvantagem em todas as etapas.

Contudo, não se pode afirmar que a região sul se encontre em uma situação mais confortável em relação ao Brasil. Segundo um estudo a educação na região sul (MORAES e ASSIS, 2012), os ensinos fundamental e médios nos estados da região sul defrontam-se com inúmeros desafios, se comparados os seus indicadores com os de outras regiões do Brasil.

Percebe-se, nesta região, a evasão concentrada nas séries finais do ensino fundamental e nos primeiros anos do ensino médio, bem como pode-se evidenciar a distorção série-idade e taxa de aprovação preocupantes,

A partir das Tabelas 6.4 25 a 6.4 27 podemos efetuar algumas análises acerca das condições de ensino na AID:

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 25: NÚMERO DE MATRÍCULAS-2005

MATRÍCULAS 2005	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Matrículas no Ensino Fundamental	3759	10299	881	476	8707	399	242	162	519	434	13037	6773
Escola Pública Estadual	1843	4433	419	316	5434	399	86	95	143	245	7602	4627
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	1742	4506	462	160	2776	0	156	67	376	189	3673	1462
Escola Privada	174	1360	0	0	497	0	0	0	0	0	1762	684
Matrículas no Ensino médio	1181	3919	201	135	2388	119	0	73	193	83	4585	2550
Escola Pública Estadual	1181	2783	201	135	2058	119	0	73	193	83	3383	1899
Escola Pública Federal	0	442	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	0	694	0	0	330	0	0	0	0	0	1202	651
Matrículas no Ensino pré-escolar	509	1610	164	38	1508	57	27	47	73	92	2886	1440
Escola Pública Estadual	0	0	0	20	315	15	12	0	0	0	896	339
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	433	1136	164	18	749	42	15	47	73	92	1360	906
<b>Escola Privada</b>	<b>76</b>	<b>474</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>444</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>630</b>	<b>195</b>

Fonte: IBGE, 2012

TABELA 6.4 26: NÚMERO DE MATRÍCULAS-2007

MATRÍCULAS 2007	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÁ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Matrículas no Ensino Fundamental	3442	10973	855	470	8771	354	244	172	520	426	13325	6795
Escola Pública Estadual	1734	4617	429	252	5186	354	93	68	120	265	7702	4662
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	1534	5041	426	218	3030	0	151	104	400	161	3798	1413
Escola Privada	174	1315	0	0	555	0	0	0	0	0	1825	720
Matrículas no Ensino médio	1161	3903	234	153	2061	136	0	58	167	88	4232	2077
Escola Pública Estadual	1128	2969	234	153	1865	136	0	58	167	88	3278	1454
Escola Pública Federal	0	293	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	33	641	0	0	196	0	0	0	0	0	954	623
Matrículas no Ensino pré-escolar	548	665	151	80	1171	63	21	27	35	82	1899	1302
Escola Pública Estadual	0	0	0	15	188	0	13	0	0	0	547	370
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	508	287	151	65	621	63	8	27	35	82	1033	730
Escola Privada	40	378	0	0	362	0	0	0	0	0	319	202

Fonte: IBGE, 2012

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 27: NÚMERO DE MATRÍCULAS-2009

MATRÍCULAS 2009	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Matrículas no Ensino Fundamental	3427	10.990	904	428	8541	351	246	151	495	450	12697	6506
Escola Pública Estadual	1568	4.798	458	133	4881	351	98	49	121	296	7293	4396
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	1650	4.855	446	295	3084	0	148	102	374	154	3619	1353
Escola Privada	209	1.337	0	0	576	0	0	0	0	0	1785	757
Matrículas no Ensino médio	1214	3.739	220	128	2233	135	44	53	159	101	4134	2297
Escola Pública Estadual	1171	2.903	220	128	2059	135	44	53	159	101	3217	1644
Escola Pública Federal	0	209	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	43	627	0	0	174	0	0	0	0	0	917	653
Matrículas no Ensino pré-escolar	274	1088	118	42	1194	63	12	24	48	84	1970	1224
Escola Pública Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	351	0
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	228	670	118	42	974	63	12	24	48	84	1177	993
Escola Privada	46	418	0	0	220	0	0	0	0	0	442	231

Fonte: IBGE, 2012



Os dados do IBGE demonstram que em mais de 50% dos municípios da AID o número de matrículas diminuiu. No ensino fundamental houve queda, em 2009, no número de matrículas em Coronel Vivida, Montenegro, São Domingos do Sul, São José do Sul, Vista Alegre do Prata, Xanxerê e Água Santa.

As matrículas no ensino médio caíram em 2009, se comparamos ao ano de 2005 nos municípios de Pato Branco, Cotiporã, Montenegro, Vista Alegre do Prata, Xanxerê e Água Santa.

No ensino pré-escolar, a queda no número de matrículas foi ainda mais drástica, se compararmos os anos de 2005, 2007 e 2009. Tal queda foi observada em mais de 80% dos municípios.

Há que se considerar, para a avaliação dessa situação, que o decréscimo no número de matrículas em toda educação básica decorre principalmente da acomodação do sistema educacional, no qual se constatava um histórico de retenção e altos índices de distorção idade-série. As matrículas na educação de jovens e adultos também mantiveram a tendência de queda nos últimos anos.

Além disso, conforme a análise do INEP (2012), é preciso destacar que a reorganização da pré-escola, que atende crianças de 4 e 5 anos teve, com a implantação do ensino fundamental de 9 anos, parte do seu público-alvo transferido para o 1º ano do ensino fundamental, que passou a receber crianças com 6 anos de idade. Esse fato ajuda a explicar a drástica redução observada no número de matrículas no ensino pré-escolar na AID, uma vez que as crianças com 6 anos já podem estar sendo matriculadas no 1º ano do ensino fundamental.

As quedas no número de matrículas nos municípios da AID também podem ser explicadas pela redução no número de escolas, que ocorreu em 2009 nos municípios de Coronel Vivida (10%), Cotiporã (50%), Montenegro (2,5%), Bom Jesus (33,3%), Xanxerê (15,5%). É o que verificamos nas Tabelas 6.4 28 a 6.4 30:

TABELA 6.4 28: NÚMERO DE ESCOLAS- 2005

ESCOLAS 2005	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Escolas Ensino Fundamental	20	51	2	4	39	2	4	2	6	3	42	33
Escola Pública Estadual	5	14	1	2	17	2	1	1	2	1	28	18
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	12	26	1	2	20	0	3	1	4	2	8	10
Escola Privada	3	11	0	0	2	0	0	0	0	0	6	5
Escolas Ensino médio	3	13	1	1	7	1	0	1	1	1	14	6
Escola Pública Estadual	3	8	1	1	4	1	0	1	1	1	9	4
Escola Pública Federal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	0	4	0	0	3	0	0	0	0	0	5	2
Escolas Ensino pré-escolar	13	38	1	2	30	3	3	1	1	1	45	37
Escola Pública Estadual	0	0	0	1	9	1	1	0	0	0	20	11
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	10	27	1	1	13	2	2	1	1	1	11	21
Escola Privada	3	11	0	0	8	0	0	0	0	0	14	5

Fonte: IBGE, 2012



## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 29: NÚMERO DE ESCOLAS- 2007

ESCOLAS 2007	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Escolas Ensino Fundamental	18	51	2	3	38	2	4	2	6	2	39	30
Escola Pública Estadual	5	14	1	2	17	2	1	1	2	1	27	17
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	11	26	1	1	19	0	3	1	4	1	6	9
Escola Privada	2	11	0	0	2	0	0	0	0	0	6	4
Escolas Ensino médio	4	13	1	1	7	1	0	1	1	1	15	7
Escola Pública Estadual	3	8	1	1	4	1	0	1	1	1	10	4
Escola Pública Federal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	1	4	0	0	3	0	0	0	0	0	5	3
Escolas Ensino pré-escolar	15	28	1	2	27	2	2	1	1	1	44	36
Escola Pública Estadual	0	0	0	1	7	0	1	0	0	0	19	11
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	13	17	1	1	13	2	1	1	1	1	12	20
Escola Privada	2	11	0	0	7	0	0	0	0	0	13	5

TABELA 6.4 30: NÚMERO DE ESCOLAS- 2009

ESCOLAS 2009	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Escolas Ensino Fundamental	18	51	2	2	38	2	4	2	6	2	36	28
Escola Pública Estadual	5	14	1	1	16	2	1	1	2	1	23	14
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	10	26	1	1	20	0	3	1	4	1	7	9
Escola Privada	3	11	0	0	2	0	0	0	0	0	6	5
Escolas Ensino médio	6	16	1	1	6	1	1	1	1	1	15	7
Escola Pública Estadual	4	11	1	1	4	1	1	1	1	1	10	4
Escola Pública Federal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	2	4	0	0	2	0	0	0	0	0	5	3
Escolas Ensino pré-escolar	9	41	1	1	25	2	1	1	1	1	37	23
Escola Pública Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	7	30	1	1	19	2	1	1	1	1	12	18
Escola Privada	2	11	0	0	6	0	0	0	0	0	12	5

---

Nas Tabelas 6.4 31 a 6.4 33 encontramos o número de docentes das escolas da AID nos anos de 2005, 2007 e 2009:



## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 31: NÚMERO DE DOCENTES-2005

DOCENTES 2005	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Docentes no Ensino Fundamental	240	726	46	37	479	34	20	18	62	32	845	352
Escola Pública Estadual	112	352	24	23	282	34	8	9	19	15	489	211
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	93	226	22	14	154	0	12	9	43	17	183	68
Escola Privada	35	148	0	0	43	0	0	0	0	0	173	73
Docentes no Ensino médio	78	339	21	18	168	15	0	9	19	9	399	138
Escola Pública Estadual	78	228	21	18	106	15	0	9	19	9	255	98
Escola Pública Federal	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	0	79	0	0	62	0	0	0	0	0	144	40
Docentes no Ensino pré-escolar	33	91	6	2	81	5	3	3	4	5	170	82
Escola Pública Estadual	0	0	0	1	15	1	1	0	0	0	41	16
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	20	51	6	1	34	4	2	3	4	5	68	43
Escola Privada	13	40	0	0	32	0	0	0	0	0	61	23

Fonte: IBGE, 2012

TABELA 6.4 32: NÚMERO DE DOCENTES-2007

DOCENTES 2007	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Docentes no Ensino Fundamental	234	740	46	37	492	37	21	15	59	34	952	390
Escola Pública Estadual	112	357	24	22	279	37	7	6	19	16	463	234
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	94	245	22	15	157	0	14	9	40	18	320	82
Escola Privada	28	138	0	0	56	0	0	0	0	0	169	74
Docentes no Ensino médio	109	359	25	16	138	15	0	8	17	10	374	140
Escola Pública Estadual	94	256	25	16	92	15	0	8	17	10	252	90
Escola Pública Federal	0	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	15	64	0	0	46	0	0	0	0	0	122	50
Docentes no Ensino pré-escolar	50	87	9	7	103	4	2	2	4	12	128	115
Escola Pública Estadual	0	0	0	1	8	0	1	0	0	0	25	25
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	41	29	9	6	57	4	1	2	4	12	55	61
Escola Privada	9	58	0	0	38	0	0	0	0	0	48	29

Fonte: IBGE, 2012

## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 33: NÚMERO DE DOCENTES-2009

DOCENTES 2009	CORONEL VÍVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	COTIPORÃ	MONTENEGRO	SÃO DOMINGOS DO SUL	SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	ÁGUA SANTA	BOM JESUS	ERECHIM	XANXERÊ
Docentes no Ensino Fundamental	178	614	54	38	395	27	22	15	52	38	738	369
Escola Pública Estadual	81	249	30	17	213	27	8	6	21	21	378	207
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	67	230	24	21	138	0	14	9	31	17	197	92
Escola Privada	30	135	0	0	44	0	0	0	0	0	163	70
Docentes no Ensino médio	117	324	27	16	136	12	6	7	16	14	348	134
Escola Pública Estadual	97	225	27	16	109	12	6	7	16	14	221	80
Escola Pública Federal	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Privada	20	65	0	0	27	0	0	0	0	0	127	54
Docentes no Ensino pré-escolar	21	79	6	6	89	4	1	4	4	9	123	93
Escola Pública Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0
Escola Pública Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Pública Municipal	17	38	6	6	62	4	1	4	4	9	63	68
Escola Privada	4	41	0	0	27	0	0	0	0	0	45	25

Fonte: IBGE, 2012





---

Percebe-se que em relação a 2005, houve uma queda no número de docentes no ensino fundamental em 2009 dos municípios de Coronel Vivida, Pato Branco, Montenegro, São Domingos do Sul, Vista Alegre do Prata. Foram constatadas reduções especialmente no número de escolas públicas estaduais e municipais.

#### 6.4.4.2.2 Condições do Ensino na AID

Neste item abordamos os aspectos de ensino obtidos por meio de entrevistas embasadas no roteiro pré-definido, que orientou uma abordagem qualitativa. As entrevistas realizadas possibilitaram identificar as questões mais problemáticas relacionadas às condições de educação na AID.

Com relação a vagas, as escolas procuram atender sempre a demanda existente, sendo que as maiores reclamações indicadas pelas pessoas são aquelas com relação à qualidade da educação, bem como um pouco com relação ao deslocamento para a cidade diariamente. Algumas comunidades possuem escolas para as séries primárias, desde a pré-escola até o 8º ano. As escolas de ensino médio não aparecem em todas as localidades do meio rural, quase sempre localizadas nas cidades e em sua maioria, estaduais. Os alunos de comunidades que não possuem escolas na localidade, são atendidos em escolas na cidade, sendo assim, devem frequentar os estabelecimentos disponíveis nas cidades. O objetivo com isso é o de melhorar as condições estruturais e os serviços, garantindo o fornecimento de materiais de apoio e a alocação de profissionais habilitados, garantindo um certo padrão de ensino.

Há uma preocupação, por parte das comunidades, com relação ao deslocamento das crianças para a cidade, haja vista que em muitas comunidades os pais preferem que as crianças frequentem a escola dentro de sua própria comunidade, haja vista possibilitar a aprendizagem preservando a cultura local. Ao mesmo tempo, é sabido que ao frequentarem as escolas na cidade, as crianças têm

mais possibilidades de participar de atividades extracurriculares como cursos de línguas, teatro, corais, grupos de dança, atividades que também contribuem para o desenvolvimento da capacidade interativa das crianças melhorando a aprendizagem.

Destaca-se o caso específico de São José do Sul/RS em que até pouco tempo as pessoas falavam muito a língua alemã. Nesse sentido, o alemão era a disciplina de língua estrangeira ministrada nas escolas, contudo, ocorre que atualmente não há disponibilidade de profissional desta língua no município. Associado a isto acabou que, também em função da preparação para o vestibular e mercado de trabalho, optou-se pela disciplina de língua inglesa, que de certa forma, seria mais necessária segundo a secretária da administração da secretaria de educação municipal.

Com relação às condições de ensino nas comunidades, muitas possuem escolas na própria comunidade e aquelas que não possuem são atendidas pela estrutura existente nas escolas das cidades. A maioria das prefeituras disponibiliza transporte escolar destinados ao atendimento de alunos que habitam zonas rurais e que não dispõem de escolas. O serviço disponibilizado pelas prefeituras é considerado por muitas pessoas, como muito bom, pois dá condições para que as crianças tenham acesso à educação.

Houve colocações sobre a necessidade de melhorias para a questão do ensino nos municípios, colocando que há deficiências na qualidade da educação, que deveria se adaptar às questões atuais, melhorando a atenção aos adolescentes. Nos centros maiores pertencentes à AID, as deficiências sempre são mais significativas a começar por um número grande de alunos.

Destaca-se que as escolas desenvolvem ações pontuais de educação ambiental por meio da realização de algumas atividades, contudo, não caracterizam programas que sejam desenvolvidos com certa permanência. Destaca-se que algumas escolas de Montenegro são contempladas com a implantação de programas de educação ambiental como medida mitigadora pela instalação de

---

empresas no município. Fora disso, o tema educação ambiental é abordado de forma mais geral nas escolas, paralelamente às demais disciplinas do currículo obrigatório.

Foram pontuadas deficiências na estrutura das escolas, como iluminação e comunicação - especialmente telefone e internet. Há situações de falta de professores em algumas disciplinas de ensino, principalmente nas cidades menores, em que é mais difícil encontrar professores de certas áreas. No entanto, os aspectos positivos nos municípios menores refletem na qualidade do ensino que é considerada, por parte dos entrevistados, boa e suficiente. A qualificação dos educadores também é suficiente, respeitando as exigências do Ministério da Educação (MEC).

As escolas ou centros de educação profissional estão mais presentes em centros urbanos maiores, que, ao mesmo tempo, demandam uma maior qualificação. Na área de abrangência da pesquisa, o deslocamento dos jovens para ingressar na educação de ensino superior e outras oportunidades de trabalho é bastante frequente. Isso acontece muito nas pequenas cidades, que por serem caracterizados por uma economia de fonte essencialmente primária, não possibilitam crescimento profissional satisfatório, não havendo opções de estudos bem como garantia de empregos.

A pesquisa identificou que as cidades de referência regional, em termos de educação, são aquelas que ofertam cursos profissionalizantes e cursos superiores. Os jovens acabam saindo de seus municípios para estudar e também conseguem melhores oportunidades de emprego. Entre os centros de maior destaque estão Pato Branco/PR, Curitiba/PR, Chapecó/SC, Florianópolis/SC, Passo Fundo/RS, Bento Gonçalves/RS, Caxias do Sul/RS, São Sebastião do Caí/RS, Montenegro/RS e Porto Alegre/RS, que são considerados referência para os entrevistados. Esta dinâmica das cidades maiores que acaba por atrair os jovens oriundos das cidades próximas, consiste num reflexo das próprias dificuldades enfrentadas no campo,

podendo-se dizer com certeza, que está havendo um certo envelhecimento da população residente no meio rural.

No Paraná, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) é referência na região, sendo que os jovens da AID acabam por sair das pequenas cidades em procura de universidades e, paralelamente, emprego. Em Santa Catarina a UDESC e a Unochapecó localizadas em Chapecó/SC são referências importantes para a AID. Na região de Água Santa, Erechim/RS destaca-se como referência regional na área de educação, possuindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a URI-Campus de Erechim e a Faculdade Anglicana de Erechim (FAE). O município de Passo Fundo/RS também destaca-se na prestação de serviços de educação para a AID, possuindo a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR).

Na serra gaúcha destaca-se a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizadas em Bento Gonçalves/RS, importante referência para a AID. Como se vê esta situação vai se repetir em todo o traçado, mostrando as interdependências socioeconômicas. Por exemplo, o município de São José do Sul/RS situa-se próximo do município de São Sebastião do Caí/RS, no qual situa-se o Núcleo Universitário da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Dessa forma, muitos jovens se deslocam até essa cidade para estudar e trabalhar, tendo em vista que São José do Sul constitui-se um município com uma pequena população, não dispondo de estabelecimentos de ensino superior, bem como possuindo poucas oportunidades de emprego e crescimento profissional.

Montenegro, que faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, está se desenvolvendo de forma importante e exige cada vez mais qualificação. No que se refere ao ensino profissional, a Associação Comercial e Industrial de Montenegro (ACIM) promove treinamentos para os jovens com o objetivo de capacitá-los para o mercado de trabalho. Montenegro possui na atualidade um número de 3.500

---

indústrias, garantindo importante oferta de empregos e exigindo constante aperfeiçoamento da mão de obra. Dentre algumas instituições parceiras para realização de treinamento e capacitação com a ACIM, estão a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o SENAI, o SENAC e o SEBRAE. Além disso, o município recebe influência do Polo Petroquímico que se situa no município de Triunfo, sendo uma alternativa de emprego aos jovens que diariamente se deslocam para trabalhar no município vizinho. Portanto, a qualificação neste cenário é vista como um aspecto de relevância, sendo avaliada constantemente pelo mercado de trabalho.

Em Montenegro está instalada a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e uma Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também próximo de Montenegro, no município de São Sebastião do Caí, está situado o Núcleo Universitário do Vale do Caí da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Essas são as universidades existentes na área, mas os jovens também buscam universidades situadas na região metropolitana de Porto Alegre como a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), situada em Canoas e a Universidade Federal do RS (UFRGS), localizada em Porto Alegre/RS.

Essa disponibilidade de instituições de ensino públicas e privadas contribuem para o desenvolvimento da região, garantindo a inclusão social pela educação, bem como estabelecendo uma interação importante entre os municípios vizinhos. A seguir expõem-se algumas imagens de escolas presentes na AID (Figura 6.4.27 a Figura 6.4.31).



Figura 6.4.27: Escola de Coronel Vivida/PR



Figura 6.4.28: Escola do município de Cotiporã/RS



Figura 6.4.29: Escola do município de São José do Sul/RS



Figura 6.4.30: Escola de Montenegro/RS.



Figura 6.4.31: Escola em Bom Jesus/SC

---

#### 6.4.4.3 Saneamento

##### 6.4.4.3.1 O Saneamento Básico na Região Sul

Segundo a avaliação do IBGE, no documento Atlas de Saneamento 2011, o saneamento básico melhorou em todas as regiões do Brasil. Entre 2000 e 2008 ocorreu um avanço no número de municípios cobertos pelo saneamento básico em todas as regiões do Brasil. Nesse período, a cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos, de águas pluviais e de abastecimento de água atingiram mais de 94% dos municípios.

Entretanto, ainda persistem as disparidades regionais. A comparação entre o número de municípios com rede coletora de esgoto mostra que, apesar dos avanços alcançados, é neste tipo de serviço que o Brasil possui o seu maior desafio. De acordo com o IBGE, o esgotamento sanitário é o serviço que apresenta a menor abrangência municipal, atingindo, em 2008, um percentual de 55,2% para todo o país.

O percentual de municípios brasileiros que faziam a coleta seletiva passou de 8,2% em 2000 para 17,9%, em 2008. No entanto, apesar do avanço, este serviço ainda se concentra nas regiões sul e sudeste, alcançando um percentual acima dos 40%. Já nas demais regiões este percentual não chega a 10%.

No Paraná, 88,1% dos moradores urbanos têm acesso à rede geral de abastecimento com canalização em pelo menos um cômodo. 65% possuem formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas.

No Rio Grande do Sul o percentual de moradores urbanos com acesso à rede geral de abastecimento, com canalização em pelo menos um cômodo é de 85,3%. 74,6% da população tem acesso à rede de esgoto adequada.

Em Santa Catarina 81,5% dos moradores urbanos têm acesso à rede geral de abastecimento, com canalização em pelo menos um cômodo. 76,6% têm acesso à rede de esgoto adequada.

#### 6.4.4.3.2 Saneamento básico na AID

A seguir, verificam-se, através da Tabela 6.4 34, os dados referentes ao saneamento nos municípios da AID:



TABELA 6.4 34: DESTINAÇÃO DO LIXO POR NÚMERO DE DOMICÍLIOS- 2000

COLETA DE LIXO	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	BOM JESUS	XANXERÊ	ÁGUA SANTA	ERECHIM	COTIPORÃ	SÃO DOMINGOS DO SUL	*SÃO JOSÉ DO SUL	MONTENEGRO	VISTA ALEGRE DO PRATA
Coletado	3920	15923	491	261	9169	321	24242	587	437	0	15369	138
Coletado por serviço de limpeza	3916	15651	490	255	8640	319	24218	585	432	0	14467	138
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	4	272	1	6	529	2	24	2	5	0	902	0
Queimado (na propriedade)	1776	1305	511	186	766	520	1676	361	180	0	791	212
Enterrado (na propriedade)	590	429	89	54	501	169	692	50	95	0	281	47
Jogado	79	82	33	21	108	73	192	97	60	0	77	24
Jogado em terreno baldio ou logradouro	76	67	32	18	94	72	154	96	60	0	72	23
Jogado em rio, lago ou mar	3	15	1	3	14	1	38	1	2	0	5	1
Outro destino	40	52	10	15	91	37	197	6	0	0	113	2
<b>Total</b>	<b>6405</b>	<b>17791</b>	<b>1134</b>	<b>537</b>	<b>10635</b>	<b>1120</b>	<b>26999</b>	<b>1101</b>	<b>774</b>	<b>0</b>	<b>16631</b>	<b>423</b>

DATASUS, 2012. \*Não há dados disponíveis para este município.



---

No ano de 2000, a percentagem de lixo coletado por serviço de limpeza nos municípios era a seguinte:

- Coronel Vivida: 61,13%
- Pato Branco: 87,97%
- Saudade do Iguaçu: 43,20%
- Bom Jesus: 47,48%
- Xanxerê: 81,24%
- Água Santa: 28,48%
- Erechim: 89,70%
- Cotiporã: 53,13%
- São Domingos do Sul: 55,81%
- Montenegro: 86,98%
- Vista Alegre: 32,62%

Erechim é o município com o maior percentual de lixo coletado por serviço de limpeza (89,70%) e Água Santa o que possui a menor taxa, 28,48%.

Cotiporã é o município que possui a maior taxa de lixo jogado em terreno baldio e logradouro, 8,71%, seguido por São Domingos do Sul, com 7,75% desta destinação. Pato Branco possui o menor índice de lixo jogado em terreno baldio ou logradouro: 0,4%.

Na Tabela 6.4 35 temos as instalações sanitárias segundo o número de domicílios:



## 6.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO



TABELA 6.4 35: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS POR NÚMERO DE DOMICÍLIOS- 2000

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	BOM JESUS	XANXERÊ	ÁGUA SANTA	ERECHIM	COTIPORÃ	SÃO DOMINGOS DO SUL	*SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	MONTENEGRO
Rede geral de esgoto ou pluvial	949	8.168	3	1	2.096	4	10.517	42	3	0	9	6890
Fossa séptica	69	5.801	138	86	3.157	361	12.317	302	257	0	96	7722
Fossa rudimentar	4.983	3.391	885	423	4.816	498	3.151	660	468	0	253	1399
Vala	193	64	68	22	104	112	556	45	33	0	39	259
Rio, lago ou mar	63	230	16	0	293	80	252	7	3	0	13	18
Outro escoadouro	89	11	6	2	17	43	51	7	3	0	7	78
Não tem instalação sanitária	86	126	18	3	152	22	155	38	7	0	6	265
<b>Total</b>	<b>6.405</b>	<b>17.791</b>	<b>1.134</b>	<b>537</b>	<b>10.635</b>	<b>1.120</b>	<b>26.999</b>	<b>1.101</b>	<b>774</b>	<b>0</b>	<b>423</b>	<b>16.631</b>

DATASUS, 2012 \*Não há dados disponíveis para este município



No que se refere ao número de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial temos as seguintes taxas nos municípios a seguir:

- Coronel Vivida: 14,81%
- Pato Branco: 45,40%
- Saudade do Iguaçu: 0,26%
- Bom Jesus: 0,18%
- Xanxerê: 19,70%
- Água Santa: 0,35%
- Erechim: 38,95%
- Cotiporã: 3,81%
- São Domingos do Sul: 0,38%
- Vista Alegre do Prata: 2,12%
- Montenegro: 41,42%

Pato Branco é o município com o maior número de domicílios com serviços de rede geral de esgotos ou pluvial (45,40%), seguido por Montenegro (41,42%) e Erechim (38,95). Bom Jesus possui a taxa mais baixa (0,18%). Saudade do Iguaçu, com 0,26% dos domicílios atendidos e Água Santa, com 0,35 % também apresentam taxas bem reduzidas.

Cotiporã é o município com o maior número de domicílios sem instalações sanitárias, 3,45%, seguido por Água Santa (1,96%) e Montenegro (1,59%). Bom Jesus tem a menor taxa de domicílios sem instalações sanitárias, 0,55%.

Os dados relativos ao abastecimento de água por município podem ser verificados na Tabela 6.4 36 :





TABELA 6.4 36: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR NUMERO DE DOMICÍLIOS- 2000

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	BOM JESUS	XANXERÊ	ÁGUA SANTA	ERECHIM	COTIPORÃ	SÃO DOMINGOS DO SUL	*SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	MONTENEGRO
Rede geral	4057	15829	609	281	7975	350	24329	576	37	0	307	12687
...canalizada em pelo menos um cômodo	3862	15655	558	255	7807	346	24106	574	37	0	306	12586
...canalizada só na propriedade ou terreno	195	174	51	26	168	4	223	2	0	0	1	101
Poço ou nascente(na propriedade)	2327	1836	510	254	2535	584	2224	516	189	0	107	3725
...canalizada em pelo menos um cômodo	1896	1617	461	214	2343	548	2033	488	180	0	106	3243
...sem canalização interna	431	219	49	40	192	36	191	28	9	0	1	482
...canalizada só na propriedade ou terreno	160	59	23	34	91	8	41	19	5	0	1	197
...não canalizada	271	160	26	6	101	28	150	9	4	0	0	285
Outra forma	21	126	15	2	125	186	446	9	548	0	9	219
...canalizada em pelo menos um cômodo	5	45	14	1	84	181	259	5	545	0	5	82
...sem canalização interna	16	81	1	1	41	5	187	4	3	0	4	137

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	BOM JESUS	XANXERÊ	ÁGUA SANTA	ERECHIM	COTIPORÃ	SÃO DOMINGOS DO SUL	*SÃO JOSÉ DO SUL	VISTA ALEGRE DO PRATA	MONTENEGRO
... canalizada só na propriedade ou terreno	4	11	0	0	1	0	19	0	3	0	0	11
... não canalizada	12	70	1	1	40	5	168	4	0	0	4	126
<b>Total</b>	<b>6405</b>	<b>17791</b>	<b>1134</b>	<b>537</b>	<b>10635</b>	<b>1120</b>	<b>26999</b>	<b>1101</b>	<b>774</b>	<b>0</b>	<b>423</b>	<b>16631</b>

DATASUS, 2012 \* Não há dados para este município.

---

Com relação a quantidade de domicílios abastecidos por água via rede geral temos as seguintes taxas:

- Coronel Vivida: 63,34%
- Pato Branco: 88,97%
- Saudade do Iguaçu: 53,70%
- Bom Jesus: 52,32%
- Xanxerê: 76,94%
- Água Santa: 31,25%
- Erechim: 90,11%
- Cotiporã: 52,31%
- São Domingos do Sul: 4,78%
- Vista Alegre do Prata: 72,57%
- Montenegro: 76,28%

Erechim é o município com o maior número de domicílios abastecidos com água advinda da rede geral (90,11%), seguido por Pato Branco (88,97%). São Domingos do Sul se destaca dentre os demais municípios por apresentar uma baixíssima taxa, 4,78%.

Os municípios da AID dos três estados afetados pela linha de transmissão possuem leis municipais orgânicas que citam e caracterizam os principais problemas existentes termos de saneamento básico. Destaca-se que somente Bom Jesus, município de Santa Catarina, ainda não possui esta lei. Nas cidades de porte maior, como por exemplo, Pato Branco (PR) e Montenegro (RS), a capacidade de atendimento é de melhor qualidade.

O abastecimento de água tendo poços artesianos como fonte é comum nas áreas urbanas e rurais, a partir de sistema de rede geral.

Bom Jesus e Cotiporã são os municípios que apresentam a maior quantidade de municípios com abastecimento de água através de poço ou nascente na propriedade, 47,29% e 46,86%, respectivamente.

Nas áreas rurais, há também poços artesianos comunitários que abastecem as propriedades rurais. Estas são também responsáveis pela manutenção desses poços. Nesse sentido, observou-se que algumas comunidades se organizam em associações para possibilitar a arrecadação comunitária de fundos destinados ao atendimento das despesas com manutenção da infraestrutura necessária para a captação e distribuição da água. Segundo os moradores, não é realizado o monitoramento da qualidade da água, por vezes sendo realizado por períodos bastante espaçados.

Com relação ao destino do esgotamento sanitário, com frequência, se observa a adoção de soluções individuais nas residências.

Tanto no meio urbano quanto no rural, registra-se ainda, a utilização de fossas para o destino do esgoto sanitário, o que que muito se observa nas comunidades. Destaca-se que no meio rural predomina a utilização de fossas para destino do esgoto sanitário. Nesse sentido, a maioria das cidades não possui sistema de esgotamento sanitário adequado, conseqüentemente, também não havendo tratamento de esgotos para toda a população.

A drenagem nos municípios pode ser considerada satisfatória, contudo, algumas não possuem planos ou projetos para as adequações necessárias. Esse problema aparece principalmente nas cidades menores, mas a maioria mostra preocupação e trabalha para resolver ocorrências existentes. Destaca-se que a zona rural é bastante prejudicada por não possuir pavimentação em suas ruas e, conseqüentemente, a drenagem é de menor qualidade do que na cidade propriamente dita, que chega a possuir galerias pluviais para melhor escoamento.

Destaca-se que a Lei Federal Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Vários municípios estão elaborando seus planos de saneamento com vistas a diagnosticar a situação atual em termos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem e resíduos sólidos, para subsidiar a indicação das necessidades atuais e futuras para o desenvolvimento dos projetos

de adequação e implantação. Vale destacar que no RS, 100% dos projetos submetidos à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para implantação de projetos de saneamento básico foram aprovados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), somando mais de R\$ 148 milhões para investimentos em municípios com menos de 50 mil habitantes.

Com relação à coleta de resíduos sólidos, todas as cidades possuem, mas apenas 1/3 delas possui a coleta seletiva com a devida separação e destinação para reciclagem. Já nas comunidades do meio rural, não há coleta seletiva de resíduos sólidos, sendo que a coleta comum é realizada uma vez por semana em algumas comunidades, ou até uma vez por mês, sendo portanto, insuficiente. Nas propriedades rurais, é bastante comum a utilização do resíduo orgânico em pequenos cultivos e compostagem com a finalidade de adubação, o que caracteriza, de certa forma, a melhor alternativa para a zona rural. Algumas embalagens também são reutilizadas na própria propriedade, sendo que as de insumos agrícolas são recolhidas por parte das empresas comercializadoras. Nesse sentido, identificaram-se campanhas de recolhimento de embalagens de agrotóxicos com a iniciativa de empresas comercializadoras de insumos agrícolas. A lei federal nº 9.974 obriga a devolução de embalagens de agrotóxicos por parte do produtor rural, orientando a regulamentação do uso, a produção e a fiscalização de produtos químicos<sup>1</sup>.

Destaca-se que o país possui posição de destaque no destino de embalagens para reciclagem ou incineração, sendo que do total recolhido no País, 94% do total comercializado, 92% são reciclados e 8% são encaminhados para o processo de incineração<sup>2</sup>.

Todos os municípios destinam seus resíduos produzidos para aterros sanitários licenciados, em geral, existentes na região. Em se tratando de resíduos sólidos, existe a Lei Federal Nº 12.305/10 que discorre sobre a necessidade de elaboração do plano nacional de resíduos sólidos.

1 Disponível em: <<http://www.serranossa.com.br/editorias/geral/embalagens-de-agrotoxicos-sao-recolhidas-em-maio/>>. Acesso em 20/07/12.

2 Disponível em: <[http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/artigo/rs-e-destaque-na-destinacao-adequada-das-embalagens-de-agrotoxicos\\_128280.html](http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/artigo/rs-e-destaque-na-destinacao-adequada-das-embalagens-de-agrotoxicos_128280.html)>. Acesso em 20/07/12.

Na Tabela 6.4 37 são apresentadas algumas informações de natureza qualitativa a respeito das características do saneamento na AID:

TABELA 6.4 37: SANEAMENTO BÁSICO NA AID

ESTADO	MUNICÍPIOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	DRENAGEM URBANA E RURAL	DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
					COLETA COMUM OU SELETIVA	DESTINO DO LIXO
PR	Saudade do Iguazu	Rede geral de abastecimento, rio e poços artesianos	Fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Possui as duas	Aterro sanitário licenciado no município
	Coronel Vivida	Rede geral, rio e poços artesianos	Fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Possui coleta comum	Aterro sanitário licenciado
	Pato Branco	Rede geral	Rede coletora em 82% de cidade, tratamento de esgoto em 82%	Possui sistema de drenagem urbana	Possui coleta geral e seletiva	Aterro sanitário licenciado em outro município. Atualmente finalizando o aterro do município.
SC	Xanxerê	Rede geral – poços artesianos	Fossas, projeto de saneamento em aprovação	Não possui	Coleta comum, seletiva início em Set/2012	Serviço terceirizado que destina à aterro sanitário licenciado
	Bom Jesus	Poços artesianos	Fossas, projeto de saneamento em andamento	Parte do município com sistema de drenagem	Possui coleta comum na zona urbana	Aterro sanitário licenciado em Xanxerê
RS	Água Santa	Rede geral, poços	Fossas	Não possui	Possui coleta comum	Aterro sanitário licenciado
	São Domingos do Sul	Rede geral, poços artesianos	Fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Coleta de lixo comum, seletiva não	Serviço terceirizado que destina à aterro sanitário licenciado
	Vista Alegre do Prata	Rede geral – poços artesianos	Fossas	Não possui	Coleta de lixo comum	Serviço terceirizado que destina à aterro sanitário licenciado
	Cotiporã	Arroio e poços artesianos	Rede coletora para atender 40% população e fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Coleta comum – seletiva vai ser implantado	Serviço terceirizado (empresa de Nova Araçá) que destina à aterro sanitário licenciado
	São José do Sul	Rede geral – poços artesianos	Fossas	Não tem	Coleta comum e seletiva	Aterro sanitário licenciado em

ESTADO	MUNICÍPIOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	DRENAGEM URBANA E RURAL	DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
					COLETA COMUM OU SELETIVA	DESTINO DO LIXO
						Minas do Leão
	Montenegro	Rede geral	Rede geral, tratamento sendo implantado, fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Possui as duas	Aterro sanitário licenciado em Minas do Leão
	Erechim	Rede geral, arroio e poços artesianos	Possui rede, mais maior parte com fossas	Possui sistema de drenagem urbana	Coleta comum e seletiva	Aterro sanitário licenciado
	Aratiba	Rede geral, poços artesianos	Fossas	Não possui	Possui coleta	Aterro sanitário licenciado no município



Com relação à coleta dos resíduos sólidos a própria população reconhece que falta conscientização das pessoas ... “falta consciência sobre o lixo na população”. No meio rural, algumas comunidades acham que o serviço não é suficiente, considerando que a “coleta ocorre uma vez por mês”. Em outras localidades do interior, o problema é ainda maior por não haver coleta de resíduos. O problema acaba acarretando na queima de resíduos na propriedade, além disso, os moradores necessitam armazenar as embalagens de agrotóxicos na propriedade, que somente serão coletadas uma vez por ano.

Mesmo com as deficiências existentes, as condições de atendimento a população podem ser classificadas, de forma geral, como regulares, contudo, cabe salientar que, as deficiências apontadas para a área de estudo não se restringem aos municípios da AID, mas estão presentes em municípios de todo o país. No meio rural, os problemas relacionados ao saneamento são mais intensos, uma vez que a própria descontinuidade da prestação dos serviços de saneamento, se os compararmos aos serviços existentes no meio urbano, acabam por evidenciar essa desigualdade. No meio rural, a falta de um monitoramento da qualidade da água consumida, haja visto o padrão de uso do solo associado às condições inadequadas de esgotamento doméstico, tende a agravar os problemas ambientais, ampliando os riscos às condições de saúde da população.

#### 6.4.4.4 Transporte

##### 6.4.4.4.1 Estrutura de Transportes da Região Sul

A região sul possui uma boa estrutura de transportes, o que é facilitado por suas condições naturais, que possibilitam a implantação de uma boa malha rodoviária e ferroviária. O fato de não haver grandes vazios populacionais também colabora para que sua rede de transportes seja mais eficiente. Em relação aos outros meios de transporte, o rodoviário é o mais desenvolvido.

Entretanto, esta região do país concentra os trechos mais perigosos de estradas do país. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, dos 60 trechos de dez km de extensão mais perigosos do país 10 estão em Santa Catarina e 9 no Paraná.

O Paraná possui a maior rede rodoviária pavimentada do sul do país, com destaque para a BR-277 que corta o estado de leste a oeste, a BR-376, que liga o extremo noroeste do Estado a Santa Catarina e a BR-116, que faz a ligação do Paraná com São Paulo e o sul do Brasil. Totaliza-se, aproximadamente, 13.750 km de rodovias pavimentadas.

A seguir na Figura 6.4.32, observa-se o mapa com as principais rodovias do Paraná:

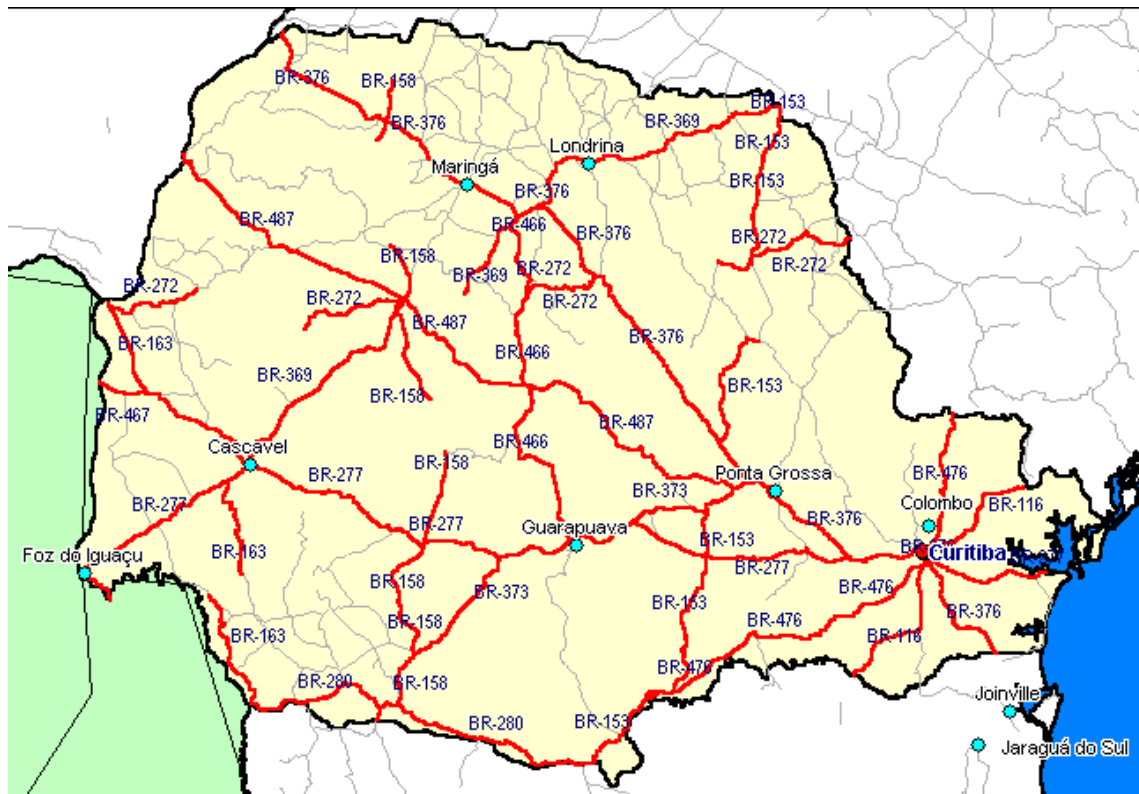


Figura 6.4.32: Principais rodovias do Paraná

De uma maneira geral a mesorregião Centro-Sul Paranaense não possui uma malha rodoviária condizente com suas dimensões geográficas, de forma que há municípios precariamente atendidos por estradas municipais sem pavimentação. O sistema rodoviário nesta mesorregião é estruturado por um grande eixo, constituído pela BR-277, que corta o Paraná no sentido leste-oeste, ligando Foz do Iguaçu ao litoral e ao Porto de Paranaguá, passando por Cascavel, Laranjeiras do Sul, Guarapuava e Curitiba. Em outra direção, essa rodovia interliga-se com a Rodovia Transparaguaiá, alcançando Assunção e ligando La Paz e a Lima, no Peru (IPARDES, 2004).

A BR-466 parte de Guarapuava em direção ao norte até atingir Pitanga, bifurcando-se em duas rodovias: uma que alcança os grandes centros urbanos de Londrina e Maringá, no Norte Central, e outra que atinge Campo Mourão, no Centro Ocidental.

A BR- 280 interliga no extremo sul da mesorregião os municípios de Palmas e Clevelândia a Pato Branco e Francisco Beltrão, bom como a Barracão, adentrando a Argentina.

A BR- 373 parte da BR-277 na localidade de três Pinheiros em direção a Pato Branco.

A BR- 158 inicia-se em Laranjeiras do Sul passando por Rio Bonito do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Chopinzinho, Coronel Vivida e Pato Branco.

Na mesorregião Sudoeste Paranaense o sistema rodoviário expressa a intensa fragmentação da mesorregião em municípios de pequenas dimensões geográficas e a conseqüente proximidade entre as respectivas sedes. Basicamente, o sistema é formado por uma densa malha de estradas predominantemente municipais. Não há um eixo viário estruturador e sim, uma configuração radial das rodovias, que partem de Francisco Beltrão, distribuindo-se em diversas direções rumo aos municípios locais (IPARDES, 2004).

As quatro possibilidades de acesso à mesorregião partem da BR-277, sendo duas mais diretamente ligadas a Pato Branco (BR-373 e BR-158) e duas a Francisco Beltrão (PR- 473 e BR-163). A BR-373 é a mais importante de todos estes acessos, promovendo o escoamento de boa parte da produção agropecuária do Sudoeste.

Santa Catarina possui uma malha rodoviária que integra as diferentes regiões do estado. A principal rodovia é a BR- 101, que atravessa o litoral e escoar grande parte da produção. Outra rodovia importante é a BR-470, que liga o meio oeste ao litoral e conecta-se à BR-282 e à 283, permitindo a circulação da produção agroindustrial, que é exportada pelo Porto de Itajaí. Pela BR-280 é transportada a produção da indústria de móveis de São Bento do Sul e a erva-mate produzida em Canoinhas. Outras rodovias importantes são a BR-153 e a BR-116, que corta o estado até a fronteira com o Rio Grande do Sul.

A seguir, observa-se o mapa com as principais rodovias de Santa Catarina (Figura 6.4.33).



Figura 6.4.33: Principais Rodovias de Santa Catarina

Os municípios da mesorregião Oeste Catarinense da AID são atravessados pela SC-480. Esta rodovia em um trecho se encontra com a BR-282, chegando até ao município de Paial.

No Estado do Rio Grande do Sul o sistema rodoviário é responsável pela maior parte da carga transportada e pela quase totalidade do transporte de passageiros. Existem 153.960 km de rodovias sob jurisdição federal, estadual ou municipal (ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

A movimentação de passageiros e cargas se faz predominantemente por rodovias, que interligam às várias regiões do estado, a outros estados brasileiros e aos países do Mercosul.

As principais rodovias do Rio Grande do Sul são:

RS-471: o mais importante eixo de ligação entre o norte do estado, planalto médio e o porto de Rio Grande;

BR-116: o trecho gaúcho dessa rodovia tem início próximo à cidade de Vacaria, atravessando a cidade de Caxias do Sul. Passa ainda pelos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, Eldorado do Sul e Pelotas;

BR- 290: é uma importante rodovia do estado, com 726 km de extensão:

BR 101: também denominada Translitorânea, segue no sentido Norte-Sul por praticamente todo o litoral leste brasileiro, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. É o principal corredor econômico da região.

BR- 472: rodovia que corta o extremo oeste gaúcho;

BR- 285: esta rodovia tem seu início em Araranguá (SC) e atravessa a Serra e o planalto gaúcho. Tem uma extensão de aproximadamente 674,5km.

BR-386: É a rodovia que liga a região metropolitana de Porto Alegre ao noroeste do estado. A rodovia tem seu Km 0 no RS, na fronteira com SC, em Iraí, e o Km 445 com seu marco final, em Canoas, na chegada à BR-116.

A seguir, observa-se o mapa das principais rodovias do Rio Grande do Sul (Figura 6.4.34):

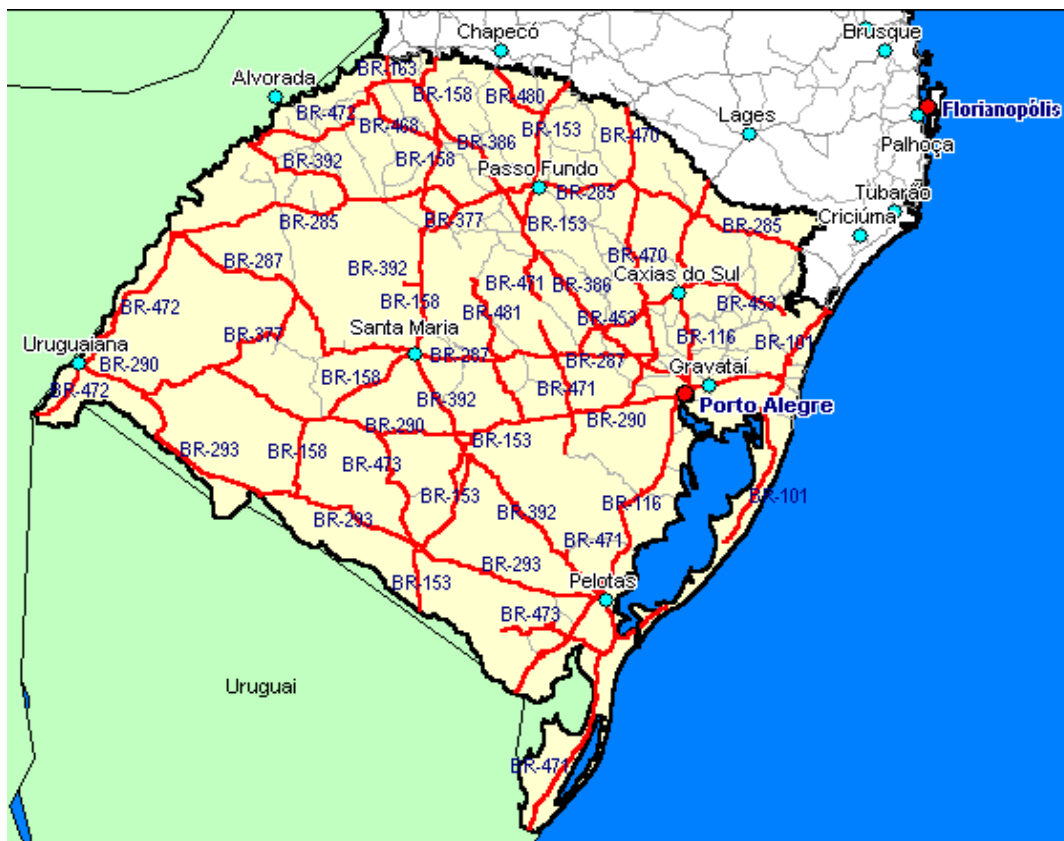


Figura 6.4.34: Principais rodovias do Rio Grande do Sul

A maior parte das cidades da região metropolitana de Porto Alegre são interligadas por uma importante rodovia federal, a BR-116. O trecho norte desta via, entre Porto Alegre e Novo Hamburgo é o segundo trecho mais movimentado do Brasil, sendo que o primeiro é a Via Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. Logo a seguir, observa-se o mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre com suas principais rodovias (Figura 6.4.35):

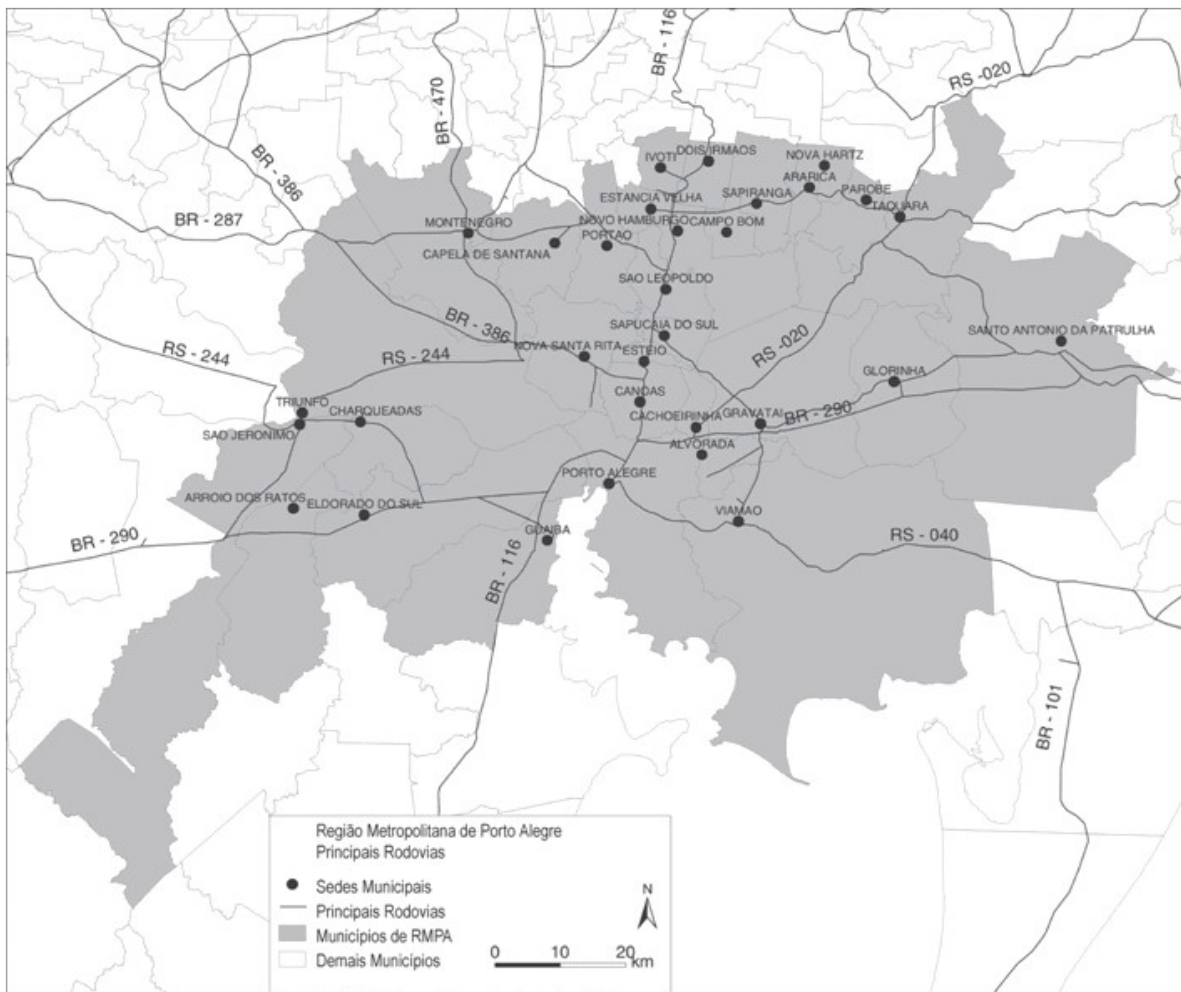


Figura 6.4.35: Principais rodovias da Região Metropolitana de Porto Alegre

Fonte: JARDIM e BARCELLOS, 2005.

A Tabela 6.4 38 , a seguir, sintetiza e organiza todas as informações acerca das rodovias que atravessam as cidades da AID :



TABELA 6.4 38: RODOVIAS QUE CORTAM A AID

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA
BR - 280	Rodovia Transversal na qual o sentido de quilometragem vai do leste para o oeste.	642,2	Principais localidades: São Francisco do Sul - Joinville - Porto União - São Lourenço do Oeste - Barracão - Dionísio Cerqueira Partindo de São Francisco do Sul, atravessa cidades importantes do extremo norte de Santa Catarina, como Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e Porto União até o Estado de Paraná, na qual percorre-se o extremo sul desse estado, atravessando outros importantes municípios como <b>Pato Branco</b> , Palmas, Francisco Beltrão e Clevelândia.
BR - 480	Rodovia de Ligação – Esta rodovia apresenta-se em qualquer direção, geralmente ligando rodovias federais, ou pelo menos uma rodovia federal a cidades ou pontos importantes ou ainda a nossas fronteiras internacionais.	264,5	Principais localidades: Pato Branco - Entroncamento com a BR-280 - São Lourenço do Oeste - Xanxerê - Chapecó – Erechim. É uma rodovia de ligação que tem seu início em <b>Pato Branco</b> , no Paraná e vai até encontrar com a BR-153, próximo a Erechim. No seu trajeto, passa pela cidade de <b>Xanxerê</b> , onde há um entroncamento com a BR-282, que corta o Estado de Santa Catarina. Em Santa Catarina é denominada SC-480, pois esta é administrada pelo estado.

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA																																				
BR - 158	Rodovia Longitudinal -São as rodovias que cortam o país na direção Norte-Sul. Nome popular: Transbrasiliana.	3.955,0	<p>Principais localidades: Altamira - São Félix do Araguaia - Xavantina - Aragarças - Jataí - Parnaíba - Três Lagoas - Panorama - Dracena - Presidente Venceslau - Porto Marcondes - Paranavaí - Campo Mourão - Laranjeiras do Sul - Campo Êre - Iraí - Cruz Alta - Santa Maria - Rosário do Sul - Santana do Livramento.</p> <p>Seu ponto inicial localiza-se entre as rodovias BR-230 e PA-415 no município de Altamira no Estado do Pará. Passa depois pelos Estados do Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde encontra seu término na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento.No trecho em que a rodovia liga os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, utiliza-se da Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>UF</th> <th>Local de Início</th> <th>Local de Fim</th> <th>Km inicial</th> <th>Km Final</th> <th>Extensão</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PR</td> <td>ENTR PR-281(B) (CHOPINZINHO)</td> <td>ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)</td> <td>479,8</td> <td>496,2</td> <td>16,4</td> </tr> <tr> <td>PR</td> <td>ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)</td> <td>ENTR BR-373</td> <td>496,2</td> <td>497,8</td> <td>1,6</td> </tr> <tr> <td>PR</td> <td>ENTR BR-373</td> <td>ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)</td> <td>497,8</td> <td>526,4</td> <td>28,6</td> </tr> <tr> <td>PR</td> <td>ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)</td> <td>ENTR BR-280(A)</td> <td>526,4</td> <td>534,8</td> <td>8,4</td> </tr> <tr> <td>PR</td> <td>Entr. BR - 373</td> <td>Entr. BR - 280(A) - SAUDADE DO IGUAÇU</td> <td>----</td> <td>----</td> <td>----</td> </tr> </tbody> </table>	UF	Local de Início	Local de Fim	Km inicial	Km Final	Extensão	PR	ENTR PR-281(B) (CHOPINZINHO)	ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)	479,8	496,2	16,4	PR	ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)	ENTR BR-373	496,2	497,8	1,6	PR	ENTR BR-373	ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)	497,8	526,4	28,6	PR	ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)	ENTR BR-280(A)	526,4	534,8	8,4	PR	Entr. BR - 373	Entr. BR - 280(A) - SAUDADE DO IGUAÇU	----	----	----
UF	Local de Início	Local de Fim	Km inicial	Km Final	Extensão																																		
PR	ENTR PR-281(B) (CHOPINZINHO)	ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)	479,8	496,2	16,4																																		
PR	ENTR PR-562 (CORONEL VIVIDA)	ENTR BR-373	496,2	497,8	1,6																																		
PR	ENTR BR-373	ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)	497,8	526,4	28,6																																		
PR	ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO)	ENTR BR-280(A)	526,4	534,8	8,4																																		
PR	Entr. BR - 373	Entr. BR - 280(A) - SAUDADE DO IGUAÇU	----	----	----																																		

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA
PR - 493	<p>Uma estrada pertencente ao governo do Paraná que liga as cidades de <b>Pato Branco</b>(entroncamento com a BR-158) e Dois Vizinhos(entroncamento com a PR-281).</p> <p>Denominação substituída por: Via do Conhecimento</p> <p>Lei nº 12.935 de 31.08.2000 (D.O.E nº 5.818)</p> <p>PR-493: Trecho Trevo da Polícia Rodoviária Km 0,0 – Km 3,00 (Município de Pato Branco).</p>		
BR - 373	<p>A quilometragem se inicia no ponto mais ao norte da rodovia indo em direção ao ponto mais ao sul.</p> <p>Local de início: Entr BR-158 (p/ <b>Coronel Vivida</b>), local de fim: Entre PR-493. Km inicial: 481,5, km final: 512,5, extensão: 31,0</p>	953	Principais localidades: Limeira - Itapetininga - Apiaí - Ponta Grossa - Três Pinheiros - Francisco Beltrão – Barracão.

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA
PR 562	Considerada uma rodovia estadual, permanente.		Rodovia Prefeito Ivo Feiten - Lei nº 9.133 de 22.11.1989. (D.O.E nº 3.148) Trecho São João - <b>Coronel Vivida</b> .
SC -466	É uma rodovia estadual catarinense.		Liga a rodovia SC-283 em Seara a cidade de <b>Xanxerê</b> (BR-282) e de Itá até a cidade de Seara; num trecho de 10 Km descreve o traçado da SC-283, no Oeste de Santa Catarina, no Brasil com distância de cerca de 40 Km
BR - 285	Rodovias Transversais: São as rodovias que cortam o país na direção Leste-Oeste.	749,6	Inicia em Araranguá, Santa Catarina ,atravessa a serra e o planalto gaúchos, passando por cidades como Jacinto Machado , Timbé , Bom Jesus , Vacaria , <b>Passo Fundo</b> , Santo Ângelo e termina em São Borja- Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina.

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA
RS - 324	Rodovia Diagonal – a quilometragem se inicia no ponto mais ao norte da rodovia indo em direção ao ponto mais ao sul. Hoje, apesar de recentes reformas da camada asfáltica, encontra-se exaurida em sua capacidade, demandando 3ª faixa e duplicação de diversos trechos. Devido à isto é chamada de "Rodovia da Morte", onde encontram-se cruzeiros que simbolizam o número de vítimas mortas na estrada. Tal rodovia também é caracterizada pelo tráfego pesado, principalmente de caminhões de carga, os quais escoam os produtos produzidos na região. Os trechos mais perigosos e que requerem atenção redobrada por serem onde ocorrem a maioria dos acidentes são: Curva de São Luiz da Mortandade, Curva do Burro Preto e Curva do Bier.		Atravessa a Mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo uma importante ligação entre os municípios de Bento Gonçalves e <b>Passo Fundo</b> .
RS - 135	Pela direção e sentido que ela percorre, é considerada uma rodovia longitudinal.	5,97	Entr.. ERS-324 (P/ <b>Passo Fundo</b> ) – Entr. BRS-285(A) (P/ Lagoa Vermelha)

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA
RS -129	A Rodovia Governador Sinval Guazzelli(RS-129),pela direção e sentido que ela percorre, é considerada uma rodovia longitudinal.		Segue em direção ao sul até o município de Roca Sales, passando por Serafina Corrêa, Guaporé e outras cidades, permitindo o acesso a Porto Alegre, através da BR-386. Outro segmento desta rodovia tem início na cidade de Casca, seguindo em direção norte, dando acesso às cidades de <b>São Domingos do Sul</b> e Vanini, permitindo o acesso à BR-285, pela qual pode-se chegar a Lagoa Vermelha e Vacaria, na Região dos Campos de Cima da Serra.
RS – 441	Pela localização geográfica e funcionalidade, é considerada uma rodovia de ligação.	14,6	<b>Vista Alegre Do Prata</b> – Guaropé (acesso)
RS - 359	Pela direção e sentido que ela percorre, é considerada uma rodovia diagonal.		Conecta as sedes dos municípios de Veranópolis e <b>Cotiporã</b> .
RSC-287	É uma rodovia estadual. Ela corta o estado do Rio Grande do Sul, no sentido leste-oeste, assim como as BR-285, BR-290 e BR-293.		Se origina no município de <b>Montenegro</b> . E tem esse nome até Santa Maria. A partir de Santa Maria o nome da rodovia se altera para BR-287, e leva até São Borja, que fica na Campanha Ocidental.
RS - 240	Pela direção e sentido que ela percorre, é considerada uma rodovia transversal.	33,58	Começa em São Leopoldo, na Região do Vale do Sinos, e termina em <b>Montenegro</b> , na região do Vale do Caí.

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA				
RS -110	A RS-110 (Rodovia Deputado Júlio Redecker) é uma rodovia estadual gaúcha que liga São Francisco de Paula e Bom Jesus. Pela direção e sentido que ela percorre, é considerada uma rodovia longitudinal.	100,51	Início de trecho especificado	Fim de trecho especificado	Trecho em Km	Geral em Km	Situação
			Entroncamento com RS-020	Entroncamento com BR-453, Várzea do Cedro	27,33K m	27,33K m	Trecho em pavimentação
			Entroncamento com BR-453, Várzea do Cedro	Acesso a Jaquirana	32,27K m	59,60K m	Trecho em obras de pavimentação
			Acesso a Jaquirana	Entroncamento com RS-476, Alziro Ramos	2,75Km	62,35K m	Trecho em obras de pavimentação
			Entroncamento com RS-476, Alziro Ramos	Entroncamento com RS-439, Quebrada Funda	13,96K m	76,31K m	Trecho de pavimentado de pista simples
			Entroncamento com RS-439, Quebrada Funda	Entroncamento com RS-285, <b>Bom Jesus</b>	24,20K m	100,51 Km	Trecho de pavimentado de pista simples
			Entroncamento com RS-285, <b>Bom Jesus</b>	Ponte sobre o rio Pelotas	37,40K m	137,91 Km	Trecho em planejamento

RODOVIAS	CARACTERÍSTICAS	EXTENSÃO (KM)	CIDADES QUE ATRAVESSA					
BR-470	É uma rodovia de ligação no Sul do Brasil. Parte do trecho que corta o estado do Rio Grande do Sul está sob administração do governo estadual, sendo denominada RSC-470.		Principais Localidades: Navegantes, Itajaí, Blumenau, Curitiba, Campos Novos, Lagoa Vermelha, Nova Prata, Montenegro, São Jerônimo, Camaquã (BR-116).					
			UF	Local de Início	Local de Fim	Km Inicial	Km final	Extensão
			RS	Salvador do Sul	Entr BR – 287(A) Montenegro	255,5	278,8	32,3
			RS	Entr BR-287(A) Montenegro	Entr BR-287(B) P/Tabaí	287,8	291	3,2

Fonte: DNIT, 2012



---

#### 6.4.4.4.2 Ferrovias na Região Sul

A malha ferroviária da região sul é atendida pelas concessionárias Ferroeste (antiga Ferropar), Ferrovia Tereza Cristina (FTC) e América Latina Logística (ALL).

A Ferroeste concluiu e está operando o trecho Guarapuava- Cascavel, com 249, 4 km de extensão. Os trechos Cascavel (PR) – Guaíra (PR)- e Guaíra (PR) – Dourados (MS), terão seus prazos de construção estabelecidos por negociações futuras. Em novembro de 2010 foi anunciada a implantação do trecho Cascavel - Dourados, obra do Governo Federal.

A Ferroeste estuda a construção de um ramal entre Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR), com 143 km de extensão, ele integraria um corredor bioceânico ligando os portos Paranaguá ao de Antofagasta, no Chile.

A FTC possui uma linha férrea de 164 Km de extensão, que interliga a região carbonífera/cerâmica de Santa Catarina ao Porto de Imbituba, passando pelo município de Capivari de Baixo, onde se situa a usina termelétrica Jorge Lacerda – Tractebel Energia. Suas linhas cortam 12 municípios do sul do Estado de Santa Catarina, que são eles: Imbituba, Laguna, Capivari de Baixo, Tubarão, Sangão, Jaguaruna, Içara, Criciúma, Siderópolis, Morro da Fumaça, Urussanga e Forquilha.

Esta empresa tem como atividade principal a exploração de serviços de transporte ferroviário de carga, cujo principal produto transportado é o carvão mineral, produzido no sul do Estado de Santa Catarina, destinado a geração de energia termelétrica.

A América Latina Logística (ALL) é uma empresa de logística da América do Sul e Companhia Ferroviária do Brasil. Possui uma malha de 21.300km de extensão, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e as regiões de Paso de los Libres, Buenos Aires e Mendoza (Argentina).

Na Figura 6.4.36, a seguir, pode-se observar a atuação das concessionárias no Sistema Ferroviário do Brasil e, especificamente, pode-se perceber as que operam na região sul:

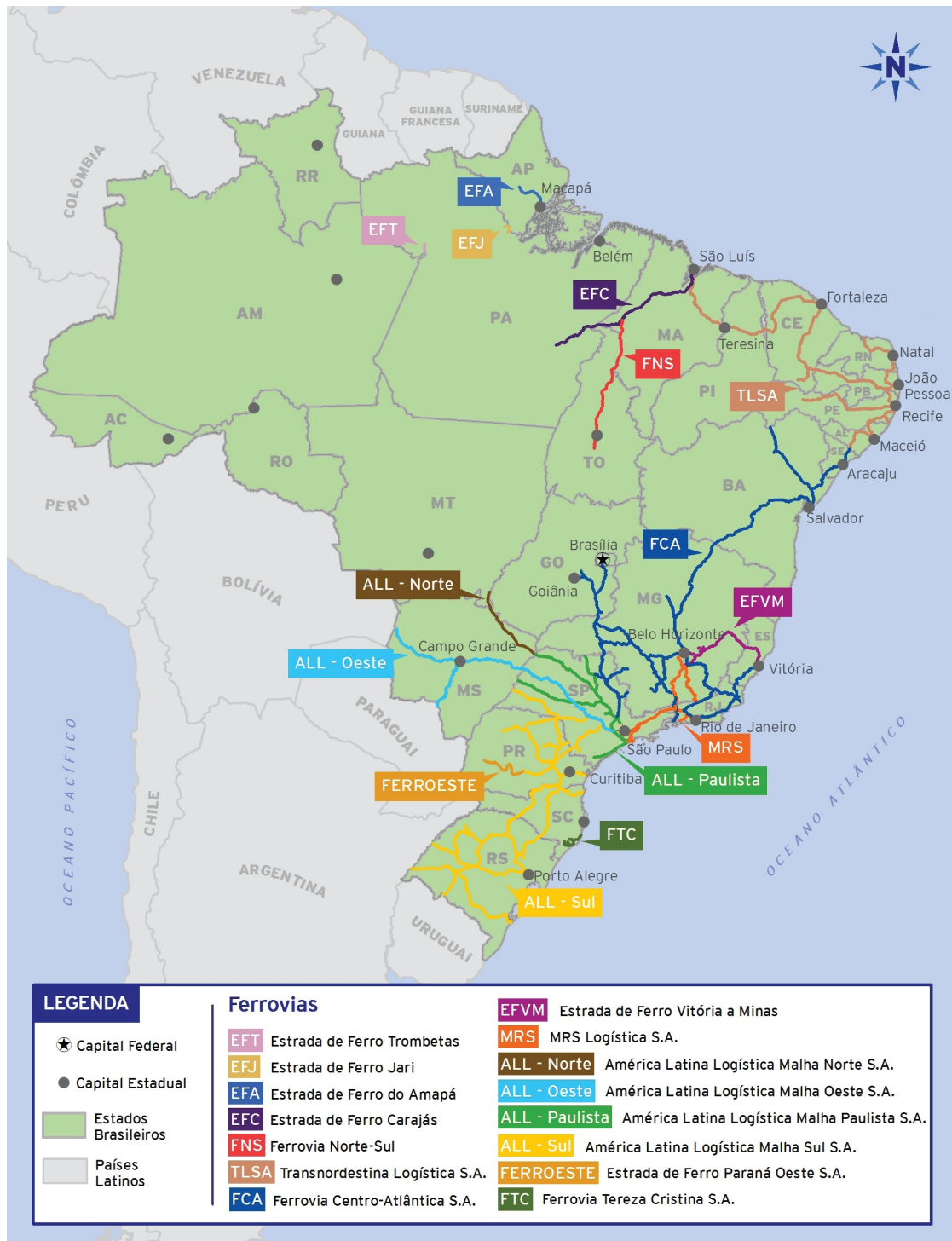


Figura 6.4.36: Sistema ferroviário do Brasil

Fonte: CNT, 2012

Percebe-se a abrangência da atuação da ALL na Região Sul. Esta companhia opera de forma integrada nos setores ferroviário e rodoviário, tendo uma frota de 1095 locomotivas, 31.650 vagões e mil caminhões, contando com unidades localizadas em pontos estratégicos para embarque e desembarque de carga (AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA, 2012).

A América Latina Logística assumiu concessões para operar em uma extensa malha ferroviária atendendo às seguintes áreas, conforme se verifica no Quadro 6.4.7 abaixo:

QUADRO 6.4.7: CONCESSÕES DA AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA

CONCESSIONÁRIAS	EXTENSÃO (KM)	PRAZO DE CONCESSÃO	ÁREA DE ATENDIMENTO
ALL Malha Sul	6.586	1997-2027	Paraná; <a href="#">São Francisco do Sul</a> e Rio Grande do Sul
ALL Malha Paulista	2.916	1998-2028	Porto de Santos
ALL Malha Norte (Ferronorte)	5.228	1989-2079	Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraguai
ALL Malha Oeste	1.621	1996-2026	Porto Esperança e Rio Paraguai
ALL Central (ALL Argentina)	5.690	1993-2023	Rosário e Buenos Aires
ALL Mesopotâmica (ALL Argentina)	2.704	1993-2023	Argentina
<b>Total</b>	<b>21.277</b>		

Fonte: AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA, 2012

A ALL Malha Sul, que atende a região de estudo, possui uma extensão de 6.586 Km e compreende toda a região sul do Brasil, desde o sul do Estado do Rio Grande do Sul (Uruguaiana, Santana do Livramento, Porto do Rio Grande) até o norte do Estado do Paraná, divisa com o Estado de São Paulo, na cidade de Ourinhos, interligando-se à ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e Ferroeste,

---

possibilitando o escoamento da produção até as ferrovias da Argentina, onde a ALL opera em alguns trechos, permitindo a conexão ferroviária com o Uruguai e Paraguai.

O trecho ferroviário no Paraná possui acesso direto ao Porto de Paranaguá, considerado o maior exportador de grãos da América Latina, tornando essa malha atrativa para o escoamento de grãos, captados no próprio Estado, na região centro-oeste e em São Paulo.

Entre as commodities agrícolas transportadas o produto de maior destaque é a soja, seguido por milho, farelo, açúcar e fertilizantes. Também merecem destaque os produtos derivados do petróleo e do álcool.

Em Santa Catarina a malha da ALL possui conexão com o Porto de São Francisco do Sul e a carga provém, na maior parte, de outros estados.

A ALL Malha Sul com frequência realiza a movimentação sentido inverso, de retorno, levando cargas do porto para outras localidades (AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA, 2012).

Na Figura 6.4.37 observa-se o mapa da ALL Malha Sul:



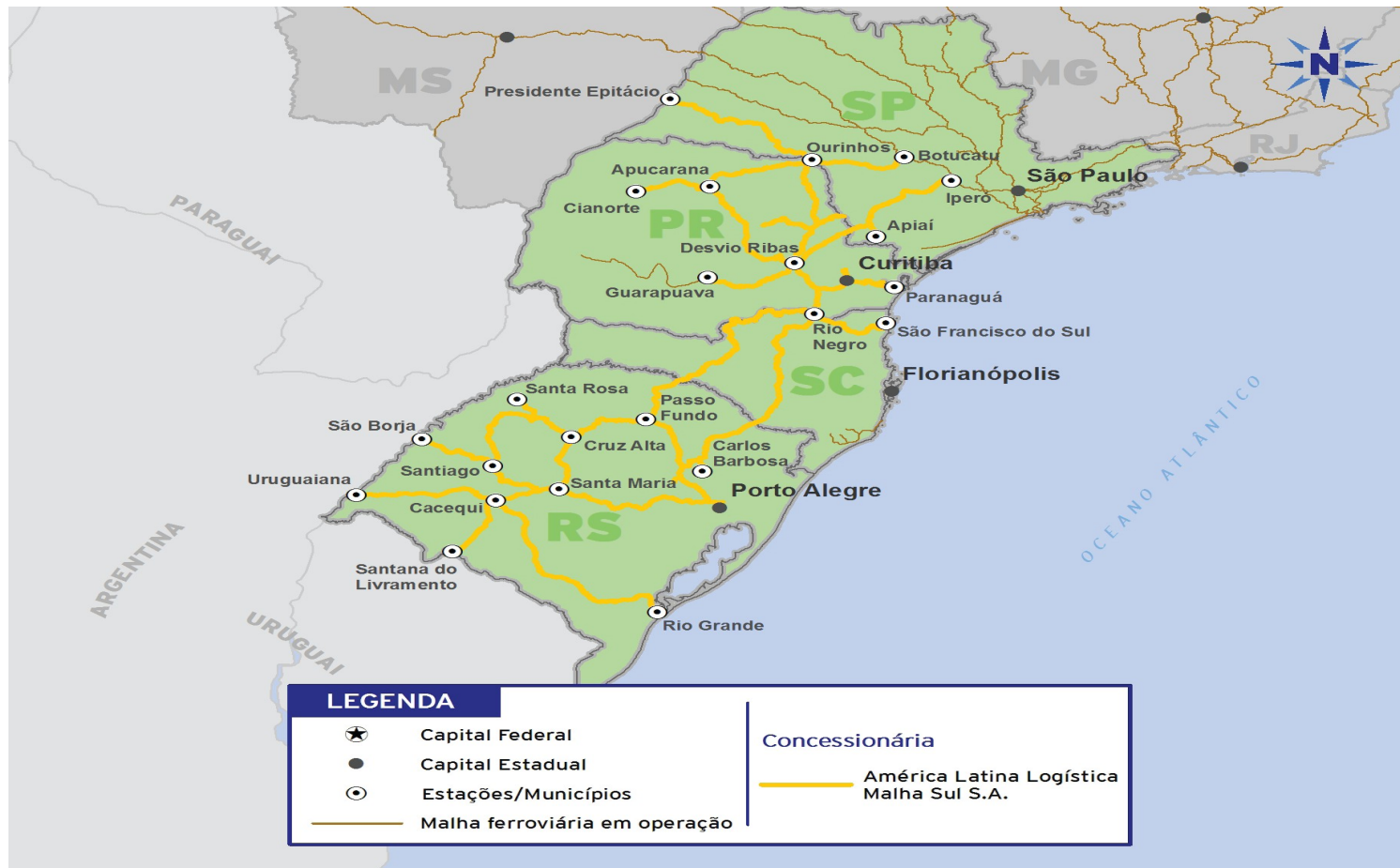


Figura 6.4.37: Mapa da Malha Ferroviária na Região Sul. Fonte: CNT, 2011





Entretanto, dos 3.559Km de ferrovia no Rio Grande do Sul concedida pelo governo federal a empresa ALL, somente 2.108 está ativado e outros 368Km estão com utilização suspensa. Segundo notícias veiculadas pela mídia local, vários prefeitos da região estão se mobilizando para reativação destes trechos, com a interveniência do Ministério Público e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Também estão desativados os trechos da ALL Malha Sul, Erechim-Gaurama, Jaboticaba-Bento Gonçalves e Montenegro- Salvador do Sul, os quais serão atravessados pela Linha de Transmissão Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita.

O trecho Erechim-Gaurama faz parte da linha Marcelino Ramos- Santa Maria, conforme se verifica na Figura 6.4.38.



Figura 6.4.38: Linha Marcelino Ramos- Santa Maria

Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2012

Na Figura 6.4.39, observa-se a linha Tronco Principal Sul, em que se encontra este trecho o trecho Jaboticaba-Bento Gonçalves:



Figura 6.4.39: Linha Tronco Principal Sul

Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2012

A seguir observa-se a linha Porto Alegre-Caxias, onde se localiza o trecho Montenegro- Salvador do Sul (Figura 6.4.40).



Figura 6.4.40: Linha Porto Alegre-Caxias

Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2012

#### 6.4.4.4.3 Condições de Transporte e Estrutura Viária da AID

A pesquisa de campo possibilitou colher dados sobre as condições de transporte e de estrutura viária através da opinião da população, seguindo as perguntas do roteiro. Os problemas apontados com maior frequência na AID dizem respeito a pavimentação de ruas e transporte coletivo inexistente ou deficiente.

A pavimentação de acessos é mais problemática no meio rural, sendo que, na maioria das vezes, se encontram em má conservação não possuindo calçamentos e apresentando esburacamentos. Há muita poeira nas estradas rurais que levanta quando os veículos passam, a população reclama bastante e afirma que essas condições têm causado problemas respiratórios. Além disso, quando chove há

também o problema de geração de lama, dificultando o tráfego. Outra questão apontada é a falta de sinalizações nos acessos, que também contribui para o aumento dos riscos de acidentes. Estes problemas prejudicam os moradores, que necessitam transitar diariamente em acessos rurais, sem garantia de segurança.

Com relação ao transporte coletivo deficiente, segundo a população, os ônibus passam em poucos horários, muito aquém do que seria o ideal para a população. Em algumas localidades rurais não há transporte coletivo, sendo que necessitam se deslocar até as rodovias para ter acesso ao serviço. Mesmo assim, em muitos casos, há pouca disponibilidade de horários, prejudicando o acesso aos bens e serviços nas cidades, principalmente com relação à saúde, em que as pessoas ficam dependentes da solidariedade de vizinhos para transporte até a cidade. Destaca-se que, em algumas localidades os moradores utilizam transportes destinados aos estudantes e ao atendimento de saúde, o que mostra a real necessidade desses moradores.

Os municípios que esses problemas apontados pelas pessoas, são Coronel Vivida/PR, Xanxerê/SC, Cotiporã/RS, Carlos Barbosa/RS, Erechim/RS, Barra do Rio Azul/RS e Getúlio Vargas/RS.

---

#### 6.4.4.5 Segurança Pública

##### 6.4.4.5.1 Segurança Pública na AID

Todos os municípios abrangidos pela pesquisa apresentam deficiências na prestação de serviços de segurança. Segundo as afirmações dos entrevistados, o patrulhamento tem sido insuficiente, pois quando solicitam uma viatura, acaba demorando muito para chegar, quando já se tem a concretização do roubo.

Os moradores das cidades maiores percebem o aumento constante de furtos e assaltos, registrando-se em suas falas, de forma recorrente, a necessidade de ampliar o atendimento de segurança. Destaca-se que os problemas com criminalidade apareceram com certa frequência no município de Montenegro/RS. Em uma comunidade visitada do município de Seara, surgiu receio com relação à implantação da linha de transmissão, pois durante a implantação de uma outra linha, ocorreram “sumiços” de animais nas propriedades da vizinhança. Os problemas com relação à furtos foram também citados em outros municípios, contudo, são bem menos frequentes, situações que não caracterizam aumento significativo da criminalidade.

Dependendo da proximidade das pequenas cidades com relação aos centros urbanos maiores, bem como acessos muito movimentados, as comunidades acabam recebendo forte influência, o que resulta na ocorrência de roubos (cabeças de gado) e, até mesmo, de assaltos. No interior, as comunidades parecem estar mais vulneráveis a este tipo de situação, salientando-se ainda, que não há patrulhamento sistemático na zona rural. De forma geral, o patrulhamento sistemático, é muito pouco realizado, e às vezes, por solicitação das próprias comunidades quando percebem alguma anormalidade. Contudo, mesmo com esses problemas no campo, as pequenas cidades do interior se encontram em situação melhor quando comparadas com as grandes cidades.

Outras questões de segurança estão voltadas a falta de sinalização adequada nas cidades e na zona rural, o que acaba por aumentar o risco de acidentes. Em muitas comunidades do interior, em que seu acesso depende de rodovias, sofrem risco de acidentes diariamente, a começar pelas famílias que se deslocam para as escolas e trabalho.

#### 6.4.4.5.2 Caracterização da infraestrutura e dos serviços de segurança pública na AID

Em Pato Branco encontra-se o 2º subgrupamento de Bombeiros Independente, que cobre além de Pato Branco, as cidades Coronel Vivida, Saudade do Iguaçu, Chopinzinho, Honório Serpa, Clevelândia, dentre outras.

Também em Pato Branco está situado o Terceiro Batalhão de Polícia Militar do Paraná, responsável pelo policiamento de quinze municípios. Após anos de reivindicação da população local, as Companhias de Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste, desmembraram-se do 3º BPM, criando assim o 21º BPM, situado em Francisco Beltrão - Paraná.

A Primeira Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar encontra-se em Pato Branco.

A Segunda Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar encontra-se em Palmas.

Em Coronel Vivida encontramos a Terceira Companhia do Batalhão de Polícia Militar, com destacamentos em Chopinzinho, Saudade do Iguaçu, Sulina.

São policiamentos especializados do 3º Batalhão da Polícia Militar:

- Pelotão de Trânsito
- Rondas Ostensivas Tático Móvel (ROTAM)
- Patrulha Rural
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)
- Operação de Verão

---

A Delegacia Regional de Pato Branco atende às seguintes cidades:

- Chopinzinho
- Coronel Vivida
- Manguerinha
- Sulina
- Clevelândia
- Honório Serpa
- Mariópolis
- São João
- Vitorino
- Coronel Domingos Soares
- Palmas
- Saudade do Iguaçu

Existem ainda em Pato Branco a 21ª Delegacia do Serviço Militar da 15ª C S M e a Delegacia da Mulher.

Em Cotiporã encontra-se:

- Delegacia de Polícia Civil
- Posto da Brigada Militar
- Corpo de Bombeiros

Em Montenegro estão sediados:

- Delegacia de Polícia Civil de Montenegro- 1º Departamento de Polícia Regional
- Brigada Militar
- Batalhão do Corpo de Bombeiros

Em São Domingos do Sul há uma Brigada Militar.

São José do Sul sedia a Brigada Militar e a Brigada do Corpo de Bombeiros.

Em Vista Alegre do Prata também se encontra a Brigada Militar e a Brigada do Corpo de Bombeiros.

Em Xanxerê sediam-se:

- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
- Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal
- Delegacia de Polícia Civil (16ª Delegacia Regional)
- Batalhão do Corpo de Bombeiros

Bom Jesus é atendida pela Delegacia de Polícia Civil e pelo Batalhão da Polícia Militar Rodoviária (Posto 9).

#### 6.4.4.5.3 Criminalidade nos municípios

Os registros de furto nos municípios da AID estão representados na Tabela 6.4 39 a seguir. Ressalta-se que não foram encontrados dados estatísticos sobre a criminalidade em Saudade do Iguazu e Coronel Vivida.

TABELA 6.4 39: FURTOS

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	19	33	22	16
São José do Sul	7	7	13	13
Vista Alegre do Prata	4	11	16	8
Cotiporã	48	42	23	30
Montenegro	1.259	1.531	1.104	853
Água Santa	12	36	1	1
Erechim	1.841	1945	102	118
*Xanxerê	-	-	888	840
*Bom Jesus	-	-	38	31
*Pato Branco	-	-	2.770	2.907

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA \* Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê, Bom Jesus e Pato Branco.

Observa-se na Tabela 6.4 39 que, em 2011, houve redução nos furtos em São Domingos do Sul, Vista Alegre do Prata, Montenegro, Água Santa, Xanxerê, Bom



Jesus e Pato Branco. O município de São José do Sul manteve o mesmo número de casos em 2010 e 2011. Cotiporã teve um aumento no número de casos de 30,43% em 2011, se compararmos com 2010. Contudo, em relação a 2002, quando foram informados 48 casos, o número registrado em 2011 representa uma redução de 37%.

Erechim se destaca na tabela, uma vez que teve uma abrupta redução no número de casos em 2010, se compararmos com 2005: 94,75%. No entanto, em 2011 houve uma elevação de 15,68% no número de casos.

A seguir iremos verificar os números para homicídios, na Tabela 6.4 40.

TABELA 6.4 40: HOMICÍDIOS

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	0	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	1	0	0
Montenegro	6	4	6	5
*Xanxerê	-	-	1	4
*Bom Jesus	-	-	1	0
*Pato Branco	-	-	77	84
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	26	7	1	0

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê e Bom Jesus

Em Xanxerê, em 2011 houve um aumento no número de homicídios, tendo sido registrados 4 casos.

Foi registrado em Pato Branco um aumento de 9,1% nos casos de homicídio em 2011.

Em Montenegro, o número de homicídios caiu em relação a 2010, tendo sido registrado 5 casos em 2011.

Em Bom Jesus não foi registrado nenhum caso em 2011.

Erechim se destaca novamente, no que se refere à redução de homicídios: em 2002 haviam sido registrados 26 casos e em 2011 não houve nenhum registro. De acordo com os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, enquanto cidades de outras regiões do Estado registram aumento nos números de assassinatos, Erechim ocupa o primeiro lugar entre os municípios que apresentaram redução nas ocorrências de homicídio doloso.

Sobre a prática de latrocínio temos os seguintes dados, que aparecem na Tabela 6.4 41.

TABELA 6.4 41: LATROCÍNIOS

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	0	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	0
Montenegro	0	1	0	1
*Xanxerê	-	-	0	0
*Bom Jesus	-	-	0	0
**Pato Branco	-	-	-	-
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	0	0	0	0

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê e Bom Jesus. \*\*Não há dados sobre latrocínio em Pato Branco

No que se refere ao crime de latrocínio só Montenegro apresenta registro de casos, 1 em 2005 e 1 em 2011. Nos demais municípios não foram registrados casos.

Na Tabela 6.4 42 encontram-se as informações sobre roubos:

TABELA 6.4 42: ROUBOS

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	1	5	3
São José do Sul	1	1	1	2
Vista Alegre do Prata	0	0	2	1
Cotiporã	0	1	1	2
Montenegro	163	222	120	121
*Xanxerê	-	-	43	36
*Bom Jesus	-	-	2	1
*Pato Branco	-	-	258	220
Água Santa	-	-	0	0
Erechim	-	-	33	12

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê, Bom Jesus e Pato Branco.

Em todos os municípios listados houve redução nos números relativos a roubos em 2011, com exceção de Montenegro. E São José do Sul. Em Água Santa não foram registrados roubos em 2010 e 2011.

TABELA 6.4 43: POSSE DE ENTORPECENTES

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	1	1
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	0
Água Santa	-	-	0	0
Erechim			19	7
Montenegro	69	50	118	176
*Xanxerê	-	-	10	18
*Bom Jesus	-	-	0	0
**Pato Branco	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \* Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê e Bom Jesus. \*\*Não há dados sobre posse de

entorpecentes em Pato Branco.

Em Montenegro e Xanxerê observa-se um aumento no número de casos de posse de entorpecentes em 2011 de 49,15% e 80%, respectivamente. Em São José do Sul, Vista Alegre do Prata, Cotiporã, Água Santa e Bom Jesus não foram registradas ocorrências.

Em relação ao crime tráfico de entorpecentes foram obtidas as informações que constam na Tabela 6.4 44.

TABELA 6.4 44: TRÁFICO DE ENTORPECENTES

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	2	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	1	0	7
Montenegro	12	26	51	42
*Xanxerê	-	-	20	20
*Bom Jesus	-	-	0	0
**Pato Branco	-	-	-	-
Erechim	16	44	11	9
Água Santa	0	0	0	0

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \* Não foram encontrados dados para os anos de 2002 e 2005 em Xanxerê e Bom Jesus. \*\*Não há dados sobre tráfico de entorpecentes em Pato Branco.

Observa-se em Xanxerê o número de casos manteve-se estável. Em Montenegro, Erechim e São Domingos do Sul houve redução nos números, sendo em que neste último município em 2011 não foi registrado nenhum caso. Em São José do Sul, Vista Alegre do Prata, Bom Jesus não há registro de tráfico de entorpecentes nos anos de 2002, 2005, 2010, 2011. Já em Cotiporã, em 2011 foram registrados 7 casos, sendo que em 2010 não houve nenhum registro e em 2005,

apenas 1 caso.

A seguir, a Tabela 6.4 45 evidencia os casos de furto de veículos na AID:

TABELA 6.4 45: FURTO DE VEÍCULOS

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	1	1	0
São José do Sul	0	0	1	0
Vista Alegre do Prata	1	0	0	1
Cotiporã	1	1	0	1
Montenegro	70	60	66	38
Água Santa	2	2	0	0
Erechim	9	8	2	2
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-
*Bom Jesus	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

Em Montenegro houve uma queda expressiva no registro de furto de veículos em Montenegro de 45,7%, em 2011 em relação aos anos anteriores. Em Cotiporã foi registrado 1 caso em 2011, quando em 2010, não houve registro. Em Vista Alegre do Prata também foi registrado em 2011 um furto de veículo. Em Erechim, em 2011, manteve-se o número de 2 furtos em 2010 e 2011. Este número que representa uma redução de 77,8 % em relação ao ano de 2002.

Os dados sobre o crime de extorsão podem ser verificados nas Tabelas 6.4 46 e 6.4 47.

TABELA 6.4 46: EXTORSÃO

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	0	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	1	0	0
Montenegro	3	1	7	0
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	3	12	2	1
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-
<b>*Bom Jesus</b>	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

O crime de extorsão foi registrado em Cotiporã (1 caso em 2005), em Montenegro e Erechim. Em Montenegro, no ano de 2011 não houve nenhum registro de extorsão, sendo que em 2010 houve 7 casos. Em Erechim registrou-se 1 caso em 2011, uma redução de 8,4%

Já o crime de extorsão mediante sequestro só foi registrado em Montenegro.

TABELA 6.4 47: MEDIANTE SEQUESTRO

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	0	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	0
Montenegro	0	0	1	0
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	0	0	0	0
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
*Bom Jesus	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

Para o crime de estelionato encontramos os seguintes dados na Tabela 6.4 48.

TABELA 6.4 48: ESTELIONATO

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	2	3	3	0
São José do Sul	0	1	1	1
Vista Alegre do Prata	0	2	3	0
Cotiporã	1	1	0	0
Montenegro	74	87	95	74
Água Santa	0	2	0	0
Erechim	139	109	14	14
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-
*Bom Jesus	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

Observa-se que em São Domingos do Sul houve uma redução nos crimes de estelionato em 2011, em relação aos anos de 2005 e 2010. Em Vista Alegre do Prata também identifica-se uma redução em 2011.

Em 2005 e 2010, em Montenegro, houve uma elevação nos casos de estelionato, em relação ao ano de 2002. Entretanto, em 2011 o número de casos diminuiu, chegando aos 74 episódios registrados.

Erechim se destaca dentre os demais municípios por apresentar em 2010 uma queda expressiva no número de estelionatos: 89,92%. O número de casos em 2011 neste município se mantém estável.

Com relação à corrupção, conforme se verifica na Tabela 6.4 49, há registros deste tipo de crime apenas em Montenegro e Erechim:

TABELA 6.4 49: CORRUPÇÃO

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	0	0	0
São José do Sul	0	0	0	0
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	0
Montenegro	0	1	0	4
Água Santa	0	0	0	0
Erechim	10	2	0	2
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-
<b>*Bom Jesus</b>	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

Em Montenegro, em 2005 houve registro de 1 caso e em 2011, de 4 casos.

Em Erechim, em 2002 foram registrados 10 casos de corrupção. Este número se reduziu nos anos subsequentes, elevando-se novamente em 2011, quando foram registrados 2 casos.

O crime relacionado a armas e munições foram identificados em São Domingos do Sul. Em 2005 houve 1 caso, em 2010, 2 e em 2011 há uma queda, reduzindo-se o número de casos a 1.

Em São José do Sul há registro deste tipo de crime apenas em 2011, 1 caso.

Cotiporã também só relata, em 2011, 2 casos.

Em Montenegro verifica-se um aumento de 94,2% no número de casos, em 2011, em relação a 2010.



No ano de 2005, em Erechim, observa-se o registro de 116 casos de crimes relacionados a armas e munições. No ano de 2010 estes números diminuem em 83,6%. Em 2011, voltam a cair, cerca de 37%.

Na Tabela 6.4 50, a seguir, evidencia-se estes números:

TABELA 6.4 50: CRIME RELACIONADO A ARMAS E MUNIÇÕES

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2011
São Domingos do Sul	0	1	2	1
São José do Sul	0	0	0	1
Vista Alegre do Prata	0	0	0	0
Cotiporã	0	0	0	2
Montenegro	0	26	17	33
Água Santa	1	2	1	0
Erechim	0	116	19	12
*Pato Branco	-	-	-	-
*Xanxerê	-	-	-	-
*Bom Jesus	-	-	-	-

Fonte: SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA. \*Não foram encontrados dados para estes municípios.

#### 6.4.4.6 Energia Elétrica

##### 6.4.4.6.1 Caracterização do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Sul

A região sul cumpre um importante papel na integração com os países do Mercosul, com destaque na importação/exportação de energia com a Argentina, Uruguai e Paraguai, e o Estado de Mato Grosso do Sul.

O seu sistema elétrico, além do atendimento ao mercado regional, participa da otimização energética entre as regiões sul e sudeste através de conexões com os

Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A região possui uma extensa malha de Rede Básica que constitui o sistema de conexão entre as usinas hidrelétricas das bacias dos rios Iguaçu e Uruguai.

As interligações internacionais constituem característica marcante da região sul, destacando-se as interligações com a Argentina através da Conversora de Garabi e da Conversora de Uruguiana, a interligação com o Uruguai através da Conversora de Rivera e a interligação Copel/Ande através de um conversor de 55 MW.

As empresas ELETROSUL, COPEL-T e CEEE-T são as principais responsáveis pela Rede Básica e as empresas CELESC, COPEL-D, CEEE-D, AES-Sul e RGE são as principais concessionárias de distribuição que atendem a região sul.

O sistema de geração da região sul possui uma capacidade instalada da ordem de 30.215 MW, com a maior parte dos aproveitamentos hidráulicos localizados nas bacias dos rios Iguaçu, Uruguai e Paraná.

#### 6.4.4.6.2 Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul é suprido através de um sistema em 525 kV, um sistema de 230 kV e complementado com geração das Usinas da Bacia do Rio Jacuí, da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, de gerações térmicas a carvão das Usinas de Presidente Médici e Charqueadas, de gerações térmicas a gás das Usinas de Uruguiana e Canoas, das Centrais Eólicas dos Parques de Osório, dos Índios e Sangradouro, além das Interligações Internacionais através das conversoras de Garabi, Uruguiana 5 e Livramento 2.

Os principais pontos de suprimento em 525 kV do Estado do Rio Grande do Sul são: a SE Gravataí, aonde chegam linhas provenientes de Nova Santa Rita e Caxias; a SE Caxias, atendida por uma linha proveniente de Campos Novos e por

outra linha proveniente de Itá; a SE Nova Santa Rita, atendida pela LT 525 kV Itá – Nova Santa Rita, por uma LT 525 kV proveniente de Gravataí e por uma LT 525 kV Campos Novos – Nova Santa Rita; e a SE Santo Ângelo, atendida pelo seccionamento da linha de 525 kV que serve à conexão do primeiro módulo da Conversora de Garabi com a SE Itá.

O sistema de 230 kV do Rio Grande do Sul interliga-se com o Estado de Santa Catarina através de: Duas Linhas oriundas da SE Xanxerê, que se conectam à UHE Passo Fundo; da LT que interliga a SE Siderópolis, em Santa Catarina, à subestação Farroupilha, passando pelas subestações Lajeado Grande e Caxias 5; e também da LT Barra Grande – Lagoa Vermelha.

A potência instalada no estado é da ordem de 5.400 MW, com predominância de fontes hidráulicas e térmicas.

#### 6.4.4.6.3 Sistema elétrico em Santa Catarina

O atendimento elétrico ao Estado de Santa Catarina é feito por instalações da Rede Básica nas tensões de 525 kV e 230 kV, por DITs na tensão de 138 kV de propriedade da Eletrosul. O Estado conta com a SE Blumenau suprida por duas linhas de 525 kV, provenientes de Campos Novos e Curitiba, e a SE Campos Novos. Nesta subestação, que é ponto de confluência das usinas do rio Uruguai, estão conectadas quatro linhas de 525 kV, provenientes de Machadinho, Areia, Gravataí e Blumenau (MME, 2010).

A seguir é descrito o atendimento das quatro regiões geoeletricas do estado:

- Região Leste de Santa Catarina: concentra a maior parte do consumo industrial do Estado, cerca de 60% do mercado de energia elétrica de Santa Catarina. É atendida a partir da SE Blumenau.
- Região do Planalto Norte: é atendida por uma linha de transmissão em 138

kV, em circuito duplo, alimentado pelas SEs Canoinhas e Joinville.

- Região Sul do Estado: é suprida principalmente pela UTE Jorge Lacerda, que está conectada por dois circuitos que percorrem o Litoral do Estado, pela SE Jorge Lacerda A e pela SE Siderópolis que está interligada às SEs Jorge Lacerda B e Lajeado Grande.
- Região Oeste do Estado: é atendida pela rede de 525 kV por meio da SE Campos Novos, pela SE Xanxerê e em parte pela UTE Jorge Lacerda.

A potência instalada no Estado de Santa Catarina é da ordem de 4.000 MW com a predominância de fontes hidráulicas e térmicas.

A carga do Estado de Santa Catarina corresponde a 26% do total da região.

#### 6.4.4.6.4 Sistema Elétrico do Paraná

Os principais pontos de suprimento ao Estado Paraná são: SE Curitiba, SE Areia, SE Bateias, SE Londrina Eletrosul e SE Cascavel Oeste, atendidas por linhas de transmissão provenientes das SEs Itá, Campos Novos, Blumenau e Ibiúna (Sudeste).

Para fins de estudos de planejamento, o Estado do Paraná foi dividido em cinco regiões geo-elétricas, a saber: região metropolitana de Curitiba e Litoral, região Norte, região Noroeste, região Oeste e região Centro-Sul. Estas regiões apresentam características distintas do ponto de vista de mercado, e têm peculiaridades que as distinguem entre si. Estas regiões são atendidas, principalmente, pela Copel Transmissão e pela ELETROSUL na tensão de 525 kV a 69 kV e pela Copel Distribuição nas tensões de 34,5 kV e 13,8 kV.

A potência instalada no estado é da ordem de 16.500 MW, com a predominância de fontes hidráulicas.

A carga do Estado do Paraná corresponde a 33% do total da região.

#### 6.4.4.6.5 Empresas que atuam na distribuição de energia elétrica nos municípios da AID

Na Tabela 6.4 51, a seguir, temos a relação das concessionárias de energia elétrica que atendem os municípios da AID:

TABELA 6.4 51: CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA NA AID

MUNICÍPIO	DISTRIBUIDORA
Saudade do Iguaçu	COPEL-DIS
Pato Branco	COPEL-DIS
Coronel Vivida	COPEL-DIS e FORCEL
Bom Jesus	IENERGIA E CELESC
Xanxerê	IENERGIA
Cotiporã	RGE
Montenegro	AES SUL e CERTAJA
São José do Sul	AES SUL E CERTEL
São Domingos do Sul	CERFOX e RGE
Vista Alegre do Prata	RGE
Erechim	CRERAL e RGE
Água Santa	COPREL E RGE

Fonte: ANEEL, 2012

#### 6.4.4.6.6 Disponibilidade de energia elétrica na AID

Em algumas comunidades visitadas, houve reclamação de falta de energia elétrica e também na qualidade que é muito fraca. Alguns proprietários tiveram que solicitar ligação de energia trifásica pois necessitam utilizar equipamentos na propriedade rural, e a energia não permitia. Outros entrevistados comentaram as frequentes quedas de energia em períodos de chuva. Essas faltas de energia, dependendo da região, podem causar danos irreparáveis na criação de animais por exemplo, ocasionando grandes perdas para o agricultor.

Os municípios nos quais se evidenciou descontentamento com a questão da energia elétrica foram Paial/SC, Xanxerê/SC, Erechim/RS e Aratiba/RS.

Sobre o consumo de energia nos municípios da AID temos os seguintes números, conforme se verifica nas tabelas 6.4 52, 6.4 53 e 6.4 54:

TABELA 6.4 52: CONSUMO DE ENERGIA EM 2000 (MWH)

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIAL	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENTO	REVENDA	TOTAL
Água Santa	206	92	-	482	177	326	-	-	-	1.283
Cotiporã	436	1.409	-	1.096	1.475	654	-	-	-	5.070
Erechim	25.840	70.750	1	48.973	6.733	21.972	-	-	-	174.269
Montenegro	13.008	58.409	37	31.598	4.034	8.127	-	-	-	115.213
São Domingos do Sul	172	144	-	616	325	534	-	-	-	1.791
São José do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vista Alegre do Prata	123	30	-	231	873	299	-	-	-	1.556
Coronel Vivida	3.364	3.605	3.551	6.108	4.893	-	-	-	-	-
Pato Branco	21.438	20.488	15.603	31.688	10.468	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	239	39	510	861	1.035	-	-	-	-	-
Bom Jesus	6.919	-	-	966	190.682	-	-	-	-	205.985
Xanxerê	12.422	-	-	-	116.962	-	107.200	128.766.380	-	129002964

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES.

TABELA 6.4 53: CONSUMO DE ENERGIA-2005 (MWH)

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIAL	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENTO	REVENDEDA	TOTAL
Água Santa	283,397	377,043	-	551,901	230,456	264,882	-	-	-	1.707,679
Cotiporã	481,188	1.378,776	-	1.193,784	2.245,35	615,127	-	-	-	5.914,225
Erechim	29.016,339	78.900,537	16,613	48.508,209	4.575,619	18.969,191	-	-	-	179.986,508
Montenegro	16.094	93.401	30	35.126	6.262	8.389	-	-	-	159.302
São Domingos do Sul	178,826	149,204	-	651,175	327,783	553,816	-	-	-	1.860,804
São José do Sul	247	172	-	206	1600	147	-	-	-	2.372
Vista Alegre do Prata	130,242	45,454	-	241,83	1.096,627	359,824	-	-	-	1.873,977
Coronel Vivida	4.718	8.626	3.270	6.543	5.853	-	-	-	-	-
Pato Branco	26.950	33.554	14.180	34.259	11.513	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	367	57	562	1.098	2.238	-	-	-	-	-
Bom Jesus	369	-	-	-	384.743	13.535	-	-	-	398.647
Xanxerê	-	-	-	-	-	-	104.000	-	-	104.000

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES



TABELA 6.4 54: CONSUMO DE ENERGIA-2010 (MWH)

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIAL	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENTO	REVENDA	TOTAL
Água Santa	839,247	169,719	-	769,826	292,902	303,158	-	-	-	2.374,852
Cotiporã	790,382	1.720,797	-	1.545,383	2.650,149	681,136	-	-	-	7.387,847
Erechim	40.612,453	88.238,635	125,892	63.941,306	5.853,801	20.185,832	-	-	-	218.957,919
Montenegro	21.658,529	186.976,502	78,375	43.109,606	28.231,281	7.951,927	-	-	-	288.006,22
São Domingos do Sul	236,9	162,517	-	879,227	437,141	621,491	-	-	-	2.337,276
São José do Sul	340,12	223,323	-	335,177	1983,34	378,128	-	-	-	3.260,088
Vista Alegre do Prata	1.842,193	98,549	-	447,412	1.563,314	507,408	-	-	-	4.458,876
Coronel Vivida	432	26	156	307	4.260	-	-	-	-	-
Pato Branco	46.397	51.421	17.579	47.322	17.705	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	473	346	909	1.679	3.821	-	-	-	-	-
Bom Jesus	526	830	-	-	603.048	37.057	-	-	-	641.461
Xanxerê	-	-	-	-	-	-	86.600	-	224.227.264	224.313.864

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES



No ano de 2000, podemos perceber que os maiores níveis de consumo foram nas cidades de Xanxerê (129.002.964 MWh), Bom Jesus (205.985 MWh), seguidas por Erechim (174.269 MWh) e Montenegro (115.213 MWh). Para o ano de 2005, os maiores consumos foram em Erechim (179.986,508 MWh) e Montenegro (159.302 MWh), e em 2010, Montenegro (288.006,22 MWh) e Xanxerê (224.313.864 MWh) ultrapassaram Erechim (218.957,919 MWh).

Nas cidades de Água Santa, São Domingos do Sul, Coronel Vivida e Pato Branco, o consumo residencial em 2000 foi o mais expressivo entre as diversas áreas de consumo. Para o ano de 2005, o consumo residencial manteve-se o maior para estas mesmas cidades, com exceção de Coronel Vivida, o qual apresentou maior consumo no setor industrial. Já em 2010, a única cidade que manteve o maior consumo residencial foi São Domingos do Sul, pois Água Santa passou a ter um consumo maior no comércio e Pato Branco na indústria.

Nas cidades de Erechim e Montenegro o setor que apresentou o maior consumo foi o industrial, para os anos de 2000, 2005 e 2010. Enquanto em Cotiporã, Vista Alegre do Prata, Saudade do Iguazu e Bom Jesus, também para os três anos pesquisados, o consumo mais expressivo foi na área rural, exceto para Vista Alegre do Prata, que no ano de 2010 teve seu maior consumo no comércio.

Vale ressaltar ainda que em Xanxerê o número mais expressivo foi no consumo de suprimento (128.766.380 MWh) no ano 2000, e na revenda (224.227.264 MWh) para o ano 2010. Para o ano de 2005, considera-se que não há dados suficientes para a análise.

Sobre o número de consumidores de energia elétrica nos municípios da AID vejamos as tabelas a seguir (Tabelas 6.4 55 6.4 56 e 6.4 57):



TABELA 6.4 55: CONSUMIDORES- 2000

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIA L	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENT O	REVENDA	TOTAL
Água Santa	54	8	-	330	43	17	-	-	-	452
Cotiporã	98	51	-	592	622	49	-	-	-	1.412
Erechim	3055	1.303	4	24.460	1.858	194	-	-	-	30.871
Montenegro	1372	409	3	14.412	1.103	100	-	-	-	17.399
São Domingos do Sul	54	32	-	323	104	22	-	-	-	535
São José do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vista Alegre do Prata	53	9	-	144	323	14	-	-	-	543
Coronel Vivida	530	-	109	3.873	1.918	-	-	-	-	-
Pato Branco	2.276	-	229	16.254	1.494	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	70	-	37	582	478	-	-	-	-	-
Bom Jesus	4	-	-	1	139	13	-	-	-	157
Xanxerê	2	-	-	-	25	-	1	1	-	29

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES

TABELA 6.4 56: CONSUMIDORES-2005

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIAL	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENTO	REVENDA	TOTAL
Água Santa	56	9	-	364	52	17	-	-	-	498
Cotiporã	104	57	-	691	646	28	-	-	-	1.526
Erechim	3529	1.354	1	28.257	1.246	187	-	-	-	34.577
Montenegro	1531	193	4	16.770	1.104	111	-	-	-	19.712
São Domingos do Sul	58	36	-	378	106	16	-	-	-	594
São José do Sul	33	10	-	148	434	13	-	-	-	638
Vista Alegre do Prata	53	12	-	157	352	22	-	-	-	596
Coronel Vivida	622	-	111	4.457	1.879	-	-	-	-	-
Pato Branco	2.677	-	310	18.923	1.510	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	78	-	40	747	567	-	-	-	-	-
Bom Jesus	2	-	-	-	161	14	-	-	-	177
Xanxerê	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES

TABELA 6.4 57: CONSUMIDORES- 2010

MUNICÍPIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	RESIDENCIAL	RURAL	SETOR PÚBLICO	CONSUMO PRÓPRIO	CONSUMO SUPRIMENTO	REVENDA	TOTAL
Água Santa	63	14	-	471	59	17	-	-	-	624
Cotiporã	116	34	-	821	660	31	-	-	-	1.662
Erechim	3.993	715	30	34.203	1.278	207	-	-	-	40.426
Montenegro	1.796	115	5	18.750	1.240	123	-	-	-	22.029
São Domingos do Sul	68	28	-	456	112	19	-	-	-	683
São José do Sul	41	7	-	183	528	26	-	-	-	785
Vista Alegre do Prata	58	11	-	251	372	26	-	-	-	718
Coronel Vivida	51	-	26	214	1.246	-	-	-	-	-
Pato Branco	3.273	-	409	24.192	1.516	-	-	-	-	-
Saudade do Iguaçu	85	-	51	1.066	604	-	-	-	-	-
*Bom Jesus	2	1	-	-	163	7	-	-	-	173
*Xanxerê	-	1	-	-	-	-	1	-	2	4

Fonte: SPG-SC/ FEEDADOS/IPARDES. \*Os dados de Bom Jesus e Xanxerê estão incompletos, não correspondendo à realidade do número de consumidores efetivos. Não foi possível localizar os dados corretos em outras fontes.





Através das Tabelas 6.4 55 6.4 56 e 6.4 57, observa-se que o maior número de consumidores encontra-se nas cidades de Erechim e Montenegro, para os três anos pesquisados.

Com relação ao número de consumidores residenciais, para o ano de 2000, as únicas cidades que não tiveram esse setor como o mais expressivo foram Cotiporã e Vista Alegre do Prata, as quais apresentaram um maior número de consumidores na área rural (respectivamente 622 e 323). Porém, para o ano de 2005, Vista Alegre do Prata e São José do Sul apresentaram maior índice de consumidores rurais do que residenciais, mantendo-se assim também em 2010. Outra cidade que também apresentou essa situação no ano de 2010 foi Coronel Vivida.

Quanto ao número de consumidores comerciais, os índices mais altos foram nas cidades de Erechim, Montenegro e Pato Branco, para os anos 2000, 2005 e 2010.

Já no setor industrial, as cidades com maior número de consumidores é Erechim, com os seguintes números para 2000, 2005 e 2010, respectivamente: 1.303, 1.354 e 715. Podemos ainda observar que entre 2000 e 2005, houve um pequeno aumento no número de consumidores, enquanto que entre 2005 e 2010, houve uma brusca queda nesse número (cerca de 52,8%).

#### *6.4.4.7 Comunicação e Informação*

##### *6.4.4.7.1 Serviços de Comunicação e Informação na Região Sul*

De uma maneira geral, a região sul tem sido considerada bem atendida pelos serviços de comunicação e informação. Contudo, há que se considerar as desigualdades intraregionais, observáveis, principalmente entre a estrutura dos pólos e centros urbanos e das cidades e povoados com pequeno número de habitantes.

Os meios de comunicação de mais acesso nas comunidades visitadas são os jornais locais e regionais; as emissoras de rádio e de televisão. Destaca-se que na zona rural, é mais comum a comunicação por meio de rádio e televisão.

Os principais problemas identificados na pesquisa campo estão ligados a falta de telefones públicos e inexistência de antenas de celulares no interior. Vale destacar que este problema não só ocorre na AID do presente empreendimento, mas constitui-se num problema de ordem geral para as zonas rurais.

As pessoas comentaram muito sobre as deficiências nesse sentido, pois ficam praticamente sem comunicação e isto é um problema pois dependem muito de deslocamento. Somado à precariedade do transporte coletivo um serviço de comunicação eficiente acaba por fazer muita falta para as famílias que residem na zona rural – com destaque para os pequenos municípios.

#### 6.4.4.7.2 Telefonia fixa

Na Tabela 6.4 58 observa-se a situação da telefonia fixa nos estados da Região Sul e nos municípios da AID. Percebe-se que o Paraná é o mais bem servido tanto de telefones públicos (60.301), quanto no número de telefones fixos instalados (2.774.757). Em segundo lugar está o Estado do Rio Grande do Sul, com 59.401 telefones de uso público e 2.643.981 de telefones fixos instalados. Logo em seguida, temos o Estado de Santa Catarina, com 34.810 telefones de uso público e 1.651.893 telefones fixos instalados.

TABELA 6.4 58: TELEFONIA FIXA- 2009/2010

LOCALIDADE	TELEFONIA DE USO PÚBLICO	ACESSO FIXO INSTALADO
<b>Paraná</b>	<b>60301</b>	<b>2774757</b>
Pato Branco	478	23517
Coronel Vivida	81	3953
Saudade do Iguaçu	17	559
<b>Santa Catarina</b>	<b>34810</b>	<b>1651893</b>
Xanxerê	211	10535
Bom Jesus	288	11
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>59401</b>	<b>2643981</b>
Erechim	584	28849
São Domingos do Sul	11	512
Vista Alegre do Prata	8	262
Cotiporã	17	826
Montenegro	316	14409
São José do Sul	2	104
Água Santa	12	511

Fonte: ANATEL, 2012.

#### 6.4.4.7.3 Telefonia móvel

Na Tabela 6.4 59 a seguir, encontra-se as empresas de telefonia móvel autorizadas a operar na AID:

TABELA 6.4 59: EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL AUTORIZADAS A OPERAR NA AID

LOCALIDADE	EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL AUTORIZADAS					
	CLARO	TIM	SERCOMTEL	VIVO	14 BRASIL	NEXTEL
<b>Paraná</b>	X	X	X	X	X	X
Pato Branco	X	X	X	X	X	
Coronel Vivida	X	X	X	X	X	
Saudade do Iguaçu		X				
<b>Santa Catarina</b>	X	X		X	X	X
Xanxerê	X	X	X	X	X	
*Bom Jesus						
<b>Rio Grande do Sul</b>	X	X	X	X	X	X
Erechim	X	X	X	X		
São Domingos do Sul				X	X	
Vista Alegre do Prata				X		
Cotiporã				X	X	
Montenegro	X	X	X	X	X	
São José do Sul				0,00	0,00	
<b>Água Santa</b>	<b>0,00</b>				<b>0,00</b>	

Fonte: ANATEL, 2012 \*Não foi possível obter dados para Bom Jesus

Os municípios Pato Branco, Erechim, Xanxerê, Coronel Vivida, Montenegro são os que possuem o maior número de operadoras atuando (Claro, Tim, 14 Brasil, Sercomtel). Saudade do Iguaçu possui o serviço apenas da Tim. Água Santa é atendida pela Claro e 14 Brasil.

#### 6.4.4.7.4 Internet

A seguir na Tabela 6.4 60, temos o número de acessos à internet:

TABELA 6.4 60: NÚMERO DE ACESSOS À INTERNET- FEVEREIRO- 2012

LOCALIDADE	NÚMERO DE ACESSOS À INTERNET
<b>Paraná</b>	<b>1319528</b>
Pato Branco	14325
Coronel Vivida	1464
Saudade do Iguaçu	95
<b>Santa Catarina</b>	<b>740890</b>
Xanxerê	3844
Bom Jesus	75
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1165421</b>
São Domingos do Sul	66
Bom Jesus	276
Vista Alegre do Prata	41
Cotiporã	88
Montenegro	6546
São José do Sul	2
Água Santa	36
Erechim	12069

Fonte: ANATEL, 2012.

Baseando-se na Tabela 6.4 60, o Paraná é o Estado com o maior número de acessos no período registrado (1.319.528), seguido por Rio Grande do Sul (1.165.421) e Santa Catarina (740.890).

Pato Branco é o município com o maior número de acessos à internet (14.325). São José do Sul se destaca pelo baixíssimo número de acessos (2).

#### 6.4.4.7.5 Radiodifusão e Mídia Impressa

Observa-se, a seguir na Tabela 6.4 61, os canais de radiodifusão e a mídia impressa na AID:

TABELA 6.4 61: CANAIS DE RADIODIFUSÃO E MÍDIA IMPRESSA

MUNICÍPIO	JORNAL LOCAL	EMISSORAS DE RÁDIO	CANAIS DE TELEVISÃO
Pato Branco (Paraná)	Diário do Sudoeste Diário do Povo Jornal de Pato Branco Correio do Campo	Rádio Cidade Rádio Difusora Elite FM Rádio Alternativa De Francisco Beltrão Rádio Itapuã Rádio Celinauta AM Rádio Movimento FM	RIC TV (Record) TV Tarobá (Band) TV Sudoeste (Rede TV!) RIT TV Naipi (SBT) RPC TV (Globo) Rede Vida *Itapuã-Canal 10 /a cabo
Coronel Vivida (Paraná)	Jornal do Povo	Rádio Vicente Palotti Rádio Voz do Sudoeste FM 90,9 MHz (Ainda não outorgado )	RTV - Canal 51 (Ainda não outorgado )
Xanxerê (Santa Catarina)	Folha do Alto Irani O diário de Xanxerê	Três FM (duas comerciais - 101 FM, Momento FM - e uma comunitária - Xanxerê FM) e duas AM (Rádio	TV afiliada a Rede Record de Televisão e mais 4 canais - estações retransmissoras - de emissoras que integram as principais redes de TV

MUNICÍPIO	JORNAL LOCAL	EMISSORAS DE RÁDIO	CANAIS DE TELEVISÃO
		Princesa e Difusora)	do Brasil
Bom Jesus (Santa Catarina)		FM 89,7 MHz (Ainda não outorgado)	
Montenegro (Rio Grande do Sul)	Jornal O Progresso Jornal Ibiá Jornal Hoje Jornal Fato Revista: Novo Expressão Revista: Evidência	Rádio Cultura do Vale Rádio América Rádio Viva 90,7 Rádio Editora Picos	TV Cultura do Vale
Saudade do Iguaçu (Paraná)		Rádio Santiago FM	
São Domingos do Sul (Rio Grande do Sul)		Rede colinas – Estúdio em Erechim transmitidos via Internet para as emissoras filiadas, afiliadas em São Domingos do Sul é 88,7.	
Vista Alegre do Prata (Rio Grande do Sul)			
Cotiporã (Rio Grande do Sul)			
São José do Sul (Rio Grande do Sul)			
Água Santa (Rio Grande do Sul)		FM 90,5 MHz (Ainda não outorgado)	TV Canal 47 (Ainda não outorgado)
Erechim (Rio Grande do Sul)	A Região O Esporte	M 94,9 MHz Radio Difusão Rio Grandense LTDA.	TV Canal 2 Televisão Alto Uruguai S/A

MUNICÍPIO	JORNAL LOCAL	EMISSORAS DE RÁDIO	CANAIS DE TELEVISÃO
	Boa Vista	FM 104,7 Mhz Sociedade Radio São José LTDA.	RTV Canal 10 RADIO E TV Portovisão LTDA
	Bom Dia	FM 106,5 MHz (Ainda não outorgado)	RTV Canal 13- Fundação Cultural Piratini radio e Televisão
	Diário da Manhã	OM 650 kHz Rádio Difusão Sul Rio Grandense LTDA.	RTV Canal 19- Televisão Cachoeira do Sul LTDA
		OM 1200 kHz Sociedade Rádio Sinuelo LTDA.	RTV Canal 22- Televisão independente de São José do Rio Preto LTDA
		OM 1590 kHz (Ainda não outorgado)	RTV Canal 25 -Fundação Fraternidad
			RTV Canal 31- Empresa Portoalegrense de Comunicação ILTDA
			TVD Canal 17 (Ainda não outorgado)
			TVD Canal 26(Ainda não outorgado)
			TVD Canal 33(Ainda não outorgado)
			TVD Canal 38 (Ainda não outorgado)
			TVD Canal 45 (Ainda não outorgado)



MUNICÍPIO	JORNAL LOCAL	EMISSORAS DE RÁDIO	CANAIS DE TELEVISÃO
			TVD Canal 53 (Ainda não outorgado)

#### 6.4.5 Organização Social

A organização social é uma forma pela qual as pessoas e comunidades se articulam com o objetivo de buscar melhorar suas condições de vida. Em muitos casos, a organização social é um indicativo de como que a sociedade se prepara para enfrentar problemas com relação a equipamentos e recursos sociais, trabalho e renda, necessários para sua manutenção e reprodução social.

Para o caso específico do empreendimento em tela, procurou-se identificar ao longo do traçado da linha todas as associações, cooperativas e demais instituições organizadas, com o objetivo de contextualizar as formas de organização social existentes nas regiões abrangidas. É importante ressaltar que todas propriedades que serão atingidas receberão tratamento individual pelo empreendedor, haja visto que as interferências serão determinadas pelo tamanho da propriedade e tipos de cultivos (uso e ocupação do solo), essencialmente. Além disso, as ações da obra e da operação da linha podem gerar impactos de magnitudes diferentes, exigindo por isso, tratamento caso a caso. Ademais, como o cadastro fundiário não está finalizado até o momento (pois consiste em condicionante da LAI), não há subsídio para avaliar de forma exata de que forma as comunidades serão atingidas. Com o cadastro das propriedades, seus usos e ocupações, bem como a previsão de implicações que cada uma poderá vir a sofrer, parte-se para o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Neste momento também se identificam e contatam os atores sociais locais, incentivando a sua participação na execução das medidas e programas propostos com o objetivo de mitigar os impactos resultantes da implantação da LT.

A pesquisa possibilitou identificar que as organizações mais comuns existentes na AID são aquelas voltadas aos setores produtivos, como cooperativas e associações. Também foi possível verificar a existência de associações comunitárias em comunidades rurais, aparecendo ações com relação à manutenção do acesso ao abastecimento de água e para viabilizar a construção de salões comunitários de uso comum em comunidades rurais. Além disso, no meio rural estão presentes as cooperativas de eletrificação rural, responsáveis pelo abastecimento de energia nas comunidades. Em todas as regiões de abrangência da pesquisa, foi possível identificar a existência de cooperativas agrícolas, cooperativas de eletrificação rural, associações de agricultores, associações de professores, funcionários públicos, associações comunitárias e associações comercial e industrial.

Nesse sentido, a pesquisa identificou organizações sociais voltadas à melhoria da atividade agrícola em que produtores rurais associam-se a Cooperativas e Sindicatos para buscar fortificação para fazer frente as dificuldades infraestruturais e mercadológicas do setor. Os sindicatos de produtores e trabalhadores rurais estão presentes em todas as regiões pesquisadas, sendo que o objetivo principal é orientar os produtores com relação à aposentadoria, fornecer alguma assistência como alguns convênios para atendimento de saúde, enfim, constitui-se na instância em que os produtores podem estar se organizando para obtenção de projetos que tragam melhoria para a propriedade rural bem como sua família. Os sindicatos têm promovido espaço de capacitação, através dos encontros, seminários, palestras, oficinas e cursos, ampliando as possibilidades de desenvolvimento. Essas organizações também possibilitam a colocação de produtos em feiras, melhorando a divulgação dos produtos artesanais, resultando na agregação de valor e crescimento socioeconômico.

A região compreendida pelo trecho do Paraná é caracterizada pela produção pecuária e agrícola, destacando-se a presença de associações e cooperativas que estão voltadas ao fornecimento de silos para armazenagem do produto, permitindo que o produtor consiga negociar seu produto quando necessitar. Em Pato Branco,

---

por exemplo, destaca-se a presença de cooperativas e associações voltadas a melhoria da atividade agrícola e pecuária, como a Cooperativa Agricultura Familiar, a Cooperativa de Produtores de Leite e a Cooperativa de Ovinos e Caprinos.

Em Santa Catarina, destaca-se a Cooperalfa, localizada em Xanxerê, que industrializa parte da produção agrícola, oriunda dos associados, produzindo farelos, soja desativada, rações prontas e sementes, que retornam às propriedades rurais para alimentação das criações, gerando melhores resultados e renda ao agricultor. Esta cooperativa nasce com a união de pequenos e médios produtores rurais que fundaram sociedades cooperativistas e viabilizaram a construção de silos e armazéns. A organização dos produtos possibilitou o fortalecimento da produção, pela aquisição de caminhões destinados ao escoamento da produção da região, possibilitando fazer frente a competitividade do setor.

Na região em que insere-se Água Santa, é notável a produção de soja, trigo e aveia, o que exige uma grande estrutura para armazenamento desses grãos. Para atender essa demanda, destaca-se a atuação das cooperativas voltadas ao suporte de armazenagem e comercialização, melhorando as condições para o produtor rural. Dentre algumas cooperativas de atuação regional estão a Cooperativa Tritícola de Passo Fundo (Coopasso), a Cooperativa Tritícola Erechim Ltda. (COTREL) e a Cooperativa Agrícola Tapejara (COOTAPEL). Esta região também registra importante produção de leite que é destinada à cooperativas responsáveis pelo seu recolhimento, processamento e comercialização, garantindo que o produtor tenha suporte para a comercialização do seu produto. Dentre as cooperativas de leite identificadas estão a Cooperativa Piá que recolhe o leite produzido na região, realizando o seu beneficiamento e comercialização.

Já na Serra Gaúcha, no município de Cotiporã, destaca-se a presença da Cooperativa de Sucos Monte Vêneto que possibilita agregar valor ao produtor pelo beneficiamento da uva para fabricação de suco. No ano passado, a cooperativa ingressou no processo de exportação do suco produzido à Venezuela, ampliando o seu mercado e abrindo mais possibilidades de desenvolvimento. A cooperativa

envolve um trabalho junto à Embrapa que visa estimular a pesquisa e divulgação de novas variedades de uvas, possibilitando inovar oferecendo novos produtos. Em parceria com a EMATER tem-se fomentado a divulgação das variedades, bem como práticas e manejo, às famílias de viticultores que hoje fornecem uvas ao projeto – atualmente são mais de 700 famílias produtoras.

O Vale dos Vinhedos, que situa-se na Serra Gaúcha e insere-se entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, constitui-se região geográfica de referência para a vitivinicultura no País. A atividade constitui-se no cultivo das vinhas e fabricação do vinho, que acabam por transformar a paisagem como forte atributo turístico para o desenvolvimento regional. A região reflete os costumes da cultura italiana, legado deixado pelos imigrantes chegados ao Brasil por volta de 1875 e que se consolidou como principal atividade econômica, assumida hoje pelos seus descendentes.

Nesse sentido, uma importante organização social constitui-se a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale) que reúne um número de 27 vinícolas associadas e 35 empreendimentos voltados ao fomento da atividade turística. Esses empreendimentos como hotéis, pousadas, restaurantes e queijarias, valorizam o roteiro do Vale oferecendo aos turistas variadas opções de estadia e alimentação, complementando os principais atrativos que são as vinícolas e os vinhedos. Destaca-se que a Aprovale possui o controle dos produtos protegidos pela Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos e a gestão desta marca, o que tem contribuído a consolidação do posicionamento do Vale dos Vinhedos no mercado.

A Cooperativa Vinícola Garibaldi constitui-se também noutra organização importante para o Vale, reunindo um número de 300 associados. O parque industrial da Cooperativa possibilita receber, estocar e beneficiar a safra de seus associados, contribuindo para o envolvimento de cerca de cinco mil pessoas, entre associados, funcionários e seus familiares.

A região onde se inserem os municípios de São José do Sul e Montenegro, é caracterizada pela produção de citricultura, com destaque para o cultivo de

---

bergamota. Por exemplo, a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus) possibilita uma melhor inserção e crescimento do produtor no mercado de produtos agroecológicos, por meio da comercialização da fruta in natura e sucos produzidos em agroindústria própria. A organização possibilita também agregar valor pela obtenção de certificação participativa de produtos agroecológicos, junto a Rede Eco Vida e ao Instituto Biodinâmico (IBD). Outra vantagem de ser associado é ter acesso à política do comércio justo, pela Certificação internacional fornecida pela Fairtrade Labelling Organizations International (FLO), a principal certificadora internacional de comércio justo.

Estão presentes também na região estudada, as Cooperativas voltadas para o crédito como a Sicredi, o Cresol e a Ascar, que reúnem associados de diferentes setores econômicos que buscam alternativas de crédito para investimentos. Essas cooperativas estão ampliando sua área de atuação, e nas regiões de produção agropecuária, atende a demanda dos produtores rurais tanto no que se refere ao custeio agrícola ou pecuário, quanto para aquisições de maquinários agrícolas.

No setor privado, destaca-se a presença de empresas no setor de energia elétrica nos municípios de Coronel Vivida (Força e Luz Coronel Vivida), Saudade do Iguaçu (Tractebel Energia S/A), Passo Fundo (RGE- Rio Grande Energia), Cotiporã (Pal Energy. Energia Solar LTDA).

Alguns órgãos públicos também possuem sede nos municípios da AID, conforme será demonstrado no Quadro 6.4.8 a seguir, onde estão listadas as principais organizações presentes na AID:

QUADRO 6.4.8: PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AID.

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	SETOR EMPRESARIAL	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Pato Branco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procuradoria da República</li> <li>• IBAMA</li> <li>• Ministério Público Federal</li> <li>• INCRA</li> <li>• COPEL- Companhia Paranaense de Energia</li> <li>• Polícia Rodoviária Federal</li> <li>• Polícia Rodoviária Estadual</li> <li>• PROCON</li> <li>• DEPATRAN (Departamento Municipal de Trânsito)</li> <li>• EMATER</li> <li>• Instituto Ambiental do Paraná (IAP)</li> <li>• IAPAR- Instituto Agrônômico do Paraná</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco</li> <li>• Sindicato Rural de Pato Branco</li> <li>• Sindicato do Comércio Varejista de Pato Branco</li> <li>• Associação Comercial e empresarial de Pato Branco.</li> <li>• Sociedade Rural de Pato Branco</li> <li>• Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Sudoeste do Paraná</li> <li>• Associação Comercial e Industrial de Pato Branco</li> <li>• Associação dos Artesãos</li> <li>• Cooperativa Agricultura Familiar</li> <li>• Cooperativa de Produtores de Leite</li> </ul>
Coronel Vivida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PROCON</li> <li>• Procuradoria de Justiça</li> <li>• Polícia Rodoviária Federal</li> <li>• EMATER</li> <li>• Instituto Ambiental do Paraná (IAP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Força e Luz Coronel Vivida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Comercial Empresarial de Coronel Vivida</li> <li>• Associação dos Criadores Rurais Coronel Vivida</li> <li>• Associação dos Feirantes de Coronel Vivida</li> <li>•</li> </ul>
Saudade do Iguaçu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EMATER</li> </ul>	Tractebel Energia S/A	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu</li> </ul>

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	SETOR EMPRESARIAL	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</li> </ul>
Bom Jesus			<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Comercial e Industrial de Agropecuária</li> </ul>
Xanxerê	<ul style="list-style-type: none"> <li>INSS</li> <li>Instituto da Previdência do Estado de Santa Catarina</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Acix- Associação Comercial e Agropecuária</li> <li>Sindicato da Indústria Metalúrgica Mecânica</li> <li>Sindicato dos Produtores Rurais</li> <li>Câmara dos Dirigentes Lojistas</li> <li>Cooperalfa</li> </ul>
São Domingos do Sul			<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato dos Trabalhadores rurais de São Domingos do Sul</li> <li>Associação dos Trabalhadores Rurais-Linha Terceira</li> <li>Sistema de Cooperativas de Crédito Rural (CRESOL)</li> <li>Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)</li> </ul>
Vista Alegre do Prata	EMATER		<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata e Vista Alegre</li> <li>Associação dos Agricultores do Condomínio Rural São Liberal</li> <li>Sistema de Cooperativas de Crédito Rural (CRESOL)</li> </ul>
Cotiporã	<ul style="list-style-type: none"> <li>CORSAN- Companhia Rio-Grandense de Saneamento</li> <li>EMATER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pal Energy. Energia Solar LTDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotiporã</li> <li>Associação do Citricultores de Cotiporã</li> <li>Associação de Fruticultores Irmão Pitol</li> <li>Associação do Poço Artesiano Água Viva</li> <li>Cooperativa de Sucos</li> </ul>

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	SETOR EMPRESARIAL	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
			Monte Vêneto <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)</li> <li>• Sistema de Cooperativas de Crédito Rural (CRESOL)</li> </ul>
Montenegro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INSS</li> <li>• Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus)</li> <li>• Associação Comercial Industrial de Montenegro</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montenegro</li> <li>• Sindicato Rural de Montenegro</li> <li>• Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)</li> </ul>
São José do Sul			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Sul</li> <li>• Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus)</li> </ul>
Água Santa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EMATER</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Indígena Carreteiro de Água Santa</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Santa</li> <li>• Cooperativa Agrícola Água Santa</li> </ul>
Erechim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IBGE</li> <li>• IPE- Instituto de Previdência do Estado</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais</li> <li>• SUTRAF- Sindicato dos Trabalhadores da agricultura Familiar</li> <li>• Associação dos Avicultores da Região do Alto Uruguai</li> <li>• ARCAN- Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza</li> <li>• Sindicato do Comércio Varejista de Erechim</li> </ul>



MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	SETOR EMPRESARIAL	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato Rural de Erechim</li> <li>Associação Comercial e Industrial Erechim</li> </ul>

No Rio Grande do Sul merece destaque a atuação das mães que se unem e formar o Clube de Mães, presente em todos os municípios. São mães moradoras de bairros que se unem para desenvolver atividades diversas, como oficinas de artesanato, comidas típicas, chá das mães, dentre outras atividades realizadas pelos grupos. Por exemplo, o Clube de Mães Monte Vêneto de Cotiporã<sup>3</sup> tem por objetivo principal valorizar a mulher e proporcionar melhor qualidade de vida às suas associadas. Através de palestras, passeios, campanhas de solidariedade e os “chás”, oferecidos pelas patronesses, também conta com o apoio do departamento social e religioso.

Com relação à percepção social das lideranças sobre a implantação do empreendimento, seguem as mesmas preocupações abordadas pelas comunidades, em geral. Contemplar a percepção das lideranças na pesquisa possibilitou apreender as percepções numa perspectiva mais ampla, isto é, saber quais os problemas atuais enfrentados pelas comunidades no sentido de subsidiar uma avaliação mais qualitativa das possíveis implicações do empreendimento.

Os líderes também comentam sobre a incerteza com relação aos impactos que possam ocorrer, principalmente por que as pessoas não tem conhecimento sobre os possíveis impactos... “Moradores não conhecem...”, “Não sabe se traz problemas”... “É novidade”. Em algumas situações as pessoas também fazem a ligação entre a implantação do empreendimento e a possibilidade de aumento da tarifa de energia... “Se for para a energia ficar mais cara não favorável, se mantiver como está, favorável”.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.centraisuldejornais.com.br/IndexNoticia.asp?idNoticia=103441>>. Acesso em 20/07/2012.

A afirmativa de um líder ao ser feita a pergunta a respeito da possibilidade de prejuízos, responde: “Eu como leigo, acho que não, mas algum impacto, interferência na transmissão... não mudaria muito pois já tem abastecimento”. O entendimento que se tem é fundamentado nos problemas já existentes ao mesmo tempo que relacionam com a energia que já têm acesso.

Em geral, as percepções com relação à implantação do empreendimento são positivas, na medida em que para as lideranças significa sempre desenvolvimento que pode trazer empregos e geração de renda. Notadamente, há um entendimento comum de que empreendimentos como este trazem desenvolvimento, e conseqüentemente empregos, o que para as lideranças, assim como para as comunidades em geral, também é positivo. Ao se fazer a pergunta sobre se o empreendimento trará prejuízos, pelo contrário apresentam resposta positiva, se reportando à possibilidade de crescimento econômico de setores: “Sim a energia é coisa boa, pode ser bom para a indústria”.

#### **6.4.6 Aspectos Econômicos (AID)**

##### *6.4.6.1 O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da AID*

Nas análises macroeconômicas o Produto Interno Bruto (PIB) é um dos indicadores mais utilizados para mensurar a atividade econômica de uma região. O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (países, estados, municípios) durante um período determinado (mês, trimestre, ano).

Dividindo-se o valor do PIB pela população de uma região obtém-se o valor médio per capita. Convém ressaltar, que o valor do PIB per capita, entretanto, não reflete as desigualdades encontradas entre as distintas classes sociais.

Na Tabela 6.4 62 a seguir encontram-se os valores do PIB de cada município da AID para os anos de 2000, 2005 e 2009:

TABELA 6.4 62: PIB DOS MUNICÍPIOS DA AID

MUNICÍPIO	2000 (mil reais)	2005 (mil reais)	2009 (mil reais)
Coronel Vivida	107238	172796	276980
Pato Branco	400554	853915	1345455
Saudade do Iguaçu	13447	25947	326672
Xanxerê	293331	592879	916734
Bom Jesus	9851	25006	58548
São Domingos do Sul	13561	21230	37326
Vista Alegre do Prata	7659	12695	25531
Cotiporã	19618	41897	91604
Montenegro	497204	1051971	1456599
São José do Sul	-	15903	25434
Água Santa	23956	32114	79702
Erechim	777047	1303490	2099846

Fonte: IBGE, 2012

Observando-se a tabela acima notamos que o município da AID com o maior PIB em 2009 é Erechim (2.099.846 mil reais), seguido por Montenegro (1.456.599 mil reais) e Pato Branco (1.345.455 mil reais). São José do Sul é o município com o PIB mais baixo (25.434 mil reais).

Ao verificarmos as informações da série histórica que fornece o PIB de 2000, 2005 e 2009 constatamos que houve um aumento do PIB em todos os municípios da AID ao longo desses anos.

Em Coronel Vivida houve um aumento de cerca de 158,3%, Saudade do Iguaçu, 2329,32%; Pato Branco, 235,89%; Xanxerê, 212,52%; Bom Jesus, 494,33%; São Domingos do Sul, 175,24%; Vista Alegre do Prata, 233,34%; Cotiporã, 366,93%; Montenegro, 192,95%; São José do sul, 59, 93%; Água Santa, 232,7%; Erechim, 170,23%, em relação ao ano de 2005, já que para 2000 o IBGE não dispunha de dados.

Se investigarmos a razão da elevação do PIB de Saudade do Iguaçu (2329,32%) e Bom Jesus (494,33%), municípios da AID que apresentaram as maiores taxas, chegamos às seguintes conclusões:

- a) O setor secundário de Saudade do Iguaçu foi o que apresentou a maior elevação, se compararmos os anos de 2000, 2005 e 2009. Em 2000, a indústria gerava o valor de 1.219 mil reais e em 2009 passou a gerar o valor de 288.385 mil reais, um aumento realmente expressivo, que teve um forte impacto na composição do PIB deste último ano.
- b) Em Bom Jesus, se analisarmos os valores gerados pelos três setores da economia, percebe-se que o setor de serviços apresentou uma grande elevação: em 2000 gerava 3.944 mil reais, em 2005, 12.087 mil reais e em 2009, 26.634 mil reais. Identifica-se também um aumento expressivo que teve impacto no PIB de 2009, elevando-o consideravelmente.

#### 6.4.6.1.1 Saudade do Iguaçu

Em Saudade do Iguaçu, apesar de não ser maioria no número de estabelecimentos da cidade, a indústria tem um peso predominante na formação do PIB municipal, representando o valor de 288.385 mil reais (88%). O setor de serviços gera 23.176 mil reais e a agropecuária, 13.595 mil reais, (4%) conforme pode-se verificar na Figura 6.4.41.

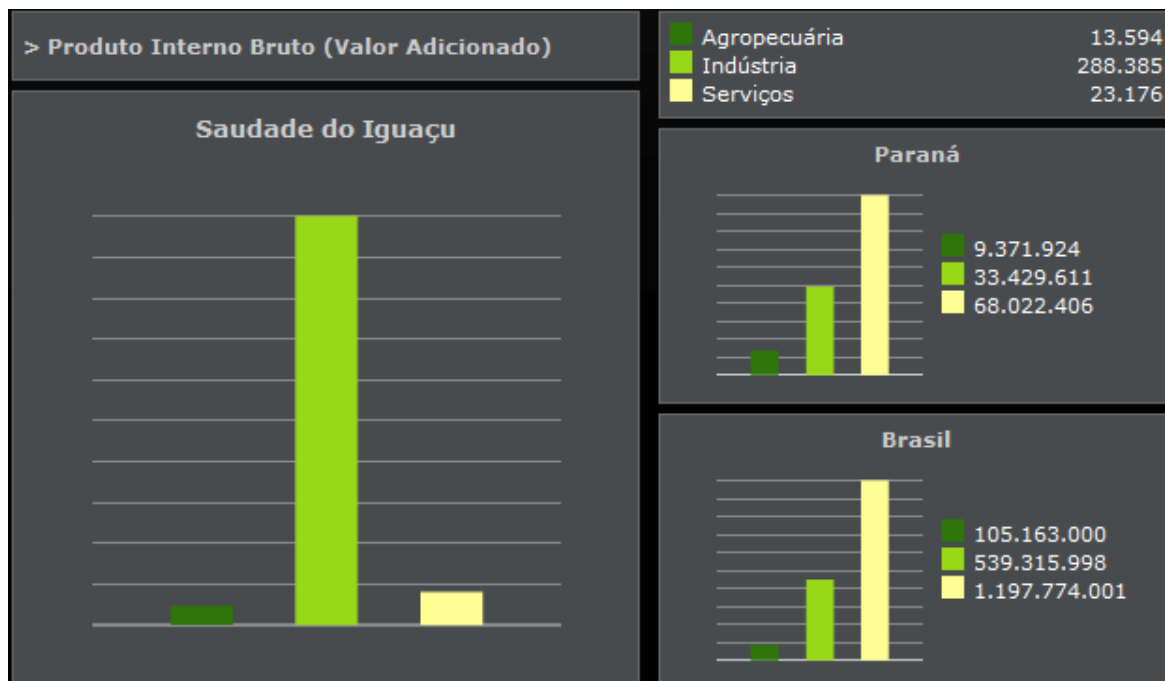


Figura 6.4.41: PIB de Saudade do Iguaçu.

Fonte: IBGE, 2012

Na Tabela 6.4 63, a seguir, encontramos descritos os ramos das atividades econômicas existentes no município, bem como o número de estabelecimentos. Observa-se que o maior número de estabelecimentos em Saudade do Iguaçu refere-se ao comércio varejista (37) e à construção civil (15).

Podemos perceber que apesar do grande número de estabelecimentos nesses dois setores, eles não são os responsáveis pelo maior incremento do PIB.

TABELA 6.4 63: ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SAUDADE DO IGUAÇU

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS
Indústria metalúrgica	1
Indústria mecânica	1
Indústria da madeira e do mobiliário	3
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	4
Serviços industriais de utilidade pública	2
Construção civil	15
Comércio varejista	37
Comércio atacadista	2
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	1
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. econ.	7
Transporte e comunicações	6
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2
Ensino	1
Administração pública direta e indireta	2
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	7

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012

De acordo com as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas em Saudade do Iguaçu encontramos os seguintes números que ajudam a ter uma visão geral sobre a economia do município (Tabela 6.4 64).

TABELA 6.4 64: EMPREGO E RENDA EM SAUDADE DO IGUAÇU

Pessoal ocupado total	1.359 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	1.125 pessoas
População Economicamente Ativa	2849 pessoas
População desocupada	1490 pessoas
Taxa de desocupação	52,3%
Salários e outras remunerações	18.157 mil reais
Salário médio mensal	2,5 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

De acordo com dados do IBGE, a população ocupada assalariada recebe em média 2,5 salários mínimos por mês e cerca de 52,3% da população encontra-se desocupada.

No setor primário, Saudade do Iguaçu possui 311 estabelecimentos de atividade pecuária, o que representa 69,4% do número de total de estabelecimentos. 134 estabelecimentos de lavoura temporária obtiveram receita no ano de 2006, cerca de 40% do total de estabelecimentos, conforme a Tabela 6.4 65.

TABELA 6.4 65: ATIVIDADES ECONÔMICAS NO SETOR PRIMÁRIO- SAUDADE DO IGUAÇU

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO 2006
Lavoura temporária	134
Horticultura e floricultura	3
Lavoura permanente	-0
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	311

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO 2006
Produção florestal - florestas plantadas	-0
Produção florestal - florestas nativas	-0
Pesca	-0
Aquicultura	-0
<b>Total</b>	<b>448</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

#### 6.4.6.1.2 Pato Branco

Em Pato Branco, o setor de serviços é o que se destaca, gerando o valor de 853.055 mil reais na composição do PIB, como se pode observar na Figura 6.4.42.

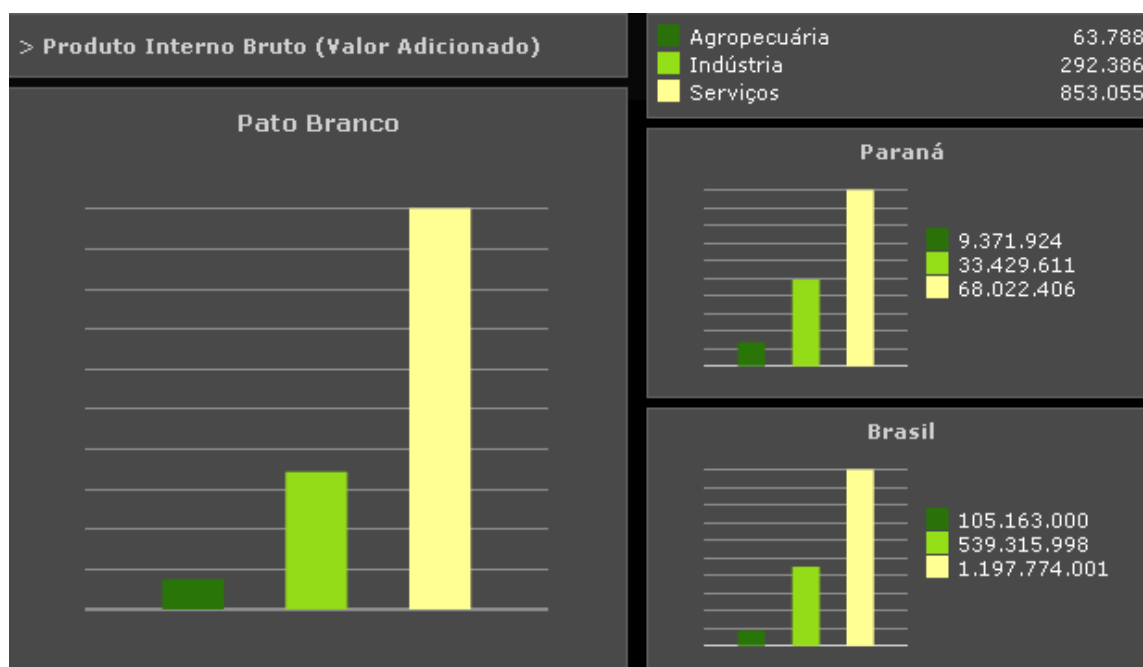


Figura 6.4.42: PIB de Pato Branco.

Fonte: IBGE, 2012



Percebe-se que o setor terciário representa cerca de 63% do PIB. O setor secundário contribui para o PIB de Pato Branco com o valor 292.386 mil reais ( 21,7%) e o setor primário, gera o total de 63.788 mil reais (4,7%).

A seguir, verifica-se a Tabela 6.4 66 com o número de empresas existentes em Pato Branco.

TABELA 6.4 66: NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES EM PATO BRANCO- 2010.

<b>EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES</b>	<b>NÚMERO DE UNIDADES LOCAIS</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	17
Indústrias extrativas	1
Indústrias de transformação	363
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	16
Construção	162
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1640
Transporte, armazenagem e correio	206
Alojamento e alimentação	206
Informação e comunicação	77
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	48
Atividades imobiliárias	32
Atividades profissionais, científicas e técnicas	164
Atividades administrativas e serviços complementares	230
Administração pública, defesa e seguridade social	3
Educação	71
Saúde humana e serviços sociais	173
Artes, cultura, esporte e recreação	56
<b>Outras atividades de serviços</b>	<b>249</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012

Percebe-se que o segmento do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas possui o maior número de estabelecimentos no município: 1640 (cerca de 44%) do total.

De acordo com os números levantados pelo Cadastro Central de Empresas, em 2010, em Pato Branco encontramos ao todo 3.963 unidades locais, empregando 27.924 pessoas, conforme se pode observar na Tabela 6.4 67 a seguir:

TABELA 6.4 67: EMPREGO E RENDA EM PATO BRANCO

Pessoal ocupado total	27.924 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	23.122 pessoas
População Economicamente Ativa	39966 pessoas
População desocupada	12042 pessoas
Taxa de desocupação	30,13%
Salários e outras remunerações	329.965 mil reais
Salário médio mensal	2,2 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Entre a população assalariada, a média salarial por mês é de 2,2 salários mínimos, sendo que cerca de 70% da população encontra-se ocupada.

No setor primário de Pato Branco verifica-se a seguinte composição (Tabela 6.4 68):

TABELA 6.4 68: ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO EM PATO BRANCO

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO-2006
Lavoura temporária	604
Horticultura e floricultura	29
Lavoura permanente	8
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	10
Pecuária e criação de outros animais	309
Produção florestal - florestas plantadas	5
Produção florestal - florestas nativas	-0

<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO-2006</b>
Pesca	-0
Aquicultura	3
<b>Total</b>	<b>968</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Observa-se que a atividade econômica no setor primário que teve o maior número de estabelecimentos obtendo receitas em 2006 foi a lavoura temporária: 604 (cerca de 62%). A atividade pecuária e a criação de outros animais trouxe receita para 309 estabelecimentos (quase 32%) do número total de estabelecimentos.

#### 6.4.6.1.3 Coronel Vivida

Em Coronel Vivida o setor terciário representa 58,54% do PIB municipal (162.147 mil reais). Já os setores primário e secundário compõem o PIB com os respectivos valores: 61.314 mil reais (cerca de 22%) e 31.505 mil reais (pouco mais de 11%).

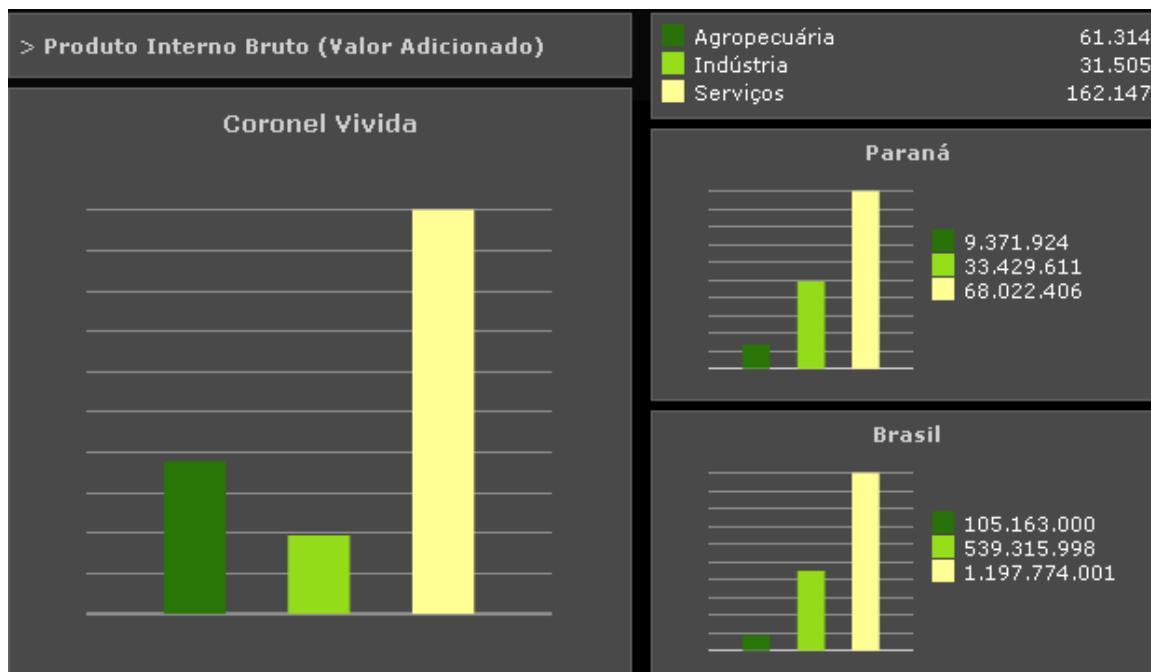


Figura 6.4.43: PIB de Coronel Vivida

Fonte: IBGE, 2012

A seguir temos a Tabela 6.4 69 com o número de estabelecimentos e as atividades econômicas desenvolvidas em Coronel Vivida:

TABELA 6.4 69: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS EM CORONEL VIVIDA

ATIVIDADES ECONÔMICAS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS
Indústria de extração de minerais	2
Indústria de produtos minerais não metálicos	1
Indústria metalúrgica	8
Indústria mecânica	2
Indústria de materiais de transporte	2
Indústria da madeira e do mobiliário	21
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	5
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	9

ATIVIDADES ECONÔMICAS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS
Indústria química, rod.farmac., eterin., perf., sabões, velas e mat.plást	2
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	9
Indústria de calçados	1
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	8
Serviços industriais de utilidade pública	10
Construção civil	25
Comércio varejista	227
Comércio atacadista	23
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	7
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv.téc.n.profis., aux.ativ.econ.	30
Transporte e comunicações	23
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	41
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	12
Ensino	12
Administração pública direta e indireta	5
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	80

Fonte: RAIS- Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas em Coronel Vivida destaca-se o comércio varejista, com 227 estabelecimentos, seguida pela atividade agropecuária, com cerca de 80 estabelecimentos.

Através das estatísticas do Cadastro Central de Empresas, de 2010, é possível se obter os números referentes à empregabilidade e salários em Coronel Vivida, como se observa na Tabela 6.4 70.

TABELA 6.4 70: EMPREGO E RENDA EM CORONEL VIVIDA

Pessoal ocupado total	4.222 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	3.122 pessoas
População Economicamente Ativa	12.440 pessoas
População desocupada	8218 pessoas
Taxa de desocupação	66%
Salários e outras remunerações	40.073 mil reais
Salário médio mensal	2 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Podemos notar que existe um alto índice de pessoal desocupado na cidade (66%), e entre a população ocupada assalariada a renda média mensal é de 2 salários mínimos.

No setor primário, em Coronel Vivida, 847 estabelecimentos de lavoura temporária e 669 de pecuária e criação de outros animais obtiveram receita em 2006. No total de 1541 estabelecimentos, a lavoura temporária representou quase 55% e a pecuária e criação de outros animais, 43,41%. A seguir, pode-se verificar as principais atividades econômicas e o número de estabelecimentos no setor primário de Coronel Vivida (Tabela 6.4 71).

TABELA 6.4 71: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO SETOR PRIMÁRIO EM CORONEL VIVIDA

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA-2006
Lavoura temporária	847
Horticultura e floricultura	16
Lavoura permanente	4
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	669
Produção florestal - florestas plantadas	3

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA-2006
Produção florestal - florestas nativas	1
Pesca	-0
Aquicultura	1
<b>Total</b>	<b>1541</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

#### 6.4.6.1.4 Bom Jesus

O PIB de Bom Jesus, estimado em 58.548 mil reais é composto da seguinte forma pelos três setores da economia:

- Setor primário - 14.171 mil reais (24,20%)
- Setor secundário - 13.902 mil reais (23,74%)
- Setor terciário - 26.634 mil reais (45,49%)

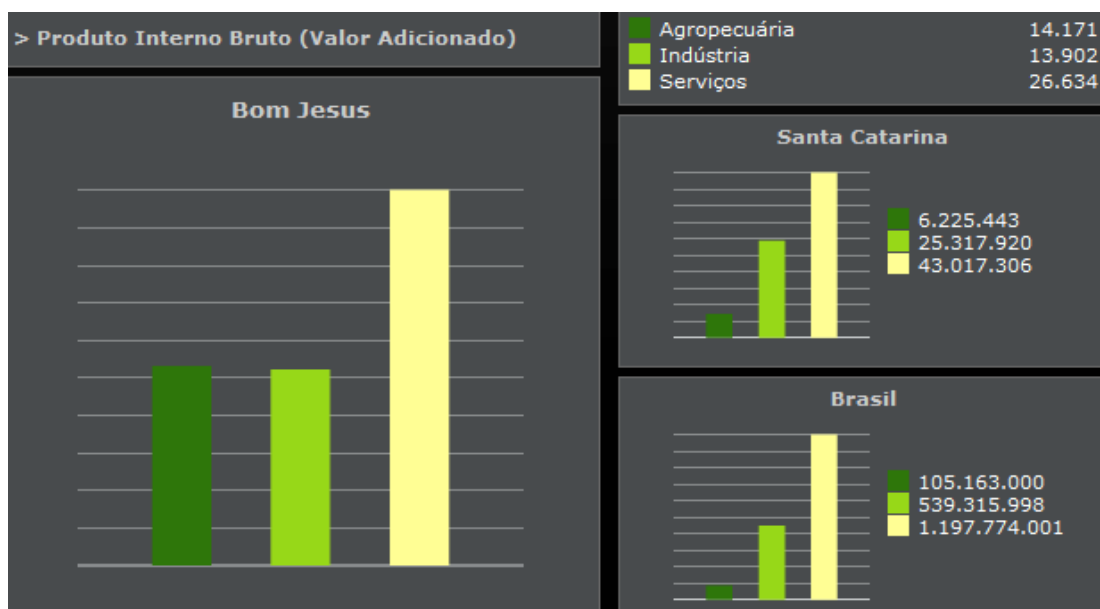


Figura 6.4.44: PIB de Bom Jesus

Fonte: IBGE, 2012

As principais atividades econômicas em Bom Jesus estão abaixo relacionadas:

- a) Indústria extrativa- 1 unidade
- b) Indústria de extração- 9 unidades locais, empregando 20 pessoas
- c) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos- 45 unidades locais, empregando 89 pessoas

Destaca-se a importância das atividades do setor terciário na economia da cidade.

Segundo o Cadastro Central de Empresas, em 2010 Bom Jesus apresentou os seguintes números (Tabela 6.4 72):

TABELA 6.4 72: EMPREGO E RENDA EM BOM JESUS

Pessoal ocupado total	428 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	370 pessoas
População Economicamente Ativa	727 pessoas
População desocupada	299 pessoas
Taxa de desocupação	41,13%
Salários e outras remunerações	5.120 mil reais
Salário médio mensal	1,9 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Observa-se que quase 60% da população encontra-se ocupada, sendo que a parte assalariada tem uma renda mensal média de 1,9 salários mínimos.

No setor primário observa-se a predominância das seguintes atividades apresentadas na Tabela 6.4 73.



TABELA 6.4 73: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO SETOR PRIMÁRIO- BOM JESUS

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	95
Horticultura e floricultura	1
Lavoura permanente	1
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	53
Produção florestal - florestas plantadas	-0
Produção florestal - florestas nativas	-0
Pesca	-0
Aquicultura	1
<b>Total</b>	<b>151</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Percebe-se que a lavoura temporária é a atividade com o maior número de estabelecimentos com rendimentos (95). A pecuária e criação de outros animais ocupa o segundo lugar neste ranking, com 53 estabelecimentos.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, as principais culturas econômicas de Bom Jesus são o milho, soja, fumo, trigo e feijão. A fruticultura é incipiente, mas está representada principalmente por pomares de laranjas e videiras.

A pecuária caracteriza-se pela produção leiteira, explorada por um grande número de propriedades em pequena escala de produção, e pela produção de gado de corte em sistema extensivo, sendo que ambas encontram-se em expansão.

A produção de suínos e aves de corte é praticamente toda sob o sistema de parceria integrada com agroindústrias da região.

A armazenagem da produção agrícola é depositada em cooperativas e empresas privadas.

A produção de suínos e aves é escoada para os centros onde se localizam as unidades de processamento, principalmente Chapecó e Seara.

A piscicultura e a apicultura são desenvolvidas em pequena escala com vendas para o comércio local.

O potencial agrícola chega a se destacar na economia local, apesar de enfrentar algumas dificuldades devido as recentes estiagens que vem acontecendo, o município ainda consegue se manter com a agricultura em alta.

O setor pecuário de Bom Jesus conta com os segmentos de: bovinocultura de leite e de corte, suinocultura e avicultura.

#### 6.4.6.1.5 Xanxerê

O PIB de Xanxerê é de 822.252 mil reais, sendo que o setor terciário contribui com a fatia mais representativa, 487.127 mil reais (cerca de 59%). O setor secundário vem logo a seguir, com o valor de 277.177 mil reais (cerca de 33%). O setor primário é o que tem o menor no peso na composição do PIB de Xanxerê, 57.948 mil reais (pouco mais de 7%), como se pode observar na Figura 6.4.45:

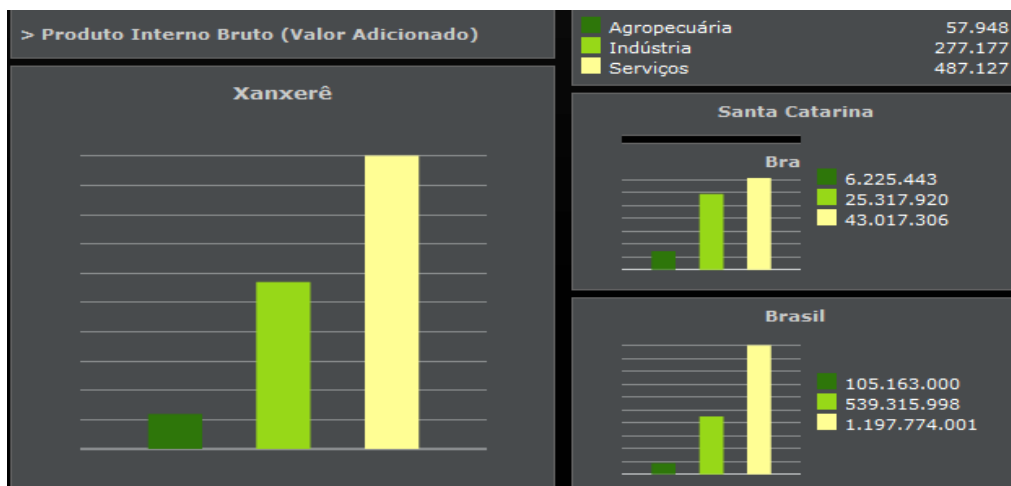


Figura 6.4.45: PIB de Xanxerê.

Fonte: IBGE, 2012.

Em Xanxerê, segundo dados de 2004, podemos destacar as seguintes atividades econômicas:

- a) Indústria extrativa: 2 unidades locais
- b) Indústria de transformação: 306 unidades locais, empregando 3033 pessoas.
- c) Construção: 87 unidades locais, com 476 pessoas ocupadas
- d) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 1283 unidades, empregando 3306 pessoas
- e) Transportes, armazenagem, comunicações: 237 unidades locais, com 620 pessoas ocupadas
- f) Atividades imobiliárias: 320 unidades, com 465 pessoas empregadas.
- g) Administração pública, defesa e seguridade social: 6 unidades, empregando 885 pessoas.

Segundo informações do Cadastro Central de Empresas, com dados de 2010, pode-se levantar os seguintes números (Tabela 6.4 74):

TABELA 6.4 74: EMPREGO E RENDA EM XANXERÊ.

Pessoal ocupado total	14.520 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	12.371 pessoas
População Economicamente Ativa	19.630 pessoas
População desocupada	5110 pessoas
Taxa de desocupação	26%
Salários e outras remunerações	186.791 mil reais
Salário médio mensal	2,3 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

O total de pessoas ocupadas representa um pouco mais de 70% da população, sendo que o pessoal assalariado tem uma renda média de 2,3 salários mínimos.

O setor primário em Xanxerê se distribui através das seguintes atividades, observadas na Tabela 6.4 75:

TABELA 6.4 75: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM XANXERÊ

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA-2006
Lavoura temporária	304
Horticultura e floricultura	14
Lavoura permanente	6
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2
Pecuária e criação de outros animais	236
Produção florestal - florestas plantadas	16
Produção florestal - florestas nativas	1
Pesca	-0
Aquicultura	1
<b>Total</b>	<b>580</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Verifica-se que 304 estabelecimentos que obtiveram receita são da lavoura temporária, cerca de 52,5% do total. Os estabelecimentos do segmento da pecuária e criação de outros animais fechavam no número de 236, quase 41% do total de estabelecimentos.

#### 6.4.6.1.6 Água Santa

Na composição do PIB de Água Santa, com o valor de 74.387 mil reais, os três setores da economia participam da seguinte forma:

- a) Setor primário: 25.809 mil reais (aproximadamente 34,7%)
- b) Setor secundário: 5.656 mil reais (aproximadamente 7,6%)
- c) Setor terciário: 42.922 mil reais (cerca de 57,7%)

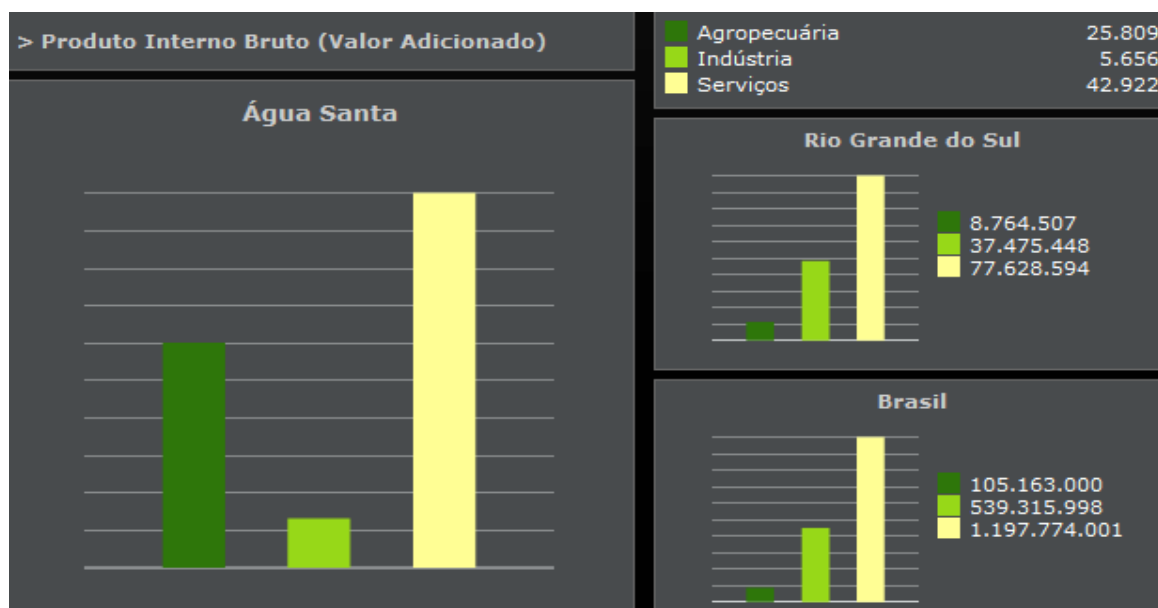


Figura 6.4.46: PIB de Água Santa

Fonte: IBGE, 2012

No que se refere aos estabelecimentos de atividades econômicas em Água Santa temos os principais números em 2004:

- a) Indústria extrativa: 2 unidades
- b) Indústria de transformação: 14 unidades, empregando 41 pessoas.
- c) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 85 unidades, empregando 117 pessoas.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas, em 2010, Água Santa contava com os seguintes números, relativos ao universo do trabalho e renda no município (Tabela 6.4 76):

TABELA 6.4 76: EMPREGO E RENDA EM ÁGUA SANTA

Pessoal ocupado total	592 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	433 pessoas
População Economicamente Ativa	2388 pessoas
População desocupada	1796 pessoas
Taxa de desocupação	75,21%
Salários e outras remunerações	7.130 mil reais
Salário médio mensal	2,4 salários mínimos

Fonte: Cadastro Central de Empresas- IBGE

De acordo com os dados anteriores, percebemos uma alta taxa de desocupação (75,21%) na cidade. Já a população assalariada tem renda média mensal de 2,4 salários mínimos.

No setor primário de Água Santa, verifica-se que, dentre as atividades agrícolas mais relevantes destacam-se a soja e o milho, culturas tradicionalmente cultivadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul. A cultura da soja se faz presente em cerca de 71% das propriedades, enquanto a cultura do trigo é produzida em 19% das propriedades.

Destacam-se a avicultura, a produção de leite, a suinocultura e a bovinocultura, cujos produtos são destinados para as indústrias de municípios vizinhos, como Passo Fundo, Erechim, Tapejara, entre outros.

A maior parte da área rural do município de Água Santa enquadra-se nas características de unidades de produção familiares. Em um universo de 797 estabelecimentos localizados na área rural, 674 foram classificados como familiares, representando 85% do universo de unidades pertencentes à área rural do município (Censo Agropecuário, 2006).

As máquinas e os implementos existentes nos estabelecimentos do município de Água Santa são utilizados, sobretudo, para a produção de cultivos de lavoura, denotando novamente um viés produtivo relacionado a culturas de verão e, em menor escala, a cultivos de inverno.

A seguir serão identificadas as principais atividades econômicas do setor primário no município de Água Santa (Tabela 6.4 77):

TABELA 6.4 77: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM ÁGUA SANTA

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	475
Horticultura e floricultura	8
Lavoura permanente	3
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	243
Produção florestal - florestas plantadas	7
Produção florestal - florestas nativas	1
Pesca	-0
Aquicultura	-0
<b>Total</b>	<b>737</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Considerando-se o quantitativo de estabelecimentos agrícolas, verifica-se que a lavoura temporária apresenta os maiores números: 475 (quase 64,5%). A pecuária e criação de outros animais também apresenta quantidades representativas no total de estabelecimentos que obtiveram receitas: 243 (cerca de 33%).

### 6.4.6.1.7 Vista Alegre do Prata

Em Vista Alegre do Prata o setor primário possui um grande peso na composição do PIB: aproximadamente 53,7%. Do valor total do PIB do município (25.531 mil reais), o setor secundário participa com 1.302 mil reais (cerca de 5%) e o setor terciário, com 9.780 mil reais (cerca de 38,4%).

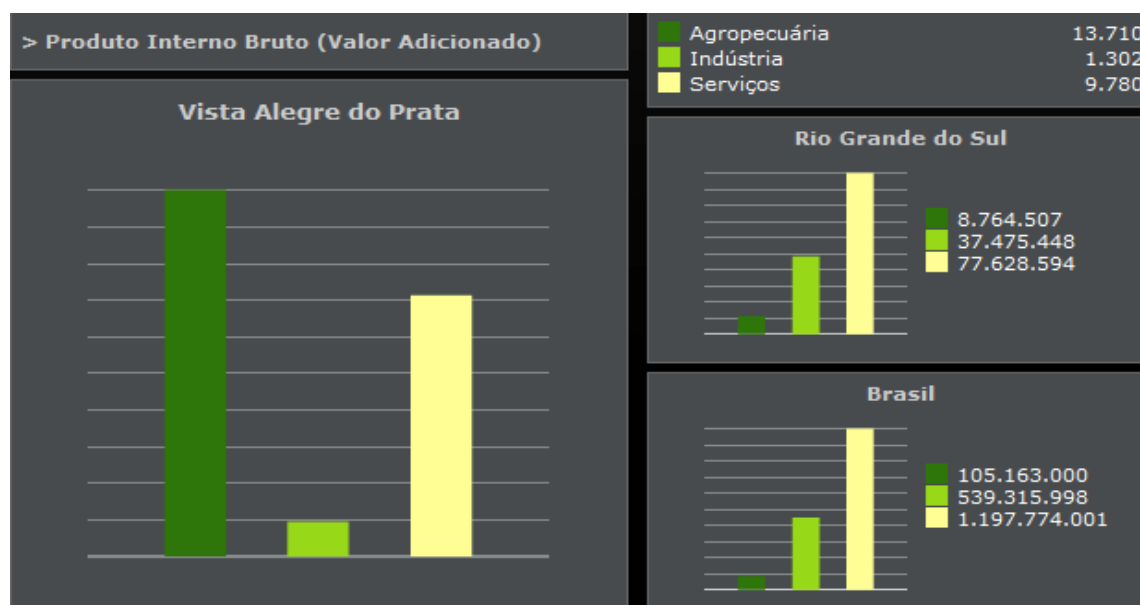


Figura 6.4.47: PIB de Vista Alegre do Prata

Fonte: IBGE, 2012

Em Vista Alegre do Prata, os estabelecimentos com o maior número de unidades locais em 2004 eram os seguintes:

- a) Indústrias de transformação: 18 unidades locais, empregando 48 pessoas.
- b) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 32 unidades, empregando 55 pessoas.

Segundo os dados do Cadastro Central de Empresas, em 2010, podíamos encontrar em Vista Alegre do Prata (Tabela 6.4 78):



TABELA 6.4 78: EMPREGO E RENDA EM VISTA ALEGRE DO PRATA

Pessoal ocupado total	299 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	186 pessoas
População Economicamente Ativa	1098 pessoas
População desocupada	799 pessoas
Taxa de desocupação	72,77%
Salários e outras remunerações	3.052 mil reais
Salário médio mensal	2,6 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Nota-se a existência de uma taxa de desocupação acima de 70%, enquanto a população ocupada assalariada tem como rendimento médio mensal 2,6 salários mínimos.

No setor primário observa-se a seguinte distribuição de estabelecimentos agropecuários em Vista Alegre do Prata, de acordo com a Tabela 6.4 79.

TABELA 6.4 79: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM VISTA ALEGRE DO PRATA

ATIVIDADES ECONÔMICAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	103
Horticultura e floricultura	18
Lavoura permanente	4
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	0
Pecuária e criação de outros animais	191
Produção florestal - florestas plantadas	8
Produção florestal - florestas nativas	2
Pesca	0
Aquicultura	0
<b>Total</b>	<b>326</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Verifica-se que em Vista Alegre do Prata o maior número de estabelecimentos está relacionados à pecuária e criação de outros animais: 191 (58,6% do total). O segundo lugar é ocupado pela lavoura temporária, com 103 estabelecimentos (31,6% do total de estabelecimentos).

#### 6.4.6.1.8 São José do Sul

O PIB de São José do Sul, que totaliza 25.434 mil reais é composto da seguinte forma:

- a) Setor primário: 9.927 mil reais (cerca de 39%)
- b) Setor secundário: 3.152 mil reais (aproximadamente 12,4%)
- c) Setor terciário: 11.425 mil reais (cerca 44,9%)

A Figura 6.4.48 evidencia a formação do PIB de São José do Sul:

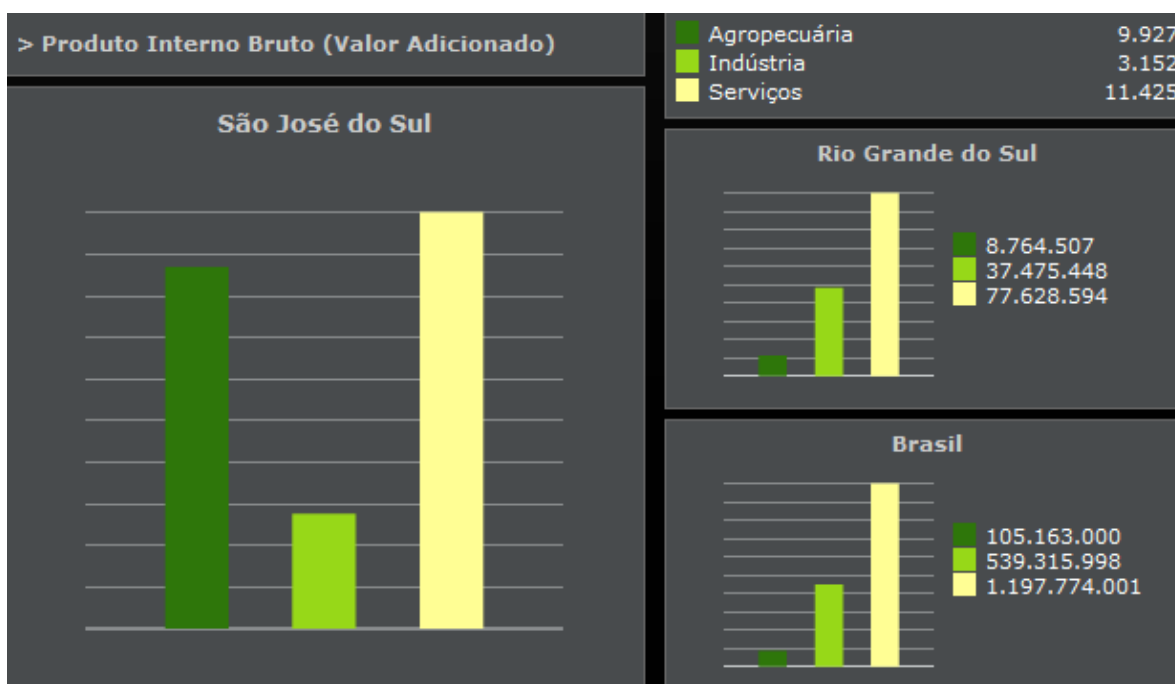


Figura 6.4.48: PIB de São José do Sul

Fonte: IBGE, 2012

Os principais estabelecimentos registrados em São José do Sul em 2004 eram dos seguintes segmentos:

- a) Indústria de transformação: 17 unidades locais empregando 84 pessoas.
- b) Construção: 3 unidades locais, empregando 128 pessoas
- c) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 33 unidades, empregando 79 pessoas

Em 2010, através do Cadastro Geral de Empresas os números relativos aos estabelecimentos e aos empregos gerados por eles em São José do Sul eram os que constam na Tabela 6.4 80, a seguir:

TABELA 6.4 80: EMPREGO E RENDA EM SÃO JOSÉ DO SUL

Pessoal ocupado total	335 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	256 pessoas
População Economicamente Ativa	Não há dados
População desocupada	Não há dados
Taxa de desocupação	Não há dados
Salários e outras remunerações	3.447 mil reais
Salário médio mensal	1,9 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Com relação ao setor primário, em São José do Sul observa-se que a lavoura permanente apresenta o maior número de estabelecimentos: 132 (44,75% do total). Em seguida, temos a pecuária e criação de outros animais, com 80 estabelecimentos (27,12% do total). A Tabela 6.4 81, a seguir, evidencia esses e outros números:

TABELA 6.4 81: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM SÃO JOSÉ DO SUL

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	40
Horticultura e floricultura	7
Lavoura permanente	132
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	80
Produção florestal - florestas plantadas	31
Produção florestal - florestas nativas	4
Pesca	-0
Aquicultura	1
<b>Total</b>	<b>295</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

#### 6.4.6.1.9 São Domingos do Sul

O PIB de São Domingos do Sul é 37.326 mil reais, sendo composto da seguinte maneira:

- a) Setor primário: cerca de 42,6%
- b) Setor secundário: aproximadamente 13,34%
- c) Setor terciário: aproximadamente 41, 37%

A Figura 6.4.49 evidencia-se estes números através do gráfico:

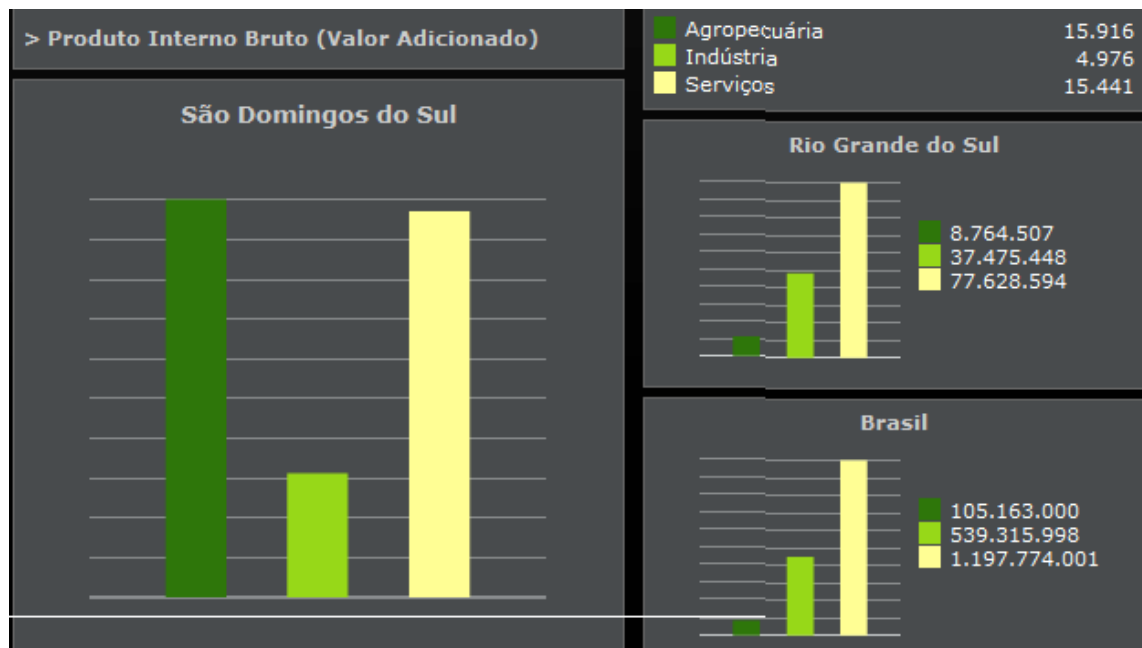


Figura 6.4.49: PIB de São Domingos do Sul

Fonte: IBGE, 2012

Em São Domingos do Sul destacam-se os seguintes estabelecimentos:

- a) Indústria extrativas: 48 unidades locais, empregando 163 pessoas
- b) Indústria de transformação: 57 unidades locais, empregando 248 pessoas.
- c) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 92 unidades, empregando 163 pessoas.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas, em 2010, temos as seguintes estatísticas sobre o universo do trabalho em São Domingos do Sul (Tabela 6.4 82).

TABELA 6.4 82: EMPREGO E RENDA EM SÃO DOMINGOS DO SUL

Pessoal ocupado total	1.056 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	746 pessoas
População Economicamente Ativa	1660 pessoas
População desocupada	604
Taxa de desocupação	36,4%
Salários e outras remunerações	7.320 mil reais
Salário médio mensal	1,6 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Em São Domingos do Sul, apenas cerca de 36% da população encontra-se desocupada, e entre o pessoal ocupado a média mensal de rendimentos é de 1,6 salários mínimos.

No setor primário, a economia de São Domingos do Sul está centrada na agropecuária de pequeno e médio porte. Produz-se soja, milho, trigo, feijão, fumo, mel, frutas, hortaliças e apontando forte crescimento no cultivo de hortifrutigranjeiras ecológicas, inclusive com a busca da certificação de produção orgânica.

Segundo Menta (2002), a maioria dos agricultores recebe acompanhamento técnico da EMATER, órgão estadual que dispõe novas técnicas de cultivo e administração rural dos agricultores.

A suinocultura é a principal atividade pecuária, seguida, como atividade de ascensão. O município é essencialmente agrícola e reflete esta realidade no comércio local, ou seja, o setor secundário e terciário passa a ter profundo elo de ligação e dependência com a produtividade agrícola anual.

Na Tabela 6.4 83 encontram-se dados sobre a atividade agropecuária em São Domingos do Sul:

TABELA 6.4 83: ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM SÃO DOMINGOS DO SUL

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	98
Horticultura e floricultura	10
Lavoura permanente	2
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	151
Produção florestal - florestas plantadas	2
Produção florestal - florestas nativas	-0
Pesca	-0
Aquicultura	-0
<b>Total</b>	<b>263</b>

Fonte: Censo Agropecuário- IBGE, 2012

A pecuária e criação de outros animais é a atividade econômica que possuía o maior número de estabelecimentos: 151 (57,41%do total). A lavoura temporária também apresenta um número significativo de estabelecimentos, em relação ao número total: 98 ( 37,3%).

#### 6.4.6.1.10 Montenegro

Montenegro apresenta um PIB de 1.456.599 mil reais, composto da seguinte forma:

- a) Setor primário: 64.053 mil reais (cerca de 4,4%)
- b) Setor secundário: 625.203 mil reais (aproximadamente 43%)
- c) Setor terciário: 622.269 mil reais (aproximadamente 42,7%)

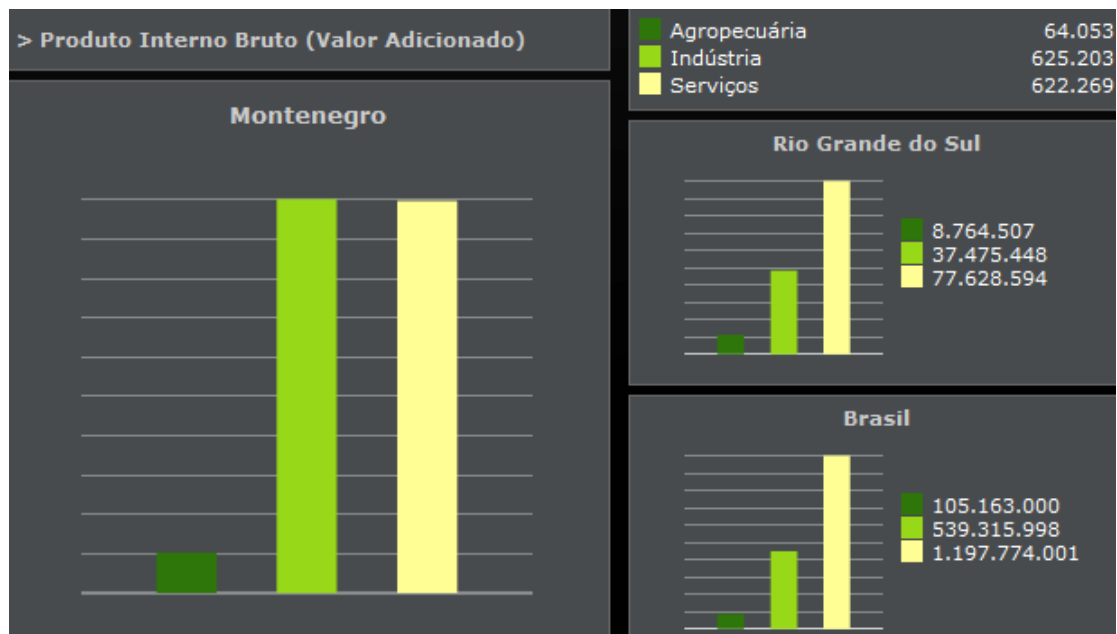


Figura 6.4.50: PIB de Montenegro

Fonte: IBGE, 2012

Em Montenegro destacam-se na economia do município os seguintes estabelecimentos:

- a) Agropecuária: 27 unidades, empregando 277 pessoas
- b) Indústria extrativa: 26 unidades, empregando 90 pessoas
- c) Indústria de transformação: 301 unidades, empregando 5928 pessoas
- d) Construção: 83 unidades, empregando 525 pessoas
- e) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos

As estatísticas do Cadastro Central de Empresas, de 2010, apresentam as seguintes informações (Tabela 6.4 84):



TABELA 6.4 84: EMPREGO E RENDA EM MONTENEGRO

Pessoal ocupado total	18.379 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	15.468 pessoas
População Economicamente Ativa	26.818 pessoas
População desocupada	8439 pessoas
Taxa de desocupação	31,5%
Salários e outras remunerações	320.862 mil reais
Salário médio mensal	3,1 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Em Montenegro, quase 70% da população economicamente ativa encontra-se ocupada, tendo como renda média mensal 3,1 salários mínimos.

No setor secundário Montenegro desenvolve rações, embutidos, empanados, cortes de frango, peru e suínos, curtimento de couro, sucos de frutas, desenvolvimento genético para produção de suínos, frangos e peru, máquinas e equipamentos agrícolas, embalagens plásticas, fundidos, tanino, óleo de frutas cítricas, produção de máquinas para impressão em plástico (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2012).

No setor terciário merecem destaque no município os serviços de informática, empreiteira de construção civil, serviços de conservação de limpeza e jardinagem, instaladoras elétricas, serviços de cozinhas industriais.

No setor primário as principais atividades são a acacicultura, citricultura, floricultura e produção leiteira. O Censo Agropecuário apresenta os números de estabelecimentos em 2006, conforme se verifica na Tabela 6.4 85:

TABELA 6.4 85: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO SETOR PRIMÁRIO DE MONTENEGRO

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA-2006
Lavoura temporária	83
Horticultura e floricultura	24
Lavoura permanente	316
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1
Pecuária e criação de outros animais	259
Produção florestal - florestas plantadas	196
Produção florestal - florestas nativas	3
Pesca	1
Aquicultura	4
<b>Total</b>	<b>887</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Observa-se que existem um maior número de estabelecimentos de lavouras permanentes: 316. Logo atrás, a pecuária e a criação de outros animais alcançam um total de 196 estabelecimentos.

#### 6.4.6.1.11 Erechim

Erechim possui o maior PIB da AID: 2.099.846 mil reais. Sua composição se dá da seguinte maneira:

- Setor primário: 36.920 mil reais (1,76%)
- Setor secundário: 743.062 mil reais (35,4%)
- Setor terciário: 1.096.309 mil reais (52,3%)

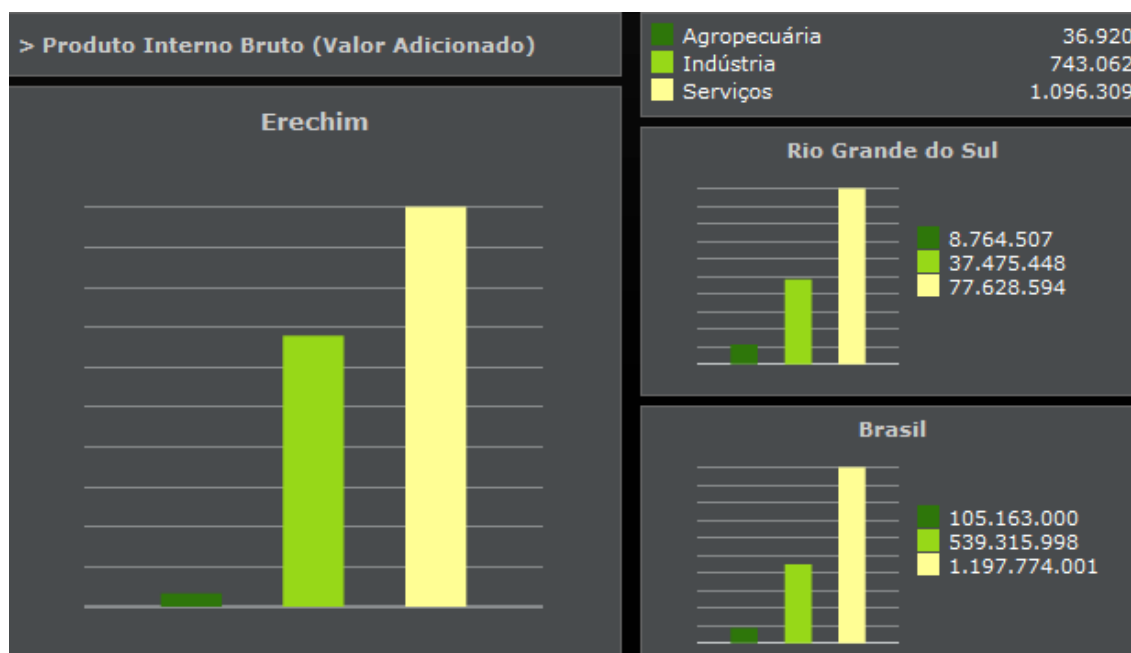


Figura 6.4.51: PIB de Erechim

Fonte: IBGE, 2012

O setor secundário é o que mais tem destaque na cidade. São aproximadamente 700 empresas de porte variado. O Distrito Industrial, criado em 1978, é a principal fonte de riqueza no setor.

O ramo que mais cresceu em todo este tempo foi o metal-mecânico, que entre 1985 e 2005, aumentou em média 25,4% a quantidade de empregados. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2012).

O setor terciário abriga mais de 6700 estabelecimentos. A atividade comercial da cidade é grande, ao comparada com as demais, e vem crescendo cada ano, contribuindo com 17,85% da arrecadação do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHI, 2012).

Em Erechim as principais atividades econômicas desenvolvidas são:

- a) Agropecuária: 30 unidade locais, empregando 105 pessoas.
- b) Indústria de transformação: 896 unidades locais, empregando 12.918 pessoas
- c) Construção: 177 unidades locais, empregando 1990 pessoas

- d) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 3137 unidades locais, empregando 8507 pessoas.
- e) Transporte, armazenagem, comunicações: 369 unidades locais, pessoal ocupado total- 1300 pessoas.
- f) Atividades imobiliárias: 585 unidades- pessoal ocupado total: 8125 pessoas.
- g) Educação: 74 unidades. Pessoal ocupado total: 1216 pessoas.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas, 2010, em Erechim encontra-se a seguinte configuração do universo do trabalho, apresentada na Tabela 6.4 86:

TABELA 6.4 86: EMPREGO E RENDA EM ERECHIM

Pessoal ocupado total	45.191 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	37.680 pessoas
População Economicamente Ativa	46.838 pessoas
População desocupada	1647 pessoas
Taxa de desocupação	3,5%
Salários e outras remunerações	596.170 mil reais
Salário médio mensal	2,4 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

A taxa de desocupação de Erechim encontra-se bem abaixo das demais cidades presentes no estudo, com uma taxa de apenas 3,5%, sendo que a população assalariada tem um rendimento médio mensal de 2,4 salários mínimos.

O setor primário reúne atualmente 6,39% da arrecadação municipal. A cidade possui cerca de 2520 pequenos produtores, que produzem basicamente soja, milho, trigo, feijão, cevada e frutas e criam aves, bovinos e suínos.

Nos últimos 20 anos, a economia agrícola diminuiu consideravelmente, em razão do desenvolvimento urbano e da crise do cooperativismo regional. O tamanho das propriedades também é consideravelmente baixo, segundo estimativas, 95% dos locais de cultivo da região não tem área maior que 100 hectares. As plantas com maior área de hectare, são respectivamente: milho, soja, trigo, cevada e feijão.

Em Erechim as principais atividades econômicas desenvolvidas no setor primário podem ser visualizadas na Tabela 6.4 87:

TABELA 6.4 87: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO EM ERECHIM

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA 2006
Lavoura temporária	476
Horticultura e floricultura	38
Lavoura permanente	73
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1
Pecuária e criação de outros animais	391
Produção florestal - florestas plantadas	15
Produção florestal - florestas nativas	3
Pesca	0
Aquicultura	2
<b>Total</b>	<b>999</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Através desta tabela percebe-se que a atividade com o maior número de estabelecimentos é a lavoura temporária: 476 (47,7% do total). Logo em seguida, temos a pecuária e criação de outros animais, com 391 estabelecimentos (39,2% do total).

6.4.6.1.12 Cotiporã

O PIB de Cotiporã é 91.604 mil reais, sendo composto da seguinte forma:

- a) Setor primário: 23.716 mil reais (cerca de 26%)
- b) Setor secundário: 34.926 mil reais (aproximadamente 38,2%)
- c) Setor terciário: 27.898 mil reais (aproximadamente 30,45%)
- d)

Tais valores estão evidenciados no gráfico da Figura 6.4.52:

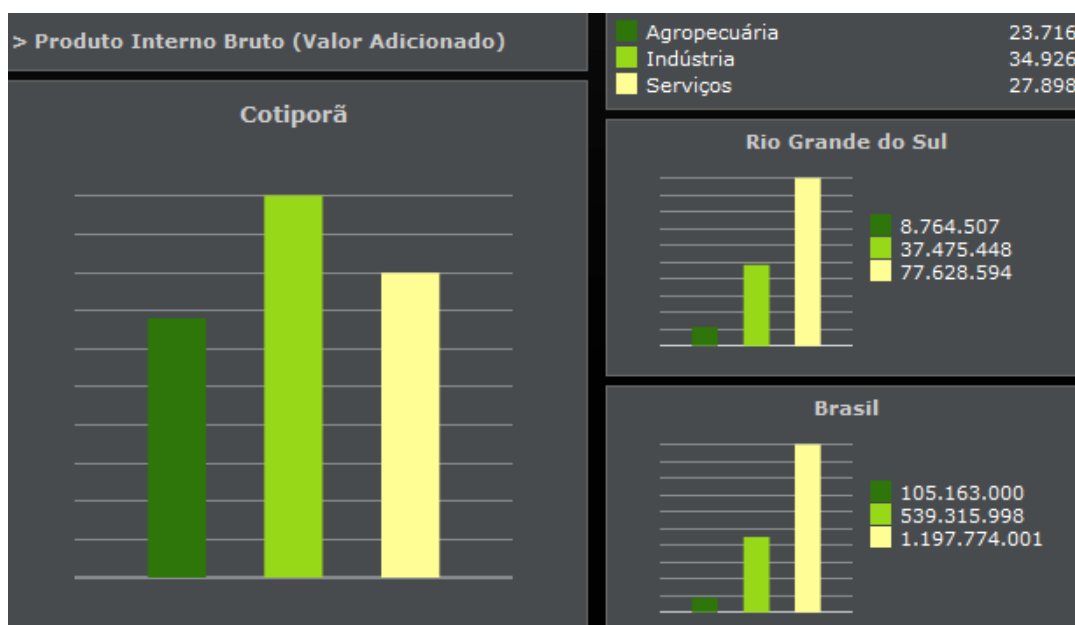


Figura 6.4.52: PIB de Cotiporã

Fonte: IBGE, 2012.

Em Cotiporã destacam-se as seguintes atividades econômicas:

- a) Indústria de transformação: 63 unidades. Pessoal ocupado total: 484 pessoas.
- b) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: 92 unidades locais. Pessoal ocupado: 155 pessoas.

Baseado nas informações do Cadastro Central de Empresas, 2010, encontramos os seguintes números em Cotiporã (Tabela 6.4 88):

TABELA 6.4 88: EMPREGO E RENDA EM COTIPORÃ

Pessoal ocupado total	848 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	658 pessoas
População Economicamente Ativa	2672 pessoas
População desocupada	1824 pessoas
Taxa de desocupação	68,26%
Salários e outras remunerações	9.672 mil reais
Salário médio mensal	2,1 salários mínimos

Fonte: IBGE, 2012

Os dados evidenciam uma taxa alta de desocupação, atingindo mais de 68% da população economicamente ativa. Já a população ocupada assalariada tem renda média mensal de 2,1 salários mínimos.

No setor primário observa-se em Cotiporã a produção de milho (6.000 ton/ha), erva-mate (40.000 arrobas), cítricos (15.000 ton/ha) e hortigranjeiros. Destaca-se o cultivo de videiras (18.000.000 kg distribuídos em 1.110 há).

Na pecuária, o município tem seu forte na criação de aves, suínos e gado leiteiro.

Na tabela a seguir evidenciam-se as principais atividades econômicas do setor primário em Cotiporã (Tabela 6.4 89):

TABELA 6.4 89: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO SETOR PRIMÁRIO EM COTIPORÃ

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Lavoura temporária	67
Horticultura e floricultura	8
Lavoura permanente	299

ATIVIDADE ECONÔMICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM RECEITA- 2006
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-0
Pecuária e criação de outros animais	163
Produção florestal - florestas plantadas	4
Produção florestal - florestas nativas	0
Pesca	0
Aquicultura	0
<b>Total</b>	<b>541</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE

Verifica-se que a lavoura permanente é atividade com o maior número de estabelecimentos em Cotiporã , 299 (55,3% do total), seguida pela pecuária e criação de outros animais, 163 estabelecimentos (30,2% do total).

A seguir temos os números da evolução do emprego nos município da AID, nos anos de 2002 a 2012 (Tabela 6.4 90):



TABELA 6.4 90: EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA AID

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Saudade do Iguaçu	28	51	52	195	36	63	5	112	129	112	-36
Pato Branco	307	461	695	448	772	802	1362	805	758	843	1144
Coronel Vivida	36	59	135	193	60	85	71	145	287	139	108
Bom Jesus	12	2	7	21	-6	8	6	15	1	-26	3
Xanxerê	183	239	518	261	141	288	952	102	486	510	619
Água Santa	3	-2	0	-7	9	13	16	16	20	-7	-11
Montenegro	474	-33	682	231	473	422	140	-181	293	510	169
São Domingos do Sul	18	-33	25	10	-4	22	15	-20	4	16	-20
São José do Sul	0	3	21	-31	6	-4	10	-9	45	2	8
Vista Alegre do Prata	14	5	0	1	12	4	5	0	15	8	-8

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012



A tabela anterior demonstra que o número de empregos nas cidades de Pato Branco e Xanxerê, na série histórica de 2002 à 2012 manteve-se sempre crescente, com aumentos expressivos nos anos de 2008, 2011 e 2012. Nas demais cidades houve aumentos moderados e/ou pequenos, sendo que em algumas cidades, em determinados anos, ocorreu a diminuição do número de empregos.

Podemos destacar que as cidades do Rio Grande do Sul foram as que apresentaram quedas maiores e mais frequentes nesta série temporal de dados, seguidas por Saudade do Iguaçu e Bom Jesus. A cidade que apresentou a diminuição mais expressiva no número de empregos foi Montenegro, no ano de 2009 (-181).

#### **6.4.7 Uso e Ocupação do Solo (AID)**

A LT, com cerca de 490km de extensão, atravessa a região sul do Brasil abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pertencentes às bacias hidrográficas: Iguaçu, Uruguai e Guaíba.

Segundo estudos, a área do corredor da LT é de, aproximadamente 52.430ha (52,43km<sup>2</sup>), pois o corredor de estudo se constitui numa faixa de 500m a partir da faixa de servidão de 70m, com maior número de municípios atravessados no Estado do Rio Grande do Sul. A faixa de 1070m, em torno do circuito, compreende 48 municípios, sendo que, destes, 12 estão inseridos na AID.

Considerando-se a área total do corredor da LT, aproximadamente 46% desta é ocupada pelo cultivo agrícola, principalmente de culturas anuais, como soja, milho, trigo, entre outras. Assim como a agricultura, a silvicultura desempenha papel relevante de cobertura, perfazendo cerca de 5% da área em questão. Áreas com pastagem e de campos sujos, com a presença de gramíneas e arbustos, correspondem a 3,4% e 3,6%, respectivamente, da área total do corredor de estudo. As áreas naturais, com características ecológicas da Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, além de Áreas de Tensão Ecológica,

em diferentes estágios de sucessão, representam cerca de 34,6 % do total da área que perpassa o corredor de estudo.

Mesmo com predomínio de cobertura natural florestal, as áreas localizadas no entorno do empreendimento estão, em sua grande maioria, bastante modificadas pela ação humana. A vegetação nativa que ocupou, em décadas passadas, grandes extensões da superfície dos Estados atravessados pela LT, encontram-se reduzidas a fragmentos florestais, alterados, também, pelo corte seletivo de espécies arbóreas de interesse comercial.

Ressalta-se que a atual proposta de traçado visa o estabelecimento de novo empreendimento energético, que perpassará, paralelamente, a uma LT já existente.

Com relação aos usos atuais do solo ao longo do traçado da LT, foram diagnosticadas as seguintes tipologias (Tabela 6.4 91):

TABELA 6.4 91 - USOS ATUAIS DO SOLO AO LONGO DO CORREDOR DE ESTUDO DA LT

DESCRIÇÃO	HA	PARTICIPAÇÃO
Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, além de Áreas de Tensão Ecológica, em diferentes estágios de sucessão	17938,15	34,59%
Silvicultura	2457,56	4,74%
Fruticultura	450,78	0,87%
Rizicultura	338,9	0,65%
*Vitivinicultura	994,23	1,92%
Cultivos anuais (soja, milho, feijão, outros)	24045,41	46,37%
Campo sujo	1869,79	3,61%
Pastagens	1785,85	3,44%
Mineração	4,97	0,01%
Movimento de terra (corte, aterro, terraplanagem)	22,22	0,04%
Sistema Viário	80,47	0,16%

DESCRIÇÃO	HA	PARTICIPAÇÃO
Corpos d'água	707,92	1,37%
Benfeitorias	492,22	0,94%
Banhado, solo úmido	225,67	0,44%
**Nuvem	440,73	0,85%
<b>TOTAL</b>	<b>51854,87</b>	<b>100,00%</b>

\*Dados imprecisos, pois algumas cultivares e áreas são destinadas à comercialização da uva *in natura*, e não propriamente à produção de vinho; \*\*Dificuldade na fotointerpretação das imagens ocasionada pela presença de nuvens.

O Mapa de Uso e Ocupação do Solo pode ser visualizado no Tomo 12.

#### 6.4.7.1 Estado do Paraná

O **trecho Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Clevelândia (PR)** é caracterizado pela presença de áreas modificadas pela ação do homem, com predomínio de atividades agrícolas (com ênfase na soja, no milho e no trigo), pecuária e poucas áreas com reflorestamento de espécies exóticas.

O traçado da linha atravessa alguns rios, entre os quais Uruguai e Chopim, com a presença de alguns açudes dentro dos limites do corredor de estudo.

A conformação atual do uso do solo, compreendida entre os 6 municípios atravessados pelo traçado da linha, apresenta até determinado ponto, a existência de pequenas propriedades agrícolas, devido, principalmente, às características do relevo ondulado, com certa dificuldade na mecanização agrícola (Figura 6.4.53). Percebe-se a presença de pequenos e diversos mosaicos de várias fitofisionomias, entremeados com culturas anuais, além de pastagens e áreas de reflorestamento com espécies madeireiras.

Os poucos fragmentos florestais, que ainda resistem, pertencem às formações do bioma da Mata Atlântica, constituídos por remanescentes de Floresta

Ombrófila Mista, principal formação vegetacional do Paraná - em termos de abrangência geográfica - junto a fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual, em diferentes estágios de regeneração, além dos Campos Naturais, existentes em pequenas proporções.

A partir de Honório Serpa (Figuras 6.4.58 e 6.4.59) , onde o traçado da linha atravessa o rio Chopim, a região passa a apresentar condições mais adequadas de capacidade de uso, onde as propriedades são maiores e mais tecnificadas. Juntamente à produção das principais culturas anuais, já citadas, ainda registram a presença de mais áreas de reflorestamento (Figura 6.4.54).

Em Clevelândia (Figura 6.4.55) as propriedades são maiores, destinadas, principalmente à produção de soja, onde uma linha de transmissão já é observada ( Figuras 6.4.56 e 6.4.57).

Esse trecho do traçado compreende o menor número de edificações, onde essas localizam-se, principalmente, às proximidades de Chopinzinho, e pequeno núcleo urbano, localizado em Coronel Vivida, com a presença de benfeitorias ligadas à agroindústria e residências.

Percebe-se a presença de alguns acessos, poucas áreas de pastagem, alguns fragmentos florestais, pertencentes ao Bioma Atlântico, formados pela Floresta Ombrófila Mista, localizados, praticamente, às margens do Rio Iguaçu, já que no corredor da linha de transmissão há apenas a existência de poucos indivíduos arbóreos.



Figura 6.4.53: Vista aérea com fragmentos vegetacionais e pequenas propriedades agrícolas, município de Saudade do Iguaçu - PR



Figura 6.4.54: Vista aérea com áreas agrícolas, fragmentos vegetacionais e reflorestamento em Honório Serpa – PR.



Figura 6.4.55: Vista aérea da região de Clevelândia, com a presença de diversas áreas para cultivo de grãos, entremeados por pequenos fragmentos florestais.



Figura 6.4.56: Presença de LT em Clevelândia, juntamente a fragmentos florestais e cultivo de soja.



Figura 6.4.57: No município de Clevelândia é possível avistar LT existente com fragmentos florestais e pastagens.



Figura 6.4.58: Presença de agricultura e pastagens na propriedade localizada em Honório Serpa.





Figura 6.4.59: Observa-se a presença de algumas residências, pastagens e agricultura em Honório Serpa.

#### 6.4.7.2 Estado de Santa Catarina

No trecho **Abelardo Luz (SC) – Itá (SC)**, após o Estado do Paraná, às proximidades dos municípios de São Domingos e Ipuçu (Figura 6.4.60), as propriedades, são maiores, com relevo, caracterizado, na grande maioria, por plano, suavemente ondulado à ondulado, com destaque, principalmente, à produção de soja.

À medida que o traçado vai se aproximando do município de Ouro Verde, as propriedades são menores, com relevo fortemente ondulado, propiciando a produção de cultivos mais diversificados, entre os quais, soja, milho, trigo, além de áreas destinadas à pastagem de gado bovino, principalmente com aptidão leiteira.

Entre Xanxerê (Figuras 6.4.63 e 6.4.69) e Faxinal dos Guedes, são observados alguns galpões de criação animal, entre os quais aves e suínos.

Nesse trecho o traçado da linha atravessa os rios Chapecó, na altura de Abelardo Luz ( Figuras 6.4.64 e 6.4.65), Chapecozinho, em Bom Jesus (Figura 6.4.66), Irani, próximo a Xavantina (Figura 6.4.61) e o Rio Uruguai, na divisa entre os Estados de SC e RS, além de alguns afluentes destes. Ainda, no corredor de estudo, observa-se a presença de outros corpos hídricos.

As áreas com mais fragmentos florestais nativos, estão localizadas no município de Seara (Figura 6.4.62 e Figura 6.4.68), assim como, reflorestamentos por espécies madeireiras exóticas.

Assim como ocorre no Estado do Paraná, este trecho da LT caracteriza-se por poucas áreas de vegetação nativa (Figura 6.4.67), onde as florestas são caracterizadas por pequenos fragmentos florestais, já alterados pela intensa antropização, formando diversos mosaicos na área de influência do empreendimento (Figura 6.4.63 e Figura 6.4.69).

Remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, em diferentes estágios de regeneração podem ser encontrados em área de preservação permanente, como topos de morros e próximos aos rios, constituindo as faixas ciliares.



Figura 6.4.60: Vista aérea do início do trecho, com propriedades rurais maiores, cultivo, principalmente de soja, com fragmentos de vegetação nativa, São Domingos.



Figura 6.4.61: Vista aérea de trecho sobre o Rio Irani, em Xavantina, com alguns pontos de reflorestamento, galpões de criação, áreas de cultivo e pastagem, entremeados com fragmentos de vegetação nativa.



Figura 6.4.62: Linha de Transmissão existente, em Seara, juntamente à produção de culturas anuais e fragmentos florestais.



Figura 6.4.63: Vista aérea de grande área com silvicultura, com poucos fragmentos florestais nativos no entorno desta, município de Xanxerê.



Figura 6.4.64: Alguns fragmentos de vegetação com áreas de pastagens localizada em Abelardo Luz.



Figura 6.4.65: Presença da LT existente com fragmento de vegetação e agricultura no município de Abelardo Luz.



Figura 6.4.66: Fragmento de vegetação com área de agricultura em Bom Jesus.



Figura 6.4.67: Pastagens, agricultura e fragmentos de vegetação no município de Bom Jesus.



Figura 6.4.68: Grande fragmento de vegetação e presença da LT existente em Seara.



Figura 6.4.69: Pastagens e vegetação próximos a LT existente em Xanxerê.

### 6.4.7.3 Estado do Rio Grande do Sul

O trecho compreendido no Estado do Rio Grande do Sul foi dividido em três sub-trechos, como uma maneira de garantir que as equipes em campo pudessem levantar todos os dados referentes às áreas de estudo.

O **trecho Aratiba (RS) – Água Santa (RS)** está inserido em região com presença de relevo predominantemente acidentado, caracterizada pela agropecuária, desenvolvida em pequenas propriedades rurais (Figura 6.4.73), com mão de obra basicamente familiar (Figura 6.4.75).

---

Ao longo do traçado, a produção, embora diversificada, apresenta cultivos, principalmente, de milho, cana-de-açúcar, soja e trigo, além de áreas destinadas ao pastejo de gado, principalmente de aptidão leiteira. No decorrer do percurso, observa-se a presença de alguns corpos hídricos, como afluentes de rios maiores (Figura 6.4.72) e açudes, além de edificações, tanto residenciais quanto comerciais, entre os quais, silos, para o armazenamento de grãos e galpões, para a criação pecuária de suínos e aves. Percebe-se a presença de sistema modal rodoviário, com vários acessos vicinais (Figura 6.4.71).

De Aratiba à Erechim (Figura 6.4.70) percebe-se muitos fragmentos de remanescentes florestais, entremeados pela fruticultura (Figura 6.4.74) e trechos com reflorestamento de espécies exóticas madeireiras.



Figura 6.4.70: Vista aérea da cidade de Erechim, e entorno da cidade.



Figura 6.4.71: Vista aérea sob a RS 475 em Getúlio Vargas, RS.



Figura 6.4.72: Vista aérea do Rio Piraçu, entre os municípios de Tapejara e Getúlio Vargas.



Figura 6.4.73: Vista aérea do município de Água Santa, e arredores.



Figura 6.4.74: Fruticultura no município de Barra do Rio Azul.



Figura 6.4.75: Agricultura, fragmento de vegetação e pastagem no município de Água Santa.

O trecho **Ciríaco (RS) – Monte Belo do Sul (RS)** caracteriza-se pela presença de relevos variados, com áreas onduladas e montanhosas (Figura 6.4.80), além de algumas regiões planas e outras, com relevo estrutural fortemente dissecado.

A presença de relevo montanhoso, da Serra Gaúcha, confere, em algumas áreas desse subtrecho, grandes fragmentos de cobertura florestal, principalmente nas encostas e topos de morro, às proximidades dos municípios de Vista Alegre do Prata (Figura 6.4.82) e Cotiporã (Figura 6.4.76 e Figura 6.4.77), principalmente às margens do Rio Carreiro e seus afluentes.

Assim, como na grande maioria do Estado, predominam as pequenas propriedades rurais, administradas, praticamente, pela mão-de-obra familiar, com algumas áreas com pastagem para criação de gado de leite, além da produção de culturas anuais, principalmente de grãos (como soja, trigo e milho Figura 6.4.81). Pelas proximidades do Vale dos Vinhedos, a partir de Cotiporã (Figura 6.4.55), observa-se a importância da vitivinicultura (Figura 6.4.78) à região, com expressivos parreirais, assim como a fruticultura, principalmente, pela presença de pomares de citrus.

Observa-se a presença de acessos e rodovias, bem como pequenas vilas, distribuídas ao longo do traçado, com a presença de edificações, tanto residenciais, quanto comerciais, como indústrias e galpões para criação pecuária de aves (Figura 6.4.82) e suínos.

O traçado atravessa corpos d'água, como rios, entre os quais, São Domingos, Carreiro e o Rio das Antas, além de eventuais afluentes, assim como alguns açudes e lagoas de estabilização destinadas à criação suína.

Nesse trecho são observadas áreas de mineração de basalto, principalmente nos municípios de São Domingos do Sul, Casca (Figura 6.4.79) e Cotiporã.



Figura 6.4.76: Vista aérea do município de Cotiporã, com a presença de relevo montanhoso e cobertura florestal.



Figura 6.4.77: Propriedade rural em Cotiporã, com a presença de parreirais e hortaliças, ao fundo área onde foi realizada colheita, provavelmente de milho.





Figura 6.4.78: Propriedade rural, em Fagundes Varela, com a presença de parreiral, à direita e a produção de milho, à esquerda.



Figura 6.4.79: Empresa mineradora de basalto, no Povoado Migliavacca, em Casca.



Figura 6.4.80: Vista área do município de Fagundes Varela, relevo montanhoso com cobertura de vegetação e agricultura.



Figura 6.4.81: Cultura do milho e fragmento de vegetação no município de Serafina Corrêa.



Figura 6.4.82: Fragmento de vegetação, propriedade com aviário e agricultura em Vista Alegre do Prata.

O trecho **Monte Belo do Sul (RS) - Nova Santa Rita (RS)** é o último subtrecho da LT, compreendendo municípios inseridos na região serrana e Vale do Caí.

Pela localização, a região inserida nesta área é agraciada por um relevo diverso, com a presença de várzeas, áreas montanhosas e altiplanos,

O último subtrecho, tem como ponto inicial, o Rio das Antas, e até o município de Garibaldi (Figura 6.4.86) e Carlos Barbosa, está localizado o Vale dos Vinhedos, importante região do sul do país, caracteriza-se pela expressiva importância da vitivinicultura, com a presença de diversos parreirais. A formação de escarpas, proporcionam nas superfícies mais acidentadas e isoladas, a presença de campos com trechos de intensa vegetação, formada pela Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Decidual.

Observa-se a presença de comunidades espalhadas ao longo do traçado, com diversas propriedades rurais de pequeno porte, várias edificações residenciais e comerciais, destinadas principalmente à agroindústria. O traçado da linha atravessa rios e afluentes, assim como alguns açudes e vias de acesso, como rodovias e estradas vicinais.

Embora a presença dos parreirais destaca-se na região, estas são entremeadas por pequena produção de citrus, e alguns pontos com reflorestamento, além de áreas destinada ao pastejo de bovinos, principalmente de aptidão leiteira.

A partir do município de Barão observa-se a produção mais diversificada das propriedades rurais, com a presença de muitos pomares de citrus (Figuras 6.4.83 e 6.4.84), maior incidência de reflorestamentos para fins comerciais, como pinus, e *Acacia mearnsii* (acácia negra), entremeados por fragmentos florestais (Figura 6.4.85), inseridos, principalmente nas encostas e topos de morro.

Próximo a São José do Sul há a presença de granjas, destinadas à criação, principalmente, de suínos e à medida em que o traçado se aproxima de Pareci Novo e Monte Negro, percebe-se a presença e maiores concentrações de núcleos urbanos, ainda rodeados por intensa atividade agrícola na região, entre as quais a produção de mudas de árvores frutíferas e ornamentais (Figura 6.4.87), além da presença de áreas de pastagem e arrozais, estes, presentes já no município de Nova Santa Rita (Figura 6.4.88), onde a linha atravessa o Rio Caí. Nessa região, o relevo é predominantemente plano, apresentando contato entre diferentes regiões fitoecológicas, entre as quais, Savana, Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, às Áreas de Tensão Ecológica.



Figura 6.4.83: Vista aérea de Salvador do Sul, com áreas de reflorestamento, citrus e fragmentos florestais.



Figura 6.4.84: Importância da produção de citrus em pequena propriedade em Salvador do Sul.



Figura 6.4.85: Vista aérea de Pareci Novo, com áreas destinadas à produção de citrus, entremeados por fragmentos florestais do bioma Mata Atlântica



Figura 6.4.86: Viticultura intensa em Garibaldi.



Figura 6.4.87: Vale dos Vinhedos.



Figura 6.4.88: Grandes arrozais em Nova Santa Rita.

No último subtrecho do traçado, no município de Nova Santa Rita, situa-se o Projeto de Assentamento (PA) Rural Sino, com cerca de 361ha e 13 famílias assentadas. As propriedades são pequenas, com cerca de 28ha, onde são contemplados diferentes cultivos, entremeados à alguns fragmentos vegetacionais, principalmente às margens do rio Caí, com a presença de pequenos cultivos, entre os quais, arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e hortaliças. Observa-se o reflorestamento com acácia, além de algumas áreas de pastagem para poucas cabeças de gado bovino, além da criação de pequenos animais. No PA há a

---

presença de pequenas áreas de banhado. Ao longo do percurso do traçado na região de abrangência do PA Rural Sino, não há influência do empreendimento sobre qualquer edificação presente no assentamento.

Como parte dos trabalhos de levantamento de informações socioeconômicas, foram realizadas reuniões em todas as Prefeituras dos Municípios atravessados pela linha de transmissão, onde foi apresentado o projeto da LT e também prestados esclarecimentos aos gestores municipais (Prefeito/Vice ou Secretário) no que diz respeito às questões de uso e ocupação do solo na faixa de servidão a ser instituída, bem como aos procedimentos que serão adotados para contatar e indenizar os proprietários das áreas atingidas pela linha, além das ações pertinentes a cada etapa da obra. Como resultado, foram obtidas as certidões municipais (anexo 1) atestando que o empreendimento está de acordo com as diretrizes legais de uso e ocupação do solo, com exceção ao município de Nova Santa Rita/RS, que até o momento não enviou o documento.

Com relação a este, confrontou-se o zoneamento do Plano Diretor com o traçado da LT, o que possibilitou identificar que passará pela localidade de Porto da Figueira, onde situa-se o Assentamento Sino, não havendo portanto, nenhuma restrição de uso e ocupação frente ao traçado do empreendimento. Destaca-se que as atividades observadas nessas propriedades estão direcionadas à pecuária de dupla aptidão (corte e leite) e pequenos cultivos para consumo próprio, principalmente de grãos, o que não significa limitantes à implantação da linha de transmissão. Ademais, o traçado não atingirá benfeitorias pertencentes às propriedades dos assentados.

Salienta-se que o projeto de traçado da LT, que liga Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita, perpassa, na sua totalidade, de acordo com dados do INCRA, por 04 projetos de assentado rural, segundo Tabela 6.4 2. Embora estes sejam abrangidos pelo corredor de estudo, o estabelecimento do empreendimento não inviabilizará as atividades econômicas dessas localidades, visto que a produção de

grãos e pastagens exercem forte influência nestas regiões, e que estas, segundo legislação específica, poderão ser praticadas.

Cabe salientar que, foi solicitada ao INCRA/DF, a manifestação técnica de competência do Instituto com relação à implantação do empreendimento. Até o momento, obteve-se resposta do INCRA/RS (questionado pelo INCRA/DF) quanto à existência de assentamentos nessa região, sendo que a LT perpassará apenas pelo Assentamento Sino, situado no município de Nova Santa Rita, o que possibilitou que a equipe técnica visitasse a área.

TABELA 6.4 92 - PROJETOS DE ASSENTAMENTO PERPASSADOS PELA LT 525KV SALTO SANTIAGO – ITÁ - NOVA SANTA RITA.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO	SUB-TRECHO	ÁREA/HA	TIPO*
Tupy	Honório Serpa	PR	1	383	2
São Sebastião	Abelardo Luz	SC	2	323	1
Serra dos Buracos	Bom Jesus	SC	2	224	2
Sino	Nova Santa Rita	RS	5	270	3

\*INCRA: 1 – Assentamento criado; 2 – Assentamento em estruturação e 3 – Assentamento em consolidação.

É importante salientar que o estudo do traçado está sendo realizado com o intuito de proporcionar menor interferência possível no cotidiano das comunidades inseridas na AID do empreendimento, de maneira a priorizar o menor número afetado de áreas produtivas e benfeitorias, além de conciliar essas questões com a preservação das diferentes regiões fitoecológicas afetadas pela instalação da linha de transmissão.

A partir da finalização do levantamento socioeconômico, será possível estimar o número de propriedades e benfeitorias atingidas, bem como respectivas situações de remoções e restrições de atividades para cada propriedade. Este resultado deverá ser atendido como condicionante da fase de obtenção da Licença de Instalação do empreendimento.

A seguir, no Quadro 6.4.9 , são listados os municípios que possuem Plano Diretor.

QUADRO 6.4.9: EXISTÊNCIA DE PLANO DIRETOR NOS MUNICÍPIOS PERPASSADOS PELA LT.

MUNICÍPIOS	POSSUI PLANO DIRETOR
<b>PARANÁ</b>	
1. Rio Bonito do Iguaçu	Sim
2. Saudade do Iguaçu	Sim
3. Chopinzinho	Sim
4. Coronel Vivida	Sim
5. Honório Serpa	Sim
6. Clevelândia	Sim
7. Pato Branco	Sim
<b>SANTA CATARINA</b>	
7. Abelardo Luz	Em construção
8. Bom Jesus	Não
9. Ouro Verde	Sim
10. Xanxerê	Sim
11. Faxinal dos Guedes	Sim, desde 1985 precisa de reformulação
12. Xavantina	Não possui – em elaboração
13. Arvoredo	Não possui, está sendo formulado
14. Seara	Sim, desde 1986 precisa de reformulação
15. Paial	Sim
16. Itá	Sim
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	
17. Barra do Rio Azul	Sim
18. Aratiba	Não, mas possui Lei Orgânica
19. Erechim	Sim, desde 1994
20. Getúlio Vargas	Não, mas possui Lei Orgânica
21. Floriano Peixoto	Não
22. Sertão	Não
23. Tapejara	Sim
24. Vila Lângaro	Sim

MUNICÍPIOS	POSSUI PLANO DIRETOR
25. Água Santa	Sim
26. Ciríaco	Não, mas possui Lei Orgânica
27. Gentil	Não
28. Santo Antônio do Palma	Não
29. São Domingos do Sul	Não
30. Casca	Não, mas possui Lei Orgânica
31. Paraí	Não possui
32. Nova Araçá	Não possui
33. Nova Bassano	Sim, desde 1982 atualizado
34. Vista Alegre do Prata	Sim
35. Fagundes Varela	Sim
36. Cotiporã	Sim, mas está sendo reformulado
37. Santa Tereza	Sim
38. Monte Belo do Sul	Sim
39. Garibaldi	Sim
40. Barão	Sim
41. Carlos Barbosa	Sim
42. São Pedro da Serra	Não, mas possui Lei Orgânica
43. Salvador do Sul	Sim
44. São José do Sul	Não, mas possui Lei Orgânica
45. Pareci Novo	Não
46. Montenegro	Sim
47. Capela de Santana	Não, mas possui Lei Orgânica
48. Nova Santa Rita	Sim

#### 6.4.8 Resultados das Entrevistas

A pesquisa de campo contemplou um número de 67 comunidades ao longo do traçado (Mapa Amostral das Comunidades – Tomo 11), conforme podemos verificar a seguir, no Quadro 6.4.10.



QUADRO 6.4.10 - COMUNIDADES VISITADAS

ESTADOS	MUNICÍPIOS	Nº	COMUNIDADES VISITADAS
PR	Chopinzinho	1	Vila Rural
	Coronel Vivida	2	Linha Padre
	Honório Serpa	3	Fazenda
	Clevelândia	4	São Luiz
	Saudade Iguaçu	5	Centro
SC	Abelardo Luz	6	Linha Nossa Senhora das Graças
	Abelardo Luz	7	Linha Bom Sucesso
	Abelardo Luz	8	Linha Alegre do Marco
	Abelardo Luz	9	Linha Canhadão
	Xanxerê	10	Fazenda Zafre
	Bom Jesus	11	Linha São Lourenço
	Bom Jesus	12	Linha Tavares
	Bom Jesus	13	Linha Narciso
	Bom Jesus	14	Linha Tiradentes
	Xanxerê	15	Linha São Sebastião - Granja
	Xanxerê	16	Vila 1 Sadia
	Xavantina	17	Linha Tiradentes
	Xavantina	18	Linha Alto do Irani
	Xavantina	19	Linha Passo do Sul
	Xavantina	20	Linha Passo das Antas
	Xavantina	21	Linha Tiradentes 1
	Seara	22	Linha Barra do Saltinho
	Seara	23	Linha Sagrado Coração
	Seara	24	Nova Teutonia
	Seara	25	Linha Ariranhazinha
	Paial	26	Linha Ponte Preta
	Itá	27	Linha Felisberto
	Itá	28	Linha Nova Santa Cruz
	Aratiba	29	Linha Sousel
	Aratiba	30	Linha Esperança Alta
		Barra do Rio Azul	31

ESTADOS	MUNICÍPIOS	Nº	COMUNIDADES VISITADAS
	Barra do Rio Azul	32	Linha Campo Alegre
	Barra do Rio Azul	33	Linha Pinhão
	Erechim	34	Montanha Alegre
	Erechim	35	Dourado
	Erechim	36	Povoado Argenta
	Erechim	37	Demoliner
	Água Santa	38	Interior
	Água Santa	39	Faxinal
	Getúlio Vargas	40	Souza Ramos
	Getúlio Vargas	41	Rio Toldo
	São Domingos do Sul	42	Distrito de Santa Gema
	São Domingos do Sul	43	Linha Terceira
	Casca	44	Comunidade Migliavacca
	Vista Alegre do Prata	45	Linha General Osório
	Vista Alegre do Prata	46	Linha Bento Gonçalves
	Fagundes Varela	47	Capital São Francisco - Linha Conde de POA
	Cotiporã	48	Comunidade São Roque
	Cotiporã	49	Nossa Senhora do Caravaggio
	Monte Belo do Sul	50	Pederneira
	Garibaldi	51	Linha Camargo
	Garibaldi	52	Linha São Gotardo
	Garibaldi	53	São Roque Figueira do Mel
	Garibaldi	54	Linha Camargo
	Garibaldi	55	Linha São Gotardo
	Carlos Barbosa	56	Conservas Coblens
	Carlos Barbosa	57	Arco Verde
	Barão	58	Arroio Canoas
	Barão	59	Arroio Canoas
	Salvador do Sul	60	Campestre
	São José do Sul	61	São José do Maratá
	Parei Novo	62	Morro Gancho
	Parei Novo	63	Coqueiral

ESTADOS	MUNICÍPIOS	Nº	COMUNIDADES VISITADAS
	Montenegro	64	Estrada do Boqueirão
	Montenegro	65	Fazenda Paquete
	Nova Santa Rita	66	Sanga Funda
	Nova Santa Rita	67	Porto Figueira

#### 6.4.8.1 Percepção dos Entrevistados da AID

A pesquisa de campo contemplou a realização de um número de 162 entrevistas junto aos moradores da AID. O objetivo principal foi o de conhecer as características da região de influência do empreendimento bem como saber sobre a opinião das pessoas com relação à implantação do empreendimento.

Para conhecer o perfil socioeconômico da AID foram realizadas questões direcionadas à obtenção de respostas fechadas e também questões mais livres. Para entendimento das realidades e especificidades locais procurou-se aprofundar as questões indicadas pelas comunidades e também observar os aspectos da paisagem.

As questões fechadas abordadas nas entrevistas foram direcionadas ao local de trabalho, ocupação, escolaridade, número de pessoas no domicílio e renda. As perguntas referentes à percepção sobre a implantação do empreendimento foram um número de duas em que a primeira se refere a possibilidade de geração de prejuízos ou não, e a segunda procura apreender a opinião dos entrevistados sobre a possibilidade de ocorrência de benefícios ou não para a população.

Com relação ao endereço de trabalho dos entrevistados, 79% afirmaram trabalhar no endereço onde foi realizada a entrevista, enquanto que 20,99% trabalhavam em outras localidades ou cidades. Ressalta-se que a maioria dos entrevistados são agricultores (79%), significando que seu trabalho está diretamente ligado à terra, em sua própria propriedade.

Com relação ao item escolaridade, a maioria dos entrevistados, ou 42,59% das pessoas, possuem o ensino fundamental incompleto. No Gráfico 6.4.1, a seguir, expõem-se o percentual de pessoas que se enquadram em cada grau de instrução.

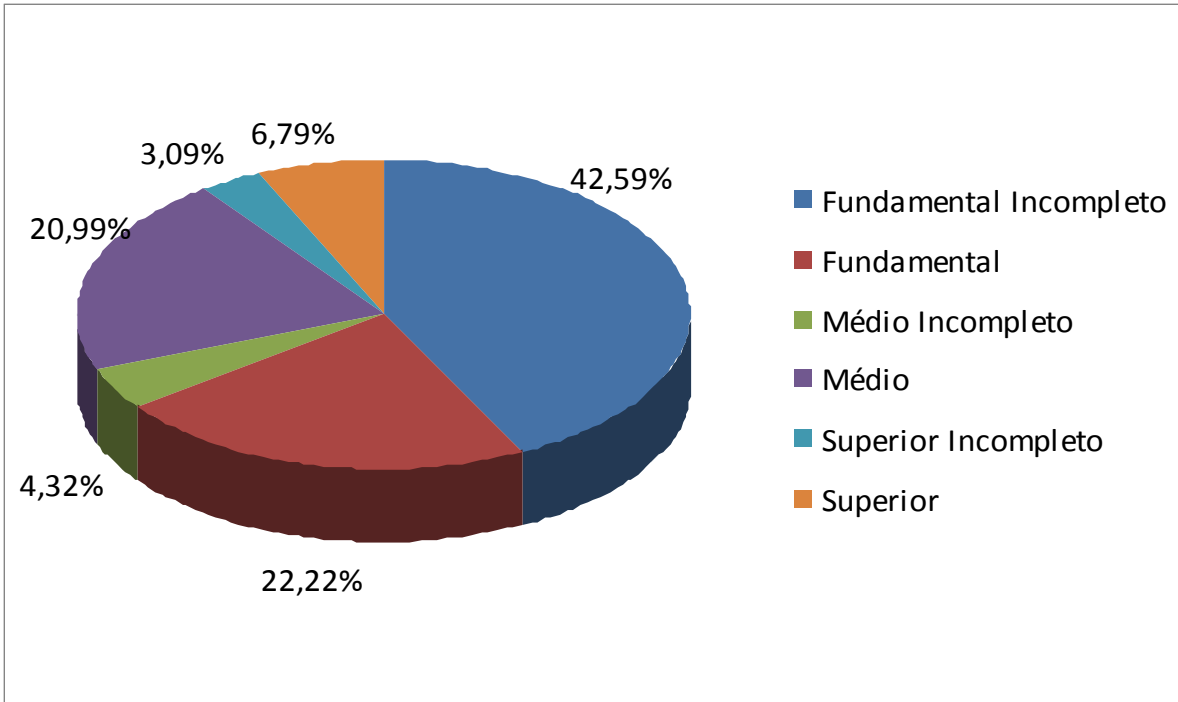


Gráfico 6.4.1: Grau de instrução

Caracterizando um pouco a população entrevistada quanto ao número de pessoas residentes nos domicílios, identificaram-se que 90 domicílios registram de um a três residentes, 61 domicílios apresentam um número de quatro a cinco residentes e 11 residências possuem mais de cinco residentes.

A ocupação foi também um item levantado com o objetivo de caracterizar o perfil socioeconômico das pessoas pesquisadas. A profissão predominante na pesquisa foi agricultor e aposentado, significando respectivamente 45,06% e 18,52% dos entrevistados. A seguir, no Quadro 6.4.11, apresentam-se a ocupação das pessoas entrevistadas.

QUADRO 6.4.11: OCUPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

OCUPAÇÃO/ EMPREGO	Nº DE PESSOAS
Agricultor	73
Aposentado	30
Dona de casa	13
Estudante	4
Desempregado	1
Serralheiro	1
Agente educacional	1
Secretária	2
Cozinheira	1
Auxiliar de cozinha	1
Funcionário público	3
Auxiliar administrativo	1
Salão de beleza	1
Motorista	1
Professora	2
Operador	1
Técnico agropecuária	1
Vendedor	3
Funcionário sadia	2
Operador produção	1
Operador máquinas	1
Assistente técnico	1
Diretor escola	1
Servente	1
Comerciante	8
Auxiliar gráfica	1

Com relação à média da renda familiar das pessoas entrevistadas, a faixa predominante é a que se situa entre mais de um até três salários mínimos (sm) mensais, com um percentual de participação de 64,81%, conforme podemos visualizar a seguir, no Gráfico 6.4.2.

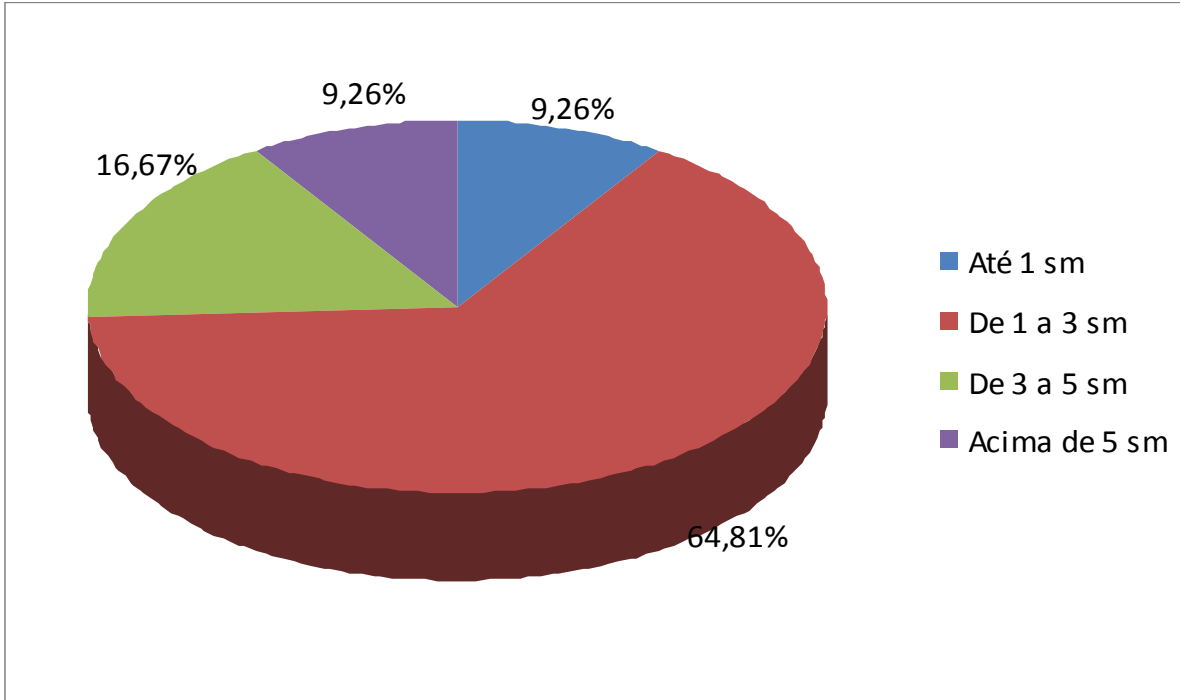


Gráfico 6.4.2: Renda média

Vale destacar que, a pergunta referente à média da renda mensal percebida pelos entrevistados da zona rural, é por vezes, até incerta. Por exemplo, os agricultores produtores de *citrus* dependem dos preços determinados pelo mercado e, por vezes, quando a safra não é muito boa, como aconteceu este ano (por conta da estiagem e da geadas), ficam com seu lucro prejudicado por conta da perda de produto. A consequência disso é a redução do faturamento, sendo que o agricultor fica sob pena de não poder atender aos seus compromissos, principalmente empréstimos agrícolas realizados para viabilizar seus investimentos nas propriedades.

Além de conhecer o perfil socioeconômico da AID, a pesquisa de campo possibilitou apreender as percepções sociais com relação à implantação do empreendimento. Conhecer os problemas pré-existentes na AID permite subsidiar a avaliação das possíveis implicações da implantação da linha de transmissão para aquelas comunidades que podem ser, em algum grau, influenciadas.

A pergunta referente ao conhecimento sobre o projeto da linha da transmissão apontou que 73 pessoas sabiam da sua existência, enquanto que mais da metade dos entrevistados, um número de 89, ainda não sabiam e não tinham nenhuma informação a respeito de sua implantação.

Ao se fazer a pergunta sobre a opinião dos entrevistados com relação à geração de prejuízos resultantes da implantação do empreendimento, 42 pessoas declaram que poderiam sofrer algum prejuízo enquanto que 120 afirmaram que não. Por sua vez, quando feita pergunta sobre a possibilidade de geração de benefícios pelo empreendimento, 52 pessoas afirmam que a população não teria benefícios, enquanto que 110 pessoas afirmaram que o projeto traria sim benefícios.

Quanto às colocações mais frequentes relacionadas à geração de algum prejuízo às comunidades, as pessoas frequentemente colocaram um entendimento de que a implantação da linha de transmissão poderia trazer sim benefícios, mas não vêem um resultado mais concreto para a própria comunidade, afirmando que “ajuda o município, mas não a população”... “a energia não fica em Santa Catarina”.

Preocupações frequentes colocadas por parte de produtores rurais estão bastante voltadas à perda de áreas agricultáveis, ao afirmarem que “para os agricultores atingidos trará prejuízo”. Em seus entendimentos, quando comparam a implantação do projeto em tela com outros empreendimentos de linha de transmissão, afirmam que haverá “desvalorização e limitação das atividades da propriedade”.

Ainda com relação à perdas nas propriedades rurais, os proprietários se manifestam de tal forma que apreensivos com relação a alguma possibilidade da linha passar pelas suas pastagens. Observam-se a divisão cuidadosa de áreas nas propriedades em formas de piquetes que são direcionadas à criação de gado de corte e de leite.

Outros aspectos foram colocados com relação aos prejuízos ambientais que podem ser ocasionados, a saber, “o desmatamento”, a preocupação com danos à “reserva legal”, “ruído por mais que seja temporário, é um incômodo”, “mobilização

de caminhões”, “roubos” e “a paisagem fica menos bonita”. Além disso, também foi colocada preocupação com relação ao “risco da torre cair”, o que ocasionaria grandes transtornos aos proprietários das terras passadas pela linha.

Contudo, por outro lado, há aqueles que demonstram uma expectativa positiva afirmando que não haverá prejuízos aos possíveis atingidos, respeitando as condições dos proprietários, principalmente que os mesmos sejam devidamente indenizados.

As percepções das pessoas com relação à pergunta “Acha que o empreendimento trará algum benefício?” os principais aspectos colocados foram com expectativa positiva. Os benefícios colocados pelas pessoas estão relacionados à melhorias no atendimento de energia à população, a saber, “aumenta a oferta de energia” e “distribuição de energia”. Além disso, citam benefícios aos municípios como a “arrecadação do município melhora” e bem como “aumentará o número de empregos na região”. Também quando a questão é a energia, colocam que “Melhor seria se o preço da luz abaixasse”, o que demonstra preocupação com o atual custo da energia em suas residências.

Expressam entendimentos sobre a amplitude da importância da energia ao afirmarem que haverá benefícios, pois a linha possibilitaria levar a “energia para outro lugar, para quem mais precisa”...“muito bom, ajuda a melhorar o crescimento do país e seu desenvolvimento”. Sob essa perspectiva também vêm a garantia de distribuição de energia como necessária para atender as futuras demandas: “caso haja mais demanda de energia como indústrias, haverá assistência e disponibilidade”.

Ao perguntar se o entrevistado gostaria de acrescentar alguma consideração, foram feitas colocações sobre a atual situação de energia como a “ótima qualidade da energia elétrica do município”. Importante trazer uma afirmativa que expressa o entendimento do entrevistado com relação à importância da implantação do empreendimento para a população: “vizinhos acham que a linha trará prejuízos, pensam somente neles”.



Apareceram também sentimentos de ordem geral voltados às dificuldades locais existentes, a saber: “a cidade deveria ter pequenas indústrias”; “se pudesse sairia da cidade, para ter um futuro melhor”; “seca forte este ano, prejudicou a agricultura” e “água captada por poços artesianos”.

De forma resumida, não houveram manifestações contra a implantação do empreendimento. O que se evidenciaram foram algumas expectativas apreendidas em questionamentos e dúvidas, principalmente devido à falta de informação, portanto, o empreendedor sanando essas dúvidas e atendendo as condições previstas na legislação, deverá reduzir significativamente alguma implicação indesejada. Ademais, a grande maioria dos entrevistados se mostrou bastante favorável à implantação do empreendimento, colocando sua importância principalmente com relação a geração de empregos nas comunidades.

#### *6.4.8.2 Percepção dos Gestores Públicos*

A pesquisa de percepção também procurou buscar as opiniões dos gestores públicos sobre a implantação do empreendimento. Algumas opiniões revelam incerteza com relação às possíveis implicações indesejadas decorrentes na implantação do empreendimento, contudo, a maioria se apresentou favorável, inclusive afirmando que o empreendimento traria benefícios sociais e econômicos.

É perceptível que os gestores locais reconhecem o papel social e econômico da implantação do empreendimento, mas também estão preocupados com os reflexos locais: “O município não se opõe, a única preocupação seria com as comunidades atingidas”. Colocam que o município encontra-se mais ou menos favorável ao empreendimento, mas que concedeu a carta de anuência.

Sob o ponto de vista da área da saúde, aparecem preocupações dos gestores com relação à possibilidade de aumentar a demanda pelos serviços de saúde durante as obras afirmando que “O município poderá ter problemas com a grande demanda de pessoas”. Complementa... “O Hospital São Paulo e o Posto de

---

Saúde com atendimento 24 horas, poderiam suprir esta necessidade, entretanto o Posto tem atendimento preferencial a pessoas do município e das proximidades”.

Por outro lado, há também aqueles que acreditam que não haverá problemas com relação ao atendimento de saúde: “O município em relação à saúde possivelmente atenderia as necessidades e novas demandas do empreendimento”.

Alguma preocupação também surge com relação a possíveis prejuízos aos agricultores. Dependendo de situações específicas do projeto, exigiria alguma reorganização das atividades nas propriedades, por vezes, acabando por gerar insatisfações: “Empreendimento necessário mas que dependendo da situação pode prejudicar o pequeno agricultor”.

Outra implicação negativa, segundo os gestores, estaria ligada ao atual problema existente no fornecimento de energia. Houveram reclamações sobre a qualidade no fornecimento de energia elétrica, em que se registra em algumas áreas, o interrompimento frequente. Nesse sentido, nos municípios em que se observa esse problema, a situação poderia se agravar em função da vinda de trabalhadores de fora, ficando o abastecimento comprometido, gerando problemas quanto à iluminação, uma vez que é um serviço terceirizado.

A importância do empreendimento aparece muito nas falas dos gestores entrevistados, mas ressaltam que o município poderá ser mais beneficiado se houver o envolvimento do poder público municipal: “Positivo mas depende muito da prefeitura municipal, o desenvolvimento das ações sociais”.

Outras opiniões giram em torno do desconhecimento de informações com relação à implantação do empreendimento e suas possíveis relações, contudo, acredita que pode ser positivo para o município. Ao mesmo tempo também acredita que não trará benefício mas também não vai atrapalhar”.

As leis ambientais apareceram como indicações dos gestores como condição que deve ser atendida pelo empreendedor... “Positivo desde que sejam cumpridas as leis ambientais, bom para o Brasil bom para Pato Branco.” Também lembram que o empreendimento poderá valorizar o município... “ desde que

---

amparado por leis e que as dívidas sejam sanadas”. Também no sentido de condições a serem atendidas, seguem a expectativa de realização de audiências públicas nas quais constituem oportunidades para a população indicar as ações a serem atendidas pelo empreendedor, como por exemplo, a implantação de programas ambientais. Paralelamente, reportam-se aos benefícios da sua implantação como a relação do empreendimento com a sustentabilidade e que este tema poderia ser abordado com as crianças na escola

Algumas experiências em municípios consultados indicam que os benefícios para a população serão importantes. Por exemplo, municípios que tiveram experiência com implantação de PCHs, tiveram benefícios com destaque para o segmento comercial, além de observarem também resultados positivos nos municípios vizinhos. Nesse sentido, muitos acreditam que o “empreendimento não trará problemas”.

Embora tivessem algumas dúvidas com relação a implantação do empreendimento e suas implicações, as expectativas que apareceram com maior frequência são positivas: “Pode trazer alto desenvolvimento”. Há afirmativas que mostram expectativas positivas dos gestores com relação à geração de empregos, dizendo que o município está preparado para o recebimento dos funcionários”.

As falas revelaram um entendimento bastante comum, o de que o empreendimento poderá beneficiar não somente seu município mas toda a região: “Pode trazer desenvolvimento para região”... “Importante pois pode trazer benefícios para a região”. Entendem que a garantia de abastecimento de energia seja economicamente importante de forma ampla, beneficiando todo o País: “Positivo, expectativa de melhoras para todos os investimentos da sociedade”; “ muito bom pois leva a energia para a população necessitada”; “Bom. O empreendimento gera desenvolvimento, emprego e traz melhorias para a população”; “Bom desde que traga melhorias significativas para o Brasil”; “Necessário. Prioridade para o país.”

### 6.4.8.3 Sugestões de municípios para realização de audiência pública

Como forma de abranger a realidade que se identificou na pesquisa de campo, sugere-se a realização das audiências públicas nos municípios de Coronel Vivida/PR, Xanxerê/SC, Erechim/RS e Garibaldi/RS. Nesse sentido, a pesquisa de campo possibilitou identificar diferentes regiões abrangidas pelo empreendimento, em termos de perfil socioeconômico, suas produções e comunidades que de alguma forma possam ser influenciadas pela implantação da LT, com o intuito de abranger diferentes características e possibilitar uma compreensão mais abrangente da realidade em foco. Além de avaliar essas especificidades essa questão em consideração, também adotou-se como critério de escolha dos municípios, a distância entre as regiões atendidas.

### 6.4.9 Populações Tradicionais

As regiões noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, centro oeste dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, e o sudoeste do Estado de São Paulo são, tradicionalmente, território de ocupação Kaingang, grupo Jê Meridional.

Os registros arqueológicos informam que tal ocupação remonta, aproximadamente, a dois mil anos antes do presente (TOMMASINO, 1995). Estudos etno históricos, por seu turno, demonstram que desde os primeiros anos da colonização do Brasil Meridional há registros da presença indígenas entre as bacias dos rios Uruguai e Iguazu (D'ANGELIS, 1989). Por fim, os estudos etnográficos, desenvolvidos durante todo o século XX, apresentam inúmeras informações sobre os grupos indígenas que atualmente ocupam esta região, identificando suas complexidades sociais, culturais e territoriais (FERNANDES, 2003).

Esse mesmo território foi palco do modo de vida de diversos grupos Guarani, caracterizado por alta mobilidade no território. Oriundos de regiões amazônicas, preferiam os vales dos grandes rios na região sul, em altitudes não maiores que 700 metros. Informações de cronistas, historiadores e antropólogos compiladas por

Marcelo A. Gonçalves (2011), afirmam que os vales dos Rios Paraguai, Uruguai e Paraná foram território de perambulação dos Guarani antes de chegarem ao litoral, por volta do ano mil d.C.

A Lei de Terras Nº 601, no ano de 1850, regulamentou o processo de avanço da frente colonizadora sobre as terras devolutas do Império, as quais doravante seriam “cedidas a título oneroso para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias para nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.[...]”. A partir de então, os territórios indígenas no Brasil, cuja maioria não havia recebido nenhuma atenção governamental no sentido de serem “reservados” a grupos indígenas, foram sistematicamente ocupados por frentes colonizadoras. O mesmo aconteceu com territórios quilombolas e caboclos.

A invasão dos territórios de populações tradicionais promovida por políticas públicas ensejou inúmeros conflitos e alguns acordos entre os grupos indígenas, de um lado, colonos e poder público, de outro lado. Ocorreu um decréscimo populacional indígena significativo decorrente dos conflitos belicosos, da ação exterminadora dos “bugreiros” e das doenças infectocontagiosas trazidas pelos europeus. Grupos indígenas remanescentes se abrigaram nas poucas aldeias e reservas decretadas pelos Estados e tiveram uma papel bastante significativo como mão de obra nos ciclos econômicos que se sucederam na região.

Os ciclos econômicos nos quais a colonização desses territórios foram, inicialmente, o ciclo do gado, sendo transportado de Rio Grande do Sul para o sudeste para áreas de mineração e para as zonas cafeeiras, e posteriormente, o ciclo da madeira, com a exportação da madeira das florestas de *Araucaria augustifolia*.

Mesmo após serem criadas oficialmente pelo Estado, as reservas indígenas continuaram a ser ocupadas por fazendeiros e colonos, na maior parte dos casos com a anuência do Serviço de Proteção ao Índio e FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Com efeito, a condição indígena é marcada pela relação tensa entre os

processos colonizadores e os processos de delimitação, demarcação e oficialização de terras reservadas. Em meio a uma região de grande exploração agrícola, os indígenas acompanharam a partir da segunda metade do século XX o desenvolvimento de centros urbanos, a modernização da produção e dos mercados e a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Neste cenário, os processos de reivindicação de direitos étnicos têm mobilizado a população indígena regional. Em pauta estão não apenas o direito à terra, mas também a luta pela implantação de políticas diferenciadas para as comunidades, garantindo a plena efetivação da cidadania indígena. (D'ANGELIS, 1989; CUNHA, 1992; AREND, 2001, TOMMASINO, 2002; MOTA, 2003).

#### *6.4.9.1 Os Kaingang na bacia do rio Chapecó*

A Terra Indígena (TI) Xapecó foi criada em 1902, através do Decreto Nº 7 do governo do Estado do Paraná. Com este Decreto, o governo Estadual reservou um território para os nativos habitantes do Toldo das Formigas. Como este processo de demarcação não foi um ato isolado, efetivamente entre os anos 1902 e 1921 inúmeras terras Indígenas foram demarcadas nos estados do sul do Brasil. Além da TI Xapecó, no oeste catarinense, foram demarcadas as terras de Manguerinha e Palmas (1909) no sudoeste do Paraná e as TIs Monte Caseros, Nonoai, Ligeiro, Ventarra, Carreteiro e Cacique Doble (1911), Serrinha (1912), Guarita e Votouro (1918) e Inhacorá (1921), todas na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Segundo o Decreto Nº.07, a terra reservada aos índios tinha aproximadamente 50.000,00 hectares, sendo seu limite norte definido pelo rio Chapecó, o sul pelo rio Chapecozinho e o leste pela linha telegráfica que ligava a cidade de Xanxerê a cidade de Palmas (o traçado desta linha telegráfica corresponde ao traçado da atual estrada que liga estes municípios), conforme o próprio texto do Decreto:

“(…) fica reservado para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes<sup>4</sup>:

A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra.”(Decreto Nº 7 de 18/06/1902).

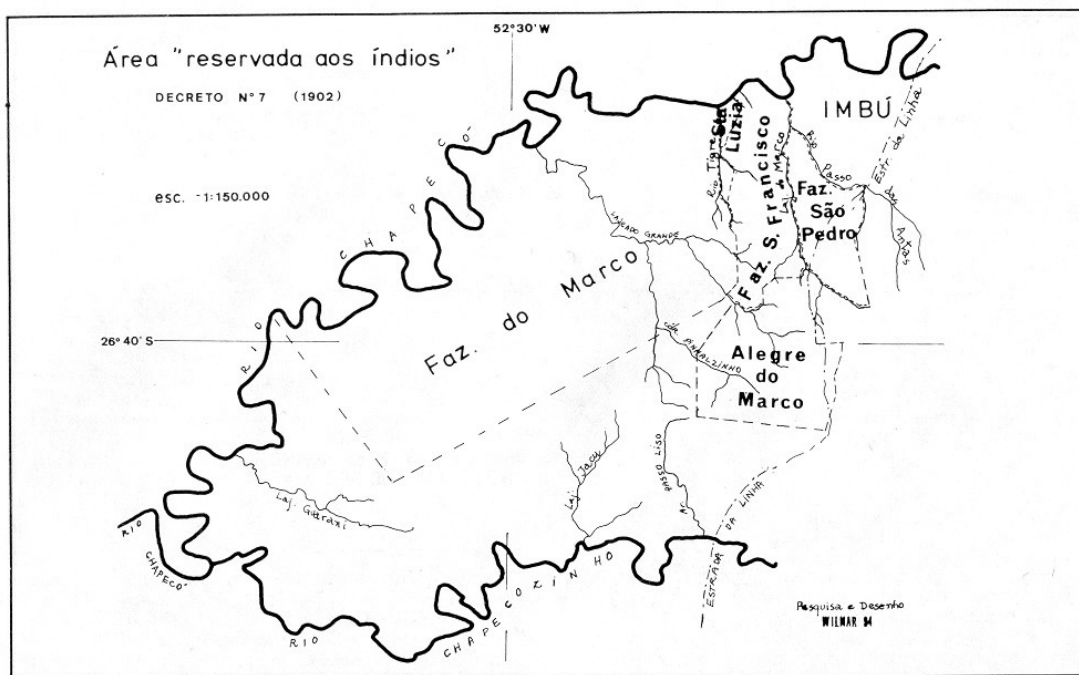


Figura 6.4.89: Limites da T.I.Xapecó, segundo decreto Nº.07, de 1902.

Fonte: D'Angelis e Fokãe 1994. Ed.Unoesc. Chapecó.

No interior desta terra reservada aos Kaingang havia diversos acampamentos, os quais eram genericamente chamados de toldos. Não há registros sobre quantos e quais eram os toldos existentes nesta terra reservada. Sabe-se, entretanto, que além do Toldo das Formigas, havia o Toldo Jacutinga (onde

4 O “direito de terceiros”, ressalvado no decreto, visava a respeitar as titulações que obedeciam as regras impostas pela Lei de Terras de 1850. Sendo assim, as Fazendas ‘do Marco’, ‘Alegre do Marco’, ‘Santa Luzia’, ‘São Pedro’ e ‘São Francisco’, foram reconhecidas, apenas na década de 1950, como as únicas propriedades que deveriam ser respeitadas por obedecer às regras de titulação da Lei de Terras (os limites destas propriedades estão apontadas no mapa acima).

atualmente está localizado a Aldeia da Sede, a principal concentração de moradores na TI Xaçecó) que contava com aproximadamente 200 indivíduos a época, e o Toldo Imbu (à época conhecido como Palmas do Sul) onde viviam 369 indivíduos (segundo o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1890).

Em 1941, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou o Posto Indígena Xaçecó. Com a presença de autoridade institucional no interior da Terra Indígena, houve profundas mudanças tanto na organização social deste grupo, quanto na sua inserção no contexto regional, bem como nas características de seu habitat. Sílvio Coelho dos Santos assim descreve o período que se seguiu à instalação do Posto Indígena:

“(...) alguns anos depois da instalação o Posto Indígena já caminhava para uma organização de empresa, explorando os ervais da reserva e realizando anualmente uma roça. (...) O posto estava engajado numa economia de mercado, especialmente o cultivo de trigo e de milho (...) o benefício que os índios recebiam, entretanto, era mínimo e na maioria das ocasiões não era por eles solicitado ou aproveitado, pois eles praticavam uma escassa atividade agrícola própria (...) Desde 1948 começaram a se localizar na reserva vários colonos, especialmente italianos (...) Os indígenas cediam aos colonos locais as terras que tradicionalmente ocupavam (...) A presença dos colonos arrendatários na área, criou novas oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra indígena (...) Ainda na sua ‘situação de empresa’, o Posto Indígena dedicou-se à exploração dos recursos florestais da área indígena, particularmente os pinheiros. O Posto chegou a instalar uma serraria própria (...) A devastação que ocorreu nas reservas florestais da área indígena foi praticamente total. As empresas madeireiras da região, que há muito vinham se ressentindo do escasseamento da matéria-prima, passaram a trabalhar 24 horas por dia. Sessenta mil pinheiros, aproximadamente, foram derrubados na reserva indígena.”(Santos, 1970:63-66).

Em 1965, os limites da Terra Indígena Xaçecó foram demarcados pelo SPI. Através desta demarcação a área total desta TI ficou definida: 15.623,9681 hectares. Estas medições e a demarcação das terras não respeitaram os limites reconhecidos pela comunidade. Ainda hoje, os Kaingang da TI Xaçecó estão pleiteando a regularização de parte de sua terra indígena conhecida como canhadão, já identificadas e declaradas pela FUNAI, em 2007, como terra indígena.

Segundo o mapa da FUNAI/DAF (Divisão de Assuntos Fundiários – 1987), a área total da Terra Indígena Xaçecó é de 15.623,9681 hectares, acrescidos dos 660



---

hectares que correspondem as terras em processo de demarcação. Atualmente a TI Xaçecó ocupa parte dos territórios dos municípios de Ipuçu e Entre Rios.

Duas estradas principais ligam esta terra indígena aos municípios da região; são estas: a SC 480 que liga o município Bom Jesus ao município de São Lourenço do Oeste, passando pelos municípios de Ipuçu, São Domingos e Galvão. Esta estrada é asfaltada e muito movimentada, pois serve para o escoamento da produção agrícola da parte norte da região oeste do Estado de Santa Catarina. A SC480 atravessa a extremidade norte da TI Xaçecó, entre os municípios de Bom Jesus e Ipuçu (Figura 6.4.90) em um trecho de 5Km, onde está localizada a comunidade indígena conhecida como aldeia Pinhalzinho. A estrada que liga bom Jesus a Entre Rios não é asfaltada, é '*cascalhada*' (como dizem os indígenas e os regionais) e apresenta um trânsito menos intenso. Esta estrada atravessa o interior da TI Xaçecó por uma extensão de 9Km, ligando comunidade indígena conhecida como aldeia do Posto, o centro político administrativo desta Terra Indígena, à sede do município de Bom Jesus e à comunidade regional conhecida como Samburá.

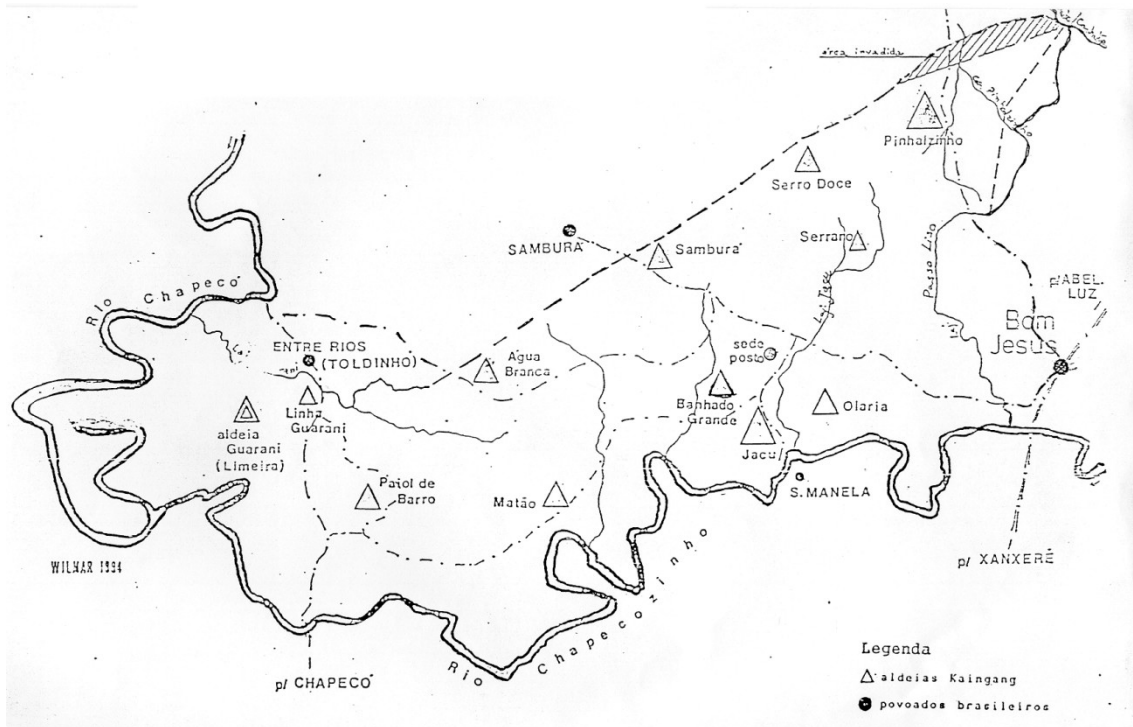


Figura 6.4.90: Localização as aldeias e limites na TI Xaçecó.

Fonte: FUNAI AER/Chapecó

A população da TI Xaçecó é formada, majoritariamente, por indígenas da etnia Kaingang. De fato apenas 2% da população total é composta por indígenas da etnia Guarani. De acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde (2007) a população indígena totaliza 4.823 indivíduos, distribuídos pelas quinze aldeias que compõem esta TI, conforme Tabela 6.4 93 apresentada a seguir:

TABELA 6.4 93: COMPOSIÇÃO DA TI XAÇECÓ (ALDEIAS E NÚMERO DE INDIVÍDUOS).

ALDEIA	POPULAÇÃO
Baixo Samburá	303,00
Fazenda São José	108,00
Olaria	298,00
Pinhalzinho	1.124,00
Sede	1.508,00
Serrano	69,00

ALDEIA	POPULAÇÃO
Serro Doce	97,00
Água Branca	272,00
João Veloso	140,00
Limeira (Kaingang)	114,00
Limeira (Guarani)	99,00
Manduri	45,00
Linha Matão	164,00
Paiol de Barro	482,00

Cada uma das aldeias que compõem a TI Xaçecó apresenta características específicas. Na aldeia da Sede e na aldeia Pinhalzinho, a maioria das casas é de alvenaria ou madeira. Nas aldeias menores, contudo, muitas famílias vivem em barracas de lona, sem acesso a água potável ou luz elétrica.

A organização política indígena está centrada na figura do cacique, contudo as aldeias que pertencem aos dois municípios se organizam em diferentes associações, são estas a Associação Indígena Kaingang (AIKA) criada para atender os convênios voltados à saúde indígena (município de Ipuçu) e a Associação Comunitária Indígena que reúne todas as aldeias pertencentes ao município de Entre Rios.

O atendimento à saúde é prestado em dois postos de saúde construídos no interior da Terra Indígena. Um localizado na aldeia da Sede, onde há leitos para internações, consultórios médicos, sala de curativos, farmácia e cozinha; um localizado na aldeia do Pinhalzinho, que conta com um consultório, uma sala de curativos e uma farmácia. Além dos médicos e auxiliares de enfermagem, o atendimento à saúde conta com o trabalho dos agentes indígenas de saúde.

A educação na TI Xaçecó é desenvolvida em oito escolas de ensino fundamental 01 (1ª. A 4ª. Séries), uma escola de ensino fundamental 01 e 02 (1ª a 8ª. Séries) e uma escola de ensino fundamental e médio. São mais de mil alunos cursando os diversos níveis. Ademais, está em curso o ensino superior indígena

oferecido pela Unochapecó. Sessenta alunos fazem parte deste curso que iniciou em 2009. As instalações escolares, assim como as aldeias, diferem significativamente. A Escola Cacique Vankrê é referência nacional em termos de infraestrutura para a educação indígena. De fato, esta escola conta com salas de aula, refeitório, salas de apoio, centro cultural, teatro de arena, ginásio de esporte. A arquitetura desta escola faz referência a aspectos da cultura indígena: as salas de aula estão dispostas em formato circular, o ginásio foi construído em forma de “tatu” e o teatro em forma de “tartaruga”.

As atividades produtivas no interior da Terra Indígena estão em grande medida relacionadas ao cultivo agrícola. No nível da produção familiar as além das pequenas hortas domésticas, as lavouras de milho e feijão são as atividades mais comuns. Há também a produção em escala comunitária desenvolvida pela liderança indígena através das associações. As atividades agrícolas são desenvolvidas nos campos abertos ao longo dos últimos sessenta anos em virtude das atividades madeireiras. Como em outras regiões a extração madeireira comprometeu a qualidade do solo que atualmente requer investimentos para garantir a produtividade. A venda de madeira e produtos florestais não mais representa fonte de renda nem para a comunidade indígena nem para o órgão indigenista.

Além da produção na própria TI, é comum a venda de força de trabalho para produtores rurais da região. Os serviços de diarista ou de “boia fria” são contratados na época da colheita ou preparo da terra para o plantio. Nestes períodos é comum ver transporte de trabalhadores (ônibus ou caminhões) no interior da TI. O artesanato, produzido com materiais locais e vendido nas cidades na região, representa importante fonte de renda para as famílias indígenas. A geração de renda indígena depende, ainda, das pensões, das aposentadorias e das atividades profissionais desenvolvidas junto aos órgãos públicos, tais como FUNAI, prefeituras, secretarias de saúde e educação. Por fim, há muitos indígenas que prestam serviços nas cidades e núcleos da vizinhança. De fato, é intensa a socialização destes

---

indígenas nos ambientes urbanos ou nas periferias urbanas da região, onde frequentam bares, bailes, jogos de futebol e outros locais e eventos.

#### 6.4.9.2 Terra Indígena Toldo Imbu

O Toldo Imbu fazia parte da terra reservada aos Kaingang em 1902. A expulsão dos habitantes desta TI ocorreu em 1948. Em 1998, nove famílias Kaingang, que viviam na TI Xaçecó, acamparam nas terras que pertenciam ao Toldo Imbu e deram início ao processo de retomada desta terra. Boa parte destas terras tradicionais são hoje em dia ocupadas pela zona urbana do município de Abelardo Luz. Em 1999, a FUNAI constituiu um grupo técnico para definir as terras a serem retomadas pelos Kaingang do Toldo Imbu.

Em 2001, a Funai concluiu e publicou o relatório de identificação e delimitação do Toldo Imbu, propondo a demarcação de área de 1.965ha. Em 2007, através da Portaria Nº. 793 do Ministério da Justiça, foi declarada a posse permanente do grupo indígena Kaingang à Terra Indígena Toldo Imbu. Esta decisão foi questionada na justiça federal, contudo, em dezembro de 2011, sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a legalidade da portaria declaratória da FUNAI. Desde então os Kaingang aguardam a efetivação do processo de demarcação.

#### 6.4.9.3 Os Kaingang na bacia do rio Irani

O rio Irani foi um importante eixo de ocupação do território tradicional Kaingang. Nesta sub-bacia hidrográfica a oficialização da presença indígena só ocorreu a partir dos oitenta do século XX. Diferentemente, de outros contextos os indígenas do rio Irani permaneceram durante a maior parte do século XX em situação de absoluta marginalidade. Em 1970, o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos assim descreve a situação dos Kaingang do rio Irani:

Alguns pequenos grupos mantinham seus aldeamentos ainda as margens do Uruguai e outros transitavam livremente ora para o Rio Grande, ora para além do Iguaçu. De todo o modo, entretanto, eles mantinham relações amistosas com os brancos e eram utilizados continuamente como mão de obra nas fazendas de criação, na extração da erva e na condução de tropas” (SANTOS, 1970, p.26).

O rio Irani efetivamente configurou-se como um eixo para os deslocamentos, que conectavam as populações indígenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As informações sobre o estabelecimento permanente dos Kaingang nas margens deste rio estão relacionadas à atuação do cacique Antônio Chimbangue, que, segundo D’Angelis (1984), viveu até 1912/1915. Conforme o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Chimbangue II:

[...] o Toldo Chimbangue surgiu em decorrência de um ataque a uma fazenda próxima ao aldeamento de Nonoai no Rio Grande do Sul. Nesse conflito muitos Kaingang foram mortos e um grande número, incluindo mulheres e crianças, foi aprisionado. Dentre os que tiveram participação direta no ataque, conseguiram escapar os índios Antonio Chimbangue e Salvador, que deram início ao aldeamento do Irani e Lajeado Lambedor” (RESUMO DO RELATÓRIO FUNAI, p. 01).

Logo após a morte deste cacique teve início a colonização sistemática da região através das empresas colonizadoras. Além da expropriação territorial, a colonização envolveu a exploração da madeira, pressionando não apenas a territorialidade indígena, mas também o modo de vida e a sustentabilidade dos caboclos que exploravam a erva-mate na região. Com efeito, a distribuição de lotes, a abertura de estradas e a instalação de colonos dedicados inicialmente à exploração madeireira restringiram as áreas e os recursos necessários à reprodução física e cultural indígena.

Na década de quarenta, como registra a documentação do SPI, estes índios eram periodicamente visitados por funcionários ou da Inspetoria Regional de Curitiba e do Posto Indígena Xapecó. Nos início dos anos setenta, as últimas áreas das terras Kaingang foram vendidas. Algumas famílias foram viver com parentes em outras terras. Outros permaneceram na condição de “agregados” dos novos moradores/produtores rurais. Segundo o Relatório de Identificação da FUNAI, 30

famílias permaneceram no Toldo Chimbangue, vivendo dispersas pelas propriedades rurais e cultivando pequenas roças nos terrenos acidentados nas margens do rio Irani.

“As condições de vida para os índios na região foram paulatinamente se tornando insuportáveis, com episódios de agressão física, destruição de roças por parte dos colonos. As 30 famílias que permaneceram no Chimbangue viviam dispersas pela área em função dos contratos de trabalho estabelecido com os colonos. As poucas roças que lhes eram permitidas manter se encontravam em terrenos acidentados e pedregosos, gerando um quadro de penúria, agravando à medida que os Kaingang foram se organizando no sentido de recuperar suas terras (RESUMO DO RELATÓRIO FUNAI, p. 2).

Em 1984, frente à gravidade dos conflitos envolvendo indígenas e colonos, a FUNAI constitui grupo de trabalho para definir os limites da Terra Indígena Toldo Chimbangue. O relatório deste Grupo de Trabalho concluiu pela delimitação de 1.817 hectares, tendo como limites o lajeado Lambedor, o rio Irani e, ao norte, a linha seca. Em virtude da grande rejeição local e regional à presença indígena, a efetiva demarcação destas terras foi dividida em duas etapas: a primeira totalizando 988 hectares, na porção sul do território, homologado em 1991; e a segunda totalizando 975 hectares, demarcados em 2004 na porção norte do território, resultado do relatório de novo Grupo de Trabalho constituído pela FUNAI em 1998.

#### 6.4.9.4 Terra Indígena Toldo Pinhal

Processo de expropriação semelhante foi enfrentado pelos Kaingang do Toldo Pinhal na margem esquerda do rio Irani. Este grupo foi liderado até os anos trinta pelo cacique Gregório Mbrén, que conviveu com os primeiros colonos que ocuparam a região do rio Ariranha, a leste, na colônia de Nova Teutônia. Parte do grupo do cacique Gregório vivia distribuída ao longo córregos José Albino e Rosário, que desaguavam no rio Irani. Ao longo do século XX, contudo, os territórios indígenas foram pressionados pela atuação das empresas colonizadoras Rio Branco Ltda. e Luce e Rosa & Cia. Segundo registra o Resumo do Relatório Circunstanciado de Reestudo dos Limites da TI Pinhal: Com a intensificação da

presença de colonos a partir de meados da década de trinta do século XX, muitos indígenas foram expulsos de suas terras. Os episódios de violência decorrentes da intensificação da colonização das terras do Toldo Pinhal são conhecidos pelos indígenas como os 'Despejos' [...] ocorridos em de 1955 e de 1960 (RESUMO DO RELATÓRIO FUNAI P. 02).

Em 2002, foi constituído novo Grupo de Trabalho (GT) para reestudo dos limites do Toldo Pinhal. O resultado deste GT foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de setembro de 2003, propondo a demarcação de 4.846 hectares, delimitados a oeste pelo rio Irani, a leste pelo rio Ariranha, ao sul pelo Lajeado José Albino e ao norte por linha seca. Embora aprovada pela FUNAI estes limites foram contestados pela justiça federal que emitiu liminar suspendendo os efeitos do processo demarcatório. Sendo assim, os Kaingang do Toldo Pinhal seguem vivendo nos 880 hectares demarcados em 1996, na região do rio Ariranha.

#### 6.4.9.5 Terras Indígenas no Rio Grande do Sul

A **Terra Indígena Mato Preto** está localizada nos municípios de Getúlio Vargas, Erechim e Erebango, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com pesquisas arqueológicas a presença Guarani nesta região remonta, aproximadamente, a dois mil anos antes do presente. Segundo a memória dos indígenas esta área vem sendo ocupada seus ancestrais desde antes do início da colonização. Entre os anos 1930 e 1960, com o aumento da colonização, as famílias guarani foram pressionadas a abandonar seus territórios. No final dos anos 1990 um grupo de famílias decidiu acampar no local de sua antiga aldeia, constituindo o acampamento entre as margens da rodovia RS 135 e a linha férrea da RFFSA.

Em 2004, quando 63 pessoas viviam em uma área de 30 x 300 metros, teve início o processo de regularização fundiária através da constituição de Grupo Técnico para a identificação e delimitação da TI Mato Preto. O relatório deste GT foi publicado em 2009, propondo a demarcação de 4.230 hectares. O território indígena



identificado está sendo atualmente ocupado por 300 pequenos proprietários, produtores rurais descendentes de italianos, poloneses e alemães, voltados quase que exclusivamente à produção agrícola intensiva, prioritariamente para monoculturas de soja e trigo. A forte oposição dos não indígenas, associada à ação dos procuradores do Estado do Rio Grande do Sul, tem impedido até o momento a conclusão deste processo demarcatório.

Os recursos naturais deste território indígena estão comprometidos devido à prática da agricultura intensiva. Os prejuízos mais evidentes são a perda de fertilidade do solo. Os recursos hídricos encontram-se diminuídos em volume e em qualidade. O desmatamento também causou diminuição drástica de fauna e flora. O município de Getúlio Vargas apresenta problemas de abastecimento de água que é oriunda de nascentes localizadas no interior do território indígena Mato Preto, localizadas nas bacias Micro Bacia Rio Toldo e da Micro Bacia Abaúna.

A **Terra Indígena Carreteiro**, demarcada em 1911 pela Comissão de Terras de Passo Fundo, está localizada no município de Água Santa Rio Grande do Sul. Com um total de 602 hectares, esta TI abriga uma população de 64 famílias totalizando, 212 indígenas. Segundo informou o cacique em entrevista ao jornal local em maio de 2011, *os indígenas possuem, água de qualidade, energia elétrica, internet, telefonia e 100% de saneamento básico (...) atendimento médico e odontológico, escola e áreas de lazer para as crianças*. Não obstante a fala do cacique indique boas relações com a prefeitura e com os não indígenas. Há entre os indígenas uma mobilização no sentido de ampliar seu território na direção de cemitérios localizados ao sul dos atuais limites da TI. A existência de cemitérios indígenas e de casas subterrâneas, registros incontestáveis da ocupação tradicional indígena, foi confirmada por técnicos da FUNAI já em 2002. Para proteger este patrimônio, o Ministério Público Federal, propôs em 2006 uma Ação civil Pública para a Defesa do Patrimônio Histórico. Também em 2006 a FUNAI deu início ao processo de reestudo dos limites desta TI.

#### 6.4.9.6 Outras comunidades tradicionais

A pesquisa de informações em campo, complementada com dados secundários possibilitou conhecer o histórico de ocupação das regiões estudadas, o que revelou a importância da imigração europeia para o seu desenvolvimento. É bastante evidente a presença da cultura preservada por descendentes de italianos, alemães, poloneses, entre outros. As formas de ocupação e atividades econômicas assumem uma especificidade particular em todas as regiões estudadas, o que revela que a constituição histórica é fundamentada em conhecimentos introduzidos no decorrer do tempo. Vale destacar que essa riqueza cultural foi observada na amostra da pesquisa realizada, e que medidas mitigadoras podem reduzir os impactos sobre o patrimônio cultural.

É importante salientar que o estudo do traçado está sendo realizado com o intuito de proporcionar menor interferência possível no cotidiano das comunidades inseridas na AID do empreendimento, de maneira a priorizar o menor número afetado de áreas produtivas e benfeitorias, além de conciliar essas questões com a preservação das diferentes regiões fitoecológicas e socioculturais afetadas pela instalação da linha de transmissão.

#### 6.4.10 Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico

Para o diagnóstico sobre o Patrimônio Cultural e da Prospecção não interventiva foram obtidos dados bibliográfico e de campo nas áreas de influência direta e indireta do traçado da LT.

Para realização das atividades foi considerado como Área de Influência Direta (AID) 500m e Área de Influência Indireta (AII) 2,5 km para cada lado do traçado.

Os dados primários e secundários foram compilados e divididos em três partes, a primeira trata da contextualização paisagística, arqueológica, antropológica e histórica das áreas afetadas pelo empreendimento e foi o ponto de partida para

elaborar a estratégia de investigação em campo. Baseado nos dados secundários, existem 308 sítios arqueológicos registrados nos municípios abrangidos pelo traçado da LT, 70 sítios no Paraná, 102 sítios em Santa Catarina e 136 no Rio Grande do Sul.

Na AID da LT, há um (1) sítio arqueológico (a 1 km do traçado) e sete (7) sítios na AI. Considerando a extensão da área (aproximadamente 495 km), foi atribuído o número reduzido de sítios ao fato de ter sido levado em consideração somente aqueles que possuem coordenadas e que não estão submersos pelas águas dos reservatórios das diversas hidroelétricas que existem no traçado da linha.

Em termos paisagísticos, a área dominante é de Floresta Ombrófila Mista, ou seja, a Mata de Araucárias que são predominantemente ocupadas pelos povos Jê Meridionais, arqueologicamente representados pela tradição Taquara/Itararé. As áreas de menores altitudes cobertas por florestas decíduais e semidecíduais são dominadas pelos sítios da Tradição Tupiguarani. Os povos falantes da família Tupiguarani, antecessores dos Guarani históricos, se estabeleceram no sul do país migrando através dos afluentes da bacia do Paraná, o que justifica a predominância de sítios dessa tradição nas várzeas e terraços de rios de maior porte. As ocupações mais antigas, relacionadas a grupos caçadores e coletores, podem aparecer em todas as áreas, embora haja preferência pelas altitudes mais baixas e florestas estacionais.

A segunda parte do diagnóstico trata do trabalho de campo, onde o grande potencial arqueológico da área é comprovado pela descoberta e registro de dezessete (17) sítios arqueológicos e dezoito (18) ocorrências isoladas encontradas através da prospecção não interventiva. As ocorrências isoladas de artefatos ou de estruturas são parte importante no trabalho de avaliação do diagnóstico. Devido às limitações de tempo e a impossibilidade de ações interventivas, as ocorrências se caracterizam como norteadores de pontos de intervenção e/ou preservação. A metodologia empregada em campo compreendeu a prospecção sistemática estratificada, sendo considerados os compartimentos/estratos como relevo,

vegetação, altitude e hidrografia. Os dados foram registrados em fichas de prospecção as quais são apresentadas a seguir.

Na terceira parte são avaliados os impactos ambientais, apresentado um diagnóstico e as medidas preventivas. O principal impacto é a destruição de possíveis sítios arqueológicos de deposição primária nos locais das bases das futuras torres e nos acessos secundários e, considerando que os vestígios arqueológicos são bens finitos e não renováveis e que as áreas atravessadas pela linha de transmissão possuem um alto potencial arqueológico, histórico e paisagístico, sugere-se o desenvolvimento de Programas de Prospecção interventiva e Monitoramento e futuro resgate dos sítios registrados na área de influência direta da LT, segundo os critérios estabelecidos pela legislação federal e pela Portaria N°. 230, de 17 de dezembro de 2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

#### *6.4.10.1 Levantamento do Patrimônio Cultural*

##### *6.4.10.1.1 Contextualização paisagística*

As áreas a serem atravessadas pela LT pertencem ao **Bioma da Mata Atlântica** que é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendem originalmente por aproximadamente 1.300.000 km<sup>2</sup> em 17 estados do território brasileiro (MMA, 2012).

Atualmente, a Mata Atlântica ocupa uma área de 1.086.289 Km<sup>2</sup> e 13,04% do território nacional e que é constituída principalmente por mata ao longo da costa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. A Mata Atlântica ocupa a totalidade do território do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e parte do território do estado de Alagoas (52%), Bahia (19%), Goiás (3%), Mato

Grosso do Sul (14%), Minas Gerais (41%), Paraíba (8%), Paraná (98%), Pernambuco (17%), Rio Grande do Norte (5%), Rio Grande do Sul (37%), São Paulo (68%) e Sergipe (51%). (Wikipédia Mata Atlântica, 2012).

A Mata Atlântica, incluindo as florestas estacionais semidecíduais, originalmente foi a floresta com a maior extensão latitudinal do planeta, indo de cerca de 6 a 32°S. A variabilidade climática ao longo de sua distribuição é grande, indo desde climas temperados superúmidos no extremo sul a tropical úmido e semiárido no nordeste. O relevo acidentado da zona costeira adiciona ainda mais variabilidade a este ecossistema. Nos vales geralmente as árvores se desenvolvem muito, formando uma floresta densa. Nas encostas esta floresta é menos densa, devido à frequente queda de árvores. Nos topos dos morros geralmente aparecem áreas de campos rupestres.

Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 20% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes (Figura 1) (MMA, 2012).

Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, tem importância vital para aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seu domínio, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro, prestando importantíssimos serviços ambientais. Regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, suas paisagens oferecem belezas cênicas, controla o

equilíbrio climático e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso. Neste contexto, as áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, são fundamentais para a manutenção de amostras representativas e viáveis da diversidade biológica e cultural da Mata Atlântica (MMA, 2012).

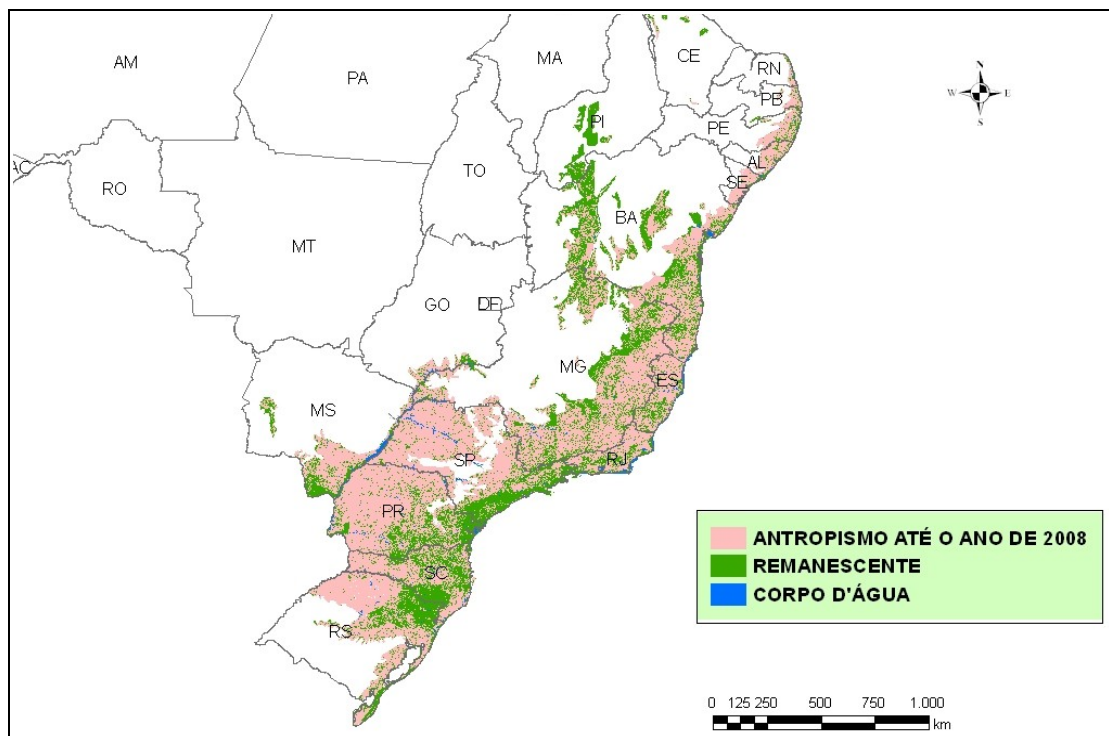


Figura 6.4.91: Desmatamento segundo a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), mapa obtido do Projeto Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, novembro de 2010, MMA.

A cobertura de áreas protegidas na Mata Atlântica avançou expressivamente ao longo dos últimos anos, com a contribuição dos governos federais, estaduais e mais recentemente dos governos municipais e iniciativa privada. No entanto, a maior parte dos remanescentes de vegetação nativa ainda permanece sem proteção. Assim, além do investimento na ampliação e consolidação da rede de áreas protegidas, as estratégias para a conservação da biodiversidade visam contemplar também formas inovadoras de incentivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, tais como a promoção da recuperação de áreas degradadas e do

---

uso sustentável da vegetação nativa, bem como o incentivo ao pagamento pelos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica. Cabe enfatizar que um importante instrumento para a conservação e recuperação ambiental na Mata Atlântica, foi a aprovação da Lei 11.428, de 2006 e o Decreto 6.660/2008, que regulamentou a referida lei (*Site* do Ministério do Meio Ambiente <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>)

No extremo sul, exatamente na região atravessada pela linha de transmissão, a Mata Atlântica gradualmente se mescla com a **Floresta de Araucárias** (incluída dentro do Bioma Mata Atlântica) que ocorre no Planalto Meridional Brasileiro, com altitudes superiores a 500m, e onde se destaca a área de dispersão do pinheiro do Paraná, *Araucária angustifolia*, que já ocupou cerca de 2% do território nacional. Nestas florestas coexistem representantes da flora tropical e temperada do Brasil, sendo dominadas, no entanto, pelo pinheiro do Paraná. As florestas variam em densidade arbórea e altura da vegetação e podem ser classificadas de acordo com aspectos de solo, como aluviais, ao longo dos rios, submontanhas, que já inexistem, e montanhas, que dominavam a paisagem. A vegetação aberta dos campos gramíneo-lenhosos ocorre sobre solos rasos. Devido ao seu alto valor econômico a Mata de Araucária vêm sofrendo forte pressão de desmatamento. Assim como outras formações florestais do Brasil, a Mata dos Pinhais encontra-se em processo de degradação. Nas últimas décadas sua extensão diminuiu significativamente. Este processo ocorre em função do corte ilegal de árvores, que são destinadas a produção de madeira (fabricação de móveis, papel e outros objetos) e resinas (fabricação de óleos, tintas, sabão, etc.). A abertura de novas áreas destinadas à agricultura e pecuária também tem contribuído para o desmatamento da Mata dos Pinhais. Ambientalistas afirmam que, aproximadamente, 95% da mata nativa foi derrubada nas últimas décadas.

A linha de transmissão do empreendimento comporta basicamente dois tipos de biomas, os campos sulinos e mata atlântica (Figura 6.4.91). Os campos sulinos são caracterizados pela sua planificação quase que total. Estendem-se por 210 mil

km<sup>2</sup>, abrangendo a metade sul do Rio Grande do Sul, ultrapassando as fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Outras características dos campos sulinos são as chuvas regulares durante todo o ano e temperaturas amenas. Inicialmente, em 1500, a mata atlântica era a paisagem dominante na costa brasileira, devido ao forte desmatamento em busca de recursos durante dos ciclos econômicos mais importantes do Brasil (ouro, açúcar, café, etc.) a floresta foi muito reduzida. Ao longo da costa de montanhas aparecem em faixas estreitas e extensas em cadeias de montanhas, quase totalmente em rochas cristalinas. A diversidade de ecossistemas é outra característica sobressalente neste tipo de bioma. Apresenta altos níveis pluviométricos e maioria dos seus rios é perene.



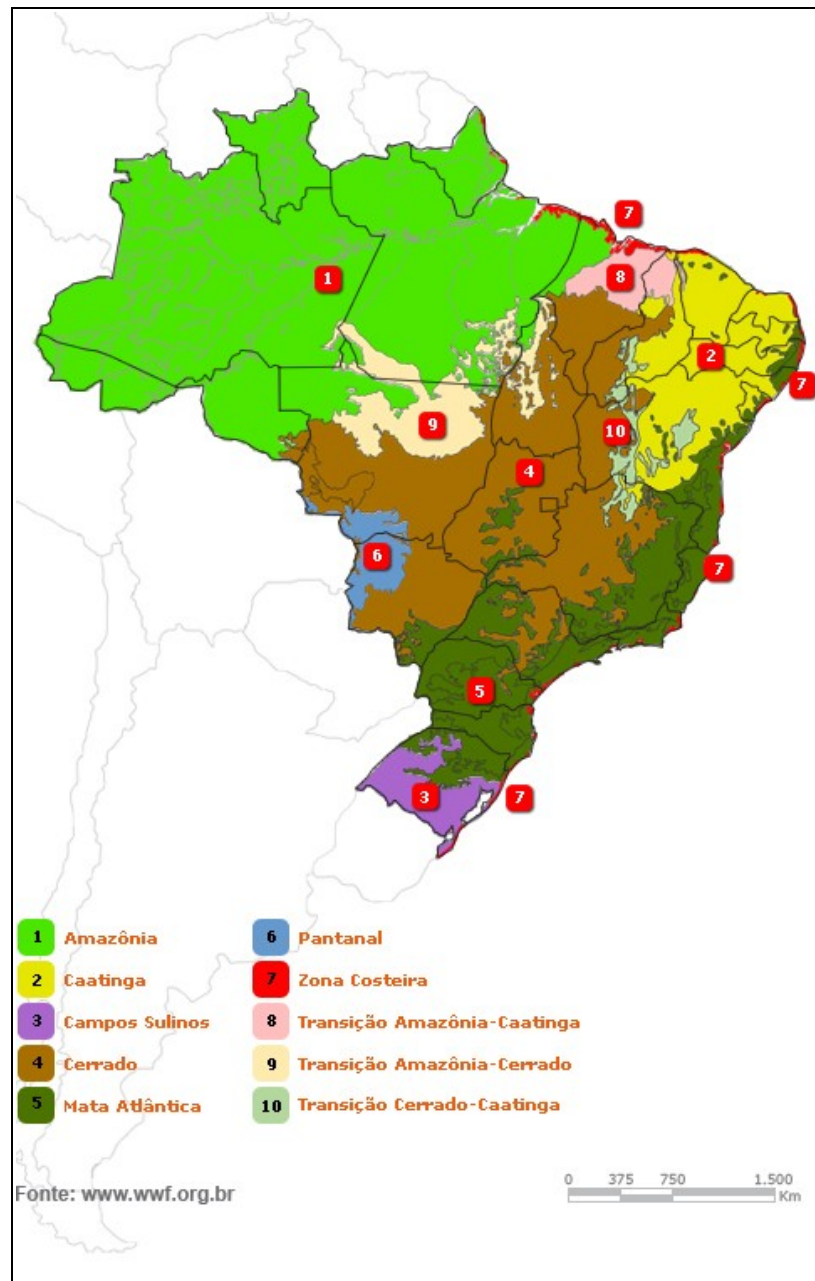


Figura 6.4.92: Bioma Brasileiro

A Gênese da Paisagem: do pleistoceno tardio à atualidade

A utilização de uma sequência de colunas polínicas obtidas em diferentes locais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná permite uma

reconstrução paleoambiental das terras altas e das terras baixas no sul do Brasil bastante detalhada.

Durante o último período glacial, com uma temperatura média entre 3 e 7°C mais baixa que a atual, a cobertura vegetal tanto do planalto quanto da planície litorânea era significativamente diferente da riqueza de biomas florestais que encontra-se hoje nas mesmas regiões (Behling 2002:25). Condições mais frias e mais secas existentes já em 37.500 BP permitem uma expansão da vegetação de campos e de florestas adaptadas ao frio até pelo menos 500 km mais ao norte do que seu limite atual (id.:23), onde um clima mais ameno permitia a conservação de taxas de floresta tropical. Essas condições, intensificadas no Último Máximo Glacial (entre 27.500 e 14.500 BP), são explicadas pela ação de frentes polares Antárticas. Supõe-se que, neste período, a ação dessas frentes estava fortalecida, atingindo áreas que hoje em dia raramente as massas polares conseguem alcançar (como proximidades com o Equador) (Behling 1998: 153). Com isso, geadas atingiam as terras baixas e marcadamente as terras altas (Behling 1995: 146). Apesar do domínio da vegetação de campos, capões de floresta isolados resistiam a estas condições. No planalto, as áreas no fundo dos vales, onde havia mais umidade, serviram como refúgios para a floresta de Araucária e a floresta pluvial (Behling 1997, 1998).

No Holoceno Inicial e Médio as terras altas continuam dominadas por paisagens abertas de campo, indício da manutenção de condições secas (Behling 2002). Há nesse período no planalto paranaense uma intensificação na frequência de incêndios, interpretada por Behling (1997) como possível ação de grupos indígenas, que o mesmo autor supõe ausentes na área ao fim do período Glacial (Behling 2002: 23). Um pequeno incremento na precipitação permite uma expansão reduzida de floresta pluvial nos vales, mas estações secas bem marcadas impedem uma expansão de taxa da floresta de Araucária (Behling 1997). Por volta de 10.500 BP, no planalto, o clima resfria-se e torna-se levemente mais seco (Behling 1995: 146), enquanto nas terras baixas de Santa Catarina transgressões marinhas

perturbam a floresta pluvial Atlântica já depauperada pelas condições anteriores (Behling & Negrelle 2001: 5-6).

Então, a partir de 10.000 BP até aproximadamente 2.900 BP, o Holoceno tem sua fase mais quente, ainda que as condições de umidade alterem-se apenas levemente (Behling 1995: 146). Na amostra coletada em São Francisco de Paula, por exemplo, as condições foram tão secas entre 7.500 e 4.000 BP que a conservação dos pólenes e esporos foi prejudicada (Behling et al 1999). Esse aumento de temperatura faz com que tanto no planalto quanto na planície costeira haja uma expansão de taxas de floresta tropical (id.ibid.), sendo esta significativa nas terras baixas durante o Holoceno Médio (Behling & Negrelle 2001). Assim mesmo, os campos ainda são dominantes nas terras altas.

Uma mudança importante ocorre entre 4.000 e 3.000 BP, quando o nível de chuvas aumenta. Um ambiente mais úmido propicia o início da expansão da floresta de Araucária nas terras altas (Behling 1995, 1997, 2002), enquanto uma progressiva regressão das águas oceânicas, associada a um ambiente quente e úmido, favorece a expansão da floresta pluvial Atlântica (Preito et al 1999). A amostra do Parque Nacional Aparados da Serra indica ainda, a partir de 3.300 BP, uma alternância entre climas mais secos e mais úmidos, com predomínio respectivo de vegetação de campos e de floresta de Araucária (Hoehlig et al 2001).

Entretanto, a partir de 1.500 BP, Behling (2001, 2002) supõe um aumento generalizado da umidade no sul do Brasil, com as mais curtas estações secas anuais desde o pré-Glacial (Behling 1998). Esse aumento significativo da precipitação é o fator fundamental para a grande expansão da floresta de Araucária sobre a vegetação de campo (Behling 1995: 147), o que ocorre com pequenas diferenças temporais desde o Paraná até o Rio Grande do Sul.

Assim, essa expansão das Araucárias e taxas acompanhantes parece ter início no planalto paranaense em 1.500 BP (Behling 1997), alcançado as terras altas de Santa Catarina por volta de 1.000 BP (Behling 1995) e atingindo o atual Planalto das Araucárias gaúcho ao redor de 850 BP (Behling et al 1999). No caso do Rio

Grande do Sul – São Francisco de Paula, há um aumento prévio de vegetação arbustiva e árvores em 1060 BP, e concomitância da expansão da floresta de pinheiro nativo com aumento da frequência de incêndios (id.ibid.), uma associação que pode ser favorável para a migração dessa floresta sobre os campos (Behling 1997).

No último século, a intensa atividade antrópica alterou expressivamente todos os ambientes (IBGE 1986; Behling 2002; Rambo 1956[2000]). No planalto, a ação de queimadas modificou inclusive a paisagem dos campos, com a substituição de gramíneas do tipo touceiras por aquelas de colmo subterrâneo (Jacobus s/d; IBGE 1986: 555-6). Ainda assim, há certa tendência (devido a condições mais úmidas no último milênio) da floresta de Araucária e da floresta pluvial Atlântica migrarem sobre os campos (Behling 1995: 148), o que Rambo mais instintivamente já previa em 1956 (p.274).



Figura 6.4.93: Remanescentes da espécie *Araucaria angustifolia* na zona rural de Almirante Tamandaré (PR), Foto de Deyvid Setti e Eloy Olindo Setti, 2004.

### O Relevo e as Bacias Hidrográficas

O relevo da região sul é dominado, na maior parte de seu território, por duas divisões do planalto brasileiro: o planalto Atlântico (serras e planaltos do leste e sudeste) e o planalto Meridional. Nessa região, o planalto Atlântico é também denominado planalto Cristalino, e o Meridional são subdivididos em duas partes: planalto Arenito Basáltico e Depressão Periférica. A região apresenta ainda algumas planícies. O ponto mais elevado da região sul é o Pico Paraná, com 1922 metros de altitude, localizado no estado do Paraná. Porém o Morro da Igreja está situado a 1.822 metros de altitude, sendo o ponto habitado mais alto da região Sul e onde foi registrada, não oficialmente, a temperatura mais baixa do Brasil: -17,8°C, em 29 de junho de 1996.

Os principais acidentes geográficos do relevo sulista são:

- Planalto Cristalino: Apresenta-se bastante amplo no estado do Paraná, onde sua escarpa voltada para o oceano forma a serra do Mar, e em Santa Catarina, esse planalto estreita-se bastante. Suas elevações formam os "mares de morros", que caracterizam a espaço da própria forma de relevo das serras e planaltos do Leste e do Sudeste.
- Planalto Meridional: Recobre a maior parte do território da região Sul, alternando extensões de arenito com outras extensões de basalto. O basalto é uma rocha de origem vulcânica responsável pela formação de solos de terra roxa, que são bastante férteis. Na região Sul, excluindo-se o norte e oeste do Paraná, são poucas as áreas que possuem tais solos, pois muitas vezes as rochas basálticas são recobertas por arenitos. A elevação de maior destaque no planalto Meridional é a serra geral, que no Paraná e em Santa Catarina, aparece à retaguarda da serra do Mar, mas no Rio Grande do Sul terminam junto ao litoral, formando costas altas como as que aparecem nas praias praias da cidade de Torres, no Rio Grande do Sul. Para facilitar sua

caracterização, o planalto Meridional costuma ser dividido em duas partes: planalto Arenito-basáltico e Depressão Periférica.

- Planalto Arenito-basáltico: Nele, a diferença de resistência à erosão entre o basalto e o arenito forma as *cuestas*, localmente conhecidas como "serras". Exemplo: serra Geral, em Santa Catarina.
- Depressão Periférica: Área rebaixada e estreita, como é conhecida pelos nomes de planalto dos Campos Gerais no Paraná, e Depressão Central, no Rio Grande do Sul.

Os principais rios que atravessam o Planalto das Araucárias concentram-se em duas bacias hidrográficas: a bacia do rio Paraná e a bacia do rio Uruguai, ambas subdivisões da Bacia Platina.

#### O Bioclima Atual

Atualmente, o Planalto das Araucárias é caracterizado pela presença de dois tipos de clima regional: o *Superúmido a Úmido* presente em pequenas áreas na borda da escarpa do planalto (IBGE 1986: 757) e o *Úmido*, abrangendo a maior parte do Planalto (id.ibid). Como em toda a área mais ampla não há uma distinção clara entre períodos secos e chuvosos, havendo uma distribuição pluviométrica mais ou menos constante ao longo de todos os meses do ano (id.: 757, 760).

A média anual pluviométrica gira em torno de 1200 a 1700 mm, sendo que a região nordeste planáltica apresenta índices entre 1500 e 2300 mm anuais, e a parte litorânea entre 1200 e 1300 mm, caracterizando-se respectivamente como áreas mais úmida e mais seca do RS (id.: 758). O Planalto das Araucárias, apresentando as maiores altitudes e grandes desníveis no contato com as outras regiões, está em uma situação geográfica tal que permite a existência de áreas Superúmidas muito próximas a outras com precipitação mais escassa, como São Francisco de Paula (média anual de 2314 mm) e Cambará do Sul (média anual de 1370 mm). Isso se explica “pela concentração maciça das chuvas na borda da escarpa, resultando na penetração do ar já desumidificado em direção ao interior do planalto” (id.:760). São,

---

portanto, os elementos do relevo associados com as massas de ar que, nessa situação específica, distinguem os dois climas regionais.

Em relação às temperaturas, o Planalto das Araucárias é a região com as mais baixas temperaturas, sendo a cidade de São Joaquim (SC) o ponto mais extremo (média anual de 13,4°C), com ligeiro acréscimo da temperatura no sentido de declive do relevo (Leste-Oeste), chegando a uma média anual de 18°C no extremo ocidental da região. Nas escarpas do planalto, as temperaturas médias anuais variam entre 15°C e 19°C, o que é explicado pela grande variação de relevo. Por exemplo, no litoral do rio Grande do Sul (entre Osório e Torres) a média anual de temperatura fica em torno de 18°C, levemente mais baixa que a região costeira no extremo norte da Lagoa dos Patos. Dada a menor latitude do litoral nordeste do estado, era de se esperar o oposto, o que não ocorre porque a proximidade do planalto acaba por fazer a temperatura cair (id.ibid.).

Dentro da variação normal de temperatura, pode-se resumir as médias anuais na região segundo as estações da seguinte forma: verão = 18°C a 23°C, outono = 14°C a 19°C, inverno = 10°C a 13°C, e primavera = 14°C a 18°C (id.: 762-5). Entretanto, as temperaturas médias podem atingir ainda valores máximos de 24°C a 31°C e mínimos de 6°C a 8°C, ampliando bastante a amplitude térmica (id.:765-6). Há de se ressaltar que nos meses frios a ocorrência de geadas é esperada, podendo haver ocasionalmente precipitação de neve nas áreas mais altas (Behling 2002).

Os ventos predominantes são o Leste e o Minuano no inverno, e o Norte no verão e primavera, quando ocorre a chamada “Viração da Costa”, aragem que invade a região durante o verão.

A distribuição da flora e da fauna na área ocorre, então, em relação ao relevo e a essas variações pluviométricas e térmicas. A vegetação predominante corresponde, segundo Jacobus (1992:2-4), aos tipos Campos e Floresta Ombrófila Mista. Estes tipos de vegetação são divididos em formações devido a fatores como altitude e espécies vegetais predominantes. Na região dos Campos a formação mais

abundante é a Gramíneo-lenhosa e a menos extensa é a formação Parque. Ambas apresentam florestas de galeria, ou seja, matas ciliares que crescem junto aos cursos de água. A formação de Campos Gramíneo-lenhosos ocorre em altitudes superiores a 800 metros em relação ao nível do mar, em áreas de relevo ondulado e fortemente ondulado, apresentando cerca de 110 espécies vegetais arbóreas. Os vegetais predominantes são as gramíneas que formam touceiras, destacando-se o capim caninha. A vegetação arbórea é constituída por exemplares de pinheiro brasileiro, isolados ou agrupados, por capões de variadas dimensões e florestas de galeria. Nos capões encontra-se pinheiro-bravo, carne-de-vaca, pau-sabão, canela lajeana, murta, casca d'anta, cambuzinho e goiabeira-do-mato. Nas florestas de galeria predominam espécies como murta, camboatá branco, guabirobeira, congonha, cambuí, branquilha, sucará, guamirim, guamirim-ferro e cambuí-preto. Devido às queimadas ocorridas na maior parte dos campos da região desde o século passado, as gramíneas que formam touceiras foram substituídas por gramíneas de colmo subterrâneo, mais resistentes ao pisoteio e ao fogo. Este tipo de cobertura propiciou, por sua vez, o desenvolvimento de plantas como carqueja, vassoura, caraguatá, samambaia das taperas, alecrim-do-campo e maria-mole.

Na formação de Campos do tipo Parque, que ocorre em altitudes superiores a 1000 metros, há cerca de 23 espécies arbóreas, dentre as quais destaca-se o pinheiro brasileiro encontrado isolado ou em grupos, bem como junto a capões e florestas de galeria.

As Florestas Ombrófilas Mistas, dividem-se nas formações Montana e Alto-montana. A formação Montana ocorre em altitudes que variam entre 400 a 1000 metros, sendo nelas encontradas cerca de 196 espécies arbóreas. No estrato emergente ocorre o pinheiro brasileiro, no estrato mediano predominam canela-areia, canela-lajeana, canela-sebo, pessegueiro-brabo e bracaatinga e no estrato inferior aroeira, guamirim-ferro, cambuí e erva-mate. A formação Alto-montana ocorre em altitudes superiores a 1000 metros e nela encontram-se cerca de 103 espécies arbóreas. Esta formação é encontrada na divisa entre os municípios de



Bom Jesus e São Joaquim (Estado de Santa Catarina) e nas proximidades de São José dos Ausentes. O estrato emergente compõe-se de pinheiro-brasileiro, o mediano de caúna, cambuí, casca d'anta, guamirim e bracaatinga e o inferior apresenta goiaba-da-serra, xaxim-bugio e cará-mimoso.

A distribuição faunística, como ressaltado por Jacobus (s/d), não é restrita às formações vegetais, e será apresentada (segundo este autor) pela maior frequência em cada formação. Nas grandes altitudes, de clima frio e menos úmido, em relevo bem conservado, predominam os Campos. Os animais mais frequentes aí são: graxaim-do-campo, lobo-guará, zorrilho, veado campeiro, tatu, tamanduá-bandeira, jão de barro, gralha azul, coruja-do-mato, perdiz, ema, pica-pau-do-campo, caturrita e charão (id.ibid.). As florestas dominam o restante da área, dividindo-se em três tipos: Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semi-Decidual e Floresta Estacional Decidual (IBGE 1986: 555-6). A primeira distribui-se em altitudes a partir de 400m, caracterizando-se pelo mato fechado e a presença de Araucária angustifolia. As florestas estacionais caracterizam-se pela perda de folhas durante os meses mais frios, situando-se a partir dos 30m de altitude. Alguns dos animais mais frequentes nos ambientes florestados são: anta, tapiti, paca, cutia, preá, veado-mateiro, veado-catingueiro, porco-cateto e porco-queixada (Jacobus s/d.).

Esta é, então, a situação atual do ambiente e do clima na área em estudo, apesar de desconsiderar o grave impacto da ação antrópica do último século.

Resumidamente, as características geológicas das áreas cruzadas pela linha de transmissão constituem-se de coberturas sedimentares do mesozoico, paleozoico e as plataformas extrusivas de basalto. Estando inserida sua maior parte em bacias sedimentares e uma pequena porção (início da linha a sul) em escudos cristalinos. (Figura 6.4.94)

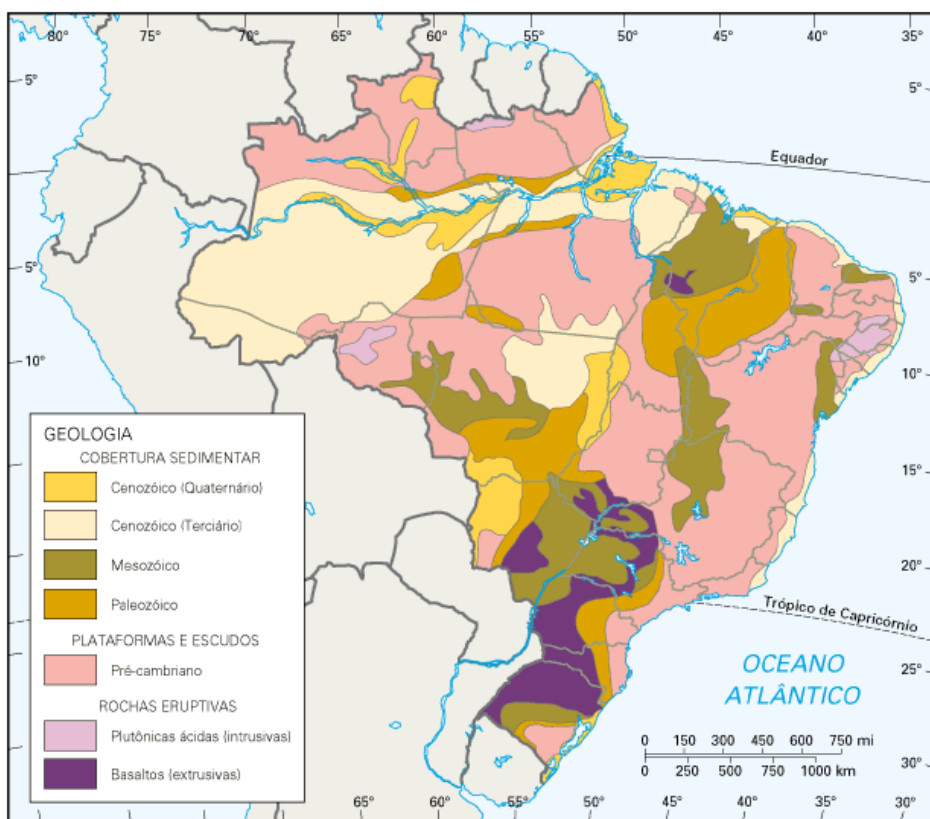


Figura 6.4.94: Geologia do Brasil (fonte: <http://www.bractaceae.org/geologia>)

A maior parte da linha de transmissão – 300 km - está inserida dentro do relevo do Planalto das Araucárias. Todavia, relevos como Planícies Fluviais e/ou Fluvio-lacustres, Depressão Central Gaúcha e o Patamar Oriental da Bacia do Paraná são outros, em menor escala, que podem ser encontrados ao longo da linha. (Figura 6.4.95)

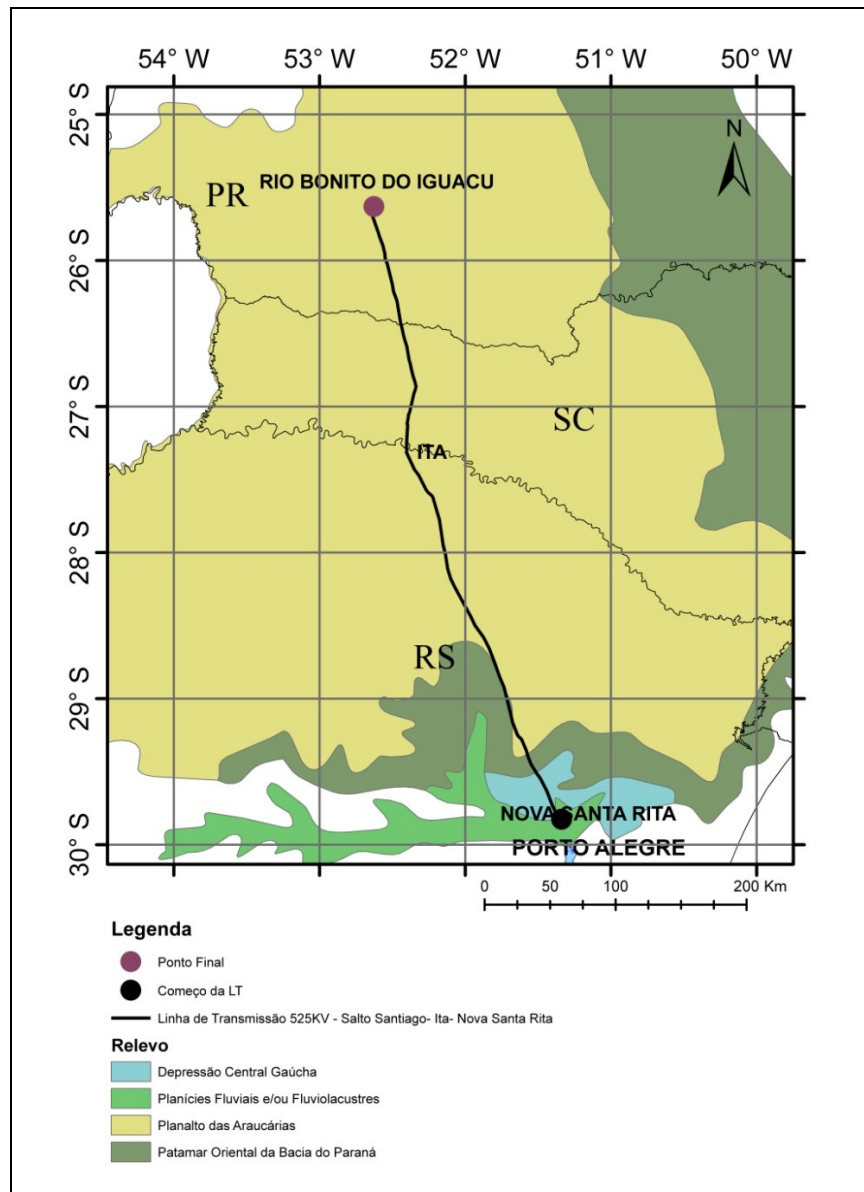


Figura 6.4.95: Mapa de Relevo

No traçado da linha de transmissão apresentam-se diversificados solos. No estado do Rio Grande do sul encontrou-se planossolo háplico, argilossolo vermelho-amarelo, neossolo litólico, nitossolo háplico, chernossolo argilúvico, latossolo bruno e Cambissolo háplico. No Estado de Santa Catarina encontrou-se o neossolo Litólico

e o latossolo bruno. Por fim, no Estado do Paraná, também no traçado da linha de transmissão, estão o latossolo bruno e o neossolo litólico. (Figura 6.4.96)

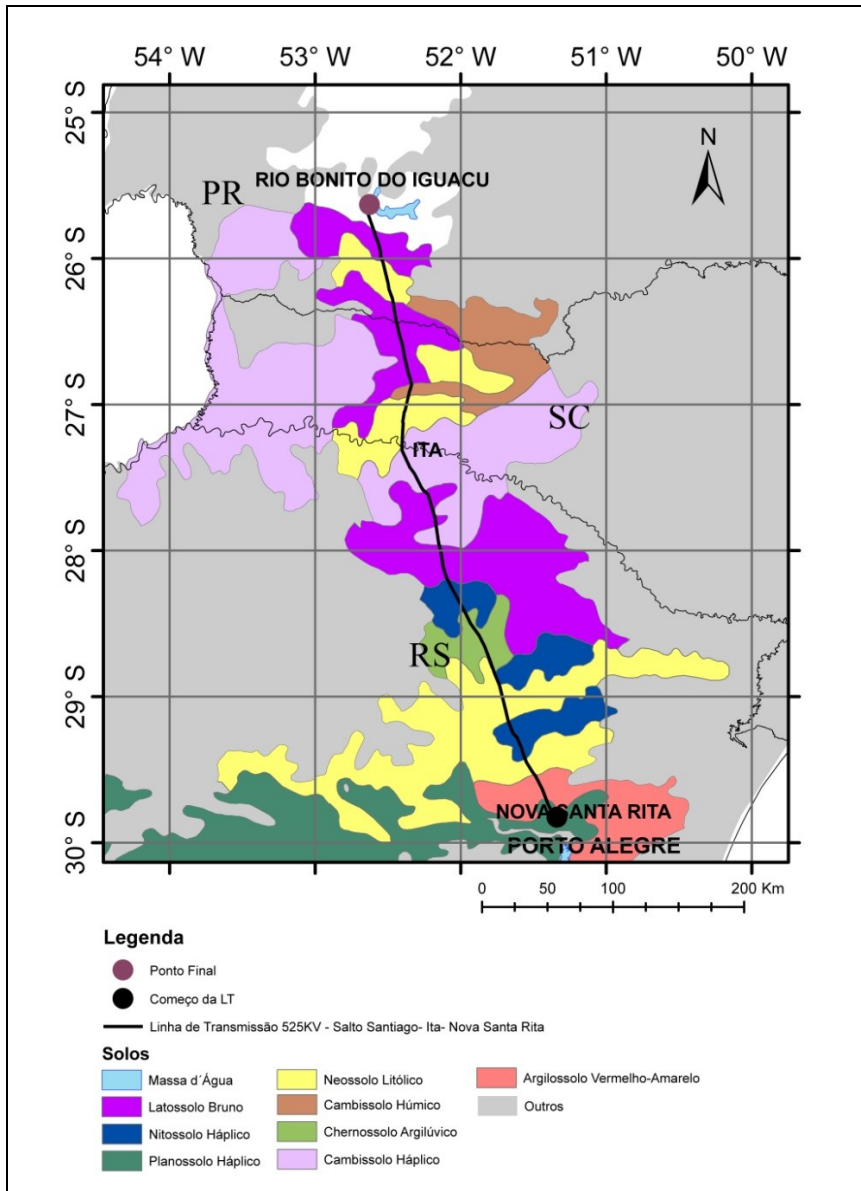


Figura 6.4.96: Mapa de Solos

Como visto, a vegetação predominante nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina é a floresta ombrófila mista, ou mata dos pinheiros. Ainda nesses dois estados podem-se identificar trechos com floresta estacional decidual, a mata

caducifolia. No estado do Paraná, a linha está totalmente inserida dentro da vegetação classificada como floresta ombrófila mista. (Figura 6.4.97)

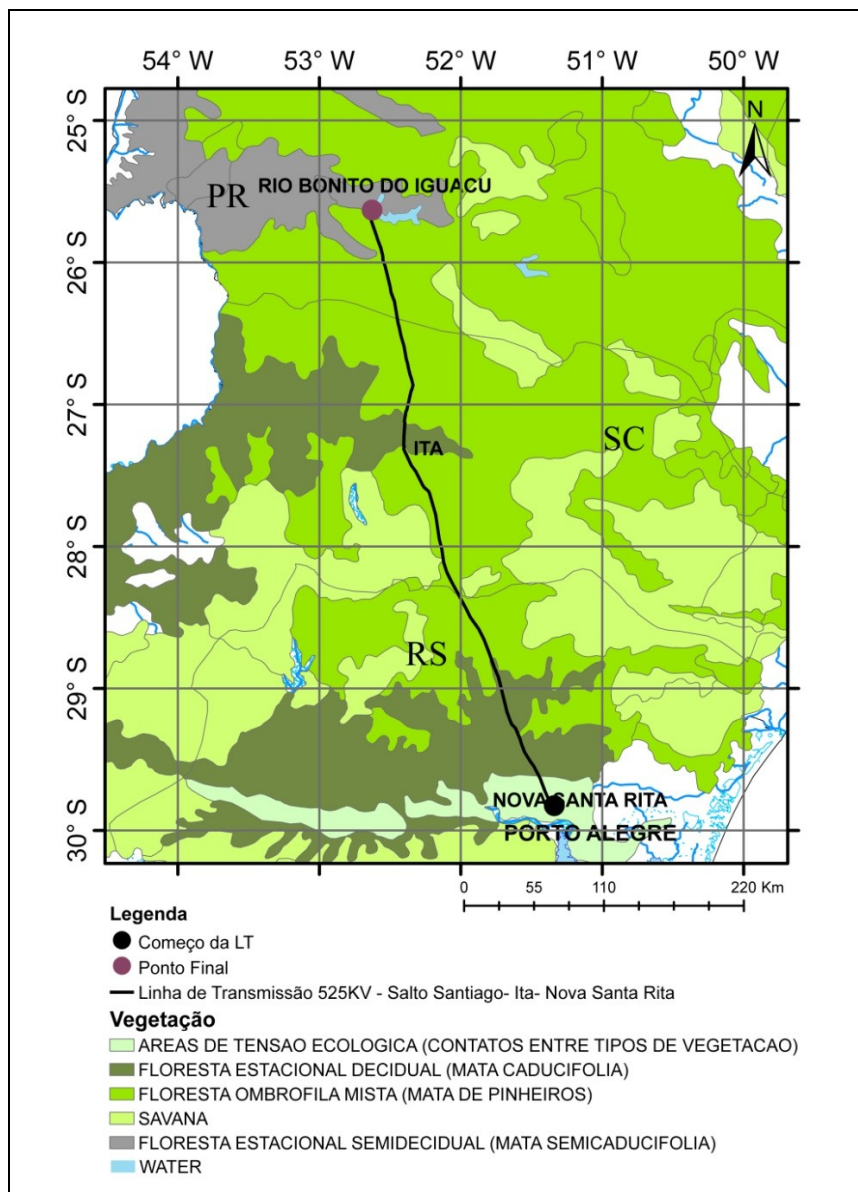


Figura 6.4.97: Mapa de Vegetação

### A Antropogenização do espaço físico

As paisagens culturais constituem-se na interação entre o homem e a natureza ao longo da passagem do tempo. As paisagens culturais modernas exibem, através de suas formas, estruturas e história de uso, aspectos que remetem a sua origem e desenvolvimento, contribuindo assim à biodiversidade atual e representam um bem cultural que deve ser preservado enquanto herança regional e nacional. Portanto, o termo paisagem cultural é aqui usado porque cobre um amplo espectro, abarcando desde aspectos ecológicos, passando através da perspectiva histórica e biodiversidade da paisagem construída, até o futuro manejo desta paisagem herdada. As paisagens culturais formaram quem nós somos hoje (gaúchos, cariocas, enfim, os brasileiros), assim como, são os lugares que habitamos e que estão sendo moldadas por nós. As paisagens culturais foram e são moldadas materialmente – através de todas as intervenções antrópicas no ambiente, e imaterialmente – através da projeção das idéias, fantasias e aspirações dos homens que as construíram.

As paisagens culturais do planalto sul brasileiro começaram a ser construídas por grupos caçadores e coletores há mais de 7.000 anos antes do presente e, desde o primeiro século de nossa era até 1500 (portanto, durante mil e quinhentos anos), foi o berço de uma cultura de grandes construtores com terra, seja escavando suas casas como elevando as suas estruturas funerárias. Ao tempo da conquista portuguesa, o planalto estava ocupado pelos Xokleng e Kaingang, falantes do tronco lingüístico Jê, decorrendo a denominação Jê Meridionais, cujo cotidiano foi alterado pela movimentação de povos indígenas deslocados pelos portugueses que, no século XVIII, constroem o caminho das tropas em busca das mulas para abastecer o mercado paulista de Sorocaba, fornecedor de animais de carga para as minas de ouro do Brasil central.

Portanto, o planalto sul brasileiro começou a ser ocupado por grupos humanos quando os efeitos das condições glaciárias diminuíram, pois durante a última glaciação do Pleistoceno, o clima frio e seco deveria proporcionar verões temperados e invernos rigorosos, com geadas frequentes e duradouras. As

precipitações de neve podem ter ocorrido em todo o âmbito do Estado e numa frequência maior que atual, principalmente nas terras altas do planalto. Com o término da glaciação, quando o clima tropical seco se modifica para úmido, as florestas reiniciam a colonização das paisagens abertas (KERN, 1991, p. 13-21).

Ao longo dos últimos dez anos e concomitantemente às nossas pesquisas arqueológicas no planalto, um grupo de ecólogos coordenado por Hermann Behling (trabalhos citados acima) está estudando a dinâmica do fogo, da vegetação e do clima no planalto sul brasileiro durante o Quaternário antigo, através de amostras de carvão e pólen datados por alta resolução e pela análise multivariada. Os resultados mostram que o ambiente da mata de araucárias (onde os grupos humanos pretéritos tiravam a sua subsistência) e dos campos de cima da serra possui um forte componente dinâmico que é o próprio homem.

A partir de 1.500 AP, Behling (2001, 2002) supõe um aumento generalizado da umidade no sul do Brasil, com as mais curtas estações secas anuais desde o pré-Glacial (Behling, 1998). Esse aumento significativo da precipitação é o fator fundamental para a grande expansão da floresta de araucária sobre a vegetação de campo (Behling 1995, p. 147), o que ocorre com pequenas diferenças temporais desde o Paraná até o Rio Grande do Sul. Assim, essa expansão das araucárias e *taxas* acompanhantes parece ter início no planalto paranaense em 1.500 BP (Behling 1997), alcançado as terras altas de Santa Catarina por volta de 1.000 BP (Behling, 1995) e atingindo o atual Planalto das Araucárias gaúcho ao redor de 850 BP (Behling et al 1999). No caso do Rio Grande do Sul, no município de São Francisco de Paula, há um aumento prévio de vegetação arbustiva e árvores em 1060 BP, e concomitância da expansão da floresta de pinheiro nativo com aumento da frequência de incêndios (id.ibid.), uma associação que pode ser favorável para a migração dessa floresta sobre os campos (Behling, 1997).

O surgimento tardio da mata de araucárias e sua expansão atribuída à ação de queimadas e manejo pelos grupos humanos ali residentes no passado permitem a hipótese de tratar-se de um ambiente domesticado pelo homem. Situação

encontrada em outras partes do mundo já estudadas, como na Austrália e África (Harris & Killman, eds. 1989). A expansão das florestas, em geral sobre os campos, traz um acréscimo na biomassa alimentar: o aumento da floresta de araucárias leva ao aumento de um alimento fundamental no planalto que é o pinhão que, na época de maturação (várias vezes ao ano), atrai toda sorte de animais, permitindo uma grande concentração de pessoas constituindo grandes aldeias de caráter permanente. Esta hipótese é corroborada pela grande quantidade e variedade de sítios arqueológicos do período pré-colonial, todos pertencentes ao mesmo e complexo sistema de assentamento. O processo de ocupação humana na área ocorreu de maneira que, primeiro as parcelas dos grupo ocuparam as áreas mais baixas e ricas em florestas e, à medida que a floresta de araucárias se expande, vão domesticando o espaço, construindo-o socialmente, resultando em uma verdadeira arquitetura da paisagem.

#### 6.4.10.1.2 Contextualização arqueológica

Existem **308** sítios arqueológicos registrados no entorno da LT, embora nenhum sítio se encontre diretamente sob o traçado do empreendimento. Os sítios listados a seguir se localizam nos municípios afetados, em áreas próximas ao traçado, ou em municípios adjacentes – mas que fornecem informações para uma melhor compreensão do contexto arqueológico regional. Essas informações permitem refinar as expectativas quanto a que tipo de sítio pode ser encontrado em determinadas áreas, além de facilitarem o planejamento na medida em que apontam as áreas que apresentam maior potencial arqueológico.



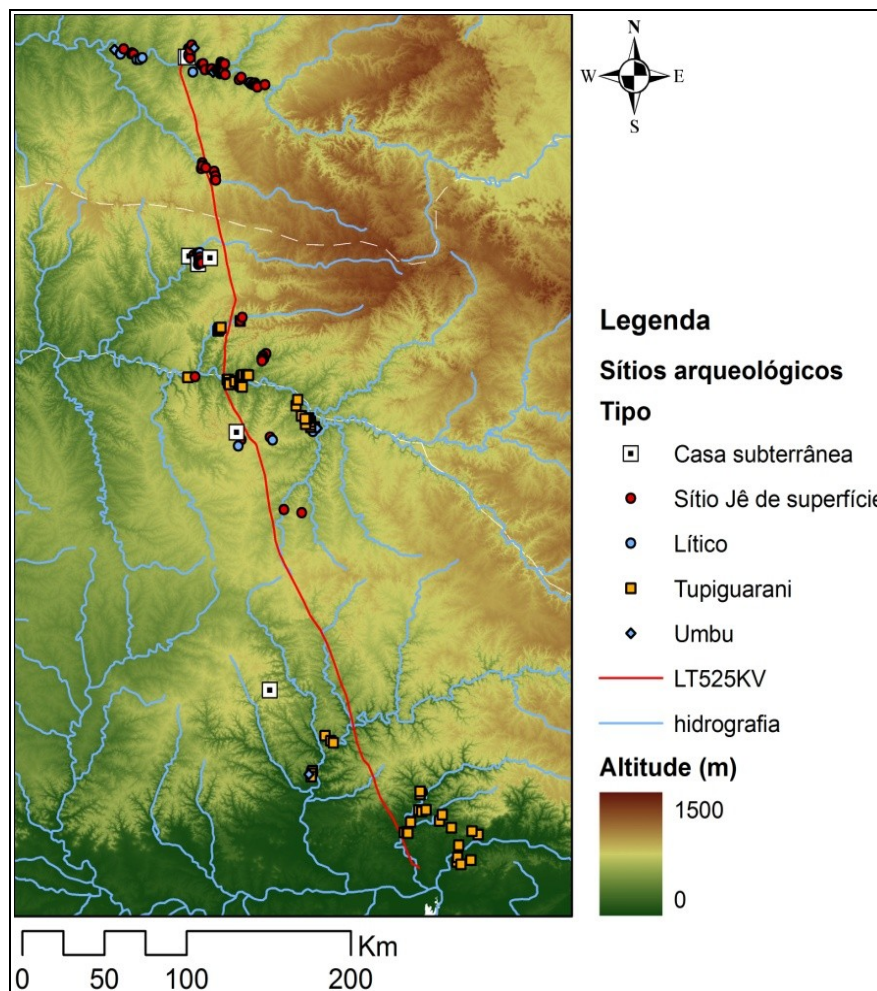


Figura 6.4.98: Mapa de sítios arqueológicos nas proximidades da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita.

#### 6.4.10.1.2.6 Contexto Arqueológico Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul contaram-se com **136** sítios arqueológicos (Tabela 6.4 94). Ao norte do estado, na fronteira com Santa Catarina, as pesquisas realizadas para as UHE's Machadinho e Itá, resultaram no conhecimento de grande número de sítios arqueológicos predominantemente da Tradição Tupiguarani.

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, essa região já havia sido explorada pelo arqueólogo Eurico Miller por ocasião do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Deste trabalho (Miller 1971), que envolveu também

áreas dos rios Pelotas e Antas, nos interessa particularmente o que toca as regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, nas adjacências dos municípios de Erechim e Marcelino Ramos. Os sítios arqueológicos registrados por Miller (1971) nessa região foram classificados nas seguintes fases: **Araponga**, pertencente à **Tradição Umbu**, representando grupos de caçadores e coletores e tendo como artefatos diagnósticos as pontas de projétil (Figura 6.4.99); **Xaxim**, pertencente à **Tradição Taquara** e, portanto, associada aos povos Jê meridionais (existindo também outros sítios com cerâmica da mesma tradição que não foram classificados em nenhuma fase), contando com ao menos um sítio de casas subterrâneas no entorno de Erechim; **Itá** e **Irapuã**, ambas pertencentes à **Tradição Tupiguarani**, com áreas de habitação identificadas por manchas de terra preta e locais de sepultamento contendo urnas funerárias com decoração pintada ou corrugada. Interessante é a presença de um machado polido de forma semilunar em “íntima associação” com a cerâmica de Tradição Taquara na área pesquisada por Miller (1971), uma vez que tais artefatos são típicos dos grupos Jê do cerrado (Figura 6.4.100).

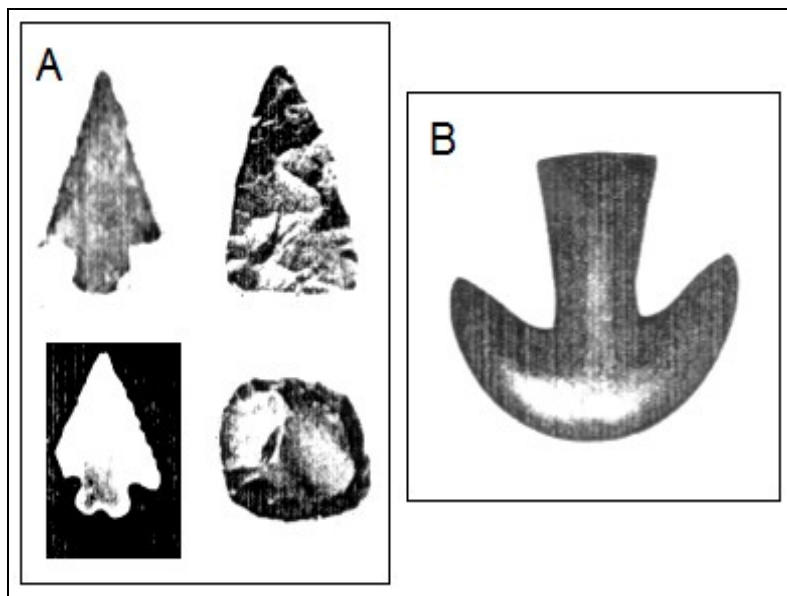


Figura 6.4.99: A) Lítico da Tradição Umbu, fase “Araponga”. B) Machado semilunar associado a cerâmica Taquara no noroeste do Rio Grande do Sul. (Modificados de Miller 1971).

Prosseguindo em direção ao sul, para a região central do Estado, em cotas altimétricas mais baixas, encontrou-se outra área com grande densidade de sítios pesquisados, correspondente à bacia do Rio Caí. Um número considerável de sítios da Tradição Tupiguarani foi registrado nessa área, embora os grupos de caçadores e coletores da Tradição Umbu (Figura 6.4.100) tenham recebido destaque nas pesquisas. Muitas dessas ocupações mais antigas se encontram em abrigos sob rocha com camadas profundas de ocupação cujas datas, conforme comenta-se em seguida, atestam para a longa duração do uso da paisagem por tais grupos. A sucessiva reocupação de abrigos, bem como as pontas de projétil de pequenas dimensões e os remanescentes faunísticos encontrados nos sítios arqueológicos sugerem a adaptação desses grupos de caçadores e coletores a uma dieta de amplo espectro no momento de expansão das florestas estacionais no início do Holoceno (Dias 2012). É preciso destacar, dentro desse cenário, o município de Montenegro, onde já na década de 1970 as pesquisas de Pedro Mentz Ribeiro revelaram um sítio de gravuras rupestres no “**Morro do Sobrado**” (Figura 6.4.101). O autor aponta semelhanças entre o estilo dessas gravuras e outras do estado, a princípio associadas com vestígios da Tradição Umbu, e sugere a migração desses grupos desde a Patagônia, onde se encontra um estilo semelhante de arte rupestre, especialmente no que toca as gravuras de “tridáctilos” ou “pisadas” (Ribeiro 1972).

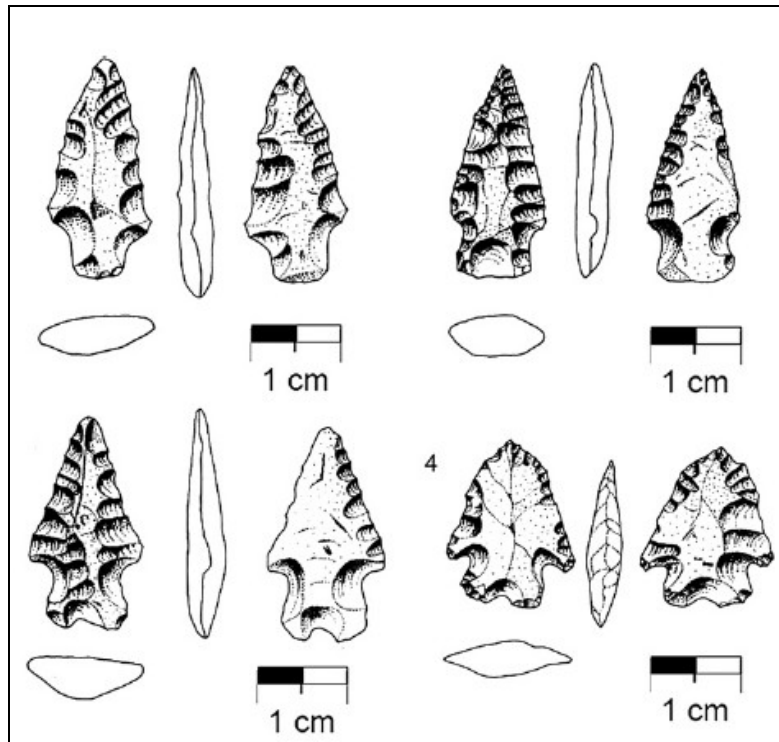


Figura 6.4.100: Pontas de projétil da Tradição Umbu provenientes do vale do Rio Caí (Dias 2012)

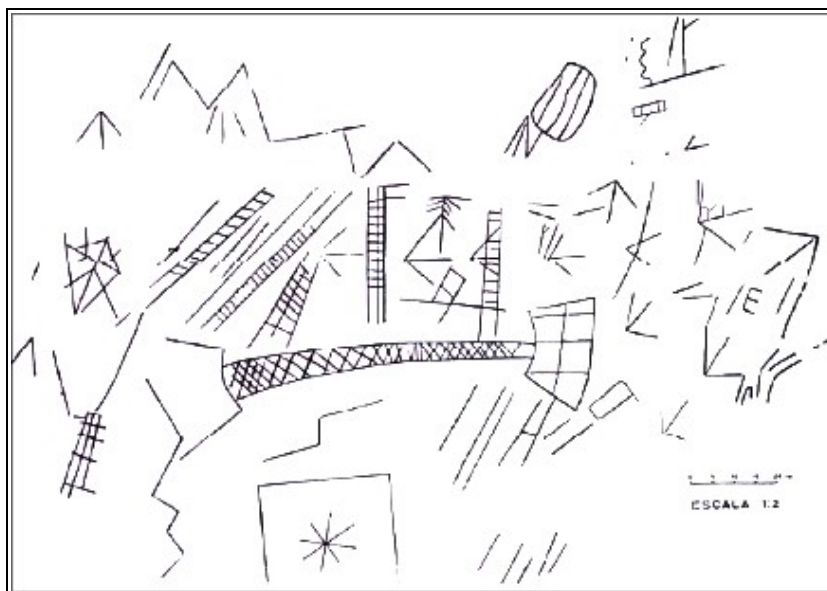


Figura 6.4.101: Petróglifos do “Morro do Sobrado” em Montenegro, Rio Grande do Sul (Ribeiro 1972)

### Questões de cronologia

O Rio Grande do Sul é o estado que apresenta o maior número de datações arqueológicas, facilitando a construção de uma cronologia para as culturas pré-coloniais. Os sítios relacionados a grupos caçadores e coletores da **Tradição Umbu** são os que apresentam as datações mais antigas. No vale do Rio Caí, dispõem-se de uma data de **9.430 ± 360 A.P.** para o município de Montenegro (Dias 2012), tornando a ocupação pelos primeiros caçadores e coletores nessa região largamente contemporânea à do Rio Iguaçu no Paraná (ver abaixo). Diferentes abrigos sob rocha com material arqueológico da Tradição Umbu no vale do Rio Caí forneceram datas de **8.430 ± 50 A.P.**, **7.800 ± 50 A.P.** e **5.655 ± 140 A.P.** (Dias 2012). O primeiro sítio (RS-C-61) forneceu também outras datas mais recentes, atingindo **3.000 ± 40 A.P.** (Dias 2012), o que demonstra a longa duração da ocupação da região por caçadores-coletores, do mesmo modo como ocorre no Paraná. Em relação à **Tradição Taquara**, as datas publicadas até o momento indicam que a ocupação Jê na área de que está sendo tratada não é tão antiga (nem tão bem datada) quanto em outros pontos do estado do Rio Grande do Sul. Para o município de Passo Fundo, existe uma data de **1.190 ± 100 A.P.** (Brochado et al. 1969) Ainda mais recentes são os sítios pesquisados em São Sebastião do Caí, com datas de **745 ± 65 A.P.** e **630 ± 205 A.P.** (Ribeiro 1974). A **Tradição Tupiguarani** apresenta datas largamente contemporâneas à ocupação Jê meridional: na região do entorno das UHE's Machadinho e Itá existem datas de **900 ± 50 A.P.**, **590 ± 100 A.P.**, **530 ± 70 A.P.** e **420 ± 60 A.P.**, ao passo que mais ao sul, nos contrafortes do planalto, a ocupação Tupiguarani parece ter sido mais recente, com uma data em São Sebastião do Caí de **190 ± 85 A.P.** (Ribeiro 1974).

TABELA 6.4 94: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS MUNICÍPIOS ABARCADOS PELA LT 525 SALTO SANTIAGO – ITÁ - NOVA SANTA RITA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS
Aratiba	U-01	Taquara	cerâmico	
Aratiba	U-02	--	--	
Aratiba	U-03	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-04	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-05	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-06	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-07	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-08	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-09	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-10	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-11	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-12	--	lítico	manchas pretas
Aratiba	U-13	Tupiguarani	cerâmico	manchas pretas
Aratiba	U-14	--	lítico (polido)	
Aratiba	U-15	--	lítico (polido)	manchas pretas
Aratiba	U-16a	Taquara	lito-cerâmico	
Aratiba	U-16b	--	lito-cerâmico	
Aratiba	U-17	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-18	Tupiguarani	cerâmico	manchas pretas
Aratiba	U-22	--	lítico (polido)	
Aratiba	U-23	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-24a	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-24b	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-25	--	lítico (polido)	
Aratiba	U-26	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-27a	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-28	--	lito-cerâmico	
Aratiba	U-29	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-29b	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-30	Taquara e Tupiguarani	lito-cerâmico	

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS
Aratiba	U-32	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-33	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-34	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-35	Tupiguarani	cerâmico	
Aratiba	U-36	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-37	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-38	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-39	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-40	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Aratiba	U-41	--	lito-cerâmico	
Aratiba	U-42	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Arroio do Meio	RS-28	Tupiguarani	cerâmico	
Arroio do Meio	RS-30	Umbu	lítico	
Arroio do Meio	RS-29	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Arroio do Meio	RS-27	--	cerâmico	
Barão	Sítio Schaefer	--	--	combustão
Bento Gonçalves	RS-01	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	RS-2	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	RS-5	--	--	abrigo sob rocha
Bento Gonçalves	RS-58	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Varcelino Ferri	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Adelqui José Bosi	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Zerme Denare	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Valmor Brum	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	João Grzeca B	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	João Grzeca A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Ricardo Orsso	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Edno Torresan	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Eliane Rustik	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini D	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini E	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini F	Tupiguarani	lito-cerâmico	

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini G	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini H	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini I	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini B	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini J	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Valdir Rabeschini C	Tupiguarani e Umbu	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	José Colao A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	José Colao B	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	José Colao C	--	lítico	
Bento Gonçalves	Azir Marin	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Armindo Poza	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Luiz Favaretto	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Rodrigo Sandrin A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Rodrigo Sandrin B	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Francisco Fagion	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Nelson Nuncio	Tupiguarani	cerâmico	
Bento Gonçalves	Celso Cavalli	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Adolfo Colli	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bento Gonçalves	Mário Possamai	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bom Princípio	RS-211	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Bom Princípio	RS-421	Tupiguarani	cerâmico	
Cotiporã	Honorino Domingos Gava	Tupiguarani	cerâmico	
Cotiporã	Antônio Lazzarini	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Ari Citolin	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Paulo Cesar Pitol	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Francisco Tres C	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Francisco Tres E	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Francisco Tres D	--	lítico	
Cotiporã	Francisco Tres A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Francisco Tres B	Tupiguarani	lito-cerâmico	



MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS
Cotiporã	Antônio Wons	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Luiz Romanatto	Umbu	lítico	
Cotiporã	Onildo Roque Frizon C	Tupiguarani	cerâmico	
Cotiporã	Onildo Roque Frizon B	Tupiguarani	cerâmico	
Cotiporã	Onildo Roque Frizon A	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Onildo Roque Frizon D	Tupiguarani	cerâmico	
Cotiporã	Rui Belizke	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Cotiporã	Gava II	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Fagundes Varela	Sítio do Vinhedo	Humaitá	lítico	
Fagundes Varela	Sítio Abrigo Zeni	--	lítico	
Feliz	RS-219	Humaitá	lítico	abrigo sob rocha
Feliz	RS-222	Tupiguarani	lito-cerâmico	combustão
Feliz	RS-293	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Getúlio Vargas	RS-U-03	--	lítico	
Itatiba do Sul	U-19	Tupiguarani	cerâmico	
Itatiba do Sul	U-20	Tupiguarani	cerâmico	
Itatiba do Sul	U-21	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Itatiba do Sul	UUh03	--	lítico	
Montenegro	RS-T-16	--	--	
Montenegro	RS-15	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	RS-25	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	Afonso Garibaldino Ribeiro Rodrigues	Taquara	lito-cerâmico	
Montenegro	RS-C-16	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	RS-C-35	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	RS-C-36	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	RS-T-14 "Morro do Sobrado"	--	gravuras rupestres	
Montenegro	RS-C-37	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Montenegro	RS-C-38	Tupiguarani	lito-cerâmico	

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS
Montenegro	RS-C-51	Umbu	lítico	abrigo sob rocha
Montenegro	RS-C-57	Umbu	--	abrigo sob rocha
Montenegro	RS-C-58	Umbu	lítico	abrigo sob rocha
Montenegro	RS-C-67	Tupiguarani	cerâmico	
Montenegro	RS-C-61	--	lito-cerâmico	
Montenegro	RS-C-68	--	--	
Montenegro	RS-25a	Tupiguarani	cerâmico	
Muçum	RS-61	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Muçum	RS-60	Tupiguarani	cerâmico	
Muçum	RS-3	Tupiguarani	cerâmico	
São Sebastião do Caí	RS-96	Tupiguarani	cerâmico	
São Sebastião do Caí	RS-210	Tupiguarani	cerâmico	
São Sebastião do Caí	RS-244	Tupiguarani	lito-cerâmico	
São Sebastião do Caí	RS-291	Tupiguarani	lito-cerâmico	
Sertão	RS-U-02	Humaitá	lítico	

#### 6.4.10.1.2.7 Contexto Arqueológico Santa Catarina

No estado de Santa Catarina contaram-se com **102** sítios arqueológicos (Tabela 6.4 2). Uma grande concentração destes se encontra na área correspondente à UHE Quebra Queixo (Caldarelli & Herberts 2002). Na área atingida por essa hidrelétrica, foram localizados 33 sítios arqueológicos entre os municípios de Ipuçu e São Domingos, sendo que quatro correspondiam a **casas subterrâneas** e os restantes eram sítios lito-cerâmicos de superfície, todos associados à **Tradição Taquara/Itararé** e, portanto, relacionados aos povos Jê meridionais (Caldarelli & Herberts 2002). Escavações foram realizadas no sítio Quebra Queixo-22, composto por duas casas subterrâneas (Figura 6.4.102), uma pequena (3 m de diâmetro) e outra grande (9,5 m de diâmetro), revelando estruturas de combustão e datas muito recentes, entre **144 A.P.** e **100 A.P.** (Caldarelli & Herberts 2002). As formas de cerâmica que puderam ser reconstituídas – em sua

maioria pequenas, finas, levemente infletidas e mais altas do que largas – não diferem da Tradição Itararé em áreas próximas, e um pequeno percentual dos fragmentos apresentava decoração plástica na forma de unglados, ponteados, incisos e impressões (Figura 6.4.103).

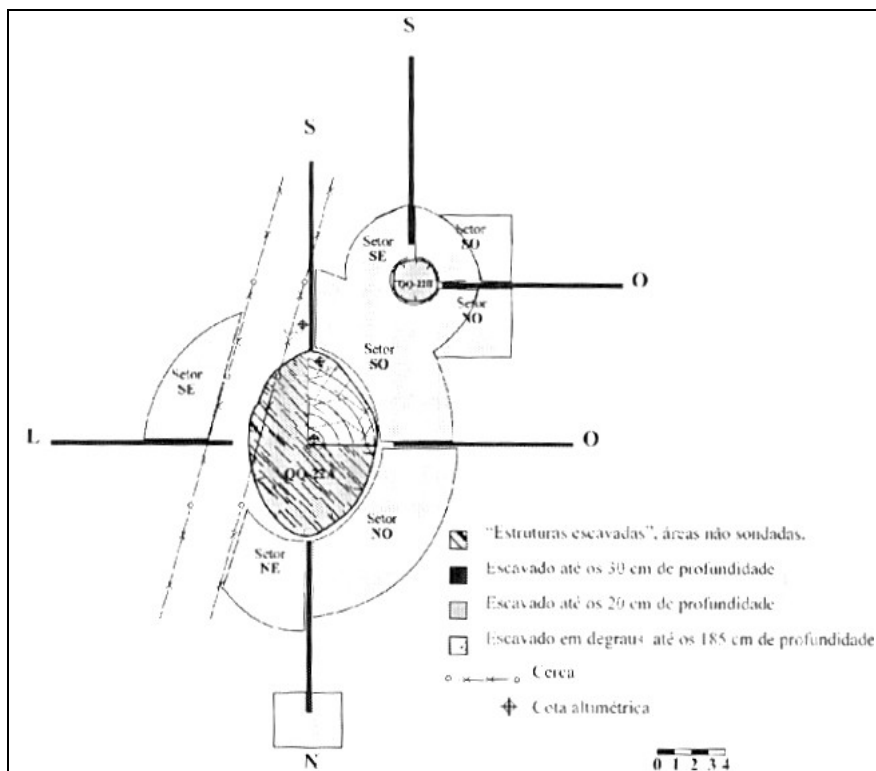


Figura 6.4.102: Casas subterrâneas escavadas no sítio Quebra Queixo 22. (Modificado de Caldarelli & Herberts 2002)

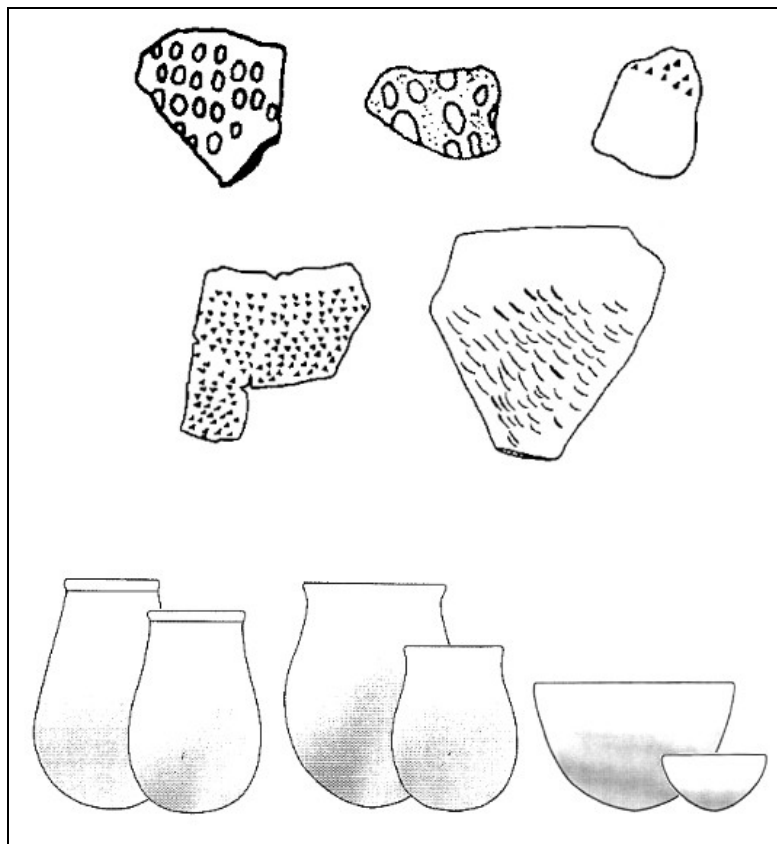


Figura 6.4.103: Decoração e formas dos vasilhames da cerâmica Taquara/Itararé de Quebra Queixo. (Modificado de Caldarelli & Herberts 2002)

Mais ao sul, na fronteira com o Rio Grande do Sul, nota-se uma outra grande concentração de sítios arqueológicos, o que é decorrente das pesquisas realizadas para as usinas hidrelétricas de Machadinho e Itá durante o “Projeto Arqueológico Uruguai” (La Salvia et al. 1988/1989). A maior parte dos sítios registrados durante esse projeto pertence à **Tradição Tupiguarani** (Figura 6.4.98), embora existam também sítios da Tradição Umbu e da “Tradição Humaitá”. Dispõe-se de duas datas para sítios de Tradição Tupiguarani na área da UHE Machadinho que, embora não estejam diretamente ligadas ao traçado da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita, auxiliam na compreensão do contexto regional mais amplo: são datas de **950 ± 50 A.P.** e de **450 ± 70 A.P.** (Monticelli 2007).



Figura 6.4.104: Vasilhas pintadas de Tradição Tupiguarani provenientes de sítios arqueológicos na área da UHE Machadinho (Monticelli 2007).

TABELA 6.4 95: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS MUNICÍPIOS ABARCADOS PELA LT 525 SALTO SANTIAGO – ITÁ - NOVA SANTA RITA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Arvoredo	Linha Teresina 2	Tupiguarani	cerâmico	--	358117 7010579
Arvoredo	Linha Teresina 3	Tupiguarani	cerâmico	--	358611 7011668
Arvoredo	Linha Teresina 4	Tupiguarani	cerâmico	--	358456 7011022
Arvoredo	Linha Teresina 5	Tupiguarani	cerâmico	--	359104 7011668
Arvoredo	Linha Teresina 6	Tupiguarani	cerâmico	--	359369 7011900
Arvoredo	Linha Teresina 7	Tupiguarani	cerâmico	--	357804 7009945
Arvoredo	Linha Teresina 8	Tupiguarani	cerâmico	--	358286 7011072

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Faxinal dos Guedes	Linha Duas Palmeiras 1	Tupiguarani	cerâmico	--	369725 7015752
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 1	Taquara/ Itararé	lítico	--	346576 7050063
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 2	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346888 7050095
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 3	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	347995 7050284
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 6	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	347615 7052255
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 7	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	347000 7053300
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 8	Taquara/ Itararé	lítico	--	345842 7050242
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 9	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346827 7049106
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 10	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346510 7049002
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 11	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345664 7049832
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 12	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345488 7050408
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 13	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345254 7050290
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 14	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345282 7050108
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 15	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345613 7049384
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 16	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	345831 7049514
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 17	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346063 7049206
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 18	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346168 7049124
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 19	Taquara/ Itararé	--	possíveis casas subterrâneas	346500 7049200
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 20	Taquara/ Itararé	--	19 casas subterrâneas	346688 7048539
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 21	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346721 7048220

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 22	Taquara/Itararé	cerâmico	duas casas subterrâneas	--
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 23	Taquara/Itararé	lito-cerâmico	--	347740 7049972
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 24	Taquara/Itararé	lito-cerâmico	--	347544 7051800
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 26	Taquara/Itararé	lítico	--	346093 7054462
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 29	Taquara/Itararé	lito-cerâmico	--	347560 7049500
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 30	Taquara/Itararé	lito-cerâmico	--	348609 7048952
Ipuaçu	Sítio Quebra Queixo 34	Taquara/Itararé	--	casa subterrânea	353100 7051950
Itá	Adair Lauxen	Tupiguarani	cerâmico	manchas escuras	364250 6979225
Itá	Adolfo Scheiber	Tupiguarani	cerâmico	--	--
Itá	Alcides Moraes	Tupiguarani	cerâmico	--	--
Itá	Adolfo Ivo Stumpf	Tupiguarani	lito-cerâmico	manchas escuras	363825 6979975
Itá	Amandio Vortmann	Tupiguarani	lito-cerâmico	manchas escuras	--
Itá	Américo da Silva Lopes	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Amir Zandonai	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	370300 6978625
Itá	Anísio Schnoor	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	370450 6983100
Itá	Ari Henzer 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	manchas escuras	370800 6981625
Itá	Ari Henzer 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	manchas escuras	370725 6981500
Itá	Artur Golo	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Bertholdo Luis Simon	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	367250 6981175
Itá	Constante Bustolin	Umbu	lítico	--	--

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Itá	Danilo Riuchert 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	363775 6981940
Itá	Danilo Riuchert 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	363175 6981950
Itá	Domingos Dalle Lastre 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	371600 6984675
Itá	Domingos Dalle Lastre 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	371775 6984625
Itá	Edgar Backs	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Elza Olga Simon	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	367325 6981137
Itá	Eric Guisel 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Eric Guisel 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Eric Guisel 3	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Eric Guisel 4	Tupiguarani	cerâmico	--	--
Itá	Ernesto Paulino Kolbow	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Estanislau Kallinoski	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Guerino Mocelin	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Ivo Pierozan 1	Tupiguarani	cerâmico	--	367400 6980725
Itá	Ivo Pierozan 2	Tupiguarani	cerâmico	--	367415 6980700
Itá	Jacinto Lorenzini	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	373350 6984775
Itá	João Mocelin	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	João Rossi	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	José da Rocha 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	combustão	--
Itá	José da Rocha 2	umbu	lítico	combustão	--



MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Itá	José Guzato 1	Tupiguarani	--	--	371300 6977725
Itá	Luís Fantinelli	Tupiguarani	cerâmico	--	370800 6980875
Itá	Luís Ramires Martines	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Martin Aigner	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Maurício Roy	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	369875 6980325
Itá	Nelson Haraldi	Tupiguarani	--	--	--
Itá	Olívio Canal	Tupiguarani	cerâmico	--	370575 6982020
Itá	Osmar Bresiani	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	374570 6984550
Itá	Oflíia Pull	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Otto Aigner	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Paulino Kolbow	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Paulo Stenssler 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Paulo Stenssler 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Pedro José Canal	--	lito-cerâmico	--	--
Itá	Silvino Prediger 1	--	lito-cerâmico	--	--
Itá	Silvino Prediger 2	--	lito-cerâmico	--	--
Itá	Silvino Wathier	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	374320 6984740
Itá	Tranquilino Dalle Lastre	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
Itá	Valdemar Stenssler	--	lito-cerâmico	combustão	--
Itá	Valdir Sita	Tupiguarani	cerâmico	--	370750 6984100

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM
Itá	Wladislau Krefta 1	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	370625 6983770
Itá	Wladislau Krefta 2	Tupiguarani	cerâmico	--	370625 6982200
Itá	José Guzato 2	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	--
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 4	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	347050 7050680
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 5	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346765 7051411
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 25	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	346550 7053133
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 28	Taquara/ Itararé	lítico	--	347450 7054850
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 31	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	347281 7050489
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 32	Taquara/ Itararé	lito-cerâmico	--	344090 7053300
São Domingos	Sítio Quebra Queixo 33	Taquara/ Itararé	--	casa subterrânea	341634 7052873
Xavantina	Lapa de Medianeira	Taquara/ Itararé	--	combustão	--
Xavantina	Linha Plano Alto 1	Taquara/ Itararé	cerâmico	--	369854 7015993
Xavantina	Linha Plano Alto 2	Taquara/ Itararé	cerâmico	--	370895 7017782
Xavantina	Linha Pinhalzinho	--	--	--	360821 7013534
Xavantina	Linha Santa Teresinha 1	Taquara/ Itararé	cerâmico	--	369917 7015717

---

#### **6.4.10.1.2.8 Contexto Arqueológico no Paraná**

No estado do Paraná contaram-se com **70** sítios arqueológicos (Tabela 6.4 95). A área mais intensivamente pesquisada corresponde à UHE Salto Santiago – nos atuais municípios de Chopinzinho, Foz do Jordão, Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. As prospecções e escavações na área afetada por esta hidrelétrica foram realizadas por Igor Chmyz da UFPR entre 1979 e 1980 (Chmyz 1981). Tais pesquisas revelaram 41 sítios arqueológicos, divididos entre os que apresentavam cerâmicas em número de 32, e os supostamente “pré-cerâmicos”, contando apenas nove (9). Essas categorias de sítios foram por sua vez divididas em fases conforme pesquisas prévias no mesmo estado – e que constituem a classificação adotada também em pesquisas posteriores no Paraná.

As fases **Bituruna** e **Iguaçu** foram definidas a partir do material lítico de sítios de caçadores e coletores, diferenciadas pela presença, no primeiro caso, de pontas de projétil foliáceas de grandes dimensões, ao passo que a segunda apresentava pontas de estilo comum à **Tradição Umbu** nos estados sulinos (Figura 6.4.105). Chmyz (1981) supõe que os sítios da fase Bituruna corresponderiam às primeiras ocupações paleo-indígenas da área em questão durante o início do Holoceno.

As três fases cerâmicas – denominadas **Candói**, **Xagu** e **Açungui** – enquadram-se na **Tradição Itararé**, correspondente aos grupos de língua Jê meridional (atualmente representados pelos Kaingang e Xokleng). As formas cerâmicas dessas fases – vasilhas pequenas, infletidas e de paredes finas – assemelham-se em geral às da Tradição Itararé em outros pontos do estado, embora nas fases Candói e Xagu ocorram decoração plástica, na forma de impressões, carimbados, ponteados e incisos, o que as distancia de outras fases da Tradição Itararé no Paraná e as aproxima da Tradição Taquara do Rio Grande do Sul (Figura 6.4.106). Além dos sítios líticos e cerâmicos a céu aberto, foram registrados na área da UHE Salto Santiago dois possíveis sítios com estruturas semi-subterrâneas ou “**casas subterrâneas**”. O primeiro deles (PR AS 3) apresentava

material em superfície e duas depressões rasas com 2 m de diâmetro. O segundo sítio (BR BV 2) apresentava igualmente material em superfície, além de informações do proprietário de que existiam originalmente 3 casas subterrâneas que acabaram por ser entulhadas.



Figura 6.4.105: Pontas de projétil da área da UHE Salto Santiago

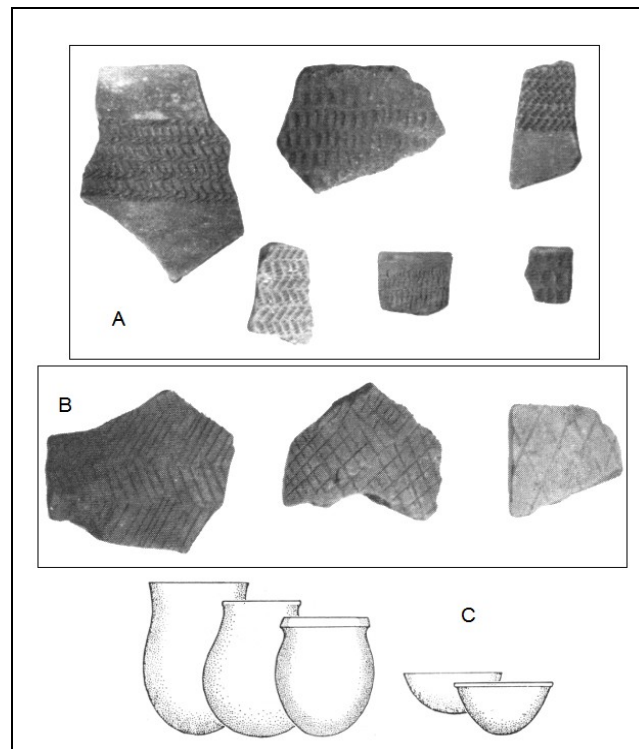


Figura 6.4.106: A) Decoração plástica na cerâmica da fase Candói; B) Decoração plástica na cerâmica da fase Xagu; C) Algumas formas de vasilhames da Tradição Itararé na área da UHE Salto Santiago. (Modificado de Chmyz 1981)

Nas adjacências da UHE Salto Santiago, conta-se também com o levantamento feito entre esta e a UHE Osório para a implantação de corredores ecológicos nas duas hidrelétricas (Parellada 2005a). Nos municípios de Candói, Chopinzinho, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, São Jorge do Oeste e Saudade do Iguaçu foram registrados mais 18 sítios. Como nos casos anteriores, predominam os sítios lito-cerâmicos a céu aberto da Tradição Itararé (- Taquara), e, portanto, relacionados aos povos Jê meridionais. Existem também sítios pré-cerâmicos da Tradição Umbu e da fase Bituruna (conforme as definições originais de Chmyz 1981), bem como um sítio cerâmico de Tradição Tupiguarani.

Deixando a bacia do rio Iguaçu em direção ao sul, existem pesquisas realizadas na área afetada pela UHE Cachoeirinha, no rio Chopim (Parellada 2008).

Todos os oito sítios são lito-cerâmicos, localizam-se no município de Clevelândia e foram identificados como pertencendo à Tradição Itararé-Taquara. Assim como ocorre com a cerâmica da fase Candói no rio Iguaçu, a cerâmica do rio Chopim apresentava um pequeno percentual de fragmentos com decoração plástica na forma de impressões e carimbados (Figura 6.4.107).



Figura 6.4.107: Decoração plástica na cerâmica Itararé-Taquara da UHE Cachoeirinha (Parellada 2008).

#### Questões de cronologia

Embora não haja datações provenientes diretamente das pesquisas mencionadas acima, datas de regiões adjacentes do Paraná permitem ordenar cronologicamente as culturas arqueológicas listadas acima. A data mais recuada no tempo é oriunda do rio Iguaçu: na área afetada pela UHE Salto Caxias, um sítio com gravuras rupestres e ocupação por grupos caçadores-coletores da **Tradição Umbu** foi datado de **9.040 ± 400 A.P.** (Parellada 2005b) – data mais antiga publicada para o estado do Paraná. Essa Tradição apresenta uma larga permanência na área, conforme atestado por sítios datados de **6.240 ± 250 A.P.** e **4.810 ± 360 A.P.** na UHE Salto Caxias (Parellada 2005b) e de **3.110 ± 140** em União da Vitória (Chmyz 1981). Sítios com cerâmica da **Tradição Itararé** são igualmente antigos nos arredores: no

médio rio Iguaçu, no entorno de União da Vitória, as datas recuam até **1.635 ± 100 A.P.**, **1.475 ± 65 A.P.** e **1.420 ± 50 A.P.** (Chmyz 1981, 2005) e podem chegar a datas tão recentes quanto **680 ± 70 A.P.** e **605 ± 120 A.P.** respectivamente para um sítio com montículos funerários e para uma casa subterrânea (Chmyz 1968). Por fim, os sítios da **Tradição Tupiguarani** são aparentemente os mais raros e mais recentes, com uma única data para as cercanias da área da pesquisa: **500 ± 45 A.P.** em União da Vitória (Chmyz 1981).

TABELA 6.4 96: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS MUNICÍPIOS ABARCADOS PELA LT 525 SALTO SANTIAGO – ITÁ - NOVA SANTA RITA NO ESTADO DO PARANÁ.

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM	DATUM
Candói	UHE Salto Santiago 6	Itararé-Taquara	lítico	--	374151 7153121	SAD69
Chopinzinho	PR CH 04	Umbu	lítico	--		
Chopinzinho	PR CH 05	Itararé	cerâmico	manchas escuras		
Chopinzinho	PR CH 01	Itararé	cerâmico	combustão		
Chopinzinho	PR CH 06	Itararé	cerâmico	--		
Chopinzinho	PR CH 07	Itararé	cerâmico	--		
Chopinzinho	PR CH 02	Itararé	lito-cerâmico	combustão		
Chopinzinho	PR CH 03	Umbu	lítico	combustão		
Chopinzinho	Bananeiras Salto Santiago 1	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	--	348987 7160072	SAD69
Chopinzinho	UHE Salto Santiago 4	Umbu	lítico	--	353493 7158807	SAD69
Clevelândia	Norberto Pillati	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	348250 7106500	SAD69
Clevelândia	Augusto Pinheiro	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	348250 7105000	SAD69
Clevelândia	Pedro Inocêncio	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	--	350150 7103800	SAD69

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM	DATUM
Clevelândia	Ciro Carletto	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	347750 7103300	SAD69
Clevelândia	Antonio da Silva Godoy	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	355500 7099200	SAD69
Clevelândia	Rubens Daroit	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	355250 7096800	SAD69
Clevelândia	Belarmino José dos Santos	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	354800 7101650	SAD69
Clevelândia	Bento Rosa	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	355800 7096600	SAD69
Foz do Jordão	PR BV 15	Itararé	cerâmico	--		
Foz do Jordão	PR BV 16	Umbu	lítico	--		
Foz do Jordão	PR BV 14	Itararé	lito-cerâmico	combustão		
Foz do Jordão	PR BV 17	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 21	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 22	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 29	Umbu	lítico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 25	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 05	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 06	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 07	Itararé	cerâmico	estatueta		
Laranjeiras do Sul	PR BV 08	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 02	Itararé	cerâmico	casas subterrâneas		
Laranjeiras do Sul	PR BV 03	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 04	Itararé	cerâmico	--		



MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM	DATUM
Laranjeiras do Sul	PR BV 01	--	--	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 13	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 23	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 24	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 09	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 10	Umbu	lítico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 18	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 19	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 11	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 12	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 26	--	lito-cerâmico	combustão		
Laranjeiras do Sul	PR BV 27	Itararé	lítico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 30	Umbu	lítico	--		
Laranjeiras do Sul	PR AS 01	Pré-cerâmico	lítico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 20	Itararé	cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR BV 28	Itararé	lito-cerâmico	--		
Laranjeiras do Sul	PR AS 04	Itararé	cerâmico	--		
Porto Barreiro	UHE Salto Santiago 5	Umbu	lítico	--	354880 7160386	SAD69
Quedas do Iguaçu	UHE Salto Osório 1	Itararé-Taquara	lítico	combustão	309874 7168659	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	PR AS 02	Itararé	cerâmico	--		

MUNICÍPIO	NOME DO SÍTIO	TRADIÇÃO	MATERIAL	ESTRUTURAS	UTM	DATUM
Rio Bonito do Iguaçu	PR AS 03	Itararé	lito-cerâmico	Combustão; casas subterrâneas		
Rio Bonito do Iguaçu	Praia Ilha Condomínio Salto Santiago	Bituruna	lítico	habitação	343005 7172623	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	UHE Salto Santiago 1	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	habitação	340807 7166719	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	UHE Salto Santiago 2	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	habitação	340842 7171474	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	Neldo Bergmann	Humaitá	lítico	--	340708 7181707	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	Sítio de Estrutura Escavada	Itararé-Taquara	lítico	casa subterrânea	334699 7171898	SAD69
Rio Bonito do Iguaçu	Rio Bonito	Tupiguarani	lito-cerâmico	--	334433 7169848	SAD69
São Jorge do Oeste	Condomínio UHE Salto Osório 1	Umbu	lítico	combustão	299282 7171129	SAD69
São Jorge do Oeste	Condomínio UHE Salto Osório 2	Itararé-Taquara	lítico	combustão	302452 7168970	SAD69
São Jorge do Oeste	Condomínio UHE Salto Osório 3	Itararé-Taquara	lítico	--	302566 7168574	SAD69
São Jorge do Oeste	Constantino 1	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	308476 7168785	SAD69
São Jorge do Oeste	Constantino 2	Itararé-Taquara	lítico	combustão	308962 7169289	SAD69
São Jorge do Oeste	Laranjeira Condomínio 1	Itararé-Taquara	lito-cerâmico	combustão	304273 7171478	SAD69
São Jorge do Oeste	UHE Salto Osório 2	Tupiguarani	lítico	combustão	311586 7165646	SAD69
São Jorge do Oeste	UHE Salto Osório 3	Itararé-Taquara	lítico	combustão	313170 7165620	SAD69
São Jorge do Oeste	UHE Salto Osório 4	Itararé-Taquara	lítico	combustão	314589 7166547	SAD69
Saudade do Iguaçu	UHE Salto Santiago 3	Itararé-Taquara	lítico	combustão	342500 7158754	SAD69

---

#### 6.4.10.1.3 Contextualização Pré-Histórica

Na região sul, as pesquisas demonstram duas fases de estabelecimento de culturas: uma de caçadores-coletores e outra de horticultores-ceramistas. Essas definições de ocupação estão pautadas nas teorias difusionistas de migração e assimilação, as quais são regidas por uma classificação de orientação histórico-culturalista. Essa classificação tem como objetivo organizar a cultura material encontrada, por fatores regionais e tecnológicos, com intuito de diagnosticar e unificar os dados encontrados. Portanto, alguns aspectos culturais são exaltados e denominados “fósseis-guia” de uma região, transformando o registro arqueológico em “tradições culturais”. Sendo a “tradição” um conceito que abrange ambiente e estilo tecnológico, salienta-se a diferença entre “povo” e “tradição” na cultura material. Ou seja, quando se fala em tradição cultural, fala-se em aspectos culturais comuns, não de um povo ou outro específico. Apesar das diversas críticas a esse tipo de classificação arqueológica, mantêm-se ainda como guia, para falar de uma maneira abrangente da ocupação pré-histórica e sua cultura material.

Adotando esta perspectiva, a primeira fase de ocupação se deu a mais de 10.000 A.P por populações de caçadores-coletores, que ocupavam três ambientes diferenciados: o Planalto, o Pampa e a Planície Litorânea, demonstrando estratégias tecnológicas conforme o contexto de estabelecimento.

A tradição Umbu, caracterizada por uma tecnologia lítica, principalmente por suas pontas de flecha, ocupava o pampa, estendendo-se pela Província de Misiones (Argentina), pelas margens do Rio Negro e do Rio Uruguai (Uruguai), margens do Rio Pelotas, além de planícies litorâneas, sempre costeando o Planalto Meridional. As gravuras rupestres encontradas na encosta do Planalto, boleadeiras e Cerritos, também são atribuídas a essa tradição, sendo que os Cerritos apresentam indícios de concomitância entre os caçadores-coletores e os horticultores-ceramistas, novos habitantes da região.

A Tradição Humaitá, encontrada a partir de 6.000 A.P (4.050 a.C), caracterizada por instrumentos próprios para o trabalho em madeira, como os

machados bifaciais e, posteriormente, a adesão da cerâmica em conjunto com a domesticação de plantas; é encontrada nas margens dos principais rios das bacias dos rios Uruguai, Jacuí e Paraná, habitando as florestas do planalto meridional. Enquanto isso, na planície litorânea, grupos de pescadores-coletores marinhos estabeleceram-se gradualmente por toda a porção litorânea do Rio Grande do Sul, originados, talvez, dos litorais de São Paulo e Paraná, onde são encontradas datações mais antigas (4.000 a.C SP/PR e 2.000 a.C SC/litoral norte do Rio Grande do Sul). A cultura sambaquiana possui uma cultura material variada, desde enormes colinas de conchas e restos alimentares marinhos, chamadas de Sambaquis, atingindo até 50m de altura, além de vários artefatos de pesca, como anzóis e pesos de redes; escultura polidas, como os zoólitos, dominando a técnica de polimento em pedra e osso. Todavia, apesar das pesquisas, não há certeza da motivação dessas colinas de conchas, podendo ser lixo acumulado ao redor das habitações, estratégia de assentamento ou um destaque de sepulturas, como evidenciado em alguns sítios (OLIVEIRA, 2005; SCHMITZ, 2006).

Apesar da diferenciação em fósseis-guias das Tradições Umbu e Humaitá, alguns estudos, como os de Hoeltz (1995/1997) no vale do Rio Pardo e Dias (1994) no vale do Rio Caí, tentam entender as características tecnológicas dessas duas tradições, revelando serem muito semelhantes entre si (NOELLI, 1999/2000). Alguns autores sugerem que as diferenciações entre essas tradições está nos diferentes ambientes de ocupação, sendo o mesmo povo, com estratégias ambientais diferentes (NOELLI, 1999/2000; OLIVEIRA, 2005).

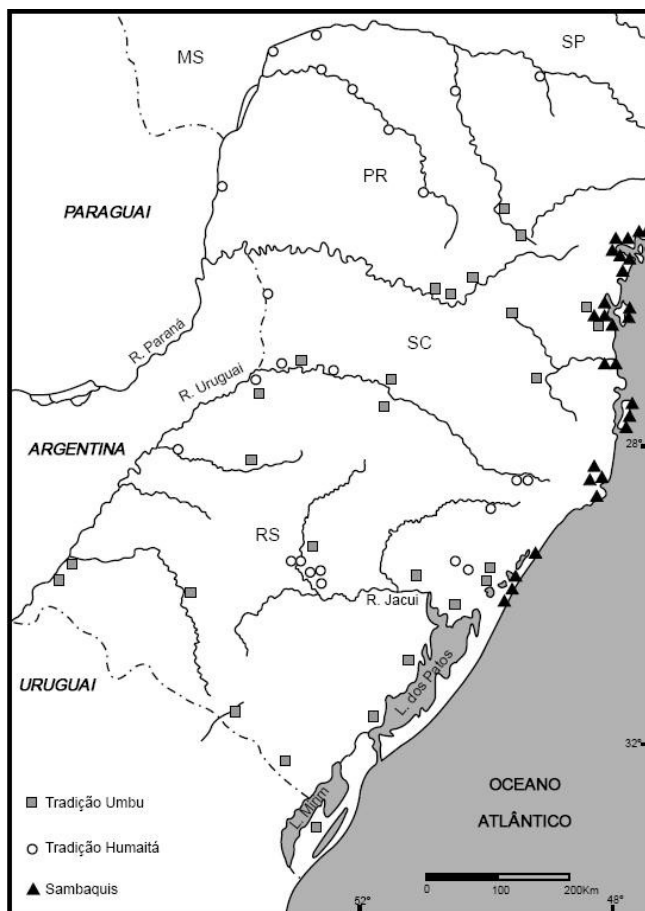


Figura 6.4.108: Áreas arqueológicas do Sul do Brasil datadas em torno de 4.000 anos a.C. (SCHMITZ, 2006)

A segunda fase de ocupação da região sul é caracterizada por uma nova leva migratória, que traz os horticultores-ceramistas, por volta da Era Cristã. Essa onda expansionista possui duas origens geográficas distintas – Amazônia e Planalto Brasileiro, falantes da língua Guaraní e da família linguística Jê respectivamente. Conhecedores da agricultura/horticultura, domesticação de animais e confecção de cerâmica, relacionaram-se com as populações que estavam assentadas no estado, influenciando e introduzindo alguns aspectos, como a cerâmica (OLIVEIRA, 2005).

As três tradições que exemplificam esse período através da cerâmica são: Tradição Vieira, formada por grupos caçadores-pescadores-ceramistas das zonas

pampeanas; a Tradição Tupiguarani, formada por horticultores da floresta subtropical; e Tradição Taquara, formada por horticultores-ceramistas do planalto meridional.

A Tradição Vieira apareceu nos pampas, possivelmente relacionada aos grupos Charrua e Minuano, conhecidos historicamente pelo contato colonial, e possuía uma cerâmica grossa, sem acabamento, de recipientes pequenos, divergindo das outras tradições ceramistas. É sugerido pelas pesquisas que essa tradição seja proveniente do contato dos caçadores-coletores com os grupos ceramistas migrantes, pois por volta de 2.100 A.P (150 a.C), os cerritos, os quais em camadas inferiores apresentaram vestígios da Tradição Umbu, começam a demonstrar cerâmica de forma simples, da Tradição Vieira, com características da cerâmica Guarani e Jê, bem como fragmentos da Tradição Tupiguarani (NOELLI, 1999/2000; OLIVEIRA, 2005).

A Tradição Taquara presente no planalto das araucárias desde 1810 +/- A.P (55 d.C a 225 d.C) destaca-se pela domesticação de algumas plantas e a ampliação do sistema de exploração sazonal de recursos, mediante uma mistura de agricultura e coleta; as inovações arquitetônicas, caracterizadas pelas “casas subterrâneas” e os “anéis funerários”; sedentariedade, a técnica de polimento, cujos artefatos mais característicos eram as “mãos de pilão”; e a técnica de confecção de cerâmica, com recipientes pequenos, compostos basicamente por tigelas abertas e potes cilíndricos, geralmente lisos, com alguma decoração plástica. Os sítios dessa tradição apresentam-se como aglomerados ou isolamentos de casas subterrâneas, anéis funerários nas maiores altitudes, sítios a céu aberto e de obtenção de matéria-prima. As construções subterrâneas estão associadas diretamente com os falantes da família Jê – os grupos Kaingang e Xokleng, que se instalaram nessa região de altitudes elevadas, pelas características da cerâmica, a presença dessas “casas subterrâneas” desde o sul de Minas Gerais, bem como a semelhança de ambiente, visto que esses grupos vieram do Planalto Central (OLIVEIRA, 2005).

A Tradição Tupiguarani é composta por grupos da família linguística Tupi-Guarani, provenientes, segundo a teoria de Brochado e Noelli, dos tributários meridionais do médio Amazonas, que se espalharam por rotas migratórias a partir de 2.500 A.P (500 a.C), instalando-se nas terras baixas de leste a oeste do Brasil e por toda a bacia platina (BROCHADO, 1989; NOELLI, 1994). O povo Guarani de matriz cultural tupi, um dos representantes dessa tradição, teve a sua expansão rumo ao sul do Brasil, instalando-se desde o sul do Mato Grosso até a foz do Rio da Prata, ocupando ainda o litoral sul brasileiro, sempre com a característica de prescritividade, incorporando aspectos novos e enquadrando nos seus códigos e estruturas. A presença nessas regiões já é perceptível em torno de 2.000-1500 A.P (50 a.C a 450 d.C) com estabelecimento contínuo, somente interrompido pela presença europeia no século XVI (NOELLI, 1994;1999/2000; OLIVEIRA, 2005). Suas aldeias e territórios de caça e coleta eram localizados nos vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, assim como nos seus afluentes, preferencialmente em altitudes de até 400m, as quais predominam as condições de calor e umidade, em ambientes florestais e ribeirinhos, como o seu ambiente de origem. Através dos vales do Jacuí e dos Sinos, atingiram a planície litorânea, subindo para o norte, chegando a São Paulo. Plantavam diversas plantas, como milho, fumo, mandioca, batata e feijão, coletavam vegetais e mel silvestre, além de tecerem algodão. A cultura material dessa tradição é bastante diversificada, fabricando lâminas de machado polidas, ornamentos labiais de quartzo polido, adornos de pedra e osso polido; cerâmica abundante de grande variedade decorativa, como pratos, tigelas e panelas, além de urnas funerárias. Havia grandes recipientes que serviam para a produção de bebida alcoólica, como cerveja (OLIVEIRA, 2005). Caçavam e pescavam mamíferos, aves, peixes, répteis, anfíbios, moluscos e insetos. Geralmente os sítios arqueológicos estão próximos de cursos d'água piscosos, pela intensa atividade de pesca (NOELLI, 1999/2000).

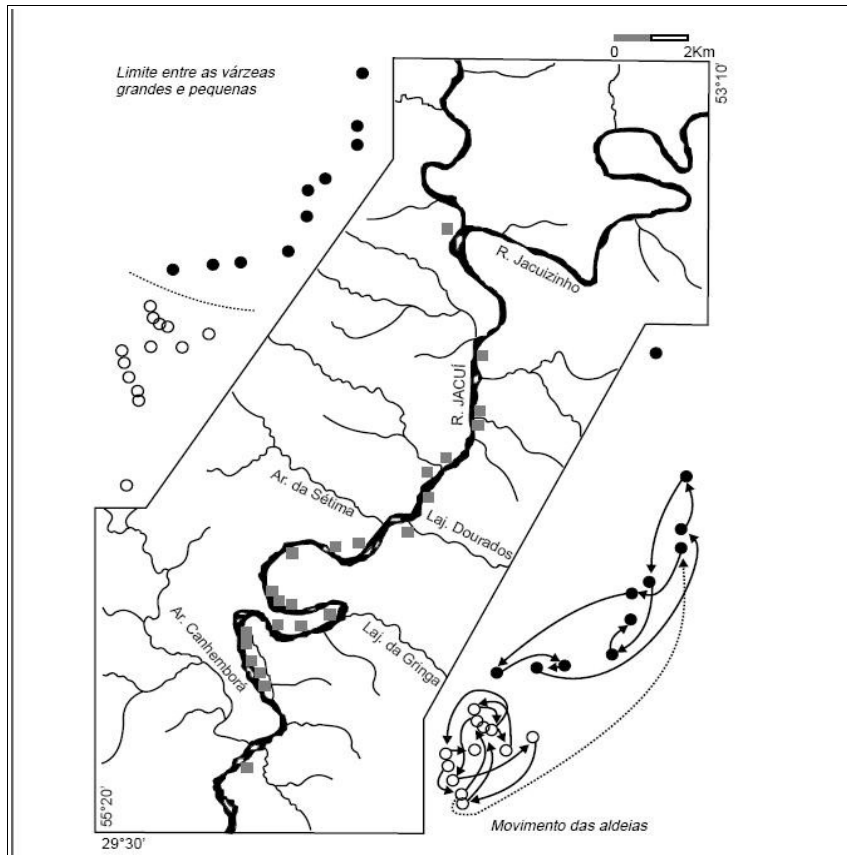


Figura 6.4.109: Exemplo da distribuição de sítios Tupiguarani ao longo de um trecho do Alto Jacuí. (SCHMITZ, 2006)

O território pré-colonial da região sul passou por uma intensa disputa territorial e movimentações culturais, que a pesquisa arqueológica ainda tem muito a dizer. Os povos aqui assentados passaram por diversos processos de interação cultural, subsistindo alguns aspectos culturais dominantes, que não excluem uma variedade de grupos sob a mesma matriz cultural. Segundo Noelli (1999/2000), os dados arqueológicos sendo incompletos, não permitem acompanhar com clareza os processos das ocupações regionais, os interflúvios e as relações com outras populações que já ocupavam essas áreas. Bem como acompanhar os padrões locais e desmembramentos dos assentamentos em novas unidades.



---

#### 6.4.10.1.4 Contextualização Antropológica

Na chegada dos europeus ao Brasil, estes se deparam com um território imensamente ocupado por populações falantes de várias línguas e com diversos costumes. Estima-se que esses povos alcançaram um patamar demográfico elevado, calculando que na faixa litorânea viviam cerca de um (1) milhão de Tupinambás (9hab/Km<sup>2</sup>), enquanto na área meridional, Pierre Clastres sugere a presença de 1,5 milhões de Guaranis (4hab/km<sup>2</sup>) (DENEVAN, 1942). Na visão do europeu, primeiramente, havia uma homogeneização das diversas tribos indígenas, reduzindo o panorama etnográfico entre Tupi (englobando as sociedades litorâneas em contato direto com os portugueses, franceses e castelhanos, desde o Maranhão a Santa Catarina, incluindo também os Guaranis) e Tapuia (denominando aqueles que eram diferentes socialmente dos Tupis). Para os recém-chegados, os Tupis possuíam semelhança em suas tradições e padrões culturais, ao contrário dos Tapuias que, além de possuírem uma variedade de línguas e costumes, eram muito pouco conhecidos pelos europeus, representando mais uma antítese da sociedade Tupi, sendo projetada, portanto, em termos negativos. Essa relação inicial com a população indígena brasileira influenciará diretamente as relações históricas futuras, tanto de dominação como de assimilação (MONTEIRO, 1994).

As relações entre não índios e índios do século XVI ao século XIX foram amplamente documentadas por cronistas, que, algumas vezes, além do contato com as tribos, mantiveram longas excursões adentro dessas sociedades, descrevendo cada momento de alteridade. Esses dados etnohistóricos são de grande valia para as pesquisas atuais que tentam fazer a conexão entre a arqueologia, história e antropologia. Entretanto, apesar da importância dessas informações, esse olhar distanciado contribuiu para uma história contada pela ótica do colonizador, que suprimiu a agência indígena. E nesse mesmo viés, muitos autores e historiadores, até meados do século XX, contribuíram com essa ótica, fazendo dessa história estritamente ocidental.

**6.4.10.1.4.6 Os grupos indígenas**

Na região sul do Brasil, havia um panorama Jê, Guarani, Minuano e Charrua no século XVI e XVII. Todas as áreas de mata subtropical ao longo da costa, na borda do planalto, na serra e ao longo dos rios, estavam ocupados pelos agricultores Guaranis, que tiveram seu sistema modificado através da incorporação nas economias e culturas de Espanha e de Portugal (SCHMITZ, 2006).



Figura 6.4.110: Mapa da ocupação dos grupos indígenas no século XVIII (LAROQUE, 2009)

Estes horticultores da floresta tropical estabeleciam suas grandes aldeias circulares compostas por grandes casas comunais e suas roças em clareiras abertas nas matas, de onde obtinham também matéria-prima para o artesanato e plantas alimentícias complementares, bem como medicinais. Além disto, este intenso

---

manejo agro-florestal contribuía “para a ampliação da biodiversidade das comunidades vegetais das regiões onde se instalavam.” (NOELLI, 1999/2000: 249). Mantinham também disputas territoriais com os grupos Kaingang, Charruas e Minuanos, culminando em constantes guerras, migrações, extermínio ou a assimilação pelo Guarani, conhecido por sua tendência a “‘guaranizar’ pessoas de outras etnias, incorporando-as.” (NOELLI, 1999/2000: 249).

Durante o período da colonização e das missões jesuíticas na região gaúcha e platina, os colonizadores deram nomes diferentes, como guaranis, tapes, carijós e arachãs, aos grupos que falavam guarani, para identificar locais diferentes onde esses índios viviam. A partir dessas e outras relações históricas, pode-se concluir que há uma ligação inegável entre os Guarani históricos e os reconstituídos através da arqueologia, como a tradição Tupiguarani. Os pontos onde a conexão se torna irrefutável são as reduções do primeiro período missionário espanhol (1626-1636), três das quais foram estudadas: Jesus Maria no município de Candelária, São Miguel no município de São Pedro do Sul e Candelária do Caazapámini no Município de São Luiz Gonzaga (SCHMITZ, 2006).

Entre 1605 e 1640, muitas “bandeiras” foram enviadas às reduções missionárias para destruí-las e capturar os índios nela presentes. Esse povo sentiu o forte impacto da presença dos conquistadores ibéricos, constituindo-se alvo preferencial, por ser uma população mais densa que os índios da campanha ou do planalto, regiões periféricas num primeiro momento. Deste encontro resultaram profundas transformações, sendo a principal delas a drástica diminuição demográfica decorrente tanto de guerras como das epidemias que os assolaram. Segundo Schmitz (2006), é muito difícil calcular quantos Guarani foram levados para as plantações de São Paulo ou mortos nas refregas e no transporte. Geralmente se crê que seriam mais de 60.000. Alguns falam em até 300.000. Todo o estado do Paraná, todo o estado de Santa Catarina, o leste e o centro do Rio Grande do Sul, antes densamente povoados, ficaram quase sem Guarani.

Em 1640, a “bandeira” comandada por Jerônimo Barros é derrotada na batalha de Mbororé pelas reduções concentradas sobre o rio Uruguai. Como consequência, as “bandeiras” param de ser organizadas contra as reduções e os índios transmigrados para a Argentina voltam ao Rio Grande do Sul, em 1687, para construir os Sete Povos das Missões.

Entre os conflitos entre as missões bandeirantes e jesuíticas, dos séculos XVI, XVII e XVIII, os índios do Rio Grande do Sul, principalmente os Guarani, foram sendo incorporados a um sistema, ora religioso e idealista, ora econômico, com escravismo e tráfico para a agricultura do sudeste brasileiro. Para os escravistas, o povo do planalto era considerado preguiçoso e malevolente demais para servir de mão de obra.

Os Kaingang e Xokleng, falantes do tronco lingüístico Macro Jê, ocupavam desde o momento da conquista a região do planalto das araucárias, cuja extensão abrange os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Misiones (Argentina). Segundo Schmitz (1993 *apud* Silva e Barcelos 2009), eram chamados por vezes de Guaianá, no período da colonização, de Coroado e Bugre<sup>5</sup>, na maior parte do século XIX, e Kaingang no final do século XIX.

Estabelecidos à sombra dos pinheirais, viviam, principalmente, da coleta do pinhão assim como da caça generalizada e da horticultura em pequena escala. Atualmente, o cultivo passou a ter maior peso na sua economia e a ser mais diversificado, incluindo o plantio de milho, feijão, aipim e batata-doce por exemplo. Antes da colonização, costumavam estocar o pinhão mediante um processo de desidratação (BASILE BECKER, 1991).

Foram contatados esporadicamente por conquistadores no século XVI, o que se intensificou no século XVII, quando foram alvo de infrutíferas tentativas de Missão por Pe. Montoya, por exemplo. Apesar de não terem sido tão afetados pela frente expansionista europeia quanto os Guarani, os Kaingang não foram poupados. Sobretudo, em meados do século XIX, com os incentivos à imigração alemã e

5 Bugre foi o nome dado em oposição aos Guaranis. (KERN, 1994; MABILDE, 1983 *apud* SILVA, BARCELOS, 2009)

italiana. Com a chegada destes novos migrantes, os Kaingang passaram a ser pressionados por esta nova frente de povoamento europeu, tendo que migrar cada vez mais para o interior das matas. Permaneceram em seu ambiente natural, mas ilhados em meio a um mundo hostil (BASILE BECKER, 1991).

Segundo Silva e Barcelos (2009), essa área geográfica, chamada de Campos de Cima da Serra, foi considerada uma “terra de ninguém” perante as concepções ocidentais de espaço geográfico. Era considerado como um espaço sem qualquer organização, administração política e econômica estruturada, bem como sem ocupação “branca”, ou até mesmo humana. As populações nativas eram consideradas, muitas vezes, sem pensamento racional, apresentadas como elementos da fauna da região. Essa concepção foi repetida por muitos autores, justificando a “práxis exploratória e ocupacional na formação do espaço colonial europeu na América meridional.” (SILVA; BARCELOS, 2009:63).

É com a chegada do imigrante alemão, a partir de 1824, que se dão os conflitos mais intensos e as maiores modificações em seu modo de vida. O imigrante alemão reivindicava as terras que o governo imperial lhe outorgara<sup>6</sup>, enquanto os Kaingang tentavam proteger o território que lhe pertencia há gerações.

Durante esse período, foram constantes os assaltos às áreas de colonização praticadas por grupos Kaingang (as denominadas correrias), que viam ameaçada sua hegemonia territorial em função da intrusão dos imigrantes. O trecho abaixo nos ilustra a dimensão do conflito, bem como a ênfase dos autores na ação cruel do índio:

(...) os povoados de Mundo Novo, de Montravel, da Picada Feliz e de Nova Petrópolis sofreram frequentes ataques dos bugres que na época da colheita do milho desciam de seus matos com o fim de saquearem as roças e, podendo ser, as casas dos colonos. Anunciavam eles a sua chegada pelos fogos que acendiam nos morros mais altos de nossa região montanhosa e o colono, vendo aqueles fogos, já se punha de sobreaviso (KOSERITZ, 1884. In: BASILE BECKER, 1995).

---

<sup>6</sup> Segundo Basile Becker (1991), isso se dava mediante legislação que dispunha sobre as terras devolutas como exclusivamente reservadas aos alemães. Esta legislação, respaldada pela Lei de Terras (1850), possibilitava a tomada das terras indígenas, recorrendo-se ao discurso de que eram improdutivas. (LAROQUE, 2001)

Para sanar os conflitos, criaram-se aldeamentos para reunir os índios de diferentes grupos Kaingang das áreas atingidas. Entre 1848 e 1850, são instalados três aldeamentos: o Aldeamento da Guarita, no atual município de Tenente Portela, o Aldeamento de Nonoai e o Aldeamento do Campo do Meio. Paralelamente, surgem as colônias alemãs de São Leopoldo, São José do Hortêncio, Bom Princípio, do Caí e Montenegro dentre outras. No entanto, esta atitude governamental foi insuficiente para atenuar as queixas e reivindicações do lado indígena, que via suas terras serem invadidas pelo imigrante, cuja presença implicava na sua atual restrição territorial nos citados aldeamentos, ou sua reclusão para o interior da mata.

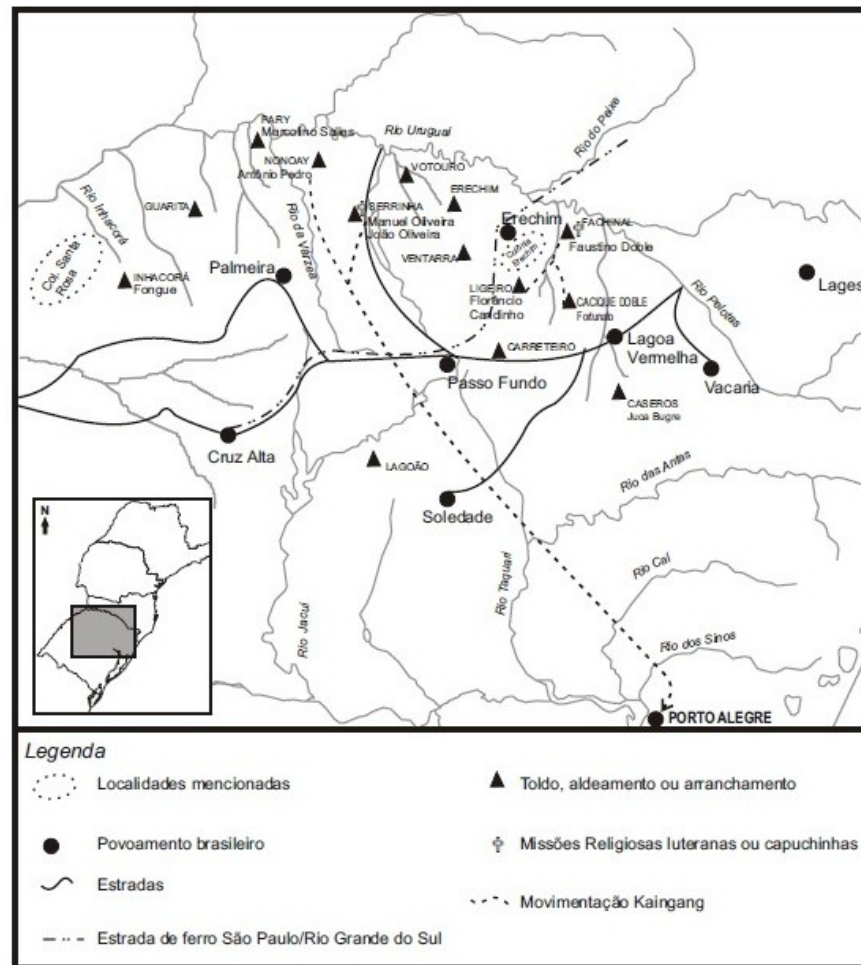


Figura 6.4.111: Mapa de Aldeamentos Indígenas no Rio Grande do Sul (LAROQUE, 2007)

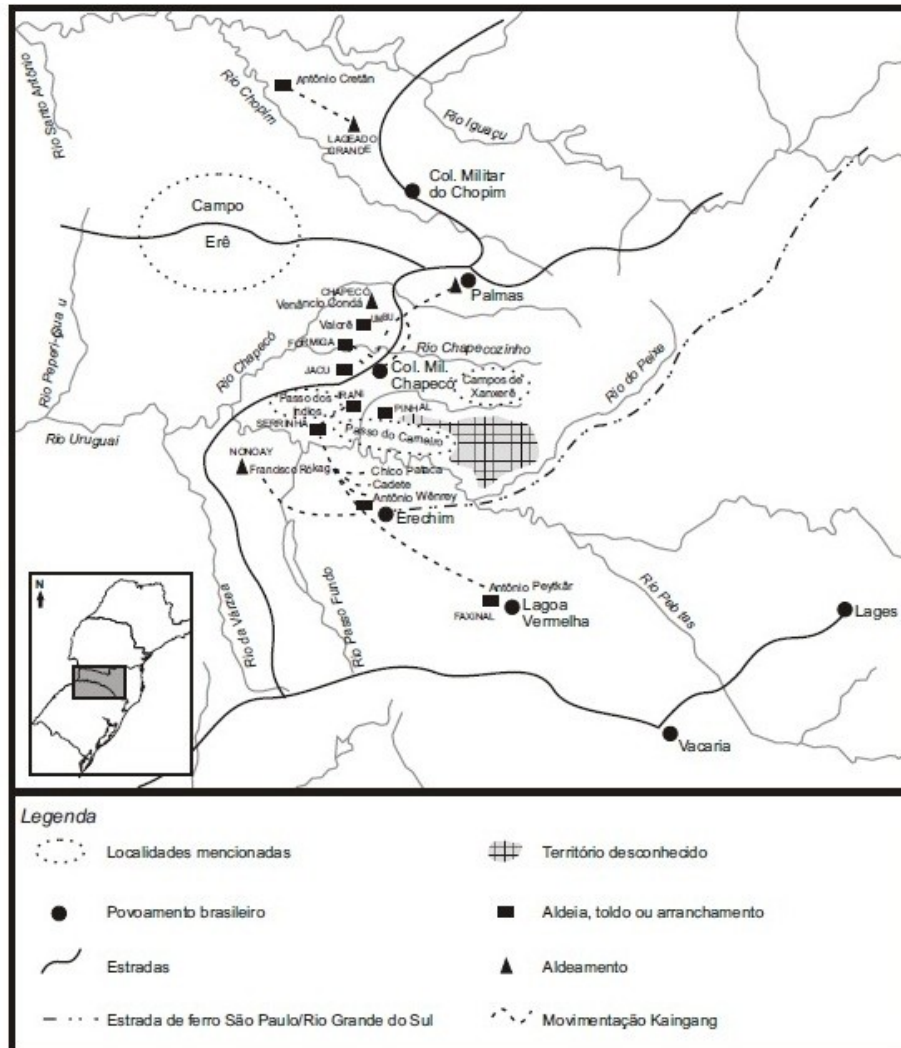


Figura 6.4.112: Mapa de Aldeamentos Indígenas em Santa Catarina (LAROQUE, 2007)

Segundo Bringmann (2009:114), “as reações dos kaingangues contribuíram para a sua caracterização como ferozes, bárbaros, incivilizáveis.” Assim, se opunha o indígena, compreendido como selvagem, e o colono, visto como elemento civilizador. Tal acepção justificava as ações de extermínio, bem como os aldeamentos. No entanto, essa concepção nasceu, principalmente, de uma perspectiva de oposição aos Guarani, mais “evoluídos”, notada e repetida desde as primeiras percepções dos cronistas, permanecendo em diversos autores e



---

historiadores, contribuindo para uma história tradicional, até meados do século XX. Como em Schmitz: “os habitantes dos matos ao longo dos rios da encosta do Planalto e do Litoral Atlântico eram a população tecnológica, cultural e politicamente mais desenvolvida.” (SCHMITZ, 1993:189 apud SILVA, BARCELOS, 2009:65). Entretanto, conforme os estudos arqueológicos das duas últimas décadas na região do planalto percebe-se uma complexidade social dos grupos antepassados dos Kaingang, que não foi considerada pelo olhar ocidental do colonizador.

A colonização italiana, iniciada em 1875, teve contatos raros e pacíficos em função de os Kaingang já terem sido aldeados. Estabeleceram-se nos atuais municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi.

#### **6.4.10.1.4.7 Breve Histórico da Legislação Indígena no Brasil<sup>7</sup>**

Durante o período colonial, a legislação indígena de Portugal oscilou entre os interesses dos colonos e dos missionários que buscavam catequizar os ameríndios. Por conta disso, tal legislação foi extremamente contraditória, dependendo da influência ora de jesuítas, ora de colonos sobre o governo.

Na primeira metade do século XVII, os conquistadores europeus já ocupavam uma vasta área do território brasileiro. Neste período, bandeirantes destroem missões jesuíticas no nordeste do Paraná, aprisionando e levando indígenas Guarani como escravos para São Paulo. Os jesuítas abandonam a região e tornam a levantar missões no nordeste do Rio Grande do Sul. Embora estas também sofram com ataques de bandeirantes, não chegam a ser desalojadas.

Após a independência, no entanto, a violência contra os povos indígenas não mais foi permitida. Contudo, isto não impediu que particulares continuassem a combater indígenas a fim de apoderarem-se de suas terras, principalmente em localidades mais distantes e isoladas.

---

<sup>7</sup> Informações baseadas em MELATTI, 2007.

Durante o período imperial, o índio foi colocado na mesma posição concedida aos órfãos. Ainda nesse período, inúmeras medidas foram tomadas a fim de gerenciar os povos indígenas. Em 1850, uma nova lei passa a regulamentar a propriedade territorial no Brasil, dividindo as terras em duas categorias: 1) pública, pertencente ao governo; e 2) privada, pertencente a particulares. As terras concedidas aos índios foram consideradas como particulares. Categoria que lhes prejudicou, pois não conhecendo os regimentos legais que lhes garantiam a posse da terra acabaram perdendo-as em função da astúcia e má fé de alguns colonos. A lei também estabelecia critérios para a criação de aldeias indígenas em terras públicas. No entanto, essas eram construídas de acordo com padrões estranhos aos índios, o que fez com acabassem abandonadas, caindo em domínio público ou entregue a particulares.

No período republicano, com a separação entre a Igreja e o Estado, as ações missionárias deixaram de representar uma força legal na política indígena brasileira, porém, isso não fez com que o governo impedisse o trabalho dos missionários, quando executado por sua própria conta. Isso veio a facilitar o trabalho de igrejas protestantes com os indígenas brasileiros. Mas o fato mais marcante do início do período republicano são confrontos de colonos contra indígenas, a exemplo dos conflitos entre Xokleng e colonos alemães e italianos no Paraná e em Santa Catarina. Por conseguinte, discussões acerca do tema eram comuns na imprensa, entre cientistas, instituições humanitárias e do público em geral. Havia propostas desumanas que sugeriam o extermínio dos índios, sob a justificativa de representarem uma barreira contra o progresso, e propostas visando integrar o índio à civilização, fosse por ação de instituições religiosas ou por assistência de leigos.

Como resultado desse amplo debate público, ocorrido entre 1908-1910, surge o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Extinto em 1967, o SPI foi substituído pela atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Atualmente, tanto os Guarani como os grupos Kaingang e Xokleng foram incorporados ao Estado brasileiro, estando confinados em ínfimas áreas

denominadas reservas indígenas, cuja situação é regulamentada por lei. Tal regulamentação, no entanto, não os isenta de constante coação por parte da expansão agrícola, impulsionada por grandes latifundiários e, não raro, considerada justificável por parte da sociedade nacional, cuja identificação com os remanescentes indígenas é praticamente nula. Os Charrua e Minuano, por sua vez, foram praticamente exterminados, tendo sido alvo de brutais campanhas genocidas no século XIX.

#### **6.4.10.1.4.8 A Situação Indígena Contemporânea**

Segundo dados da FUNAI, a partir do Censo 2010, vivem no Brasil cerca de 817 mil índios, 0,4% da população brasileira, e estão distribuídos entre 688 Terras Indígenas além de algumas áreas urbanas. Há também 82 referências de grupos indígenas não contatados, das quais 32 foram confirmadas. Em acréscimo, existem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista<sup>8</sup>.

No Rio Grande do Sul há pelo menos 44 terras indígenas, entre situações de regularização, declaração, delimitação, em estudo, encaminhamento e homologação, abarcando povos Kaingang e Guarani<sup>9</sup>. A retomada de terras indígenas das populações “brancas” teve início a partir da década de 70. O marco inicial desse processo, que culminou nas diversas terras indígenas do estado, foi a expulsão de três mil agricultores da Terra Indígena de Nonoai, pelos Kaingang, com ajuda de Kaingang de outras terras indígenas (FERNANDES, 2003).

Recentemente, os ânimos entre populações indígenas e colonos têm se alterado no norte do estado gaúcho. Há, nessa região, vastas extensões de terras, distribuídas no território de 30 municípios, identificadas como pertencentes às populações indígenas, especialmente Kaingang. (Figura 6.4.113).

<sup>8</sup> <http://www.funai.gov.br/>, acessado em 04 de agosto de 2012.

<sup>9</sup> <http://ti.socioambiental.org/#>, acessado em 04 de agosto de 2012.

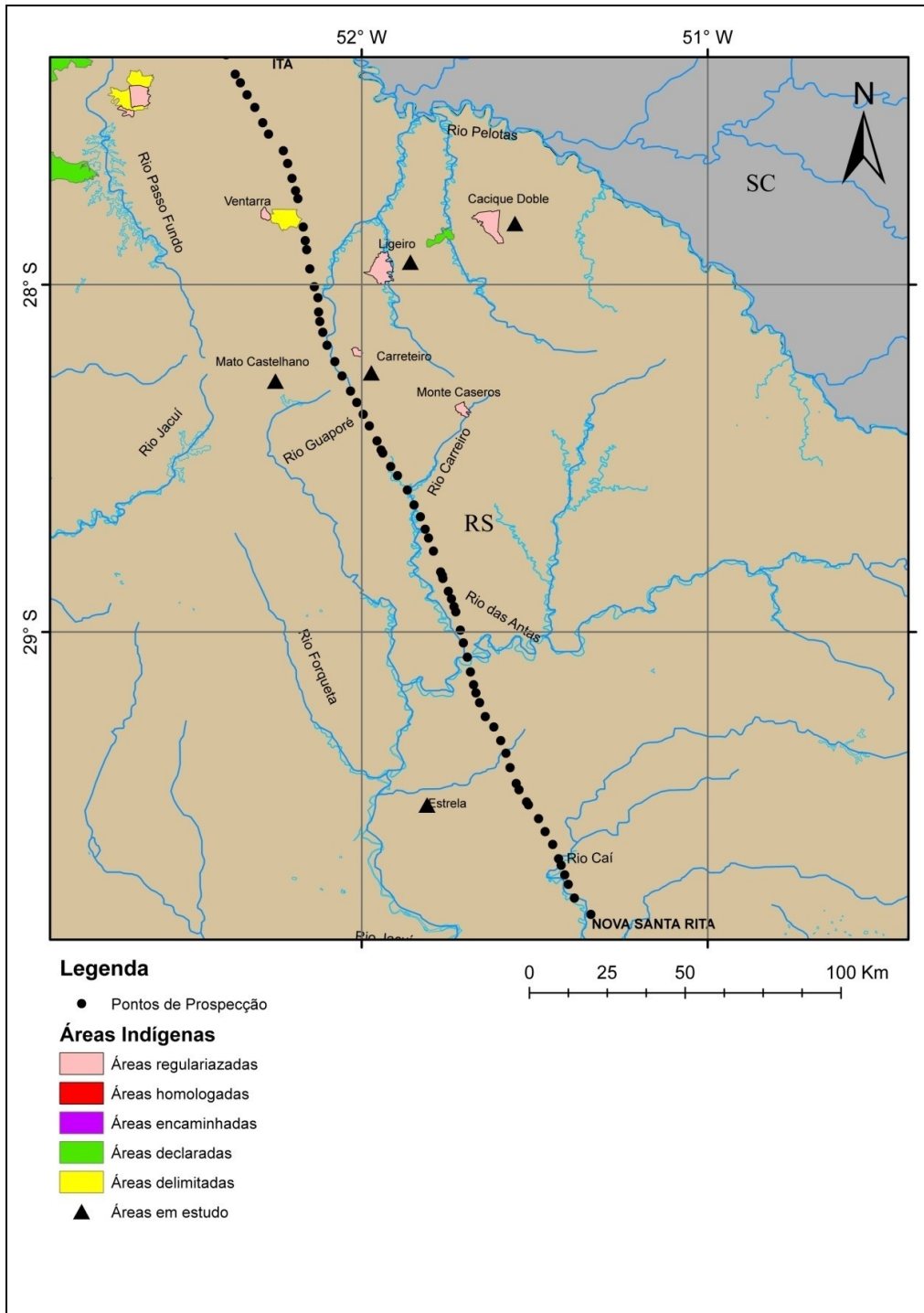


Figura 6.4.113: Mapa de áreas indígenas no RS. (Mapa elaborado a partir de informações de <http://www.funai.gov.br/>, acessado em 02 de agosto de 2012)

Os atritos recentes entre indígenas e colonos emergiram em 2005, quando a FUNAI deu início a novos processos de demarcação de áreas indígenas. Agricultores exigem indenizações para abandonar as terras e o governo não está administrando de forma apropriada a questão, mantendo a situação complicada tanto para indígenas como para agricultores (RODIGHERO, 2012).

TABELA 6.4 97: AS ÁREAS PRÓXIMAS A LT525KV SALTO SANTIAGO- ITA- NOVA SANTA RITA, NO RIO GRANDE DO SUL

NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIOS	GRUPO
Carreteiro	Regularizada/em estudo	Água Santa	Kaingang
Mato Castelhana	Em estudo	Mato Castelhana	Kaingang
Monte Caseros	Regularizada	Ibiraiaras, Muliterno	Kaingang
Ligeiro	Regularizada/em estudo	Charrua	Kaingang
Mato Preto	Delimitada	Erebango, Erechim, Getúlio Vargas	Guarani
Ventarra	Regularizada	Erebango	Kaingang
Estrela	Em estudo	Estrela	Kaingang

Em Santa Catarina há 21 terras indígenas entre situações de regularização, declaração, delimitação, em estudo, encaminhamento e homologação, abarcando povos Kaingang, Xokleng, Guarani e Guarani Mbyá<sup>10</sup>. Segundo Fernandes (2003), até 1986 havia apenas uma terra indígena Kaingang no estado: Xaçecó (1978). Posteriormente, mais quatro novas terras foram criadas: Toldo Chimbanguê (1986), Toldo Pinhal (1996), Toldo Imbu (1999) e Aldeia Condá (2001). O processo de regularização dessas terras, algumas ainda em andamento, têm em comum “não apenas as tensões e os conflitos entre indígenas e agricultores, mas também a morosidade do processo de regularização fundiária e a fragilidade das decisões do indigenismo oficial face às pressões políticas locais.” (FERNANDES, 2003:195).

<sup>10</sup> <http://ti.socioambiental.org/#>, acessado em 04 de agosto de 2012

TABELA 6.4 98: AS ÁREAS PRÓXIMAS A LT525KV SALTO SANTIAGO- ITA- NOVA SANTA RITA, EM SANTA CATARINA

NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIOS	GRUPO
Aldeia Kondá	Encaminhada	Chapecó	Kaingang
Toldo Chimbanguê	Regularizada	Chapecó	Kaingang
Toldo Pinhal	Declarada/Regularizada	Arvoredo, Paial, Seara	Kaingang
Xapecó	Homologada	Abelardo Luz, Entre Rios, Ipuauçu	Guarani, Kaingang
Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Declarada	Abelardo Luz, Ipuauçu	Guarani, Kaingang
Toldo Imbu	Declarada	Abelardo Luz	Kaingang

No Paraná há 26 terras indígenas entre situações de regularização, declaração, em estudo, encaminhamento e homologação, abarcando povos Kaingang, Xokleng, Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandevae e Guarani Mbyá<sup>11</sup>. Segundo Fernandes (2003), em 1978, cerca de quinhentos colonos foram expulsos da Terra Indígena Mangueirinha, sendo uma das primeiras retomadas do estado.

TABELA 6.4 99: AS ÁREAS PRÓXIMAS A LT525KV SALTO SANTIAGO- ITA- NOVA SANTA RITA, NO PARANÁ

NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIOS	GRUPO
Mangueirinha	Regularizada	Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha	Guarani, Kaingang
Rio das Cobras	Regularizada	Espigão Alto do Iguauçu, Nova Laranjeiras	Guarani, Kaingang
Boa Vista - PR	Declarada	Laranjeiras do Sul	Kaingang

11 <http://ti.socioambiental.org/#>, acessado em 04 de agosto de 2012.

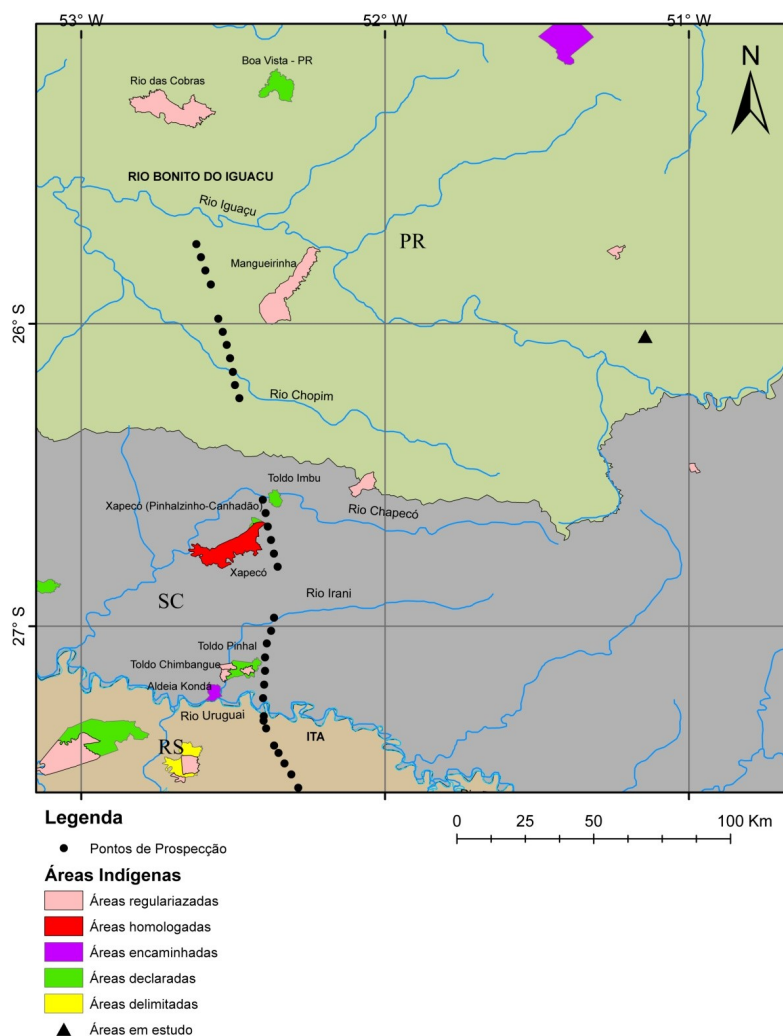


Figura 6.4.114: Mapa de áreas indígenas no RS. (Mapa elaborado a partir de informações de <http://www.funai.gov.br/>, acessado em 02 de agosto de 2012)

Os critérios para identificar e delimitar uma terra indígena, realizado por um grupo de técnicos especializados, está definido no Decreto nº 1775/96 e na Portaria nº 14/MJ, de 9/01/1996, a qual estabelece "regras sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas". A partir disso, "os estudos antropológicos e os complementares de natureza etno-histórica,

sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário, realizados nesta fase, deverão caracterizar e fundamentar a terra como tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os preceitos constitucionais, e apresentar elementos visando à concretização das fases subsequentes à regularização total da terra.”<sup>12</sup> Nesse sentido, a arqueologia não está referida como fundamentação para relatórios de identificação de terras indígenas, ainda que a antropologia abarque a cultura material arqueológica. No entanto, os registros arqueológicos estão sendo utilizados nos relatórios antropológicos, como auxílio a elucidação do passado histórico dessas populações.

#### 6.4.10.1.5 Contextualização Histórica

A área de implantação da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita (C2) cruza, no sentido norte-sul três estados, passando pela porção oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e a região serrana do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma região de grande importância histórica, palco de acontecimentos e transformações ocorridas ao longo da história nacional.

A região Sul se caracteriza por uma colonização mais tardia, comparando-se com a da região Sudeste e Nordeste, com o povoamento só começando nos séculos XVII e XVIII. A primeira cidade a ser fundada na região sul, foi a de Paranaguá, em 1648.

A história dessa região é marcada pela grande imigração europeia, o que deixou marcas que refletem os locais de origem, como o plantio de vinhas e o sistema de médias e pequenas propriedades. Uma vez que as terras ao norte e oeste do Paraná foram as últimas a serem colonizadas, muitos dos atuais municípios possuem uma história similar, visto que surgem do desmembramento de antigas colônias ou municípios que contavam com uma grande área. Com as bandeiras começaram incursões rumo ao interior do Brasil e também para o sul. Com elas chegaram os missionários e espanhóis com o intuito de catequizar os

<sup>12</sup> <http://www.funai.gov.br/> acessado em 04 de agosto de 2012.



índios que aqui existiam. Após a dissolução das missões (1756) o território fica parcamente povoado, situação que só foi revertida com bandeiras paulistas de povoamento, na segunda metade do século XVIII. Aos poucos os paulistas vão se estabelecendo na costa litorânea do Paraná e Santa Catarina. Começa assim o comércio de gado, aproveitando-se das vacarias que haviam se formado com o gado abandonado pelos jesuítas após a Guerra Guaranítica (1753-1756). Mais ao sul, com os tropeiros são estabelecidas as primeiras estâncias de gado. Todo o processo de colonização é marcado também pela criação de fortificações de defesa do território, uma vez que essa porção do país era fruto de disputa entre portugueses e espanhóis e os limites do território sofreram alterações de status político com a assinatura de tratados. Foi somente com o fluxo de imigrantes, primeiro açorianos, depois alemães (1824) e italianos (1875) que a colonização do território ganha real impulso (MAGNANINI, 1977).

Colonizada inicialmente por portugueses e espanhóis, a história da região viria a ser fortemente influenciada pela imigração europeia, o que deixou marcas que refletem na grande pluralidade cultural. A leva de imigrantes que começou a chegar ao final do século XIX contribuiu não somente para o desenvolvimento econômico da região, com um sistema majoritariamente baseado em pequenas e médias propriedades rurais de policultura, mas também contribuiu para a diversidade cultural do sul do Brasil. Compõem este quadro de imigrantes, as mais diversas nacionalidades; alemães, italianos, açorianos, eslavos, entre outros.

A diversidade cultural não se expressa somente no patrimônio edificado e histórico, mas especialmente na cultura imaterial. A definição de patrimônio cultural imaterial, estabelecida pela Unesco, compreende práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, desde que reconhecidos pelos indivíduos que compõe o grupo, como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (<http://www.cnfcp.gov.br>) entende este patrimônio como algo que é passado de geração em geração e se mantém vivo através da interação social dos membros

da sociedade, sendo permanentemente recriado. Este trabalho de diagnóstico tem uma característica de levantamento prévio, elencando em linhas gerais apenas parte dos ricos aspectos culturais encontrados na região sul. Nas etapas posteriores do trabalho todos esses dados serão aprofundados e detalhados.

Talvez o expoente mais importante da cultura paranaense deva ter sido o Paranismo. Com a emancipação do Paraná, em 1853, que até então pertencia a São Paulo, as elites começam a buscar símbolos que definam essa nova Província. Intelectuais descendentes das famílias ali estabelecidas buscam na paisagem paranaense um teor simbólico e elegem a imagem do pinheiro e do pinhão como símbolo. Em 1927, seria assim definido o Paranismo, que buscava criar uma identidade e padrão estético (Camargo, 2007). Certamente esse foi um movimento que refletia o quanto, independente das origens, certos hábitos e costumes acabavam por marcar a todos, assim como a paisagem.

Os imigrantes que chegavam ao estado do Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, trouxeram consigo crenças e histórias que enriqueceram o folclore do estado. As influências são notadas no modo com que as edificações são construídas, na culinária, música e danças, bem como no artesanato e costumes da população.

A Proclamação da República foi um marco no movimento colonizador do norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná, principal região por onde a LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita passará. Vieram imigrantes de outras etnias, como poloneses e suecos. Uma das colônias que serviu de base para o povoamento foi a de Erechim (1908). Um fator importantíssimo para a colonização da região foi a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, com seus diversos ramais na região oeste. Essa estrada de ferro veio a impulsionar não somente a fixação de novos povoados, mas também incentivar movimentos emancipacionistas. A colonização evoluiu lentamente até a década de 1930, quando, com o começo da construção de rodovias, o isolamento da região começa a ser quebrado (idem).

No caso Paranaense, o século XX marcou a presença de ondas de migração vindas do sudeste e nordeste, porém a região oeste do estado contou com uma influência majoritariamente gaúcha e catarinense.

Para o caso de Santa Catarina, os imigrantes chegaram a partir do século XIX. As marcas dessa colonização são visíveis até hoje, uma vez que é comum encontrar casas com arquitetura tipicamente europeia, trazida pelos imigrantes italianos e alemães. Foram adaptados cultivos como o de vinhas, trigo, linho e algodão. As influências culturais são percebidas em diversas danças, como por exemplo, a dança das fitas. Destacam-se ainda tradições como o boi na vara, uma espécie de tourada e o principal evento cultural no estado, a Oktoberfest, tradicional festa da cerveja de origem alemã, que ocorre em Blumenau. O consumo de peixes no litoral e de comidas de origem alemãs, marca a culinária do estado.

O estado do Rio Grande do Sul é igualmente marcado por grande variedade cultural. No sul do estado, na região de pampa, tem-se a criação de gado extensiva como principal atividade, marcada principalmente pela colonização portuguesa e espanhola. Talvez a principal marca do estado se dê nos trajes, danças típicas e consumo de chimarrão e churrasco. Já na metade norte, a essas influências são somados os aspectos culturais trazidos principalmente pelos imigrantes alemães e italianos. Na região serrana, o cultivo de vinhedos deu origem, na cidade de Caxias do Sul, a uma das maiores festas nacionais, a Festa da Uva. Este tipo de evento comemora não somente as tradições dos antepassados, mas buscam manter vivas a história e memória dos feitos dos imigrantes.

Esses são alguns dos principais elementos que marcam a ocupação desse território e que dizem respeito a todos os municípios pelos quais a LT passará. Os casos individuais de cada um desses municípios serão aqui trabalhados, dando espaço para as peculiaridades locais de cada um deles.

Tendo em vista que o objetivo de nosso trabalho é realizar um diagnóstico arqueológico para a área afetada pelo empreendimento, tornou-se necessário fazer uma revisão histórica sobre a região. Tal revisão foi desenvolvida de uma forma

orientada à identificação de vestígios arqueológicos históricos, seja em referências bibliográficas ou em campo.

A grande extensão da área dificulta o trabalho de identificação. Cada uma das pequenas porções que a conformam possui características históricas específicas, com processos de colonização diferentes, atividades econômicas locais, com maior ou menor relevância política nacional. Assim, a fim de resolver o problema desta grande variedade, apresenta-se esta revisão de forma fragmentada, a partir das divisões municipais vigentes atualmente.

Prous (1992), sobre a arqueologia histórica no Brasil, escreveu que se trata de uma “Arqueologia da cultura de tradição européia” (p. 559), afirmação que desenvolve com o esclarecimento de que toma por “[...] cultura de influência europeia as manifestações deixadas pela cultura colonial dominante, que se expressou não somente através da atuação dos imigrantes brancos, mas também dos negros mestiços ou indígenas ‘integrados’ pela escravidão, a miscigenação racial, etc., pertencendo ao quadro socioeconômico colonial ‘clássico’.” (p.559).

Aproveitando a abrangência deste enfoque, adicionam-se duas facetas. Foi ampliada a visão do autor para o período imperial e republicano, adaptando-a desta forma a nosso objeto de pesquisa. Assim, uma arqueologia da cultura de tradição europeia abrangeria também as levas de colonos europeus que se assentaram no interior do Brasil e se relacionaram diretamente com os coletivos indígenas (e, nos casos das primeiras levas de imigrantes, também com escravos negros).

A conceituação de Prous, com os adendos que foram propostos, serve perfeitamente ao nosso objeto de pesquisa, já que a região sul é uma área histórica complexa, com ocupação colonial e imperial por colonos de origem lusa e africana (como escravos), com contatos com indígenas, e imperial e republicana com colonos de origem alemã, polonesa, francesa e etc.

---

#### **6.4.10.1.5.6 Contextualização Histórica Rio Grande do Sul**

##### Apontamentos sobre Barra do Rio Azul – RS

Barra do Rio Azul é um município relativamente recente, tendo se emancipado de Aratiba em 1992. Segundo informações fornecidas pela prefeitura municipal (disponível em <http://www.barradorioazul-rs.com.br/>) a história da cidade confunde-se com a da antiga sede, cuja colonização começou com a demarcação do território em 1917.

##### Prédios Históricos: o patrimônio de Barra do Rio Azul

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

##### Apontamentos sobre Aratiba – RS

Aratiba é uma cidade que se emancipou de Erechim, tendo se tornado oficialmente um município em 1956. Sua colonização teve início na primeira década do século XX e em 1919 recebeu a denominação de Rio Novo. Na década seguinte foi elevada a categoria de distrito de Erechim. Segundo informações disponibilizadas pelo IBGE (<http://www.ibge.gov.br>) a maior parte da população é composta por descendentes de italianos, alemães, poloneses e russos. Esses colonizadores trouxeram para o município costumes e hábitos das suas regiões de origem (disponível em <http://www.pmaratiba.com.br/index.php/aratiba/historico>). As principais atividades econômicas desenvolvidas no município se relacionam a agricultura e pecuária.

### Prédios Históricos: o patrimônio de Aratiba

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

### Apontamentos sobre Erechim – RS

No século XVII o território onde hoje se situa a cidade de Erechim era uma zona de passagem de transeuntes descendentes dos bandeirantes, que aos poucos foram se assentando na região. As levas populacionais aumentam ao longo do século XIX, porém nesse período começa o controle por parte do governo para que os impostos dos locais habitados fossem coletados. Antonio Ducatti Neto (1983) cita como o primeiro erechinense conhecido, Andronico Manoel de Assumpção, cuja casa havia sido construída em 1898.

Muito do que se sabe dos antigos povoadores dessa região são provenientes de incidentes acontecidos na região entre “pioneiros” e os índios Coroados, aos quais os Guarani das Missões chamavam de “bugres” por considerá-los hostis (IBGE – Histórico de Erechim – RS, disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

O espaço geográfico e político onde está atualmente a cidade de Erechim nem sempre correspondeu a mesma área. No começo de seu povoamento pertencia ao 3º Distrito do município de Passo Fundo. Em 1902, esse local passa a pertencer ao recém criado 7º Distrito. No ano seguinte, esse distrito é dividido em 9 seções (para melhor controlar a colonização da área) e em 1910 seria criado o 8º Distrito, cuja sede era a Colônia de Erechim. A partir do Decreto Nº 2.342, de 30 de abril de 1918, Erechim é elevada à categoria de município, cuja sede era a Vila de Boa Vista do Erechim, antes chamada de “Paiol Grande”. Após a emancipação, com a demarcação das fronteiras começou-se a pensar no planejamento da cidade, com

---

traçado inspirado na cidade de Belo Horizonte, que por sua vez havia se inspirado nos modelos de Washington D.C. e Paris (Ducatti Neto, 1983).

A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul ligava diversas cidades do estado e na região de Erechim, em 1911, já existiam as estações de Erechim, Erebangó, Capoerê, Boa Vista, Viadutos e Marcelino Ramos. Esta ferrovia foi marcante para o desenvolvimento econômico, político e social da cidade. Foi por ela que chegaram os imigrantes italianos, alemães, poloneses, israelitas, que compõem parte do mosaico cultural e étnico da cidade. Foi por causa dela também que surgiram as primeiras indústrias no município e houve um grande crescimento comercial. Além dos ervais já existentes, a indústria extrativista passa a contar também com as serrarias.

Em 1954 começou o processo de desmembramento da “Grande Erechim” com a criação do município de Gaurama. Muito embora Getúlio Vargas e Marcelino Ramos já tivessem se emancipado em 1934 e 1944, respectivamente. Em 1960, Erechim ainda possuía 9 distritos, que seriam emancipados nas próximas décadas, sendo que a última modificação quando o distrito de Paulo Bento, foi emancipado em 1996, levando ainda outros distritos consigo. Erechim atualmente é constituída de três distritos: Capô-ere, Jaguaretê e a Sede.

#### Prédios Históricos: o patrimônio de Erechim

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, destaca-se no município a edificação histórica tombada chamada de “Castelinho”.

**Castelinho**

<b>Nome:</b>	Castelinho
<b>Cidade:</b>	Erechim
<b>Descrição:</b>	Praça da Bandeira, s/nº; Estado regular
<b>Uso atual:</b>	Casa de Cultura, Secretarias da Cultura e Turismo
<b>Livro</b>	<b>Inscrição:</b> 66 - Livro Tombo Histórico
<b>Histórico:</b>	<b>Data:</b> 21/12/1992
<b>Nº Processo:</b>	00.228-11.00/91-4
<b>Observações:</b>	

O prédio conhecido como Castelinho, a antiga Sede da Comissão de Terras do Estado, é a mais antiga construção de madeira de Erechim ainda existente. Localizado na área central da cidade, constitui um importante testemunho da política imigratória implementada no Governo Borges de Medeiros no início do século XX. Em 1915 deu-se o início da construção do prédio, em madeira beneficiada. A obra foi contratada por Guilherme Franzmann e o construtor foi Germano Müssig. Em 20.04.1916 foi instalada no prédio a Comissão de Terras, com a finalidade de demarcação e venda de lotes rurais e urbanos, instalação de núcleos agrícolas e urbanos, assentamento de imigrantes europeus como agricultores nas novas colônias, abertura de estradas coloniais.

O prédio compreende três pavimentos, estando o primeiro pavimento abaixo do nível da rua. Possui estrutura, pisos, forros e paredes de madeira, com as peças de vedação colocadas no sentido vertical. Os lambrequins, elementos decorativos de madeira de acabamento nos beirais, apresentam desenho requintado. O casarão tornou-se um documento representativo da inserção do imigrante na região, daí seu valor histórico, motivo de sua preservação. Em 1998 foi doado pelo Estado ao Município de Erechim, através da lei estadual nº 11.229/1998.

**Fontes:** Livro Tombo e arquivos IPHAE.

**Foto:**



(fonte: in <http://www.pmerechim.rs.gov.br/>)

**Apontamentos sobre Getúlio Vargas – RS**



---

A história de Getúlio Vargas tem início em 1908 quando da criação de uma nova colônia no município de Passo Fundo, as margens da estrada de ferro, em construção. Em 1911 a estrada férrea em Erechim é inaugurada o que permite a interligação das colônias, novas e velhas. Isso além de trabalho incentiva a vinda de imigrantes. Em 1924 começa o processo de busca pela emancipação de Getúlio Vargas, que se tornou município dez anos depois. Atualmente constitui-se de três distritos (<http://www.pmgv.rs.gov.br/>; IBGE – Histórico de Getúlio Vargas – RS, disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

#### Prédios Históricos: o patrimônio de Getúlio Vargas

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Floriano Peixoto – RS

Sua população é composta principalmente por descendentes de imigrantes alemães, poloneses e italianos. O município foi instalado em 1997, com as áreas do antigo distrito de Floriano Peixoto, pertencente ao município de Getúlio Vargas. Atualmente é composto apenas pelo distrito sede (<http://www.cnm.org.br>).

#### Prédios Históricos: o patrimônio de Floriano Peixoto

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Sertão – RS

O município, como tantos outros da região, tem sua origem com a construção da estrada de ferro. A localidade foi fundada por italianos em 1918. Foi elevado a categoria de município em 1963, emancipando-se de Passo fundo. O município foi instalado em 1964 e é constituído do distrito sede e do de Engenheiro Luiz Englert (<http://www.cnm.org.br>).

#### Prédios Históricos: o patrimônio de Sertão

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Tapejara - RS

Os primeiros relatos contam que a região era habitada no século XVII por índios Coroados. No século XIX passa a ser povoada por índios Tapes e Kaingang. Já a colonização das terras do município começou com o processo de povoamento do Rio Grande do Sul, porém inicialmente imigrantes italianos. O povoado na região ganhou ritmo depois da Revolução Federalista de 1893 e com a construção da estrada de ferro. O núcleo do povoado surgiria em seguida, chamado Sede Teixeira, com terras divididas em lotes urbanos e chácaras. Somente em 1940 o nome seria alterado para Tapejara. Em 1955 foi elevado a categoria de município, emancipando-se de Passo Fundo. Atualmente é composto pelo distrito sede e Vila Campos (IBGE – Histórico de Tapejara – RS, disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

#### Prédios Históricos: o patrimônio de Tapejara

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município. Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Vila Lângaro - RS

Os primeiros colonizadores de Vila Lângaro, vindos de Antônio Prado e Caxias do Sul, chegaram na região em 1899. Oriundos da região de Vicenza, na Itália, as primeiras famílias a colonizarem nossas terras foram os irmãos Lângaro, que fizeram uma longa viagem, e compraram terras no centro de Vila Lângaro, terras estas que pertenciam a Antero Boeira. Estes pioneiros desmataram as terras, construíram suas casas, fizeram pequenas lavouras e iniciaram o cultivo de produtos de subsistência para suas famílias.

O crescimento da Colônia Lângaro fez criar em seus moradores o sentimento de independência político-administrativa. Em 22 de outubro de 1995 aconteceu o plebiscito, no qual a maioria dos votos foram pelo SIM. Em 28 de dezembro de 1995 o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor Antônio Britto, assinou a Lei nº 10.661, a qual criou o município de Vila Lângaro (disponível em <http://www.vilalangaro.rs.gov.br/2010/pagina.php?area=HISTORIA>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Vila Lângaro

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

### Apontamentos sobre Água Santa – RS

O primeiro núcleo de moradores da região foi formando por volta de 1920, com imigrantes italianos oriundos das regiões de Antônio Prado, Veranópolis, Garibaldi e arredores.

Esses primeiros moradores quando se fixaram na região, descobriram uma gruta natural, distante 2 km da atual sede do município. Nesta gruta brotava uma fonte cuja água era considerada milagrosa, que acreditavam ter ela curado várias doenças. Hoje a gruta que dá nome a cidade é o principal ponto turístico do município, considerado um lugar santo.

Água Santa passou a ser distrito no ano de 1933. Em 1965, houve a primeira tentativa de emancipação, no entanto, só em 1987, o Tribunal Regional Eleitoral, decidiu que o plebiscito fosse realizado no dia 20 de setembro de 1987, quando dos 2039 eleitores inscritos, 1634 votaram favoravelmente à emancipação. Finalmente a Lei Estadual nº. 8.461 de 08/12/1987, criou o Município de Água Santa, tendo este às condições de progredir (disponível em <http://www.aguasantars.com.br/historia.php>).

### Prédios históricos: o patrimônio de Água Santa

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

### Apontamentos sobre Círiaco – RS

O nome Círiaco tem origem no primeiro morador que se estabeleceu no local onde surgiu a Cidade de Círiaco. Segundo a tradição, Círiaco, dono de uma posse de terras em Passo das Pedras, era famoso esgrimista, de fama em toda a região e

---

seu principal paradeiro seria uma estalagem da Família Oliveira, que era casa comercial e parada para pouso de tropeiros que faziam o percurso São Paulo/Fronteira do RGS e vice-versa. Um certo dia provocou um jovem tropeiro de Cruz Alta para um duelo e sofreu a primeira derrota. Ferido no seu orgulho de famoso peleador e alquebrado pelo anos, entregou a sua espada ao vencedor e adquiriu uma posse de terras na região da mata, onde construiu uma choupana e ali morreu e foi enterrado. Este local passou a ser conhecido como Ciríaco e foi ali que surgiu a cidade que levou seu nome: Ciríaco.

O Município de Ciríaco foi criado pela Lei Estadual nº 5.195, de 28 de dezembro de 1965, sancionada pelo Governador Ildo Meneghetti, e instalado oficialmente em 19 de maio de 1966 (disponível em <http://www.ciriaco.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Ciríaco

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Gentil – RS

Com o surgimento da pecuária na região, nasce o povoado de caboclos, chamado de Lagoa Cumprida, em homenagem a uma lagoa deste formato existente no centro do povoado. Depois de algum tempo, a localidade recebe o apelido de Tapera, visto que seu desenvolvimento sofre um período de estagnação.

Por volta de 1920, filhos e netos de imigrantes italianos se estabeleceram na região. Entre os anos de 1934 a 1943 a localidade recebe a influência do líder religioso Capuchinho Frei Gentil, da paróquia de Marau. Por este motivo, em 18 de dezembro de 1957 a localidade passou a denominar-se Vila Frei Gentil através da

Lei nº 089 e em 1976 é criado o Distrito de Frei Gentil. Somente em 1990 inicia o pleito buscando a emancipação que acontece em 20 de março de 1992, pela Lei Estadual nº 9.577 (disponível em <http://www.pmgentil.com.br/historico.html>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Gentil

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Santo Antonio do Palma – RS

Os primeiros moradores da localidade de Santo Antonio chegaram ao final do século XIX e início do século XX. Santo Antonio foi colonizado por imigrantes italianos e poloneses vindos de Veranópolis, Nova Prata, Antonio Prado, Muçum e Guaporé. Nesta época as terras pertenciam ao Município de Guaporé, posteriormente a localidade foi distrito de Casca.

Os primeiros moradores que se fixaram na região foram: Cipriano Rebelatto, Antonio Biriba, Urbano Perin, Jacó Reosseto, Terêncio Giglioli, Angelo Bussolarro, Constante Rebelatto, Antonio Borça e Bortolo Palma entre outros.

As estradas eram feitas a facão, foice, pás e picaretas. Havia grande número de cargueiros e tropeiros que aqui passavam. Para atender a essas pessoas, a família Palma instalou um bar e uma casa de pouso e forragem de animais. As mercadorias trazidas de Muçum e de Guaporé, eram vendidas em Passo Fundo e Campo do Meio e vice-versa. A influência de família Palma foi tão grande que o local passou a se chamar Vila Palma, como é conhecido até hoje. As primeiras famílias polonesas que se estabeleceram aqui foram Estácio e Francisco Grochot, Wadislau Palinski, Casemiro Marcezinki entre outros

A área do Município de Santo Antonio do Palma pertencia inicialmente ao Município de Guaporé, o qual foi desmembrado em 1955 por ocasião da emancipação do Município de Casca, ficando anexado a este.

No ano de 1962 foi criado o distrito de Santo Antonio e em 20 de março de 1992, pelo Decreto nº9591/92, foi criado oficialmente o novo Município Santo Antonio do Palma.

Várias discussões foram feitas para chegar a um consenso sobre o nome do Município, mas a maioria optou por Santo Antonio do Palma por ser Santo Antonio o nome do até então distrito e Palma porque a sede era conhecida de Vila Palma devido a grande influencia dos primeiros moradores da família Palma (disponível em <http://www.pmpalma.com.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Santo Antonio do Palma

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre São Domingos do Sul – RS

A origem do nome do município deve-se ao Santo Padroeiro do local, nome que se originou de um casarão existente na localidade tido como casa de pasto e pouso dos carreteiros.

Com o passar do tempo, passou a chamar-se São Domingos do Sul, daí a origem do nome do município, onde as primeiras famílias se fixaram na área, as quais foram as de Cristiano Mohr, Jacó Porter e Antônio Poletto, por volta de 1891 e 1894.

A história de São Domingos do Sul, inicia por volta do ano de 1894. Quando aqui chegaram os primeiros imigrantes, encontraram morando nestas terras, alguns caboclos. As primeiras famílias que aqui se instalaram eram de origem alemã e polonesa, como: Pedro Kich, Jacó Poder, Cristiano Nohr e Teodoro Clark, oriundos de São Sebastião do Caí.

Entre os anos de 1894 a 1900, chegaram algumas famílias italianos, procedentes da região de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha, Caxias do Sul, Veranópolis e Antônio Prado. Entre elas encontravam-se: Vicente Lavretti, José Poletto, Modesto Fávero, Angelo Castelani, Gerônimo Busatto, Vergílio Tosatti e José Gatto.

Com a chegada destas famílias italianas, que se uniram com as alemãs e as dos poloneses, conseguiram expulsar os caboclos, os quais, posseiros que eram, partiram para terras mais distantes (disponível em <http://www.saodomingosdosul.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de São Domingos do Sul

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Casca – RS

Casca teve o início do seu povoamento em 1892, com a colonização italiana, por famílias procedentes de outras colônias mais velhas, povoadas por descendentes de poloneses e italianos. Os pioneiros vieram de cidades vizinhas como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Guaporé, Alfredo Chaves e Antônio Prado, a maioria destas famílias dedicou-se, a princípio à agricultura.



A origem dessas famílias era de predominância da região do Vêneto, nordeste italiano, principalmente das províncias de Vicenza, Pádua, Verona, Treviso e Belluno. Também contribuíram os imigrantes provenientes do sul da Polônia.

O primeiro nome da localidade foi São Luiz de Guaporé, em 1904, enquanto era 2º Distrito de Guaporé. O nome provavelmente homenageava o Padroeiro da localidade: São Luiz Gonzaga. Posteriormente o nome foi alterado para São Luiz de Cáscara, Cáscara, e finalmente Casca. Na Revolução de 1923, Casca destacou-se como palco de movimentos bélicos. A provável origem do nome é do o local de passagem dos cavaleiros e carroceiros no riacho próximo à cidade, bastante liso e escorregadio, fácil de cair, que no dialeto italiano cair se traduz por “CASCAR”. Assim os imigrantes nomearam esse local, hoje o atual Arroio Casca.

Em 1954, Casca eleva-se à categoria de Município, desmembrando se de Guaporé. O ato de criação do Município foi assinado pelo governador do Estado Cel. Ernesto Dorneles em 15 de dezembro de 1954 sob Lei Estadual nº 2525.

Em 1960, perdeu parte de sua área para colaborar com Guaporé na formação de Serafina Corrêa. Em 1988 foram emancipados os distritos de São Domingos do Sul e Vanini. Em 1992 o distrito de Santo Antônio foi emancipado, passando o novo município a denominar-se Santo Antônio do Palma.

#### Prédios históricos: o patrimônio de Casca

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Paraí - RS

Uma das versões para o nome do município seria que a sua origem seria indígena, referência a um tipo de árvore da região. Outra versão diz que o nome

Parahy teve origem em 01/09/1912, ocasião do traçado do centro da localidade por Sizinio Kursel (Antônio Prado). Agrimensor contratado por Henrique Lenzi (maior proprietário de terras da época).

Na ocasião houve queda de neve e, enquanto um grupo estava reunido tomando chimarrão e uns tragos de cana, os homens de trabalho concordaram com a proposta de Para-ahi o que correspondia à situação do momento, isto é, parados e imobilizados pela abundante neve. Pela contração Para-ahi, ficou Parahi, que, por se parecer com nomes indígenas, se escrevia parahy (disponível em <http://www.parai.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Parai

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Nova Araçá - RS

Nova Araçá quando pertencia ao município de Lagoa Vermelha era conhecido como Núcleo Colonial de Araçá. O nome segundo antigos moradores foi devido à ocorrência de Araçás, frondosas árvores que cresciam a beira do arroio, hoje denominado Araçá e que servia como abrigo e ponto de encontro.

Em 1932 Araçá passou a pertencer ao município de Nova Prata como 4º distrito. Em 1945 passou a denominar-se Nova Araçá. Em 12 de abril de 1965 foi emancipado município. Habitada essencialmente por imigrantes italianos, os quais para fixarem residência, o fator predominante era ter água, uma preocupação que evidenciava-se em toda região de influência da colonização italiana. Imigrantes

---

estes que chegaram mantendo a fé e os costumes de seus antepassados (disponível em <http://www.pmaraca.com.br/index.php/historico.html>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Nova Araça

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Vista Alegre do Prata – RS

Vista Alegre do Prata, no início de sua colonização era conhecido como Linha 6ª General Osório de Alfredo Chaves do município de Veranópolis. No ano de 1884 houve a divisão dos lotes rurais da linha Alfredo Chaves a imigrantes italianos. Uma grande leva de imigrantes italianos chegaram em 1892. Os imigrantes recém chegados receberam do Sr. João Resk o título provisório das terras com o respectivo número do lote e ferramentas necessárias para a lavoura.

Os primeiros imigrantes italianos que ocuparam estas terras foram Angelo Raffo, Antonio Bidese, Pietro Maschio, Claudio Calleffi, Miguel Dalla Costa, Tiago Caprini, Gregório Lorini, Angelo Tonus, Maria Uberty, Angelo Treviso e outros.

Alguns anos mais tarde, após a chegada massiça dos italianos, aos poucos, foram chegando a corrente imigratória polonesa. Os primeiros imigrantes de origem polonesa foram Grzebielukas, Modelski, Koakoski, Petrykoski, Rapkiewicz, koprowski,, Kajawa, Kazmierki, Karpinski, Gayesk (disponível em <http://www.pmvistalegre.com.br/historico.php>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Vista Alegre do Prata

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Nova Bassano – RS

A região de Nova Bassano antes era habitada pelos índios coroados, que aos poucos se afastaram do local. Por volta de 1891 chegaram os primeiros imigrantes, eram todos italianos formando um grupo de 30 famílias, que receberam do Estado 10 hectares cada.

A localidade de Nova Bassano teve como primeira denominação “Bassano Dell Grappa” em homenagem aos imigrantes oriundos do norte da Itália, província de Vicenza.

Em 1962, com o crescimento gradativo da sede do distrito que pertencia a Nova Prata, a população passou a idealizar a emancipação política e em 1965 pela Lei Estadual nº 4.730, de 23 de maio de 1964 passa a existir o município de Nova Bassano (disponível em <http://www.bassanors.com.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Nova Bassano

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Fagundes Varela – RS

Uma leva de famílias de imigrantes italianos avançaram pela floresta da Colônia de Alfredo Chaves, hoje Vista Alegre do Prata em 1888 e chegaram nas terras onde, hoje, está localizada a cidade de Fagundes Varela.

A cidade de Fagundes Varela também foi colonizada por famílias alemãs, polonesas e francesas que no município chegaram.

O pequeno povoado era conhecido como Capela de Santo Antônio de Pádua, e também era conhecido como Cento, por estar localizado no lote rural número cem. Também, o local era conhecido por Segunda de Barro Preto. Em 12 de junho de 1905, o povoado é elevado à categoria de Distrito de Veranópolis, passando a denominar-se Bella Vista e a partir de 1938, Fagundes Varela, em homenagem ao poeta Luiz Nicolau Fagundes Varela. Pela Lei Estadual nº 8.460 de 8 de dezembro de 1987 criou o município e em 1989 toma posse a primeira Administração Municipal (disponível em <http://www.fagundesvarela.rs.gov.br/historico.php>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Fagundes Varela

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Cotiporã – RS

Cotiporã é um município bastante novo, teve sua emancipação em 12 de maio de 1982, possui 3.917 habitantes, e tem como base de sua economia a agricultura.

Em homenagem à região da Itália, de onde vieram a maioria dos moradores, chamou-se primeiramente de Monte Vêneto, nome este trocado durante a Segunda

Guerra Mundial, quando os imigrantes foram perseguidos e tiveram de esconder suas raízes. O nome então passa a ser Cotiporã que do guarani, “Coti” significa lugar, casa e “porá”, bonito (disponível em <http://www.cotipora.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Cotiporã

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Santa Tereza - RS

O nome do município surgiu com a expressão de gratidão e amor do engenheiro chefe da colonização senhor Joaquim Rodrigues Antunes, pela sua esposa Tereza. Tem um dos mais importantes núcleos de imigração italiana do Brasil.

Sua arquitetura eclética mantém os elementos culturais trazidos do norte da Itália sendo freqüentemente comparada à das aldeias dessa região.

A proximidade os rios Taquari, Barra Mansa e Vinte e Dois, as montanhas que a cercam, os prédios históricos e o clima ameno de outono, inverno e primavera fazem de Santa Tereza uma cidade especial.

A colonização começou em 1885, por imigrantes italianos e poloneses que se instalaram as margens do Rio Taquari, na Linha José Júlio.

O transporte na época era feito por balsas pelo Rio Taquari, considerado um verdadeiro porto, uma vez que era a única ligação com outros municípios e a capital do Estado.

Através dos contatos, principalmente com a capital do Estado, fez-se presente a influência porto-alegrense, não só na economia, mas também, a

---

arquitetura em alvenaria externou a sua grandiosidade. Além de ter contribuído com bons filhos, a então vila teve a honra de receber ilustres visitantes que colocaram seu trabalho a disposição da comunidade. Tudo contribuiu para o pronto desenvolvimento do município (disponível em <http://www.santatereza.rs.gov.br/historia.php>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Santa Tereza

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Monte Belo do Sul - RS

Monte Belo do Sul é um município relativamente novo, emancipado pela Lei 9.564 de 20 de março de 1992, era parte integrante da Colônia Dona Isabel, criada a 24 de maio de 1870. A comunidade foi colonizada por imigrantes italianos a partir de 1877 provenientes de Udine, Mantova, Cremona, Veneza, Vicenza, Treviso, Bérgamo, Modena, Beluno.

Em 1900 Monte Belo foi elevada a categoria de Vila e Distrito e ao longo do tempo teve várias mudanças de denominação. No início do século XX era conhecido como Linha Zamith, possivelmente um nome relacionado ao francês em decorrência dos padres Capuchinhos que por primeiro atenderam a nossa Paróquia. De 1898 a 1945 denominou-se Montebello, possivelmente em função da batalha travada no Norte da Itália; de 1945 a 1949 denominou-se Caturetã que em linguagem indígena quer dizer Povoado Bonito; de 1949 a 1992 denominou-se Monte Belo e a partir de 20 de março de 1992 denominou-se Monte Belo do Sul (IBGE. Histórico de Monte Belo do Sul – RS. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Monte Belo do Sul

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Garibaldi – RS

Garibaldi, localizada a 105 quilômetros de Porto Alegre é um município com características peculiares. Colonizado por imigrantes italianos, teve forte influência da cultura francesa, transmitida pelas congregações religiosas de origem francesa, responsáveis pela educação dos habitantes, durante décadas. Além disso, veio a receber o aporte dos sírio-libaneses, no que diz respeito ao comércio. Um município com diversidade econômica e cultural, rico de história e memória.

Garibaldi guarda em sua arquitetura antiga, nas igrejas que representam o centro dos povoados, nos capitéis de beira de estradas do interior, pedaços de história de sua origem e seu povoamento. Privilegiada em belezas naturais, localiza-se na região denominada de Parte Superior do Nordeste (também chamada Parte Superior da Encosta da Serra), no Rio Grande do Sul.

O núcleo surge por ato de 24 de maio de 1870. Na data foi criado as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, inaugurando um novo momento no processo de colonização e economia no estado do Rio Grande do Sul. Garibaldi intitula-se, inicialmente, Colônia Conde D'Eu, denominada assim em homenagem ao genro do imperador, casado com a Princesa Isabel.

As duas colônias possuíam 32 léguas quadradas de terras devolutas. Era necessário proceder ao povoamento. A região não oferecia atrativos, pois suas terras eram acidentadas. Seria necessário investir na infra-estrutura para povoá-la. Mas como o governo não estava disposto a tanto, buscou outros recursos para



torná-la habitável e cultivável. Estendeu seu foco para além do que o horizonte podia enxergar e encontrou a solução: povoar a região com europeus habituados ao mesmo clima do sul, ao frio e às dificuldades do terreno para o cultivo agrícola.

Na segunda metade do século XIX, os imigrantes chegavam ao Rio de Janeiro e eram confinados na Ilha das Flores, e seguiam viagem ao Sul em vapores de precárias condições. Chegando em Porto Alegre, eram encaminhados para alojamentos superlotados, seguindo em barcos até Montenegro. Para chegar em Conde d'Eu, a viagem poderia durar até três dias por uma estrada que muitas vezes não permitia a passagem das carroças, fazendo com que as pessoas tivessem de carregar suas bagagens, utensílios e alimentos nas costas por longos trechos.

A colonização da Colônia Conde D'Eu, aconteceu no final da fase imperial. Os primeiros imigrantes chegaram em 9 de julho de 1870, eram cerca de 15 famílias prussianas (alemães). Estes imigrantes recebiam do governo ajuda para construir sua casa e ferramentas para iniciar a lavoura. Viviam da troca de víveres e tarefas diversas, sendo que o trabalho em construção de estradas era remunerado pelo governo, porém o pagamento demorava muito a chegar aos trabalhadores.

Já naquela fase, encontravam-se aqui estabelecidas algumas famílias de nacionais, indígenas ou bugres, como comumente eram identificados. Durante esse período de colonização, os alemães somente desenvolveram uma agricultura de subsistência, devido à quase inexistência de estradas que pudessem servir para o escoamento de sua produção agrícola e manufatureira.

Na época, a única estrada existente, e em péssimas condições, ligava Montenegro a Conde D'Eu, passando por Maratá. Foi por essa estrada que, a partir de 1874 e 1875, começaram a chegar novas levas de imigrantes suíços, italianos, franceses, austríacos e poloneses. A população da Colônia, que em 1875 era de 720 habitantes, atingiu o número de 870 pessoas em 1876.

O contato para a vinda desses povoadores foi feito por agentes que, através de uma campanha de aliciamento, promoveram a vinda de um contingente de europeus. Também não havia necessidade de se pensar em estratégias

complexos, era apenas necessário compreender a situação do povo diante das guerras que aconteciam na Europa, para a Unificação da Alemanha, a agitação política para estabelecer a Unidade Italiana e as lutas na Áustria e Polônia, trazendo de roldão a falta de trabalho nos campos e o empobrecimento das regiões urbana e rural.

Em 1874, com a abertura duma picada em Figueira de Mello, houve um aumento do fluxo de imigrantes. E iniciou a vinda dos imigrantes italianos, provenientes em sua maioria do Norte da Itália.

Com o progresso da colônia, começou o processo de emancipação. Em 12 de abril de 1884, a Colônia Conde d'Eu foi elevada à categoria de freguesia (Freguesia de São Pedro). Em 31 de outubro de 1900, a freguesia se emancipou e foi batizada com o nome de Garibaldi, em homenagem ao herói farroupilha Giuseppe Garibaldi.

Considera-se a enorme importância no desenvolvimento e história de Garibaldi a chegada das famílias sírias: Koff, Nehme, Mereb, Lahude e Nejar, que desenvolveram o centro desta cidade com suas grandes casas comerciais.

Foi a partir de 1890, com a Colônia já estabelecida, que as casas, os prédios, que hoje compõem o Centro Histórico, foram construídos. Em 31 de outubro de 1900, o governo eleva Conde D'Eu à condição de município, que passa a chamar-se de Garibaldi, em homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi, que participou da Revolução Farroupilha e é considerado "herói dos dois mundos".

Já no início de 1900, houve um novo fluxo de imigração, com a chegada de famílias sírio-libanesas, que desenvolveram o aspecto comercial do centro da Cidade.

O tropeirismo também teve importância fundamental no desenvolvimento de Garibaldi, pois uma das principais rotas birivas do Rio Grande do Sul foi a Estrada Buarque de Macedo, que ligava Lagoa Vermelha a Montenegro. Grandes casas comerciais e hotéis se desenvolveram ao largo desta estrada, com paradoro também para os animais, bem como a criação da Alfândega (que denomina hoje o

---

bairro onde estava localizada), onde eram fiscalizados as tropas ou os produtos comercializados.

Hoje Garibaldi é conhecida como a capital nacional do champanha, sendo o maior produtor da bebida no Brasil. Esse trabalho tem como pioneira a família Peterlongo, que em 1913 elaborou o primeiro champanha brasileiro, em Garibaldi. Esta foi a bebida servida pelo Presidente Getúlio Vargas na ocasião da visita da Rainha Elizabeth e seus convidados ao Brasil. Hoje o pioneirismo da Peterlongo na elaboração do champanha nacional, continua sendo registrado na preocupação com a qualidade do produto (disponível em <http://www.garibaldi.rs.gov.br/a-cidade/perfil-de-garibaldi/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Garibaldi

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Barão – RS

Desmembrado de Salvador do Sul em 1988, Barão teve a origem de sua denominação, segundo pesquisas do Pe. Rubem Neis, no Barão de Holleben, Luiz Henrique Von Holleben que nasceu em Saxe Mainer, na Alemanha.



Figura 6.4.115: Luiz Henrique Von Holleben.

(Disponível em:

<http://www.pmbarao.com.br/historico/>. Acesso em: 12/07/2012)

Luiz Henrique Von Holleben, o “Barão” era formado em engenharia na Inglaterra e veio ao Brasil onde se casou com Maria da Luz dos Santos na cidade de Curitiba no Paraná. Em setembro de 1880, o Barão Von Holleben acompanhou o engenheiro Carvalho Borges a Conde D’Eu, hoje cidade de Garibaldi e Bento Gonçalves a fim de, como engenheiro responsável pela construção da Rua Buarque de Macedo, dirigir as obras entre Montenegro e Bento Gonçalves e, então, estabeleceu residência no ponto mais avançado da colonização alemã entre Salvador do Sul e Carlos Barbosa.

Na época, o local era pouco habitado e, devido à referência das pessoas ao mesmo que, para identificá-lo, diziam: “vou lá no Barão” por ser ele pessoa destaque ali residente, emprestou seu nome à localidade, posteriormente distrito de

---

Montenegro e de Salvador do Sul e, pela Lei nº 8635 emancipado política-administrativamente em 12 de maio de 1988.

A formação do povo baronense iniciou-se com vinda dos imigrantes alemães e italianos e, posteriormente, em menor número, vieram os suíços, franceses e holandeses. As primeiras famílias de imigrantes alemães foram: Mayer, Bäckebach, Neuhaus, Stein, Schmitz, Koch, Ebeling, Blei, Schäfer, Neukamp e Selbach, entre outros. As de imigrantes italianos: De Marchi, Biasetti. Dai Prá, Grando, Basso, Cerutti, Maragnon, Bedini, Cestari, Bassegio, Grespan e Costa, entre outros. Esses imigrantes alemães e italianos deixaram profundas raízes, influenciando a cultura do povo de Barão com seus hábitos e costumes, sua culinária, suas crenças e fizeram, da agricultura, sua fonte de renda para manter-se e sobreviver na terra desconhecida.

Barão desenvolveu-se a partir da construção e ao lado dos trilhos da via férrea, que ligava Porto Alegre a Caxias do Sul, entre 1906 e 1911 sendo, em 1º de dezembro de 1909, inaugurada estação de Barão.

Com o decorrer dos anos, as condições da ferrovia foram se tornando precárias pelo relevo bastante acidentado que dificultava sua manutenção o que levou à sua desativação em 10 de junho de 1979. Com o desaparecimento do trem de cargas e de passageiros, surgiu a necessidade de ampliação e de melhoria nos meios de transporte rodoviário.

No início de sua formação, Barão pertencia ao município de São João de Montenegro o qual, em 1º de dezembro de 1914, transferiu a sede do 4º distrito de Badensberg para Barão elevando-o à categoria de Vila pelo Ato Municipal nº34. Em 1963, Barão foi elevado a segundo distrito. Em 24 de abril de 1988, realizou-se mais um plebiscito que deu vitória ao processo emancipacionista (disponível em <http://www.pmbarao.com.br/historico/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Barão

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Carlos Barbosa - RS

O município de Carlos Barbosa foi ocupado antes de sua existência por índios tupi-guaranis e jês. Os primeiros imigrantes a estabelecerem-se no município foram os luso-brasileiros. Eles vieram de Porto Alegre, Montenegro e São Sebastião do Caí com o objetivo de administrar as novas colônias. A colonização seguiu com a vinda de outros imigrantes europeus, que construíram capelas onde alimentavam a sua religiosidade.

O desenvolvimento da região foi notável na década de 1870 com a chegada dos imigrantes italianos na região. A maioria dos italianos que aqui se fixaram são provenientes das províncias do Vêneto e da Lombardia.

Antes de homenagear o ex-governador Carlos Barbosa Gonçalves, o município recebeu outras denominações. Inicialmente a localidade era conhecida como Linha Estrada Geral ou Primeira Secção do Caminho Geral. Posteriormente, em 1909, a localidade passou a chamar-se Santa Luiza, homenagem de um engenheiro que construía a via férrea para a professora belga Luiza Debauprés, então sua noiva. A homenagem ao ex-governador da província do RS passou a denominar o município no dia 25 de janeiro de 1910, quando o intendente de Garibaldi, Júlio Azambuja, deu-lhe a denominação oficial e definitiva. Carlos Barbosa Gonçalves governou o RS entre os anos de 1908 e 1913 e teve como uma de suas principais obras a construção da ferrovia Montenegro - Caxias do Sul.

---

As terras barbosenses inicialmente estiveram sob a jurisdição do município de Montenegro (1873). Eram as ex-colônias Conde D'Eu e Santa Maria da Soledade. Em 1900 aconteceu a emancipação de Garibaldi e as terras barbosenses pertencentes a Bento Gonçalves passaram a fazer parte do novo município. A partir de 1925, nas comemorações do cinquentenário da Imigração e Colonização Italiana, Carlos Barbosa figurou como segundo distrito de Garibaldi.

Foi em março de 1958 que aconteceu a primeira reunião de visionários que viriam a formar a comissão emancipadora. O trabalho da comissão foi intenso no que diz respeito a campanha para tornar a emancipação uma realidade. Em 25 de setembro de 1959 o Governador Leonel Brizola assinou a Lei nº 3831, criando o município de Carlos Barbosa (disponível em <http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br/site/verpagina.php?id=15>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Carlos Barbosa

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre São Pedro da Serra - RS

São Pedro da Serra era a antiga Linha São Pedro que pertencia ao vasto município de Bento Gonçalves, a antiga colônia de Conde 'Eu, depois a Garibaldi. Mais tarde passou a pertencer a Montenegro e, finalmente, a Salvador do Sul, o município mãe, a qual ficou subordinado, política e administrativamente, durante vinte e nove anos, até alcançar a autonomia pela emancipação no dia 20 de março de 1992.

A história de São Pedro da Serra inicia em 1878 quando imigrante alemão Sr. Pedro Lisemfeld fixa residência na região depois de ter desbravado a mata. Pedro Lisemfeld dedicou-se exclusivamente à atividade agrícola e, a partir de então, a Linha São Pedro foi essencialmente colonizada por imigrantes alemães da segunda leva da imigração Teuto-Germânica. A homenagem ao seu fundador originou-se a denominação de "Linha São Pedro" que, iniciado o processo emancipacionista emprestou seu nome para designar o novo município. O relevo com formações geográficas próprias da Região Serrana do Estado, motivou a inclusão do vocabulário "Serra", completando o nome de São Pedro da Serra para identificar a nova comunidade e diferenciá-la de localidades mais antigas e que também são identificadas pelo patrimônio de São Pedro (disponível em <http://www.spserra.com.br/>).





Figura 6.4.116: Benção da pedra fundamental da igreja matriz São Pedro (27.10.1929) (FOTO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA SERRA. Disponível em <http://www.spserra.com.br/web/index.php?menu=Historia>. Acesso em: 12/07/2012).



Figura 6.4.117: Inauguração da Ponte Seca e via Férrea em 1907. (FOTO: Prefeitura Municipal de São Pedro da Serra. Disponível em <http://www.spserra.com.br/web/index.php?menu=Historia>. Acesso em: 12/07/2012).



Figura 6.4.118: Cancha de carreira Campestre Alto (FOTO: Prefeitura Municipal de São Pedro da Serra. Disponível em <http://www.spserra.com.br/web/index.php?menu=Historia>. Acesso em: 12/07/2012).

#### Prédios históricos: o patrimônio de São Pedro da Serra

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Salvador do Sul – RS

O povoado foi fundado em 1840, levando o nome de São Salvador, em homenagem ao Sr. Salvador Alves da Rocha, fabricante de gamelas e barcos e um dos primeiros habitantes da região. O marco da colonização alemã se deu com José Inácio Teixeira Filho que, em 1856, como dono da sesmaria, revendeu lotos de terra para os primeiros colonos alemães católicos.

São Salvador do Sul também era conhecido por "Kappesberg", em razão da família de Jacob Kappes que, por volta de 1859, aqui se estabeleceu. Os primeiros

imigrantes germânicos que se estabeleceram em Salvador do Sul, tiveram enormes dificuldades para colonizar a região, devido às densas florestas, habitadas por índios e animais selvagens mas aos poucos dominaram o terreno hostil.

Desde a fundação da localidade de Salvador do Sul o Kerb é comemorado no mês de aniversário do padroeiro. O Kerb é uma festa da tradição germânica, que perdura por três dias envolvendo a comunidade, parentes e amigos. Os bailes eram muito animados, regados a muito chopp e cerveja. A música ficava por conta das bandinhas que animavam as três noites de festa. Nas noites de bailes de Kerb, o mesmo iniciava às seis horas da tarde e estendia-se até o raiar do sol. A comida típica era: Carne assada na fôrnelha, bolinho de carne, batata assada, massa, chucrute, rabanete, couve e cuca.

Em 1900, Campestre era a Sede como 6º Distrito de São João de Montenegro. Em 1930 o 6º Distrito passou para a Estação São Salvador. A princípio o nome era São Salvador (nova Salvador), em contraste com Tupandi (Velha Salvador). Depois, com a inauguração da Estação Férrea, foi chamado de Estação São Salvador, e, finalmente de Salvador do Sul, em 1963, em decorrência da emancipação.

O desenvolvimento da região chegou com a implantação da Rede Ferroviária (1900 a 1910), marco do comércio entre Salvador do Sul e cidades-polo, como Porto Alegre e Caxias do Sul. Salvador do Sul emancipou-se de Montenegro em 09 de outubro de 1963, através da Lei Estadual nº 4.577 (disponível em <http://www.salvadoridosul.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Salvador do Sul

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre São José do Sul – RS

A história de São José do Sul é bastante recente, inicia em 1993 quando um grupo emancipacionista decide formar um município. As porções de terras viriam, em maior parte, do município de Salvador do Sul, ao qual pertencia a Linha Dom Diogo, atual sede de São José do Sul, uma parte de Montenegro, a linha São José do Maratá, e de Marat.

A nova cidade, após a emancipação, recebeu o nome de São José do Sul, devido a linha que até então fazia parte do município de Montenegro. A emancipação foi oficializada em 1996 e sua população estimada em 2009 era de 2.010 habitantes (disponível em [http://www.valedocai.com.br/portal/sao\\_jose\\_do\\_sul/historia\\_do\\_municipio.php](http://www.valedocai.com.br/portal/sao_jose_do_sul/historia_do_municipio.php)).

#### Prédios históricos: o patrimônio de São José do Sul

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Pareci Novo - RS

A região de Pareci Novo nos anos de 1800 era dividida em grandes fazendas. As terras que formariam mais tarde as primeiras floriculturas pertenciam à Fazenda Pareci. A Fazenda dividia-se pela parte oeste com Francisco Ivo e pelo leste com Sargento José d'Azevedo, e o Tenente Coronel Manuel Alves Guimarães,

---

e pelo norte o Arroio da Cadea. Estas terras situavam-se então, entre Maratá e São Sebastião do Caí, em ambos os lados do Arroio São Salvador e tinham uma extensão de 3 a 4 léguas quadradas.

O topônimo Pareci vem de um índio do Mato Grosso que mudou-se para a região quando tinha entre 9 e 10 anos e era descendente das tribos dos Parecis. Apesar disso, a maioria da população é de origem alemã, da cidade de Hamburgo, na Alemanha.

O prédio do Seminário Jesuíta foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do RS em 2003. Junto ao Seminário está a Gruta do Silêncio, composta por um altar talhado em pedra grés e com acesso através de uma escadaria com 101 degraus (disponível em <http://www.parecinovo.rs.gov.br/historia>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Pareci Novo

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Montenegro – RS

As terras que incluem hoje o município foram uma das primeiras a serem desbravadas por portugueses e espanhóis após o descobrimento do Brasil. O rio Caí foi importante rota para mercadores espanhóis que subiam o rio da Prata e portugueses, vindos da Lagoa dos Patos pelo rio Jacuí. Os desbravadores faziam também incursões terrestres, com o objetivo de explorar e dominar terras e a procura de índios para os trabalhos de mineração e engenhos de açúcar nas capitanias do Norte, os quais eram trocados por facões, machados e outras bugigangas de pouco valor.

Montenegro está na região que os indígenas denominavam Ibiaçá, que significa "Travessia do Caminho do Rio" e que abrangia desde a ilha de Santa Catarina até a margem esquerda do rio Jacuí. Nela estava incluída a região de Ibiá, que se estendia entre as bacias dos rios Taquari e Caí. Os índios ibiraiaras que habitavam a região foram destruídos em 1680 pelos bandeirantes paulistas, entre eles Raposo Tavares que fez com que os jesuítas se retirassem para a margem direita do rio Uruguai.

Em 1680 foi fundada a Colônia de Sacramento no Uruguai e atraídos pela riqueza e fartura das terras do Continente de São Paulo os tropeiros, suas famílias e escravos foram se estabelecendo definitivamente e criando as invernadas, que se transformavam em estâncias.

O português Antônio de Souza Fernando, juntamente com Bartolomeu Gonçalves de Magalhães e Antônio José Machado de Araújo e suas famílias, foram os primeiros a se instalar no município de Montenegro, à margem direita do rio Caí, na década de 1730 a 1740.

A primeira moradia construída na sede foi a de Estevão José de Simas, por volta de 1785 na colina onde se encontra hoje a Escola Delfina Dias Ferraz. A casa era de pedras, coberta com telhas - raras na época, foi edificada por José de Araújo Vilela e mais tarde, habitada por Tristão José Fagundes, genro de Simas e fundador da cidade.

Em 1835 os gaúchos se rebelaram contra a monarquia, dando início a mais longa guerra civil do Brasil, que durou 3.466 dias. Durante a Revolução Farroupilha, o território montenegrino se tornou passagem obrigatória das tropas, causando grandes prejuízos às estâncias, que eram saqueadas e perdiam gado, cavalo e mantimentos.

Após os primeiros colonizadores portugueses e paulistas, vieram os imigrantes alemães, italianos e franceses. Em 1824 chegou o primeiro grupo de imigrantes alemães em pequeno número, num total de 126 pessoas. Alguns meses depois vieram mais 157 famílias, com 909 pessoas. Em uma segunda etapa da

imigração, por volta de 1857, aportaram aqui imigrantes alemães e italianos em quantidade considerável e que se destacaram pela economia agrícola e suinocultura. Os franceses vieram em menor número e desenvolveram o artesanato.

O porto da cidade sobre o rio Caí era ponto de desembarque das famílias de imigrantes que vinham de Porto Alegre em direção as novas colônias, sendo conduzidas provisoriamente para um galpão grande, situado numa chácara onde hoje está instalado o Parque Centenário. Em função desta parada, muitas famílias não seguiram adiante, preferindo estabelecer-se na região. Naquela época já eram 14 os municípios gaúchos, ainda denominados de "vilas". Montenegro pertencia a Vila de Triunfo, como 2º Distrito, com a denominação de "Porto das Laranjeiras". A partir da Lei nº 630, de 18 de outubro de 1867, o lugarejo passou a denominar-se São João do Monte Negro, já como freguesia.

A Igreja Matriz, construída em 1871, com duas imponentes torres, foi demolida em 1968. Nos domingos era costumeiro a realização de grandes festas com banda na frente da Igreja.

Em 1873 as 33 vilas existentes no Estado foram, por força da evolução da legislação e das Constituições, se transformando em municípios. Neste mesmo ano é criada oficialmente a Vila de São João do Monte Negro, no dia 5 de maio, através da Lei nº 885. Porém a sua instalação como Vila e sede, aconteceu somente no dia 4 de agosto de 1873, com o desmembramento da Vila de Triunfo. Neste mesmo ano foi instalada a primeira indústria de Montenegro, o Curtume Montenegro, produzindo solas, vaquetas, couro de porco e cromo e em 1873 foi aberto o primeiro estabelecimento comercial da cidade, onde era comercializado tecidos, artigos de armarinho, miudezas, perfumarias, secos e molhados.

A primeira Câmara Municipal de Montenegro foi instituída em 1873, composta por sete vereadores eleitos, tendo como presidente da Intendência José Rodrigues da Rosa.

Em 1904 foi inaugurado o Cais do Porto, o segundo construído no estado. Como a Navegação fluvial era o mais importante meio de transporte da época,

Montenegro passou a ser um expressivo centro comercial de cargas e descargas de mercadorias. O telégrafo chegou ao município em 1907, como também a primeira Agência de Correios. Em 1908, instalou-se a Casa Köhler, atuando no ramo de relojoaria e ourivesaria.

Em 1910 foi implantada a estrada de ferro, que facilitou o transporte de mercadorias e ao mesmo tempo reduziu a importância e o significado do transporte fluvial de barcos a vapor. A Estação Ferroviária de Montenegro se tornaria uma das mais importantes do Estado, com suas imensas oficinas de reparos, o sistema de controle telegráfico e o restaurante que propiciava a apreciação de ótimas refeições, recepções e namoricos ao final da tarde.

Em 14 de outubro de 1913, pelo Decreto nº 2.026, a então vila de São João do Monte Negro foi elevada a categoria de cidade, já então com a denominação de São João de Montenegro. Com grandes festividades, a 31 de maio de 1919, a cidade foi contemplada com iluminação elétrica, gerada por um motor de 50 HP. A luz era fraca, mas bem prática se a comparada a luz de querosene ou álcool dos lampiões.

Em 1921 foi fundada a Associação Comercial de Montenegro, como órgão representativo de classes. O automóvel chegou em 1924, quando Bruno Lampert montou uma revenda com dois carros da marca Ford, como também, o primeiro posto de gasolina e oficina. Em 1937 ocorreu a instalação da Usina Elétrica Maurício Cardoso, um grande marco na história da cidade, pois, com um motor de 600 HP conseguia abastecer Montenegro e São Sebastião do Caí. Hoje restam somente as ruínas a beira do rio Caí.

Em 31 de março de 1938, pelo Decreto nº 7.199 o município já denominado Montenegro foi dividido em 11 distritos: Montenegro, Maratá, Harmonia, Barão, Bom Princípio, Estação São Salvador, São Vendelino, Tupandi, Brochier, Poço das Antas e Pareci Novo (disponível em <https://www.montenegro.rs.gov.br/home/>).



### Prédios históricos: o patrimônio de Montenegro

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, destaca-se apenas uma edificação histórica tombada. As informações disponíveis no site seguem abaixo.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

Prédio da Antiga Viação Férrea	
<b>Nome:</b>	Prédio da Antiga Viação Férrea
<b>Cidade:</b>	Montenegro
<b>Descrição:</b>	Oswaldo Aranha, 2158 / 2170; Estado de conservação bom, regular e ruim.
<b>Uso atual:</b>	Rede Ferroviária Federal SA e Pref. Munic. de Montenegro; Uso Parcial
<b>Livro</b>	Inscrição 19 - Livro Tombo Histórico
<b>Histórico</b>	:
<b>:</b>	Data: 25/04/1983
<b>Nº Processo:</b>	00.197-25.00/83
<b>Observações:</b>	<p>Sítio ferroviário de Montenegro: Área de terras de 45.765 m<sup>2</sup>, no lado ímpar da rua Osvaldo Aranha, entre os imóveis nº 2067 e 2449, e dois imóveis no lado par da rua.</p> <p>Propriedades da RFFSA, localizadas no lado ímpar da Rua Osvaldo Aranh prédio principal da antiga estação, em alvenaria (592 m<sup>2</sup>);</p> <p>prédio do antigo restaurante, em madeira (207 m<sup>2</sup>);</p> <p>escritório (telegrafia e controle de trens), com estrutura em trilhos (330 m<sup>2</sup>);</p> <p>armazém (depósito de mercadorias), em alvenaria e cobertura de telhas planas (676 m<sup>2</sup>);</p> <p>duas residências de ferroviários, em alvenaria (147 m<sup>2</sup> e 154 m<sup>2</sup>).</p> <p>Os prédios localizados à Rua Osvaldo Aranha, nº 2158 e 2170, que eram a antiga Farmácia e Cooperativa, ambos em alvenaria, foram adquiridos da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, em 1989, pela Prefeitura Municipal.</p> <p><b>Histórico</b></p> <p>Em 1898, o governo do Estado mandou abrir concorrência para o prolongamento da estrada de ferro Porto Alegre - Novo Hamburgo, com os objetivos de aumentar o tráfego e a renda daquela linha e dotar a região colonial de Caxias do Sul com uma via de transporte mais adequada ao seu crescente desenvolvimento. No ano seguinte, pelo Decreto Estadual nº 230,</p>

de 09 de março foi concedido a Marcínio José de Matos, vencedor da concorrência, o privilégio para a construção do ramal de Novo Hamburgo a Caxias do Sul. Paralelamente a isto autorizava-se, no final do mesmo ano (1899), o prolongamento de Novo Hamburgo até Taquara, o que atenderia ao primeiro objetivo acima mencionado, ou seja, o de aumentar o tráfego da Linha Porto Alegre - Novo Hamburgo. Em 1904 o traçado do ramal para Caxias do Sul foi alterado, transferindo o ponto de partida de Novo Hamburgo para Montenegro, o que permitiria a abrangência de um maior número de localidades .

Com a ampliação dos contratos de arrendamento entre o governo federal e a Auxiliare, em 1905, estabeleceu-se a incorporação dos ramais de concessão estadual, entre os quais o de Caxias do Sul. O governo estadual seria indenizado pelos gastos já efetuados com a construção até o momento da incorporação e a Cia. Auxiliare ficaria responsável pela continuidade das obras. Em 1909 foi inaugurada a primeira parte composta pelos trechos Rio dos Sinos - Montenegro - Maratá; Maratá - Barão e Barão - Carlos Barbosa; a segunda parte, de Carlos Barbosa a Caxias do Sul, em 1910. Nessa mesma fase concluíam-se a ligação da margem do Taquari à capital, através do trecho Barreto- Montenegro – Rio dos Sinos, finalizando assim a Linha Porto Alegre - Uruguaiana. O trecho Barreto - Montenegro, que era conhecido como “Ligação”, fazia a conexão com a Linha Porto Alegre- Novo Hamburgo na estação de Neustadt (Rio dos Sinos), em São Leopoldo.

A Estação Montenegro foi inaugurada em 1909 e com ela toda a primeira parte do ramal até Carlos Barbosa, com as seguintes estações: (Portão, Azevedo, Pareci – trecho entre a estação Rio dos Sinos e Montenegro) Montenegro, Santos Reis, Vitória, Maratá, Esperança, Linha Bonita, São Salvador ( Salvador do Sul ), Barão e Carlos Barbosa. Esta estação teve importância destacada por ser entroncamento do ramal Montenegro - Caxias do Sul com a Linha Porto Alegre - Uruguaiana. A partir de 1937, com a construção da variante Barreto - Diretor Pestana , a linha Porto Alegre - Uruguaiana foi encurtada, não passando mais por Montenegro.

A estação de passageiros foi inaugurada em 02 de julho de 1909. No mesmo ano foram construídos os prédios do armazém e das oficinas, formando o conjunto original de três edificações. O prédio da estação conservou suas características até a década de 1930, havendo porém o acréscimo de uma cobertura no acesso, com acabamento de lambrequins, e pequenas modificações internas. Na década de 1940 houve uma grande "modernização" arquitetônica, com o acréscimo de um pavimento e mudanças nas fachadas e cobertura.

O armazém servia de depósito para as mercadorias transportadas, sendo o elemento característico de uma das principais funções da ferrovia: o comércio. Sua estrutura permitia a passagem de vagões por seu interior, através de dois portões, o que facilitava a carga e

descarga. Alguns anos depois, em data não identificada mas antes da década de 1930, foi construído, em madeira, o prédio do " Buffet " ou restaurante. Por volta de 1928 foi construído outro edifício para escritório e telegrafia, cuja estrutura aparente em trilhos de ferro, é bastante curiosa e excepcional . Em 1929, houve modificações na Estação e a construção de privadas. As casas destinadas aos ferroviários residentes (mestre de linha e agente) foram construídas ao fundo do terreno, em data ainda não identificada.

Desativado na década de 1960, com a decadência do sistema ferroviário, o sítio foi sendo invadido, ocupado e depredado, e as edificações deterioraram-se. Desde 1981 havia um forte movimento da comunidade local para a sua preservação. O arquiteto local Pedro Ernesto Bühler elaborou naquele ano o " Projeto de Reaproveitamento da Antiga Estação Ferroviária". A partir daí, o movimento foi se intensificando, culminando com o tombamento e com o contrato de comodato com a RFFSA, em 13/02/1986. Em 1989, através de um termo aditivo, a Prefeitura assumiu também como comodatária. Passaram-se alguns anos sem novas iniciativas e com a contínua degradação do patrimônio. Em 1998 o assunto foi retomado com a elaboração do projeto já citado via LIC.

Do grande armazém ou depósito só restam as paredes. A cobertura ruiu e o prédio foi depredado e saqueado. Em 2003 o prédio do antigo telégrafo foi desocupado pelos moradores, e logo após um incêndio destruiu grande parte do imóvel. O prédio principal da estação de Montenegro foi reinaugurado no dia 1º de dezembro de 2006, após concluídas as obras de restauração; o segundo prédio a ser recuperado foi o antigo telégrafo, em 2008.

**Fontes:** Processo de tombamento; Publicação do IPHAE concluída em 2002: *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul - Inventário das estações 1874-1959*

Foto:



IPHAE – Bens tombados - Disponível em <http://www.iphae.rs.gov.br>.

#### Apontamentos sobre Capela de Santana - RS

Povoado inicialmente por portugueses, o município de Capela de Santana começa em 1738. Como costumava acontecer na época, Capela começou com grandes fazendas, as casas eram poucas e distantes uma das outras. Entre os anos de 1770 e 1771 foram enviados requerimentos ao arcebispo do Rio de Janeiro solicitando a elevação de paróquia, o que só ocorreria em 15 de junho de 1814.

Mas, em 1772, foi construída uma pequena igreja e a localidade de Capela de Santana começou a formar-se. Inicialmente com o nome de Santana do Rio dos Sinos. Esta era a única igreja existente na região que hoje é conhecida como Vale do Caí.

Em 1814 a igreja e a localidade já haviam crescido e Capela se firmou como localidade mais importante da região. na época nem Montenegro e nem Sebastião do Caí existiam. No final do século XIX, no quartel de Capela foram treinados recrutas que participaram da Guerra do Paraguai. A presença de imigrantes alemães e italianos deu-se a partir da segunda metade do século XIX.

A campanha para a emancipação de Capela de Santana teve seu início no dia 25 de maio de 1985, mas foi somente em 1987 após pertencer a São Sebastião

---

do Cai por mais de cem anos, Capela de Santana emancipou-se, com a instalação do município no ano de 1989 (disponível em <http://www.capeladesantana.rs.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Capela de Santana

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Nova Santa Rita - RS

No dia 11 de fevereiro de 1884, Justino Batista e sua mulher, Rita Carolina Martins, doaram um terreno para construção de uma capela. O terreno localizava-se em Santana do Rio dos Sinos, no lugar denominado “Picada do Vicente”. Rita pediu que a capela fosse em louvor à Santa Rita de Cássia, e isto deu origem ao nome do município.

No começo do século XX, a área de Nova Santa Rita era o 6º distrito de São Sebastião do Cai, permanecendo nesta situação até 28 de junho de 1939. Nesta data Canoas emancipou-se do Município de Gravataí e anexou ao seu território a referida área, que passou a ser o 2º Distrito de Canoas, com sede em Berto Círio.

Em 1987, eclodiu na região um movimento emancipacionista. Essa primeira movimentação, entretanto, não surtiu efeitos, sendo derrotada nas urnas.

Após isso, em 1991, organizou-se uma comissão de moradores, afim de fortalecer o movimento emancipacionista. Esta comissão teve seus anseios aprovados em plebiscito realizado no dia 10 de novembro, com mais de 64% dos votos válidos. Assim, em 20 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9585/92, sancionada pelo governador Alceu Collares, foi criado o Município de Nova Santa

Rita (disponível em <http://www.novasantarita.rs.gov.br/> e IBGE. Histórico de Nova Santa Rita – RS. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

Prédios históricos: o patrimônio de Nova Santa Rita

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAE, disponíveis em <http://www.iphae.rs.gov.br>, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município.

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### **6.4.10.1.5.7 Contextualização Histórica Santa Catarina**

Apontamentos sobre Abelardo Luz – SC

A história do município se confunde com os conflitos e discussões originados pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Nessa época, a área era habitada por índios guarani e kaingang, povos que hoje ainda vivem em alguns pontos da região.

Ponto de passagem para a colônia de Xanxerê, no início do século XX, o Município de Abelardo Luz era ponto de parada na estrada das Missões, por onde passavam militares e tropeiros. Integrante da antiga Colônia Militar de Chapecó, denominada Chapecó Grande, fazia parte do distrito de Diogo Ribeiro (hoje São Domingos), com o nome de Passo das Flores.

A família de João de Oliveira foi a primeira que habitou a região, deixando marcas na Fazenda Alegre do Marco, seguidos depois pelas famílias Messias de Souza e de Leocácio dos Santos. No entanto o povoamento efetivo ocorreu nas últimas cinco décadas com a chegada de migrantes paulistas, paranaenses e gaúchos, de origem principalmente Italiana e Alemã. As famílias vinham atraídas pela grande quantidade de madeira existente na região e também a qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

---

No ano de 1922 foi elevado a categoria de distrito, com o nome de Abelardo Luz, em homenagem ao filho de Hercílio Pedro da Luz, "Abelardo Wenceslau da Luz". Em 21 de junho de 1958, se desmembrou do município de Xanxerê, conquistando a emancipação pela Lei Estadual nº 348/58 (disponível em <http://www.abelardoluz.sc.gov.br>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Abelardo Luz

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Bom Jesus – SC

O município de Bom Jesus, antes denominado Chapecózinho, era habitado pelos índios Guarani e Kaingang, sendo que a área onde se localiza hoje a sede do município era utilizada como cemitério indígena.

As terras do município serviram pouso e passagem para seguidores do Monge São João Maria, durante a Guerra do Contestado, importante acontecimento histórico do Estado de Santa Catarina.

Na década de 40, foi construída a primeira balsa sobre o Rio Chapecózinho, de propriedade do Sr. Raimundo Narciso, que posteriormente por direito sucessório ficou para o Sr. Pedro Florentino Narciso. Anteriormente à balsa, a passagem era feita através do despraiado, a pé ou a cavalo.

Segundo depoimentos, as primeiras famílias aqui chegadas, vieram como aventureiros, como é o caso do Sr. Cristiano Feliciano dos Santos, que chegou como tropeiro e fixou-se às margens do rio, constituindo família e tornando-se o primeiro comerciante de Bom Jesus. Vieram ainda Elias Carneiro, Agnelo Narciso, Pedro e Manoel Florentino Narciso e João Rosa.

Em 1957 foi então que Chapecózinho começou sua história político-administrativa, com o nome de Bom Jesus, tornando-se o primeiro distrito de

Xanxerê.

Bom Jesus passou a ser município a partir de 19 de julho de 1995 (disponível em <http://www.bomjesus.sc.gov.br>).

Prédios históricos: o patrimônio de Bom Jesus - SC

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

Apontamentos sobre Ouro Verde – SC

A área do Município de Ouro Verde já pertenceu à Província de São Paulo, depois passando para a província do Paraná, sempre em constante disputa. Quando pertencia ao Paraná, era parte integrante do Município de Palmas. Durante a Guerra do Contestado passa a pertencer à Santa Catarina, fazendo parte do Município de Chapecó. Em 30 de dezembro de 1953 é criado o Município de Xanxerê e Ouro Verde passa a ser parte integrante do mesmo. Em 21 de junho de 1958 o Território de Ouro Verde ganha um novo nome: Abelardo Luz, pois havia se desmembrado de Xanxerê. Finalmente em 09 de janeiro de 1992 houve a emancipação do Município de Ouro Verde, através da Lei nº 8.529, publicada no Diário Oficial nº 14.358 de 09.01.1992.

A cidade de Ouro Verde foi colonizada na década de 1940 por famílias de agricultores vindas do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio do Peixe. A grande quantidade de pinheiros e erva-mate, deram o nome de Ouro Verde a esta terra que antes se chamava Anta Gorda, devido ao grande número de antas e outros animais, hoje extintos e/ou em extinção na região (disponível em <http://www.ouoverde.sc.gov.br/>).

Prédios históricos: o patrimônio de Ouro Verde



---

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Xanxerê - SC

Em 1839, um grupo de fazendeiros brasileiros vindos de Guarapuava e Palmeira, então província de São Pedro, resolveu explorar os sertões do sul. Na expedição fez parte um jovem de Minas Gerais, chamado José Raimundo Fortes, que mais tarde obteve a concessão de uma grande área de terras chamada Campina do Gregório, onde se localiza hoje o centro de Chapecó. O jovem tornou-se um dos primeiros moradores do Oeste de Santa Catarina e formou família com Ana Maria de Jesus.

Pelo decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, foram criadas duas Colônias Militares, a de Chapecó e Chopin. Porém, a instalação destas colônias só ocorreu bem mais tarde porque o governo argentino reclamou contra a criação das colônias militares, alegando que as terras estavam em litígio, seguindo-se daí uma série de explicações e trocas de notas diplomáticas.

Algum tempo depois foi nomeado o primeiro diretor da Colônia Militar de Xanxerê por um período de 17 anos, o Capitão José Bernardino Bormann com a tarefa de executar a fundação da Colônia Militar de Chapecó (Xanxerê) em 1880 e sua instalação em 14 de março de 1882.

Após este período a Colônia Militar decaiu, e no ano de 1890, a de Xanxerê passou a pertencer a Palmas (PR) cujo local onde estava inserida recebeu a denominação de Distrito de Generozópolis. Em 1916, houve a intervenção amistosa do Presidente da República Wenceslau Braz, que perante os governadores, General Felipe Schmidt, de Santa Catarina e o Coronel Carlos Cavalcanti, do Paraná, resolvendo a questão de limites por acordo entre Santa Catarina e Paraná. Em 31 de dezembro de 1917, por ato do governo catarinense o município de Chapecó ficou dividido em cinco (5) distritos, entre os quais, Xanxerê.

Pela Lei nº 1.260 de 1919, o governo Hercílio Luz, determinou que a sede do município de Chapecó fosse transferida para Xanxerê. Em virtude de tal mudança Xanxerê passou a chamar-se Rui Barbosa, pertencente à Comarca de Chapecó, até fins de dezembro de 1929.

Em meio a esses acontecimentos os habitantes de Xanxerê iniciaram um longo processo de emancipação. A vila já havia crescido bastante principalmente pelo extrativismo das madeiras, com pinheiros, araucária, existentes em Xanxerê e região.

Em 30 de dezembro de 1953, pela Lei 133, foi criado o município de Xanxerê, desmembrado de Chapecó. Sua instalação oficial deu-se em 27 de fevereiro de 1954, quando um grupo de pessoas compareceu ao Ato, na hoje Rua Victor Konder, em uma simples casa de madeira, assumindo o cargo de Prefeito provisório o professor Teodósio Maurício Wanderley, Inspetor Geral de Ensino do Estado, por designação do então governador Irineu Bornhausen (disponível em <http://www.xanxere.sc.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Xanxerê

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Faxinal dos Guedes - SC

Na década de 1940 chegar, os primeiros colonizadores da região de Faxinal dos Guedes, eram descendentes de italianos, oriundos do Rio Grande do Sul. O campo de pastagem entremeado de arvoredo esguio, que constitui um faxinal, deu origem ao nome da cidade, que deve o “Guedes” aos irmãos Antônio José e Estevão Guedes, proprietários de terras no lugar (disponível em <http://www.sc.gov.br/portalturismo/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Faxinal dos Guedes

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Xavantina – SC

O início do povoamento de Xavantina está muito ligado ao povoamento da localidade de Anita Garibaldi, por volta de 1920. A colonização de imigrantes de origem ítalo-brasileiro procedentes do Rio Grande do Sul, se estabeleceu ao longo da estrada de ferro, recém construída, vinda de São Paulo em direção ao Rio Grande do Sul. Esses primeiros imigrantes desenvolveram a agricultura e a pecuária na região.

De acordo com registros, as primeiras famílias que se estabeleceram em Xavantina foram: Broetto, Balbinot, Criveletto, Zanandréa e Lecardelli.

O processo de colonização foi se expandindo e a vila de Anita Garibaldi ganhou corpo e as comunidades foram se formando no interior. Em 13 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual nº 945 foi criado o Município de Xavantina. No ano seguinte, em 2 de fevereiro de 1964, ocorre a instalação do Município. Foi nomeado como 1º Prefeito, o Senhor Octávio Urbano Simon.

Existem duas versões da origem do Topônimo Xavantina: o primeiro seria o nome dado às indiazinhas pertencentes às tribos de índios Xavantes; já a segunda versão diz que o topônimo é uma homenagem a um colonizador, Sr. Possan, proprietário do primeiro automóvel, que possuía terras em Nova Xavantina, cidade do Mato Grosso (disponível em <http://www.sc.gov.br/portalturismo/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Xavantina

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Arvoredo – SC

Ponto de passagem dos tropeiros que conduziam gado e outras mercadorias do Noroeste do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná, a partir da década de 1940 das costumeiras paradas dos tropeiros, deu-se início a formação do povoado ao qual deram o nome de Arvoredo, formado por gaúchos, de origem italiana.

Devido ao crescimento do povoado, na década de 1960, a comunidade passou a categoria de distrito do Município de Seara. O distrito de Arvoredo se emancipa em 09 de janeiro de 1.992, através da Lei Municipal Nº 8.524 (disponível em <http://www.arvoredo.sc.gov.br/>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Arvoredo

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Seara – SC

Em 1924 iniciou-se a demarcação das terras e colonização do povoado de Nova Milano, hoje Seara. Agricultores pobres vindos do Rio Grande do Sul, das regiões próximas a Guaporé, Serafina Correa e Casca. Vinham a se estabelecer em Nova Milano, munidos apenas de suas precárias ferramentas de agricultura, sementes e sonhos de um futuro bom. Adquiriam uma ou duas colônias de terra, onde cultivaram o milho, trigo, cevada, aveia, arroz, mandioca e, criando suínos, bovinos e caprinos, como atividade imediata de produção agrícola.

Originalmente, Nova Milano, pertencia ao Distrito de Itá, município de Concórdia. Em 15 de março de 1944, Nova Milano passou a se chamar Seara.

Sugestão do então prefeito de Concórdia, Dogello Goss, homenageando o Engenheiro Agrimensor Carlos Otaviano Seara, que era encarregado de trabalhos de demarcação de terras pelo Estado. No dia 03 de abril de 1954 Seara emancipasse de Concórdia (disponível em [http://www.seara.sc.gov.br/arquivos\\_internos/index.php](http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php)).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Seara

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).



Figura 6.4.119: (1937) Pioneiros realizando a abertura da estrada que ligava a Vila de Nova Milano a Anita Garibaldi (Hoje Concórdia). (Foto: Prefeitura Municipal de Seara, Disponível em: [http://www.seara.sc.gov.br/arquivos\\_internos/index.php?abrir=sobre\\_seara](http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php?abrir=sobre_seara)).



Figura 6.4.120: 1943 - Vila de Nova Milano quando foi elevada de distrito a município. (Foto: Prefeitura Municipal de Seara, Disponível em: [Http://www.seara.sc.gov.br/arquivos\\_internos/index.php?abrir=sobre\\_seara](http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php?abrir=sobre_seara)).

### Apontamentos sobre Itá – SC

Os primeiros colonizadores de Itá partiram através de uma picada de 60 quilômetros da ferroviária de Barros, hoje cidade de Gaurama, Rio Grande do Sul, e atravessaram os povoados de Santo Antônio, Três Arroios e Dourados e seguiram até as margens do Rio Uruguai. A localidade foi nomeada de Itá, que na língua Tupi Guarani quer dizer pedra.

Em 1919, a Empresa Colonizadora LUCE ROSA & CIA LTDA da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, instalou-se nessas terras para a colonização. O Senhor Theodoro Scheuble e sua esposa Helga (ambos de nacionalidade alemã) juntamente com seus filhos vieram de São Paulo, localizando-se em 21 de maio de 1919 nas proximidades da futura povoação tornado assim a família Schauble o pioneiro na colonização deste Município.

Em janeiro de 1924, pelas disposições da Lei nº 61, o povoado de Itá é elevado a categoria de distrito.

No ano de 1929, o primeiro alambique se estabelecia, começando assim o ciclo da cachaça. As famílias pioneiras nesse ramo foram: Paludo, Bais, Klein, Bianchi, Roy, Pedrucci, Sartoretto, Kolbo, Crizatto, chegando a ter 20 alambiques no Município. A cachaça produzida era comercializada nos Municípios de Joaçaba, Xanxerê, Erechim, Chapecó e parte dela ia para a cidade de Laranjeiras do Sul, estado do Paraná.

Entre os anos de 1947 a 1951 foi construída e primeira Usina Hidrelétrica em Itá, que se chamava COOPERATIVA FORÇA E LUZ ITAENSE DE REPRESENTAÇÃO LTDA. A Usina entrou em operação no dia 08 de Maio de 1952. Ficava localizada a 9 quilômetros da Sede Itá e operou até os meados de 1967/68, quando a Celesc ofereceu energia estadual.

No ano de 1956, Itá foi elevado á categoria de Município pela Lei nº 268 de 13 de novembro daquele ano. Neste dia, proclamou-se São Pedro como padroeiro do Município.

Em 1977 a Eletrosul firmou contrato com CNES (Consórcio Nacional de Engenheiros S.A), sobre novos estudos para o aproveitamento do Rio Uruguai. Em 1978, a população de Itá recebia a notícia da construção de uma nova Usina Hidroelétrica, e que a Cidade iria desaparecer junto com a construção desta. Como a cidade de Itá seria completamente submersa pelas águas do reservatório da Usina, uma nova sede municipal teve de ser pensada e planejada.

O marco fundamental da nova sede municipal é lançado em 13 de dezembro de 1981, junto ao governador do Estado, Jorge Konder Bornhhausen e do Presidente da ELETROSUL, Telmo Tompson Flores. No final da década de 80, com a redução do aporte de recursos federais houve uma diminuição no ritmo das obras da usina. Em função da diminuição dos recursos, ocorre a coexistência de duas cidades, a velha Itá e a nova (disponível em <http://pm.fecam.org.br/conteudo/?item=21115&fa=4850&PHPSESSID=b9rnoefcmc8271150i9kc0nv6>).

Prédios históricos: o patrimônio de Itá

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### **6.4.10.1.5.8 Contextualização Histórica Paraná**

Apontamentos sobre Rio Bonito do Iguaçu – PR

Os pioneiros a desbravar a região foram José Nogueira do Amaral e seus descendentes, que quando tomaram posse das terras na área denominaram de “Sesmaria dos Nogueiras”, que posteriormente veio a se chamar de Fazenda Laranjeiras. A família Nogueira foi responsável pela abertura do picadão que cruzava os sertões de Rio Bonito, ligando o rio Iguaçu à estrada antiga de Foz do Iguaçu. O filho de José Nogueira do Amaral, que residia na costa do rio Iguaçu, vendeu uma parte de suas posses para Horácio Pio, aproximadamente entre 1900 a 1910. Estes que foram considerados os primeiros moradores da região praticavam a agricultura de subsistência. Posteriormente outras famílias vieram a aqui se instalaram da mesma forma. Devido a dificuldade de transporte e a grande a distância a percorrer pelo “picadão” os primeiros moradores foram abrindo atalhos para encurtar caminho, desbravando então estes sertões.

Não havia igreja no lugar, cada família fazia suas rezas em casa. Só mais tarde os moradores resolveram edificar a primeira capela em louvor a Santo Antônio, que tornou-se santo padroeiro de Rio bonito. Em 1951, na administração do prefeito de Laranjeiras do Sul, Sr. Alcindo Natel de Camargo a comunidade de Rio Branco foi elevada a categoria de distrito.

Até o ano 1968 a região era explorada por safrista, os quais faziam a derrubada da mata para plantar milho e colocavam suínos para a engorda, que eram comercializados em Ponta Grossa. A partir deste ano começou o plantio extensivo e a comercialização de produtos agrícolas, que até então só eram usados para a subsistência. Nesta época a população de Rio Bonito já contava com migrações de



---

várias famílias vindas principalmente do Sul do país em busca de terras mais produtivas, dando um grande avanço na agricultura, estas famílias eram na maioria de descendentes europeia (alemã, polonesa e italiana), diversificando assim, a composição étnica da população (disponível em [http://www.riobonito.pr.gov.br/?page\\_id=1862](http://www.riobonito.pr.gov.br/?page_id=1862) e IBGE - <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/riobonitodoiguacu.pdf>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Rio Bonito do Iguçu

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Saudade do Iguçu – PR

O desbravamento da região aconteceu por volta de 1958, com a instalação da Braviaco S/A – Companhia Brasileira de Viação e Comercio. Nesta época iniciou-se o trabalho de desbravamento da região, que teve na figura de Élio Bocalon um de seus colaboradores.

O primeiro morador da região foi o Sr. Horácio Tavares, em 1959, a partir daí começaram a chegar outras famílias: Luiz Severo Stevins, Antonio Giacomelli, Batista Predebon, João Bazelo, Antonio Barbiero e Ângelo Cenci. Em pouco tempo também estabeleceram-se as famílias Schardozin, Barbieri e Helio Bocalon.

Proprietário de uma extensa área da região, a Braviaco vendeu muitas terras na localidade, no entanto, no início da década de sessenta apareceu um tal de Sr. Taborda, que se auto-denominou dono da gleba, passando a vender lotes que já possuíam donos, gerando muito conflitos agrários que resultaram em mortes.

A região sofreu agruras com as questões de litígios de terras. O pioneiro Batista Predebon, gaúcho de Guaporé, ao chegar, adquiriu terras da companhia imobiliária Pinho e Terras. Os primeiros comerciantes da localidade foram o Sr. João Bazejo e mais tarde o Sr. Batista Predebon, ambos vendiam basicamente pinga,

rapadura e fumo de rolo. O primeiro armazém que fornecia viveres para grande parte da comunidade foi construído pelo Sr. Ângelo Cenci. A principal atividade da época era o extrativismo da madeira, especialmente o pinho (*araucária brasiliensis*). Após as derrubadas os colonos da região iniciaram o plantio de feijão e milho, e outros produtos de subsistência.

A Lei Municipal n° 374, de 12 de agosto de 1972, e a Lei Estadual n° 08, de junho de 1973, cria o Distrito Administrativo, com denominação de Saudade, e território pertencente ao município de Chopinzinho. Em 01 de março de 1992, através da Lei Estadual n° 9.941, o núcleo foi elaborado a categoria de município emancipado, com território desmembrado do município de Chopinzinho e denominação alterada para Saudade do Iguaçu. A instalação oficial deu-se em 01 de janeiro de 1993.

A denominação foi inspirada num sentimento de José Ascoli, gaúcho de Rondinha, que era vendedor de terras e apaixonou-se pela beleza do Rio Iguaçu. Todas as vezes que retornava do Rio Grande do Sul, deixava escapar a saudade que sentia desta paragens, desta forma ocorreu a denominação do atual município de Saudade do Iguaçu (disponível em <http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/historico.php>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Saudade do Iguaçu

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Chopinzinho - PR

Descoberta em 1726 por Zacarias Dias Côrtes, a região dos Campos de Palmas, onde encontra-se o atual município de Chopinzinho, teve seu povoamento em 1855, com a chegada dos expedicionários Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro

---

Siqueira Côrtes, que fundam a Freguesia de Palmas em 28 de fevereiro de 1855. Em 1877 a Freguesia de Palmas foi elevada à condição de município.

Na atual região de Chopinzinho havia uma colônia militar, a Colônia Militar do Chopim, criada por ordem do imperador D. Pedro II, em 16 de novembro de 1859 pelo decreto n.º 2.502, com o objetivo principal de defender a região sudoeste do Paraná da Argentina, que reivindicava essas terras. A Colônia Militar foi fundada pelo Coronel Francisco Clementino de Santiago Dantas em 27 de dezembro de 1882, segundo Ata de Fundação. Os trabalhos, no entanto, iniciaram em novembro de 1881, com a chegada dos militares e colonos, que imediatamente iniciaram os trabalhos de abertura da mata, construção das casas e exploração dos arredores como o Rio Dório, assim como a abertura de estradas como a que havia para o Distrito de Mangueirinha.

Em 30 de abril de 1909 a colônia militar passa para o domínio civil, passando a se chamar Distrito Policial de Chopim, pertencente ao município de Palmas. Em 26 de março de 1920, pela lei n.º 1.955, foi elevado a Distrito Judiciário de Colônia de Chopim, agora distrito de Mangueirinha, que havia se emancipado de Palmas. Com a promulgação da lei n.º 253/52, de 14 de dezembro de 1954, Chopinzinho passa a condição de município.

O nome Chopinzinho deriva do rio como o mesmo nome, que, por sua vez, deriva do rio Chopim que tem seu nome de um pássaro preto e canoro que se chama Chopim ou Chupim, abundante na região (Na época) (disponível em <http://www.chopinzinho.pr.gov.br/portal/historia.php>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Chopinzinho

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

### Apontamentos sobre Coronel Vivida – PR

A história do município Coronel Vivida está ligada ao descobrimento dos Campos de Palmas, resultante da expedição que no século XVII partiu de Curitiba, sob o comando de Zacarias Dias Côrtes. Da descoberta da região resultou, muitos anos mais tarde, a fundação da Freguesia de Palmas, que daria origem aos atuais Municípios de União da Vitória, Manguaerinha, Chopinzinho e Coronel Vivida.

O município de Coronel Vivida nasce depois das bandeiras e da resultado do trabalho desenvolvido na região, primeiro pelas bandeiras e expedição de Guarapuava e Curitiba e, depois, pelos pioneiros do desbravamento e do povoamento de uma das mais extensas zonas do Estado do Paraná. A primitiva denominação foi Barro Preto, mudada para Coronel Vivida, homenagem ao grande desbravador que, por longos anos prestou serviços aos municípios da região, destacando-se como político e administrador.

Os primeiros moradores, que se tem notícia, foram italianos que desembarcaram em Porto Alegre - RS em 1888 e, posteriormente, fixaram residência em Coronel Vivida, mais precisamente na localidade de Jacutinga.

Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Manguaerinha constituindo-se município

Distrito criado com a denominação de Coronel Vivida (ex-povoado de Barro Preto), com terras do distrito de Chopinzinho (ex-Chopin), pela lei estadual n.º 790, de 14-11-1951, no município de Manguaerinha. Elevado à categoria de município com a denominação de Coronel Vivida, pela lei estadual nº 253, de 26-11-1954, desmembrado de Manguaerinha. Sede no antigo distrito de Coronel Vivida. Instalado em 14-12-1955. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. (<http://www.pmcv.com.br/2010/sobre-municipio.php>. IBGE - Historico de Coronel Vivida. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/coronelvivida.pdf>).

### Prédios históricos: o patrimônio de Coronel Vivida

---

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### Apontamentos sobre Honório Serpa - PR

De acordo com relatos de João Serpa, filho de Honorio Serpa, a fundação do Município se deu através de seu avô, Diogenes Serpa, juntamente com sua mulher Eufrazia. Fugidos de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, por causa da Revolução Federalista, fixaram nas terras que hoje é conhecida como Honório Serpa por volta de 1896, trazendo com eles os filhos Honório e Ozório.

As primeiras famílias que habitaram a localidade foram Madureira, Eleutério, Ozorio, Santos, Serpa e Bufon. Estes chegaram na localidade em a finalidade de explorar madeira. Foi apenas na década de 1950, atraídos pelas terras férteis, colonos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul começaram a cultivar arroz, mandioca, milho e feijão.

Honório Serpa foi elevada a categoria de distrito em 1964, e pela lei estadual nº 9184/90, de 08 de janeiro de 1990, ficou definido na categoria de município, desmembrando-se de Mangueirinha sendo que sua instalação ocorreu no ano de 1993. O aniversário do município é comemorado no dia 16 de novembro e o padroeiro é São Sebastião, comemorado no dia 20 de janeiro. IBGE – Histórico de Honório Serpa (disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php?codmun=410965](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=410965)).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Honório Serpa

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009)

#### Apontamentos sobre Clevelândia - PR

Várias expedições foram organizadas com o objetivo de explorar o território e descobrir um caminho que ligasse as campos de Guarapuava com o norte do Rio Grande do Sul. Em 1.839 as bandeiras de Joaquim Ferreira das Santos e Pedro de Siqueira Cortês, oriundas de Guarapuava, penetraram no sertão paranaense e alcançaram os campos de Palmas, fundando as primeiras fazendas. Porém este não foi um feito amistoso. Havia disputa pela primazia do local, o que trouxe desarmonia entre os dois grupos de bandeirantes, havendo, então, a necessidade de um árbitro para demarcar as terras de cada um. Em 28 de maio de 1.840, dois árbitros chegaram na região, Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira. As terras em litígio foram divididas pelo Ribeiro Caldeiras: as de Pedro Siqueira Cortês para o oeste (Alagoas ou lagoa) e as de Joaquim Ferreira dos Santos para o leste (Arrançamento velho).

Houve dois fatores que dificultaram os primeiros moradores do local a ocupar o lugar. De um lado, a pretensão argentina de estender os limites de seu domínio territorial; de outro, a hostilidade permanente dos indígenas. Em 1.895, foi resolvida a questão das Missões, graças à arbitragem do então Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Grover Cleveland, que reconheceu como território brasileiro a vasta região dos campos de Palmas.

O povoamento dos campos de Palmas de Baixo, onde hoje se localiza o Município de Clevelândia, data da época da Guerra do Paraguai, quando foi destacada uma força de Guarda Nacional para guarnecer a fronteira. Com o prolongamento da Guerra, os alojamentos provisórios das praças transformaram-se em habitações permanentes, as quais foram aumentando e dentro de alguns anos constituíram o arraial.

A freguesia foi criada com a denominação de Bela Vista de Palmas pela Lei Provincial nº. 789, de 16 de outubro de 1.884. A 28 de junho de 1.892 (Lei nº. 28), teve predicamento de vila, recebendo a denominação de Clevelândia, pela Lei nº. 862, de 29 de março de 1.909, em homenagem ao Presidente Cleveland, árbitro solucionador da questão Brasil – Argentina. Com a criação do território Federal do

---

Iguaçu pelo Decreto – Lei nº. 5.812 de 13 de setembro de 1.943, o Município de Clevelândia passou a integrá-lo. Extinto o território, o Município voltou a pertencer ao Estado do Paraná (Decreto – Lei nº. 533, de 21 de novembro de 1.946), sendo reintegrado no dia 30 do mesmo mês e ano (disponível em: <http://www.clevelandia.pr.gov.br/historia.php#historia>).

#### Prédios históricos: o patrimônio de Clevelândia

Com base nos dados do Livro Tombo e arquivos do IPHAN, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br>, sob a forma de um guia de bens tombados, não se destaca nenhuma edificação histórica tombada no município (IPHAN, 2009).

#### 6.4.10.2 Levantamento em Campo: prospecção não interventiva

##### 6.4.10.2.1 Metodologia de Investigação

Na Figura 6.4.98 do item sobre a Contextualização Arqueológica, busca-se representar espacialmente os sítios arqueológicos nas imediações do traçado da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita. É evidente que nem todos os sítios tiveram suas coordenadas registradas. Em muitos casos, foi possível obter a localização aproximada dos sítios arqueológicos a partir de mapas publicados pelos autores das pesquisas (como aconteceu com os sítios descritos por Chmyz 1981). É preciso ter essa informação em mente ao considerar o mapa da Figura 6.4.98 e, de todo modo, sítios sem coordenadas publicadas foram deixados como tal nas tabelas apresentadas anteriormente.

O fato de as pesquisas arqueológicas de contrato terem se concentrado em usinas hidrelétricas, ao menos nos estados do Paraná e de Santa Catarina, resultou em vazios nas áreas de interflúvio, como facilmente se observa na Figura 6.4.98. De modo a preencher tais lacunas, seria desejável intensificar as prospecções nas áreas de maior altitude.

Quando se consideram esses dados em conjunto com a vegetação (Figura 6.4.119), nota-se uma correspondência entre altitude, vegetação e tipo de sítio. As áreas de maior altitude cobertas por floresta ombrófila mista (mata de araucária) são predominantemente ocupadas pelos povos Jê do Sul, arqueologicamente representados pela Tradição Taquara/Itararé. Nessas áreas, foram encontrados sítios lito-cerâmicos e cerâmicos de superfície e casas subterrâneas dessa tradição arqueológica. Nas mesmas áreas, sítios líticos sem filiação cultural ou erroneamente associados à “Tradição Humaitá” poderiam fazer parte do sistema de assentamento dos mesmos grupos, como áreas de atividades específicas (DIAS, 2003). Áreas de campos são também preferencialmente ocupadas pelos grupos Jê meridionais, embora esse tipo de vegetação não se encontre no traçado da linha de transmissão em questão, apenas em áreas adjacentes.

Em contraposição, as áreas de menores altitudes cobertas por florestas estacionais decíduas e semidecíduas são dominadas pelos sítios de Tradição Tupiguarani. Os povos falantes da família Tupi-Guarani, antecessores dos Guarani históricos, se estabeleceram no sul do país migrando através dos afluentes da bacia do Paraná, o que justifica a predominância de sítios dessa tradição nas várzeas e terraços dos rios de maior porte, em altitudes mais baixas e cobertura vegetal de florestas estacionais (NOELLI, 1993).

Uma exceção a esse modelo, evidentemente, é o Rio Iguaçu, que na altura da UHE Salto Santiago ainda é território Jê. Ocupações mais antigas, relacionadas a grupos de caçadores e coletores, podem aparecer em todas as áreas, embora haja uma preferência pelas altitudes mais baixas e florestas estacionais – tipo de vegetação que já havia se expandido no início do Holoceno (DIAS, 2012).



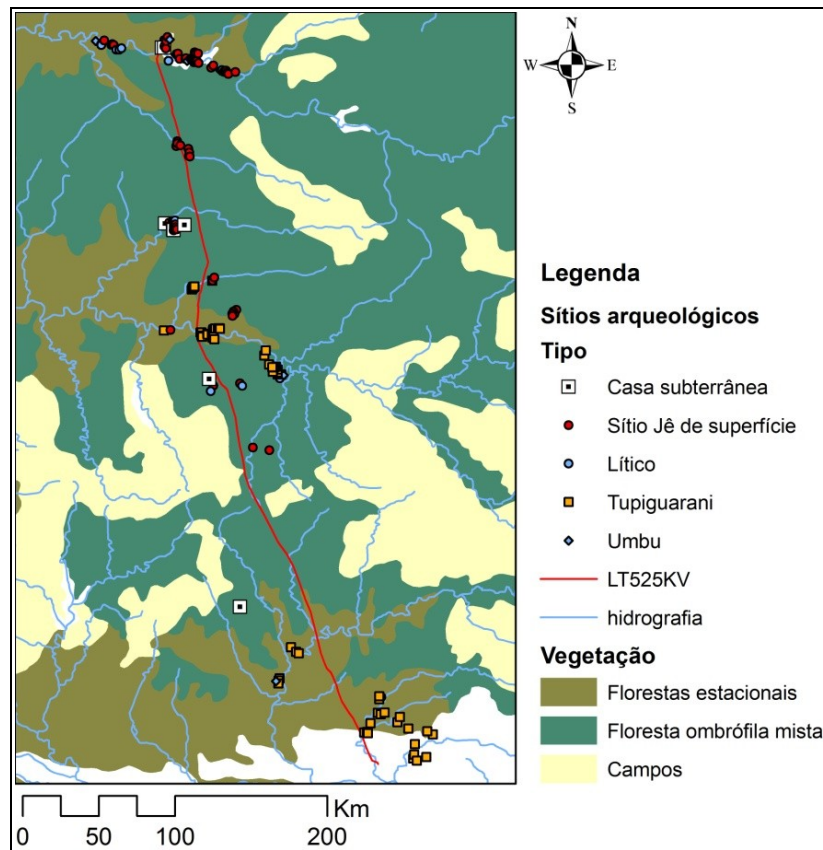


Figura 6.4.121: Sítios arqueológicos e tipo de vegetação no entorno da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita.

A partir desses dados, propõe-se que é possível dividir a área cortada pela LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita conforme os seguintes compartimentos ou estratos: 1) Áreas de florestas estacionais (deciduais ou semideciduais); 2) Áreas de floresta ombrófila mista (mata de araucária), sendo que estas podem se dividir por sua vez em: a) Áreas abaixo de 800 m de altitude e b) Áreas acima de 800 m de altitude. Tal subdivisão por altitude é justificada pela maior probabilidade de ocorrência, acima dos 800 m, de assentamentos permanentes dos grupos Jê meridionais, correspondentes aos sítios de casas subterrâneas (PANEK; NOELLI, 2006). A estratificação proposta pode observada na Figura 6.4.122.

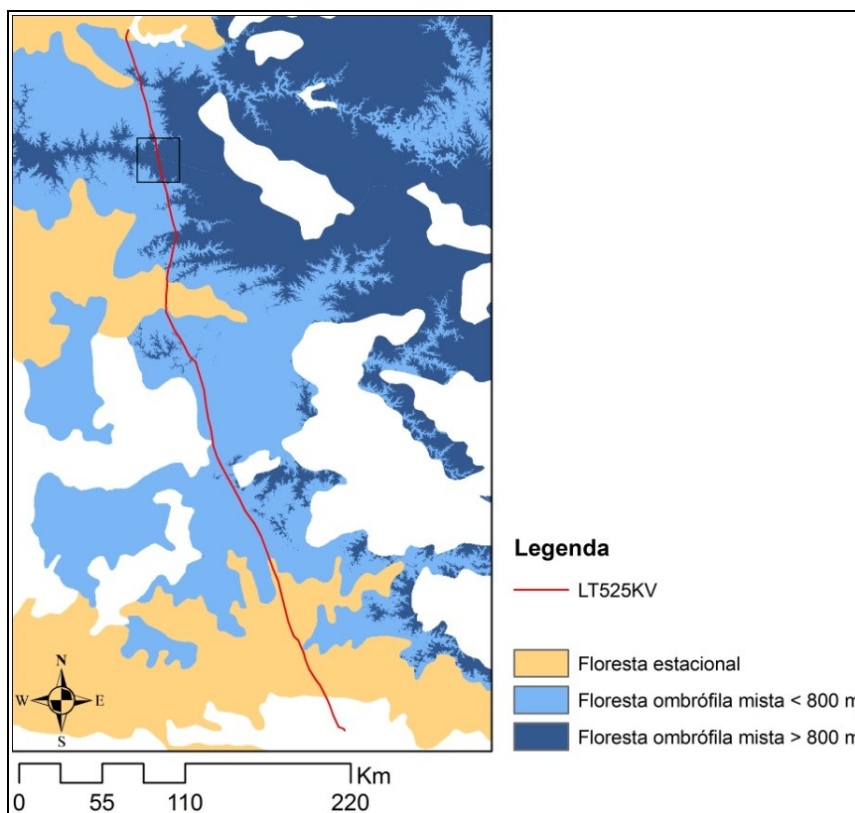


Figura 6.4.122: Estratos propostos para a sistematização do levantamento arqueológico na área da LT 525 Salto Santiago-Itá-Nova Santa Rita, com destaque para a área de fronteira entre Paraná e Santa Catarina.

A divisão da área a ser explorada conforme compartimentos de relevo, vegetação, altitude, hidrografia ou outro critério é o princípio básico da prospecção sistemática estratificada. Nesse tipo de prospecção, parte-se do pressuposto que tais compartimentos podem ser apropriados por culturas distintas ou para finalidades distintas no passado, de modo que é necessário amostrá-los igualmente (PLOG, 1976). Mesmo na etapa de diagnóstico arqueológico, guiar-se por esses princípios pode dar mais resultados do que uma vistoria aleatória. Na Tabela 6.4 99, resumem-se as distintas estratégias a serem adotadas conforme os compartimentos identificados.

No caso em questão (Figura 6.4.122), observa-se que a maior parte da área a ser levantada corresponde a terrenos abaixo de 800 m de altitude cobertos originalmente por floresta ombrófila mista. Nessas áreas, pode-se investir no percorrimto oportunístico de terrenos com alta visibilidade do solo a cada 5 km.

Uma abordagem diferente pode ser adotada na segunda classe, as áreas originalmente cobertas por florestas estacionais. Estas correspondem a uma menor proporção da faixa cortada pela linha de transmissão, mas foram, em grande medida, já intensivamente pesquisadas por corresponderem a áreas ocupadas por usinas hidrelétricas. Em todo caso, considerando que em tais áreas (com exceção do Rio Iguaçu) houve uma ocupação mais intensa por grupos Tupiguarani, pode-se investir no percorrimto oportunístico de terrenos com alta visibilidade do solo que se encontre em várzeas ou terraços fluviais, bem como em encostas próximas a rios navegáveis – uma vez que são estes os locais preferencialmente ocupados dentro do padrão de assentamento dessa tradição arqueológica.

A área menos representada no traçado da linha de transmissão equivale aos terrenos acima de 800 m de altitude originalmente cobertos por floresta ombrófila mista. Em uma prospecção estratificada, tais áreas devem ser amostradas na mesma proporção que as demais, e tendo em vista suas menores dimensões no caso em questão, seria possível prospectá-las de forma sistemática. Tendo em conta que áreas acima de 800 m de altitude em floresta ombrófila mista foram ocupadas preferencialmente pelos grupos Jê do Sul, da Tradição Taquara/Itararé, podem-se direcionar as buscas conforme o padrão de assentamento dessa tradição arqueológica. Assim, propõe-se percorrer sistematicamente as áreas planas de topos de morros, bem como as encostas suaves, que são locais preferencialmente ocupados por aquela tradição arqueológica. A área de maior extensão desse compartimento se situa na região de fronteira entre Paraná e Santa Catarina (destacada na Figura 6.4.119), ocupando uma faixa de cerca de 28 km que pode ser prospectada sistematicamente, ao menos nas áreas de topos e encostas suaves. A presença de muitos sítios Taquara/Itararé imediatamente ao norte (na UHE

Cachoeirinha) bem como ao sul (na UHE Quebra Queixo) comprovam a probabilidade de se encontrarem sítios da mesma tradição arqueológica nessa área.

TABELA 6.4 100: ESTRATÉGIAS PROPOSTAS PARA CADA COMPARTIMENTO DE ALTITUDE E VEGETAÇÃO NA ÁREA ATINGIDA PELA LT SALTO SANTIAGO-ITÁ-NOVA SANTA RITA.

COMPARTIMENTO	ESTRATÉGIA ADOTADA
Áreas abaixo de 800 m de altitude originalmente cobertas por floresta ombrófila mista.	Percorrimento oportunístico de áreas com alta visibilidade a cada 5 km.
Áreas acima de 800 m de altitude originalmente cobertas por floresta ombrófila mista.	Percorrimento sistemático de áreas de topos de morro e encostas suaves.
Áreas originalmente cobertas por florestas estacionais decíduais ou semidecíduais.	Percorrimento oportunístico de áreas com alta visibilidade próximas de rios.

#### 6.4.10.2.2 Trabalho de Laboratório

As atividades de laboratório foram divididas em duas etapas. A primeira correspondeu à preparação para as atividades de campo. A segunda etapa consistiu na organização e avaliação dos dados obtidos em campo para elaboração do diagnóstico.

A parte de laboratório pré-campo consistiu na pesquisa prévia do contexto arqueológico histórico e pré-histórico dos Estados por onde a linha de transmissão passará e na definição da metodologia a ser empregada, descrita acima. Para isso foram elaboradas rotas de acesso, utilizando GPS e o *software* GPS Track Maker PRO, distando em média de 5 km em 5 km para a realização de uma amostra significativa. Tal procedimento resultou na criação de 97 pontos de vistoria, no sentido sul - norte, que serviram de guia para a realização dos trabalhos. Além dos 97 pontos, foi estabelecido que no caminho de um ponto a outro seriam feitas paradas em locais propícios a identificação de sítios ou ocorrências arqueológicas, tais como a alta visibilidade do solo, terras aradas, platôs de elevações com inclinação inferior a 10°, barrancos de estrada e rios e, por fim, áreas

---

de cultivo recém colhidos ou em fase de plantação. No estado do Rio Grande do Sul foram criados 72 pontos de vistoria, iniciando (P01) em Nova Santa Rita e finalizados em Itatiba do Sul (P72) (Figura 6.4.121). Em Santa Catarina foram criados 12 pontos de vistoria, iniciados em Itá (P73) e finalizados em Abelardo Luz (P85). Por fim, no Estado do Paraná foram criados 11 pontos de vistoria, iniciados em Clevelândia (P86) e finalizados em Saudade do Iguaçu (P97) (Figura 6.4.120).

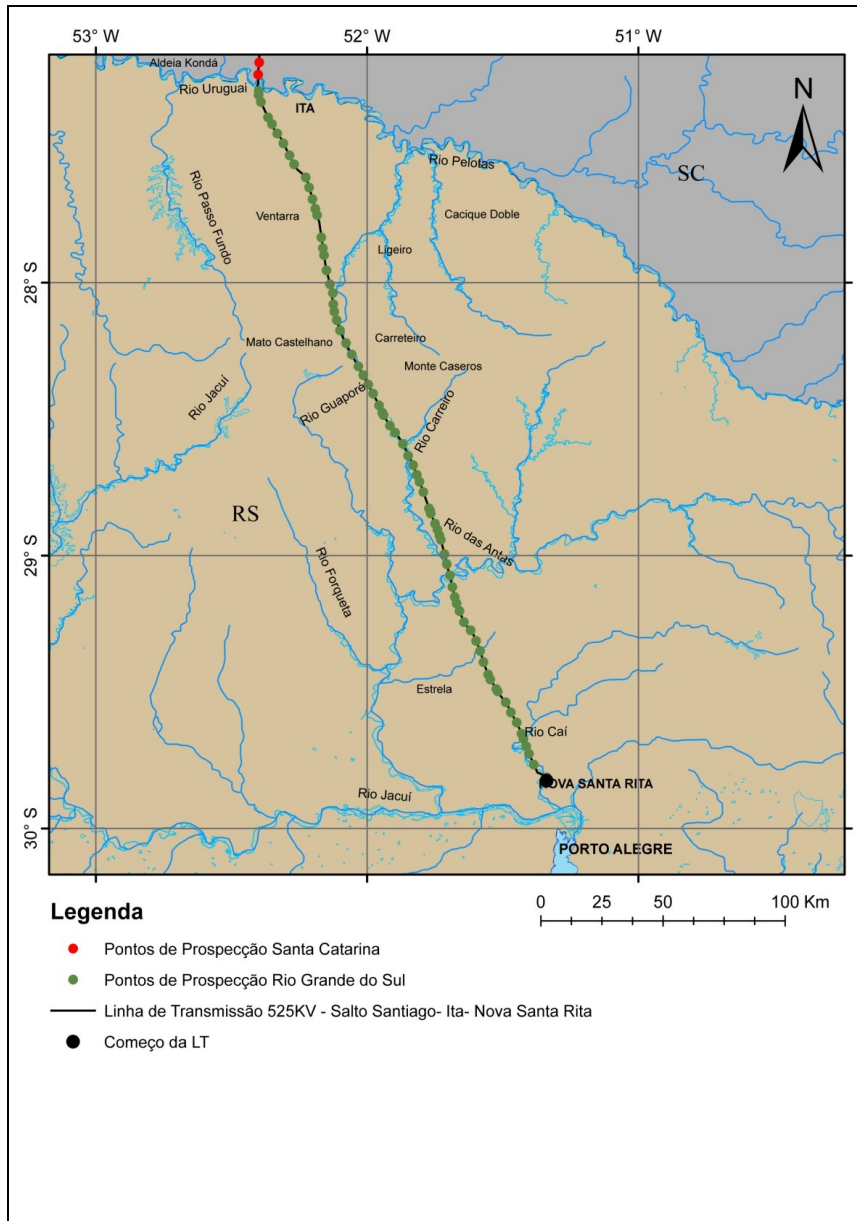


Figura 6.4.123: Pontos de Prospecção no Rio Grande do Sul

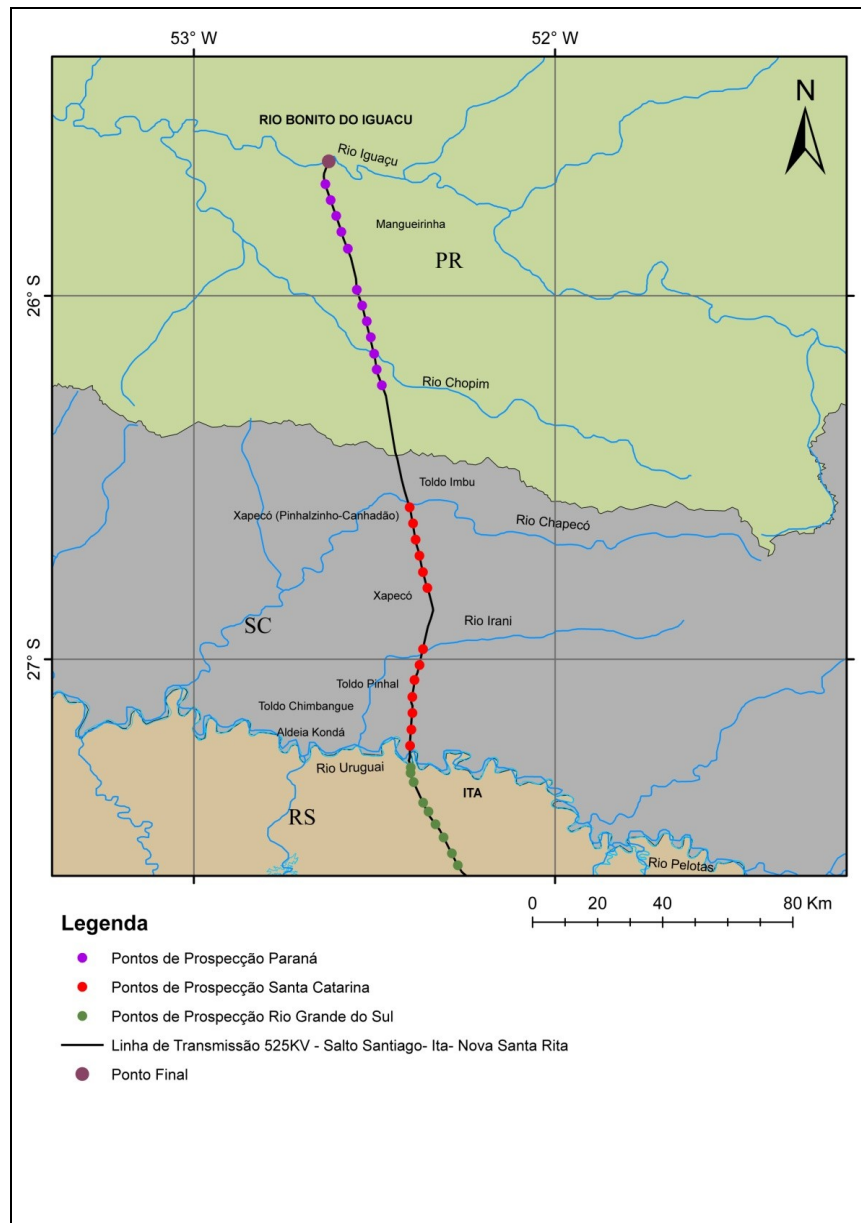


Figura 6.4.124: Pontos de Prospecção em Santa Catarina e Paraná

Ainda nas atividades que antecederam as atividades de campo foi pensada uma ficha de anotações<sup>13</sup> (Tabela 6.4 100) que abrangesse de maneira padronizada e sistemática todo o trabalho. A Ficha dos pontos de prospecção foi pensada de modo a dar agilidade durante as observações em campo e facilitar a tabulação dos dados para posterior união com as características gerais e físicas das paisagens. Com isso, foi realizado um contexto de análise descritivo para os diferentes tipos de ambientes e ocorrências que poderiam estar na área diretamente afetada da linha de transmissão.

---

13 A ficha de prospecção/vistoria foi baseada em um acervo de trabalho do Núcleo de Pesquisas Arqueológico da UFRGS no Manual de Arqueologia pré-históricas de Nuno Bicho (2007) nas indicações do IPHAN ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br))



TABELA 6.4 101: MODELO DA FICHA DE PROSPECÇÃO/VISTORIA

<b>1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO</b>		
<u>Nº Sítio/Ponto/ Lugar:</u>	<u>Tipo de propriedade:</u> <input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Outra:	
<u>Nome anterior ou outras siglas:</u>	<u>Nome do proprietário do terreno:</u>	
<u>Município/Bairro/Localidade:</u>	<u>Coordenada ou nome do Ponto e GPS/Datum:</u>	
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM</b>		
<u>Unidade geomorfológica:</u> <input type="checkbox"/> Serra <input type="checkbox"/> Planalto <input type="checkbox"/> Planície <u>Detalhamento:</u>	<u>Uso atual do terreno:</u> <input type="checkbox"/> Ativ. Urbana <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Fazenda <input type="checkbox"/> Pasto <input type="checkbox"/> Plantio <input type="checkbox"/> Ñ utilizada <input type="checkbox"/> <u>Outro:</u>	
<u>Compartimento topográfico:</u> <input type="checkbox"/> Regime relictual ( <i>Topo</i> ) <input type="checkbox"/> Regime erosivo ( <i>Encosta</i> ) <input type="checkbox"/> Regime deposicional ( <i>Base</i> )	<u>Vegetação:</u> <input type="checkbox"/> Floresta ombrófila <input type="checkbox"/> Floresta estacional <input type="checkbox"/> Savana <input type="checkbox"/> Estepe <input type="checkbox"/> Capoeira <input type="checkbox"/> Outra:	
<u>Elevação:</u>	<u>Aproximação (em m) da área vistoriada:</u>	
<u>Visibilidade:</u> <input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	<u>Tipo de solo:</u>	
<u>Fotos da paisagem e do trabalho:</u>		
<b>3. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO (use uma ficha para cada sítio)</b>		
<u>Categoria</u> <input type="checkbox"/> Unicomponencial <input type="checkbox"/> Multicomponencial <input type="checkbox"/> <i>Pré-colonial</i> <input type="checkbox"/> <i>De contato</i> <input type="checkbox"/> <i>Histórico</i>	<u>Exposição</u> <input type="checkbox"/> Céu aberto <input type="checkbox"/> Abrigo sob rocha <input type="checkbox"/> Gruta <input type="checkbox"/> Submerso <input type="checkbox"/> Outra:	<u>Contexto de deposição</u> <input type="checkbox"/> Em superfície <input type="checkbox"/> Em profundidade
<u>Tipo de Sítio</u> <input type="checkbox"/> Acampamento <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Aldeamento <input type="checkbox"/> Aldeia <input type="checkbox"/> Estruturas anelares <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Monte <input type="checkbox"/> Caminho <input type="checkbox"/> Casa Subterrânea <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Forte <input type="checkbox"/> Lítico <input type="checkbox"/> Lito-cerâmico <input type="checkbox"/> Oficina Lítica <input type="checkbox"/> Outro:	<u>Estruturas</u> <input type="checkbox"/> Área de Refugio <input type="checkbox"/> Área de lascamento <input type="checkbox"/> De combustão <input type="checkbox"/> Vestígio de edificação <input type="checkbox"/> Concentração cerâmica <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <input type="checkbox"/> Muros de terra/ linhas de argila <input type="checkbox"/> Círculos de pedras <input type="checkbox"/> Outro:	
<u>Artefatos:</u> <input type="checkbox"/> Lítico Lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Outro:	<u>Grau de integridade do sítio:</u> <input type="checkbox"/> Menos de 25 % <input type="checkbox"/> Entre 25% a 75% <input type="checkbox"/> Mais de 75% <u>Detalhamento:</u>	

<u>Material histórico:</u>	<u>Medidas estimadas do sítio (em m):</u> Compr:                      Larg:                      Área:
<u>Fatores de destruição:</u> <input type="checkbox"/> Erosão eólica <input type="checkbox"/> Erosão fluvial <input type="checkbox"/> Erosão pluvial <input type="checkbox"/> Ativid. Agrícola <input type="checkbox"/> Constr. Estradas <input type="checkbox"/> Vandalismo <input type="checkbox"/> Constr. Moradia <input type="checkbox"/> Outro:	<u>Atividades desenvolvidas no local:</u> <input type="checkbox"/> Registro <input type="checkbox"/> Coleta de superfície <input type="checkbox"/> Sondagem <input type="checkbox"/> Escavação <input type="checkbox"/> Croquis (n°) <input type="checkbox"/> Outros:
<u>Outros fatores de destruição (antrópicos ou naturais):</u>	<u>Coordenada ou nome do ponto e GPS:</u>
<u>Relevância do sítio:</u> <input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa	<u>Proximidade da água e tipo (em m)</u>
<u>Documentação produzida em campo:</u>	<u>Fotos do sítio /material:</u>
<u>Nome(s) do(s) Pesquisador (eres) e data:</u>	
<b>4. OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>	

A primeira parte da ficha refere-se às características de identificação geral (Sítio ou ponto, Nome anterior/ outras siglas, tipo de propriedade, município, Nome do proprietário e coordenada). A segunda parte da ficha é relativa à caracterização da paisagem. É importante ressaltar que a segunda parte da ficha foi aplicada em todos os pontos de vistoria, mesmo não havendo ocorrências ou sítios arqueológicos, pois o objetivo, era de realizar uma análise das paisagens e dos contextos físicos que seriam espelhados nas amostras (PV) (ver os itens 6.3 análises de trechos e 7. diagnóstico e medidas preventivas). Na parte da caracterização da paisagem observa-se a unidade geomorfológica, compartimento topográfico, elevação, visibilidade, uso atual do terreno, vegetação, tipo de solo e distância da água. A terceira parte da ficha de vistoria foi utilizada apenas nos casos em que evidencias ou sítios arqueológicos foram identificados, apresenta os seguintes atributos de classificação: categoria, exposição, contexto de deposição, tipo de sítio, estruturas, artefatos, integridade, material histórico, medidas estimadas, fatores de destruição, atividades desenvolvidas, coordenada<sup>14</sup>, relevância do sítio, proximidade da água, documentação produzida, fotos do sítio/ material, nome dos pesquisadores e data do registro. Por fim, a quarta parte da ficha de vistoria é reservada a observações descritivas e não classificáveis.

A segunda parte do trabalho de laboratório consistiu nas atividades pós-campo. Nessa etapa foi realizada a tabulação e sistematização dos dados (Volume II), a confecção de mapas de atributos físicos, o aprofundamento e refino das pesquisas históricas, pré-históricas e de história indígena contrastados com a realidade empírica dos pontos de vistoria. E por fim, a realização da análise dos trechos e a sugestão de medidas preventivas.

---

<sup>14</sup> Importante ressaltar que todas as coordenadas foram registradas em datum WGS 84, compatível com *Google Earth* e adaptável às SIRGAS 2000 utilizadas como referência padrão de coordenadas na comunidade científica.

#### 6.4.10.2.3 Trabalho de Campo

As atividades de campo foram realizadas simultaneamente por três equipes. Duas equipes realizaram a avaliação dentro dos limites do Estado do Rio Grande do Sul e, a terceira, avaliou o trecho Santa Catarina - Paraná.

As atividades de campo adotaram a estratégia de percorrimento sistemático a pé. Em cada um dos pontos de vistoria e entre pontos avaliados foram realizados *transects* que distavam os avaliadores em média de 10m, de modo a cobrir em cada ponto uma área mínima de 100m<sup>2</sup> em cada um dos pontos. Foram priorizados pontos com exposição de solo, como perfis de barranco, áreas de pisoteio de animais, aradas ou cujo cultivo de vegetais permitissem a visualização do solo. Todavia, também foram inspecionadas áreas com baixa visibilidade de solo, como áreas de pastagem, o que possibilitou a coleta de dados arqueológicos em diferentes compartimentos de cobertura vegetal. Em todos os pontos de vistoria foram realizados registro fotográfico, avaliação de compartimento topográfico e preenchimento de fichas de identificação e caracterização. Para além das estratégias pré-definidas, moradores locais foram consultados a respeito de ocupações históricas antigas relevantes e sobre a ocupação pré-histórica, sendo cada relato anotado nas fichas de vistoria. O contato com prefeituras locais foi outra estratégia adotada com o intuito de agregar informações, precisas e diretas, às experiências empíricas.

A marcação em aparelhos de sistema de posicionamento geográfico de cada um dos pontos arqueológicos e a verificação da elevação, bem como a anotações descritivas foram às atividades que complementaram a sistemática dos trabalhos de campo. Com isso registra-se os sítios e ocorrências nas fichas de cadastro.

---

#### **6.4.10.2.3.6 Fichas de Sítios**

As Fichas de Sítios são apresentados no anexo 2.

#### **6.4.10.2.3.7 Ocorrências Isoladas<sup>15</sup>**

As ocorrências isoladas de artefatos ou de estruturas são parte importante no trabalho de avaliação do diagnóstico. Devido às limitações de tempo e a impossibilidade de ações interventivas, as ocorrências se caracterizam como norteadores de pontos de intervenção e/ou preservação. Material isolado ou em quantidades pequenas auxiliam na revelação de locais com potencial arqueológico. Assim sendo, além dos sítios, as ocorrências foram registradas e georreferenciadas, somando-se aos fatores de avaliação do diagnóstico. Abaixo segue a lista de ocorrências identificadas ao longo do trabalho.

---

<sup>15</sup> Ocorrências Isoladas não caracterizam sítios por apresentarem menos de 10 evidências arqueológicas.

**Ocorrência 1- montículo/lítico**

Coordenada: 22 J 344017 7131621

Descrição: Três montículos de terra/ Um instrumento sobre lasca unipolar em sílexito

Estado/ município: Chopinzinho/PR

Fotos:



**Ocorrência 2- montículo**

Coordenada: 22 J 344589 7130356

Descrição: Nove montículos de terra

Estado/ município: Coronel Vivida/PR

Fotos:



**Ocorrência 3 - cerâmica**

Coordenada: 22 J 344681 7127057

Descrição: borda de cerâmica itararé

Estado/ município: Coronel Vivida/PR

Fotos:





**Ocorrência 4- montículo**

Coordenada: 22 J 346570 7120797

Descrição: 15 montículos

Estado/ município: Coronel Vivida/PR

Fotos:



**Ocorrência 5- lítico**

Coordenada: 22 J 357433 7077920

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 6- lítica**

Coordenada: 22 J 354884 7081485

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 7- cerâmica**

Coordenada: 22 J 355392 7082033

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 8- montículo**

Coordenada: 22 J 355248 7084685

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 9- montículo**

Coordenada: 22 J 353671 7085943

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 10- estrutura subterrânea**

Coordenada: 22 J 353609 7085832

Descrição:

Estado/ município: Clevelândia/PR

Fotos:



**Ocorrência 13 (PV22)**

Coordenada: 22J 433316.00 6775339.68

Descrição: Material lítico

Estado/ município: Santa Teresa/RS

Fotos:





<b>Ocorrência 14 (PV23)</b>	
Coordenada: 22 J 432444.70 6783747.48	
Descrição: Lascas e Núcleo	
Estado/ município: São Valentin do Sul	
Fotos:	
	

**Ocorrência 15 (Entre PV30 e PV32)**

Coordenada: 22J 436080.97 6813603.00

Descrição: Possível estrutura subterrânea. Será preciso atividade interventiva para a confirmação. Feição duvidosa e com alteração pela estrada.

Estado/ município: Nova Prata/RS

Fotos:

<b>Ocorrência 16 (PV37b)</b>	
Coordenada: 22 J 415132.54 m 6836991.93	
Descrição: Material cerâmico e lítico	
Estado/ município: Casca/RS	
Fotos:	
	
	



<b>Ocorrência 17 (PV61)</b>	
Coordenada: 22 J 381550.82 m E 6936098.52 m S	
Descrição: elevação de terra	
Estado/ município: Erechim/RS	
Fotos:	
	
	

**Ocorrência 18 (PV70)**

Coordenada: 22 J 381550.82 m E 6936098.52 m S

Descrição: material lítico

Estado/ município: Itatiba do Sul/RS

Fotos:



---

### 6.4.10.3 Avaliação do Impacto Ambiental e Diagnóstico Arqueológico

#### 6.4.10.3.1 Diagnóstico arqueológico a partir dos dados secundários

Como mostrado na Figura 6.4.98 do item sobre a Contextualização Arqueológica, busca-se representar espacialmente os sítios arqueológicos nas imediações do traçado da LT 525 Salto Santiago – Itá - Nova Santa Rita. É evidente que nem todos os sítios tiveram suas coordenadas registradas. Como apontado, em muitos casos, foi possível obter a localização aproximada dos sítios arqueológicos a partir de mapas publicados pelos autores das pesquisas (como aconteceu com os sítios descritos por Chmyz 1981). É preciso ter essa informação em mente ao considerar o mapa da Figura 6.4.98 e, de todo modo, sítios sem coordenadas publicadas foram deixados como tal nas tabelas apresentadas anteriormente.

O fato de as pesquisas arqueológicas de contrato terem se concentrado em usinas hidrelétricas, ao menos nos estados do Paraná e de Santa Catarina, resultou em vazios nas áreas de interflúvio, como facilmente se observa na Figura 6.4.98. De modo que a concentração de sítios está nos locais das usinas, justamente no traçado da linha de transmissão.

Abaixo, tem-se a Tabela 6.4 101 com os sítios arqueológicos que estão dentro da faixa afetada diretamente (1 km) e indiretamente (5 km) pelo empreendimento. Neste caso, não foram incluídos sítios plotados por aproximação a partir de mapas antigos, apenas os que dispõem de coordenadas. Também não foi incluído os sítios já inundados por hidrelétricas, como Salto Santiago e Itá.

TABELA 6.4 102: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS QUE ESTÃO DENTRO DA FAIXA AFETADA DIRETAMENTE (1 KM) E INDIETAMENTE (5 KM) PELO EMPREENDIMENTO

<b>SÍTIOS JÁ REGISTRADOS A ATÉ 1 KM DA LT SALTO SANTIAGO-ITÁ-NOVA SANTA RITA</b>				
<b>NOME DO SÍTIO</b>	<b>UTM</b>	<b>TIPO DE SÍTIO</b>	<b>TRADIÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Pedro Inocêncio	350150 7103800 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
<b>SÍTIOS JÁ REGISTRADOS ENTRE 1 E 5 KM DA LT SALTO SANTIAGO-ITÁ-NOVA SANTA RITA</b>				
<b>NOME DO SÍTIO</b>	<b>UTM</b>	<b>TIPO DE SÍTIO</b>	<b>TRADIÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Norberto Pillati	348250 7106500 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Augusto Pinheiro	348250 7105000 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Ciro Carletto	347750 7103300 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Antonio da Silva Godoy	355500 7099200 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Rubens Daroit	355250 7096800 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Belarmino José dos Santos	354800 7101650 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)
Bento Rosa	355800 7096600 (SAD69)	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Clevelândia (PR)

Ao todo há um (1) sítio na ADA e sete (7) na AII. O sítio que está a 1 km foi visitado por nós, mas o pasto estava cobrindo totalmente o solo e não se pode localizar nenhum material.

#### 6.4.10.3.2 Diagnóstico arqueológico a partir dos dados primários

Para a sistematização descritiva, com o objetivo de agregar valor dentro de contextos arqueológicos regionais, optou-se pela análise de trechos do traçado da linha por tipo de relevo. Entende-se que os tipos de relevo são uma das variáveis mais importantes dentro dos contextos de ocupação por onde passa a linha de transmissão. Dentro de uma perspectiva qualitativa de análise foram estabelecidas



quatro subvariáveis que, com base na fundamentação metodológica, apresentam maior representatividade para a indicação dos prováveis locais de evento arqueológico. Assim a vegetação, elevação, tipo de solo e ocorrência arqueológica são as quatro características que apresenta-se abaixo.

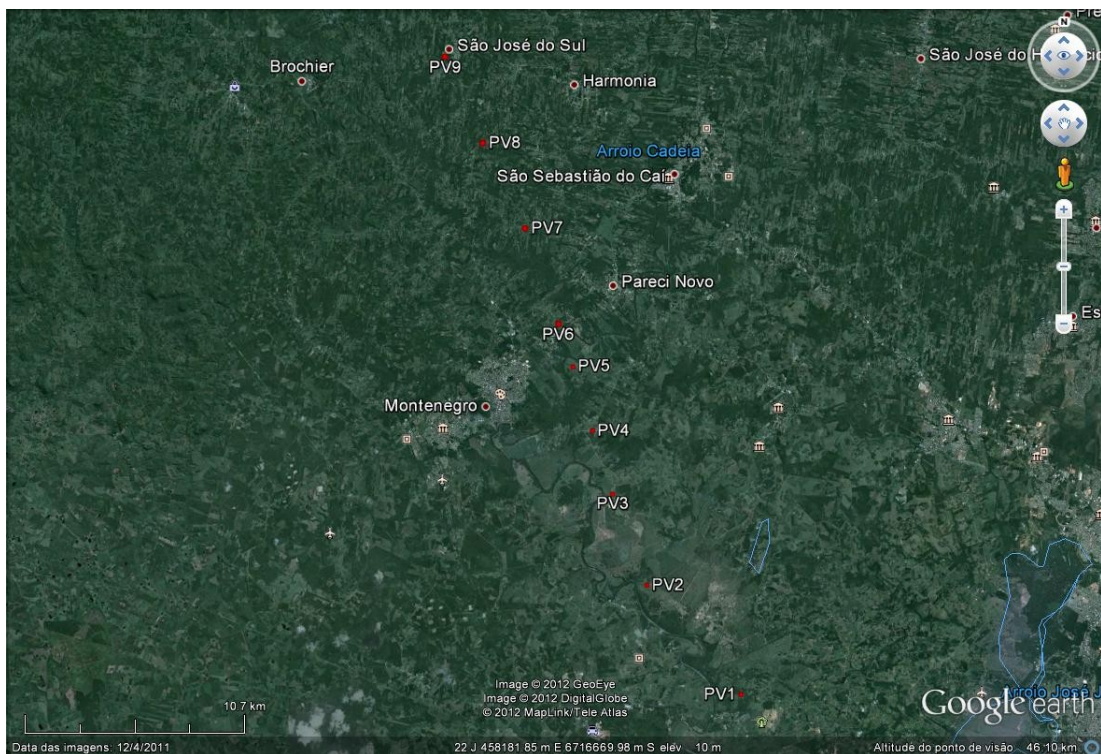


Figura 6.4.125: Análise de Trechos PV1 a PV 9

O Trecho PV1 a PV9 está localizado na Depressão Central Gaúcha. Apresenta solos Planossolo háplico e o Argissolo vermelho- amarelo. Os primeiros pontos estão em áreas de tensão ecológica e os últimos em mata caducifólia. A elevação média é de 30 metros e o pico em 131m a partir de PV7. Apresenta maior extensão plana com poucas oscilações para o fim. Não apresenta evidências arqueológicas.

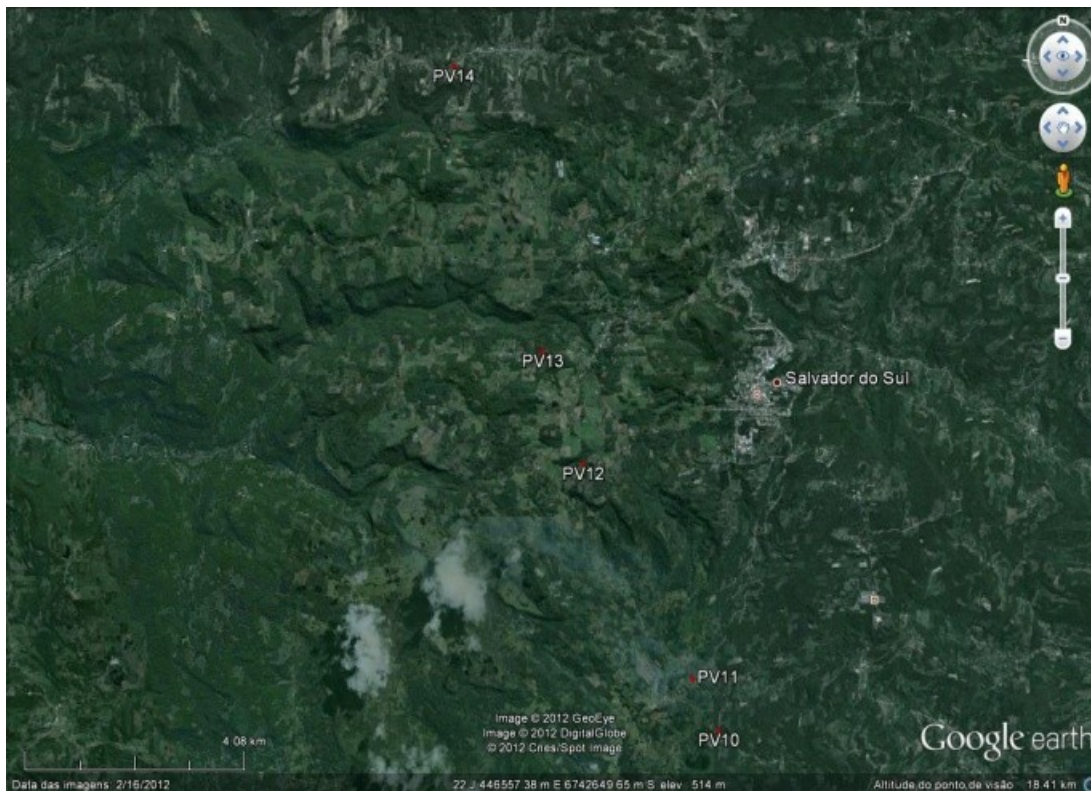


Figura 6.4.126: PV10 a PV14

O Trecho de PV10 a PV14 está inserido no Patamar Oriental da Bacia do Paraná. O solo predominante do trecho é Neossolo Litólico. A vegetação do trecho é a floresta estacional decidual. Apresenta o pico de elevação em PV12, onde as elevações aumentam consideravelmente, mantendo a média em 402m de elevação. Início em ascendência e posterior manutenção de elevação. Não há evidências arqueológicas.

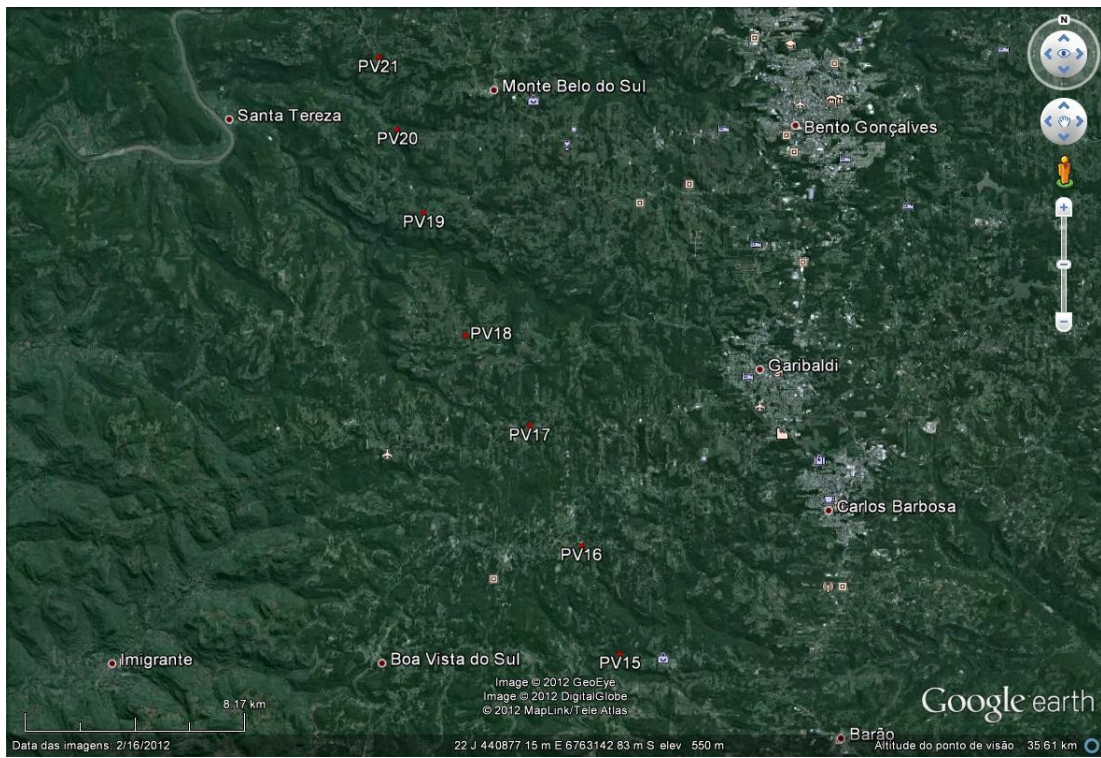


Figura 6.4.127: Análise de Trechos PV15 a PV20

O trecho de PV15 a PV20 está inserido no Planalto das Araucárias. Apresenta o Nitossolo Háplico na totalidade do trecho. A vegetação predominante continua sendo a floresta estacional decidual. O pico de elevação entre PV16 e PV17 é de 647m e a média é de 498m de elevação. Apresentou ocorrências arqueológicas.

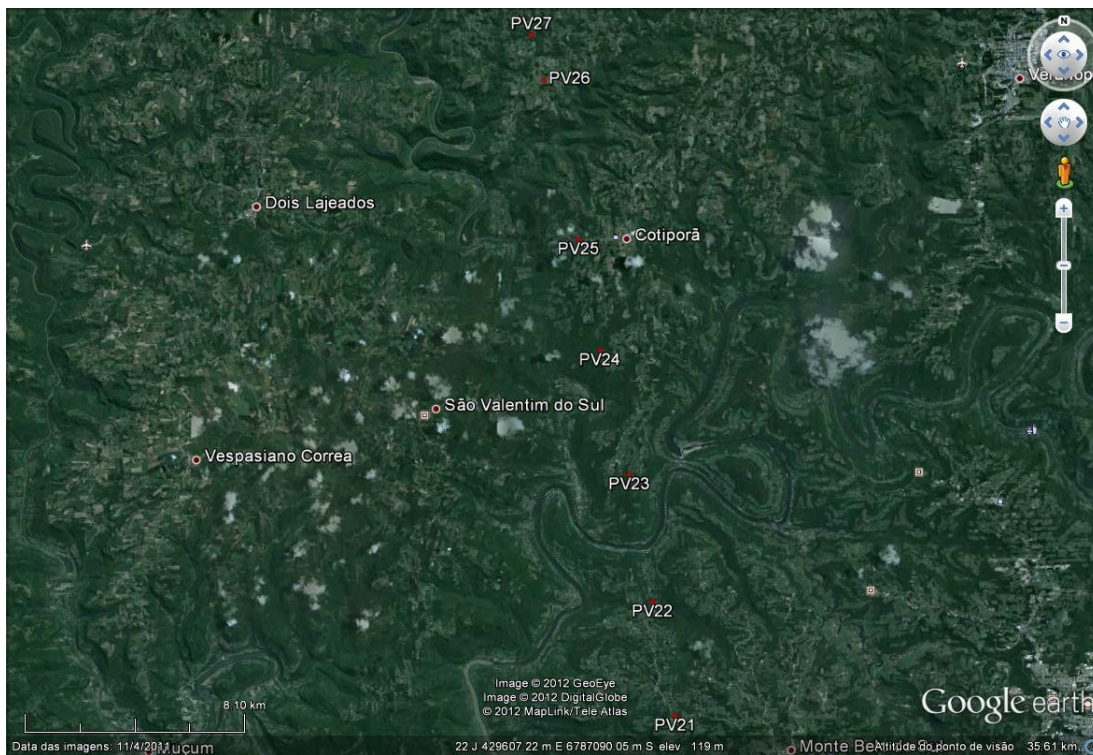


Figura 6.4.128: Análise de Trechos PV21 a PV27

De PV21 a PV27 volta-se ao tipo de relevo classificado como Patamar Oriental da Bacia do Paraná. O Neossolo Litólico é presente em todo o traçado do trecho. Mantém como vegetação predominante a floresta estacional decidual. O trecho apresenta grandes oscilações e inclinação média com altos ângulos (15,7, -14,4), até agora o trecho com topografia mais variada. A elevação média é de 405 metros, tendo seu pico entre PV24 e PV25, com 562 metros de elevação. Não apresenta evidências arqueológicas

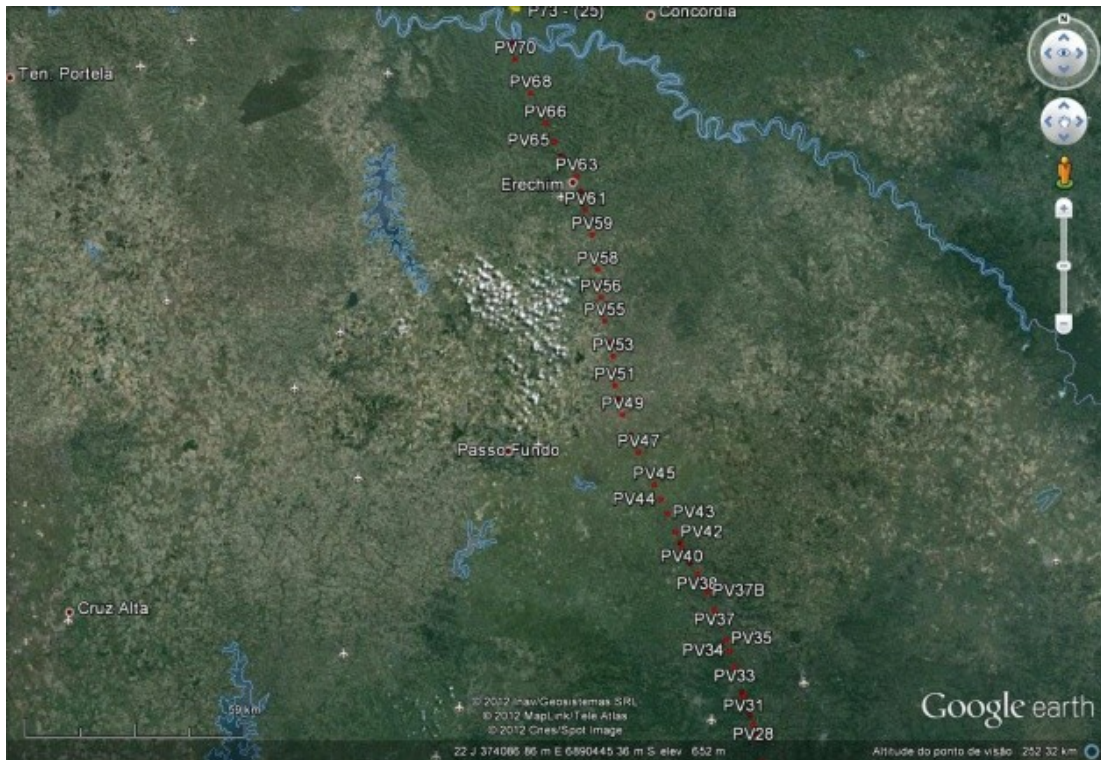


Figura 6.4.129: Análise de Trechos PV28 a PV97



Figura 6.4.130: Análise de Trechos PV28 a PV97

O trecho de PV28 a PV97 apresenta novamente o relevo denominado Planalto das Araucárias. É o trecho que apresenta a maior variedade de solos, o Neossolo Litólico, Nitossolo Háplico, Chernossolo Argilúvico, Latossolo Bruno e Cambissolo Háplico. A vegetação predominante do trecho é a floresta ombrófila mista, tendo alguns poucos quilômetros intercalados (13 km) de floresta estacional decidual. Apresenta elevação máxima de 933m entre PV78 e PV79, elevação mínima de 260m entre PV72 e PV73, com média de 535m de elevação.

Com base na avaliação descritiva dos trechos por tipo de relevo, pode-se avaliar qualitativamente as relações entre as características físicas da linha de transmissão que congreguem valor contextual para a tomada de decisões das medidas preventivas. Atenta-se a partir de agora na vegetação de **Floresta Ombrófila Mista** (maior ocorrência de vestígios), nos solos **Latossolo Bruno, o Argissolo vermelho- amarelo e Chernossolo Argilúvico** (fabrico de cerâmica), nas elevações médias acima de **500m** e trechos de **variadas oscilações** na inclinação (indicando recursos hídricos). Podendo cada uma dessas características

---

apresentarem-se isoladas ou relacionadas em agrupamentos de quatro eixos, tendo o relevo como plano de fundo.

#### 6.4.10.3.3 Diagnóstico

Para a avaliação dos pontos que apresentam relevância arqueológica estabeleceu-se três categorias de casos. A primeira categoria se refere aos sítios, isto é, locais de vistoria onde foram identificados material arqueológico suficiente para se ter certeza da necessidade de salvamento, caso empreendimento cause dano ao patrimônio arqueológico ali encontrado. O segundo caso é referente às ocorrências isoladas – área de dispersão de poucas (menos de 10) peças arqueológicas ou de estruturas isoladas como montículos que poderiam ser estruturas funerárias ou depressões no terreno que poderiam ser estruturas semi-subterrâneas, material que necessita de maiores pesquisas para a sua definição e material resultante de processos naturais de deslocamento. O último caso são os relatos, ou seja, locais em que moradores e autoridades dizem haver evidência e tais relatos têm lógica de acordo com a pesquisa prévia e a literatura pertinente.

As **ocorrências isoladas** foram identificadas nos pontos de vistoria **21, 22, 23,30, 31, 32, 61, 70, 83, 84, 85, 91 e 92**. Os **sítios** foram identificados próximos aos pontos de vistoria **19, 21, 27, 33, 67,68, 80, 86, 95 e 96**. E ocorreram **relatos** de evidências históricas e pré-históricas próximo dos pontos de vistoria **8, 9, 10, 18, 19, 22, 54, 61,64, 65 e 70** (Tabela 6.4 102).

É importante ressaltar que esse diagnóstico prévio não pode dimensionar a importância (relevância/significância) dos sítios encontrados e para isso seriam necessárias medidas interventivas. Os relatos podem não se confirmar. Devido a isso, este é um diagnóstico baseado em dados de campo que, na sessão de medidas preventivas, foram somados os dados secundários e a paisagem.





TABELA 6.4 103: SÍTIOS OCORRÊNCIAS E RELATOS

PV	Ocorrência	Sítio	Relato	PV	Ocorrência	Sítio	Relato	PV	Ocorrência	Sítio	Relato
1				33		x		65			x
2				34				66			
3				35				67		x	
4				36				68		x	
5				37				69			
6				38				70	x		x
7				39				71			
8			x	40				72			
9			x	41				73			
10			x	42				74			
11				43				75			
12				44				76			
13				45				77			
14				46				78			
15				47				79			
16				48				80		x	
17				49				81			
18			x	50				82			
19			x	51				83	x		
20				52				84	x		
21	x	x		53				85	x		
22	x		x	54			x	86		x	
23	x			55				87			
24				56				88			
25				57				89			
26				58				90			
27		x		59				91	x		
28				60				92	x		

---

PV	Ocorrência	Sítio	Relato	PV	Ocorrência	Sítio	Relato	PV	Ocorrência	Sítio	Relato
29				61	x		x	93			
30	x			62				94			
31	x			63				95		x	
32	x			64			x	96		x	

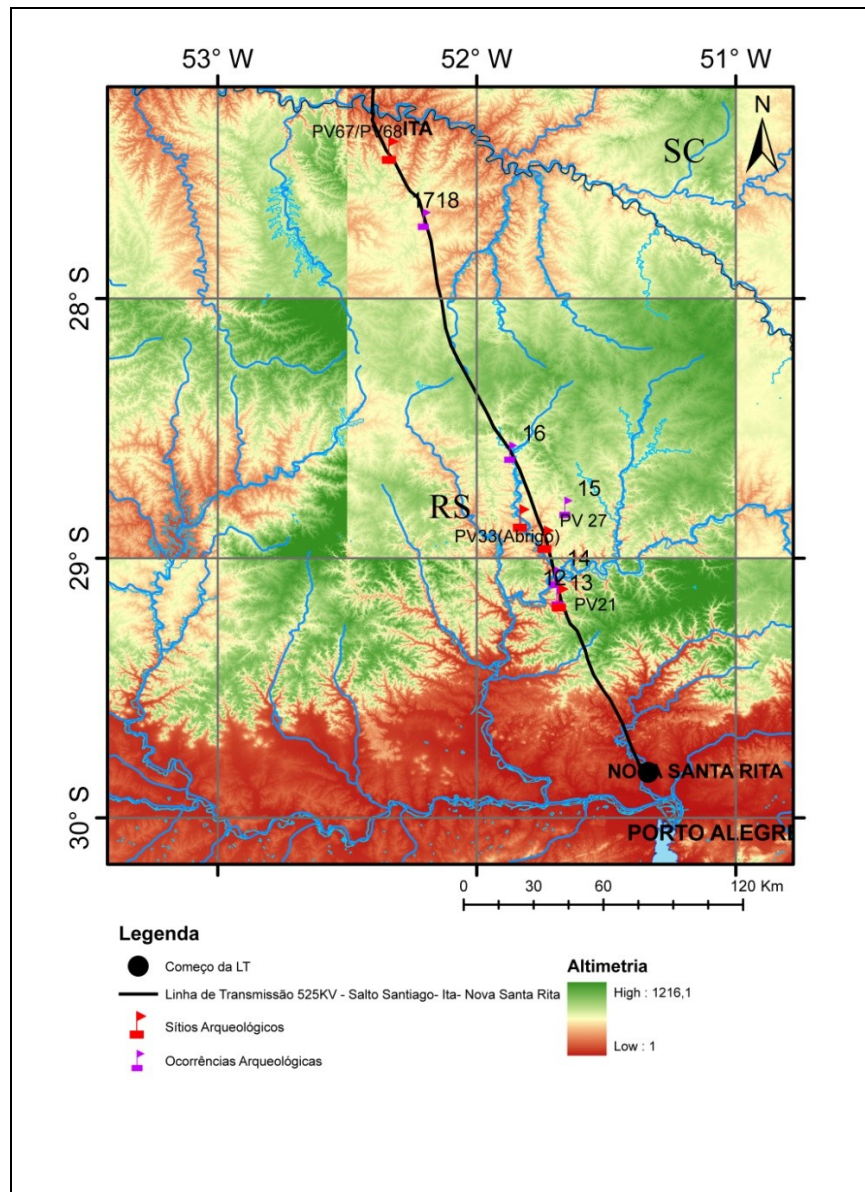


Figura 6.4.131: Mapa com Sítios e Ocorrências arqueológicas no Rio Grande do Sul

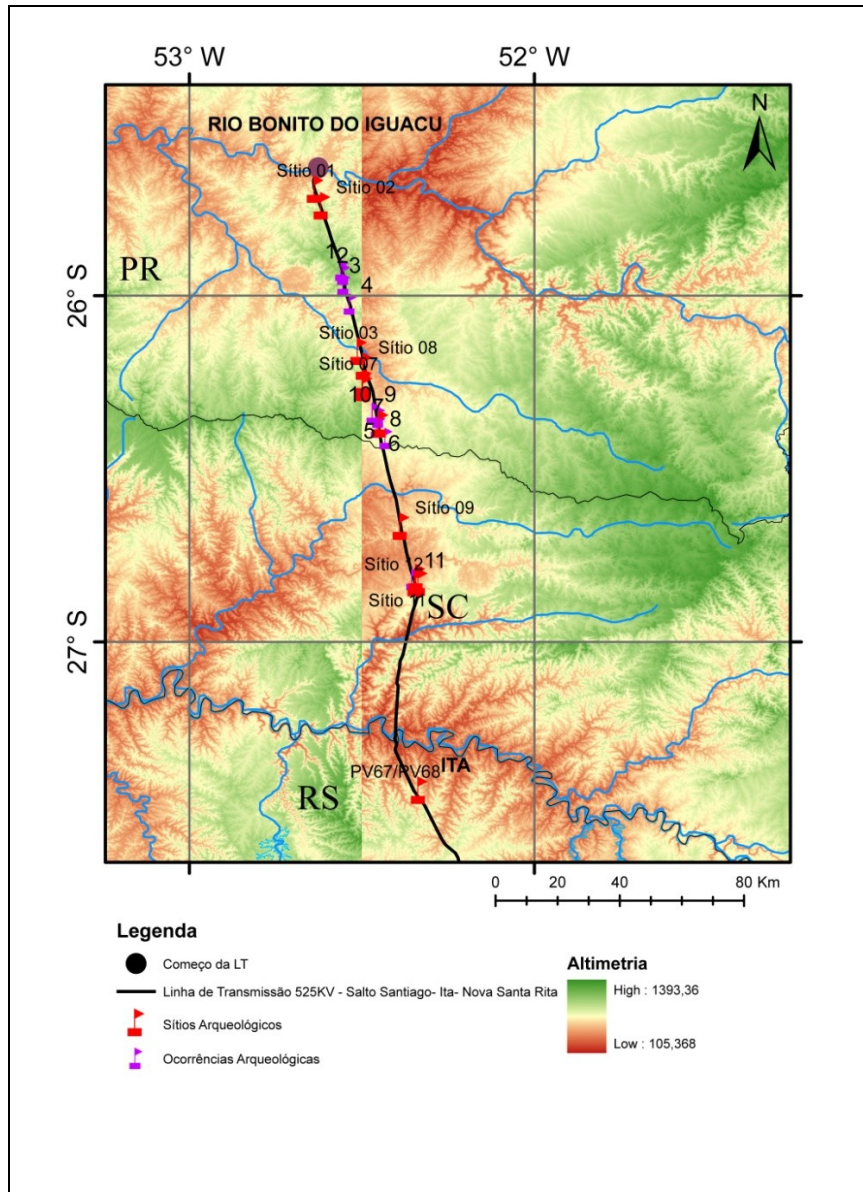


Figura 6.4.132: Mapa de Sítios e Ocorrências arqueológicas em Santa Catarina e Paraná

## 6.4.10.3.4 Medidas preventivas

Com base nos dados coletados e nas descrições dos trechos, classificou-se as medidas que devem ser tomadas após o diagnóstico em três tipos que abaixo seguem detalhadas.

- **Monitoramento:** Consiste no acompanhamento, de um arqueólogo, quando da construção das torres. Esta medida é indicada para os trechos da linha de transmissão que não apresentaram material arqueológico em superfície, nem potencial segundo as características da paisagem e as fontes bibliográficas.
- **Intervenção prévia:** Consiste na realização de sondagens antes do início da construção das torres. Esta medida consiste na rápida intervenção de locais com visibilidade baixa e ocorrências entre pontos de vistoria, quando da visita do diagnóstico ou em áreas que não foram encontrados materiais arqueológicos, porém segundo a bibliografia e as características da paisagem apresentam potencial.
- **Salvamento:** Consiste na elaboração de um plano de escavação para resgatar o patrimônio arqueológico diagnosticado na área diretamente afetada pela LT.

TABELA 6.4 104: MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DA LT 525 KV (SH: SÍTIO HISTÓRICO/ SPH: SÍTIO PRÉ- HISTÓRICO)

PV	M	IP	S
1 a 9	Sim	Entre PV8 e PV9	Não
10 a 14	Sim	Entre PV10 e PV11	
15 a 20	Sim	Entre PV18 e PV20	SH19 Se houver danos devido à construção da LT
21 a 27	Sim	Entre PV21 e PV23 Entre PV26 e PV27	Não

PV	M	IP	S
28 a 72	Sim	Entre PV30 e PV33 Entre PV36 e PV38 Entre PV 50 e PV55 Entre PV59 e PV65 Entre PV67 e PB68 Entre PV69 e PV71	SH21 e SPH Gruta- PV33 se houver danos devido a construção da LT
73 a 97	Sim	Entre PV72 e PV74 Entre PV79 e PV81 Entre PV83 e PV88 Entre PV93 e PV96	SPH 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10,11 e 12 se houver danos devido à construção da LT

Como visto, a grande extensão da linha de transmissão atravessa diversos contextos arqueológicos distintos. As medidas preventivas de monitoramento (M) foram tomadas com base em dois motivos. O primeiro recaí sobre a metodologia de avaliação de distância média de 5 km em 5 km, caracterizando uma avaliação por amostragem e espelhamento. O segundo motivo refere-se ao fato de não ter-se a localização exata da construção das torres quando da contratação deste trabalho de diagnóstico. Assim foi encaminhado o **monitoramento em todas** as torres e em seu respectivo entorno afetado pela estrutura do empreendimento.

As medidas preventivas de **intervenção prévia (IP)** foram tomadas a partir da análise dos trechos<sup>16</sup>, dos dados obtidos em campo, da revisão da literatura pertinente para cada contexto e da avaliação do contexto geoarqueológico e paisagístico. Assim encaminha-se que seja realizado um plano de sondagens (intervenções subsolo e retirada cautelosa da cobertura vegetal) para ser aplicado em todas as seguintes áreas de construção e respectivas áreas do entorno que possam ser afetadas pela estrutura do empreendimento: Nos locais de torres localizados entre o **PV8 e PV9; entre PV10 e PV11; entre PV18 e PV20; entre PV21 e PV23; entre PV26 e PV27; entre PV 30 e PV33; entre PV36 e PV38; entre PV50 e PV55; entre PV59 e PV55; entre PV67 e PV68; entre PV69 e PV71; entre PV72 e PV74; entre PV79 e PV81; entre PV83 e PV88 e entre PV93 e PV96.**

16 A considerar: Visibilidade, tipos de solo, compartimento topográfico, elevação e ocorrências arqueológicas.

---

As medidas preventivas de **salvamento (S)** deverão ser aplicadas em **qualquer local** de torre e/ou locais em que sejam **evidenciados sítios arqueológicos históricos ou pré-históricos e ocorrências de vestígios de qualquer espécie**. Podendo todas as áreas de monitoramento e de intervenção prévia tornar-se depois objeto de acurada avaliação do patrimônio, devendo assim ser elaborado um projeto de pesquisa e um plano de escavação para o salvamento do patrimônio arqueológico.

### **6.5 Unidades de Conservação**

No Capítulo 6.3.4 Flora, estão tratadas as Unidades de Conservações e outras Áreas Prioritárias para Conservação localizadas na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento.





## **6.6 ANEXOS**



## **ANEXO 1 - CERTIDÕES MUNICIPAIS**



## **ANEXO 2 – FICHAS DE SÍTIOS**